

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**TAUAN DE ALMEIDA SOUSA**

**DESENVOLVIMENTO, BARBÁRIE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL:**  
reprodução comportamentalista ou construção de enfrentamentos para além do  
capital? Elementos para uma reflexão crítica acerca do Projeto ECOA.

São Luís

2016

**TAUAN DE ALMEIDA SOUSA**

**DESENVOLVIMENTO, BARBÁRIE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL:**  
reprodução comportamentalista ou construção de enfrentamentos para além do  
capital? Elementos para uma reflexão crítica acerca do Projeto ECOA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant' Ana Junior

São Luís

2016

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Sousa, Tauan de Almeida.

Desenvolvimento, barbárie e educação ambiental: :  
reprodução comportamentalista ou construção de  
enfrentamentos para além do capital? Elementos para uma  
reflexão crítica acerca do Projeto ECOA / Tauan de Almeida  
Sousa. - 2016.  
197 f.

Orientador(a): Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em  
Ciências Sociais/cch, Universidade Federal do Maranhão,  
São Luís, 2016.

1. Desenvolvimento Sustentável. 2. Educação ambiental  
conservadora. 3. Educação ambiental crítica. 4. Reserva  
Extrativista de Tauá-Mirim. I. Sant'Ana Júnior, Horácio  
Antunes de. II. Título.

**TAUAN DE ALMEIDA SOUSA**

**DESENVOLVIMENTO, BARBÁRIE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL:  
reprodução comportamentalista ou construção de enfrentamentos para além do  
capital? Elementos para uma reflexão crítica acerca do Projeto ECOA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant` Ana Junior

Aprovada em: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant` Ana Junior** (Orientador)

Universidade Federal do Maranhão

---

**Prof. Dr. Antônio Paulino de Sousa**

Universidade Federal do Maranhão

---

**Prof. Dr. Elio de Jesus Pantoja Alves**

Universidade Federal do Maranhão

Aos homens e mulheres que resistem hoje às investidas dos agentes comprometidos com a reprodução da sociabilidade alienada do capital. Em especial, aos moradores da área da RESEX de Tauá-Mirim. Tais homens, tais mulheres, com força incrivelmente titânica, são capazes de, nos dizeres benjaminianos, atear ao passado a centelha de esperança necessária para a redenção de todos os que antes deles lutaram bravamente, mas tombaram sob as rodas da impiedosa carruagem do progresso. Tais homens e tais mulheres nos ensinam meios de *escovar a história a contrapelo...*

## AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos são direcionados a todos os que deixaram marcas no processo de produção do trabalho aqui apresentado. Aos membros do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), grupo pelo qual sinto verdadeiro orgulho em fazer parte, pois me é cada vez mais forte a convicção de que é não apenas possível, mas também *necessário*, que a prática científica rigorosa, indo além das corriqueiras divisões departamentais sob as quais temos que trabalhar, seja articulada ao espírito de *enfrentamento* que os tempos de agora, tão *nefastos* – mas também portadores de muitas *esperanças* – exigem. Fiz uso intensivo da produção qualificada dos pesquisadores e das pesquisadoras que integram o grupo. Sem tal apropriação, este trabalho não seria possível. Vocês muito me inspiram.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pelas contribuições trazidas pelas disciplinas ministradas, mesmo quando as divergências teóricas se faziam sentir; aos colegas de turma com os quais dividi a experiência que se encerra com este trabalho. Os momentos de diálogo e questionamento entre pares com perspectivas diversificadas, muitas vezes conflitantes, certamente são imprescindíveis no processo de construção de conhecimento liberto das amarras do dogmatismo mais sectário. Firmeza e convicção intelectual não podem ser confundidos com tal postura inadequada.

A meu *carنال*, Ricardo Trujillo González. Nossas conversas, sempre muito estimulantes, ensinaram-me demasiado sobre os gritos, de dor e de esperança, deste nosso Sul. Muito aprendi com tua inclinação incansável à resistência, ao enfrentamento das injustiças e iniquidades deste mundo desigual e das amarras que suas relações de poder e opressão lançam sobre todos nós. A poesia do futuro está sendo escrita por estas terras...

Aos moradores da Zona Rural II de São Luís, com os quais muito aprendo hoje e sou inspirado nesta árdua jornada de *reflexão/prática* sobre este mundo em que historicamente nos situamos. Beto do Taim, Rosana, Fran, Dona Máxima, dentre outros bravos homens e bravas mulheres, pelos momentos compartilhados nas reuniões do Conselho Gestor, conversas, entrevistas. Se este trabalho puder ser mais um elemento na construção de alternativas de enfrentamento, terei alcançado meu objetivo.

Aos professores Antônio Paulino de Sousa e Elio de Jesus Pantoja Alves por aceitarem

fazer parte das bancas de qualificação e de defesa, mesmo diante das condições que se colocaram, e por todas as contribuições feitas, agradeço imensamente. Ao professor Horácio Antunes, meu orientador em mais um momento, registro um agradecimento especial. Se este trabalho possuir algum mérito, certamente há influências deste que me mostra ser claramente possível articular sólida produção sociológica e o comprometimento com os enfrentamentos que são incontornáveis em tempos nefastos, dentro dos nossos limites. Quanto às insuficiências e limitações que este trabalho sofreu, assumo toda responsabilidade. Agradeço pela total liberdade intelectual que pude experimentar no processo de construção deste trabalho, os incentivos e acompanhamento, encontrando espaços para ler criticamente minhas tentativas de avanço no trabalho que aqui propus apresentar, e pela paciência e gentil compreensão diante dos fatos que se colocaram tão inauditos em minha vida nos últimos tempos.

Aos alunos, professores e demais profissionais do IFMA, campus Zé Doca, pelo acolhimento e paciência com este educador recém-chegado. Estes têm sido momentos de intensa aprendizagem para mim.

Agradeço aos meus familiares, em especial à minha mãe Ieda, a qual me forneceu todas as condições para que pudesse seguir, desde a graduação, a carreira por mim escolhida sem muitas das preocupações que certamente teriam tornado esta jornada mais difícil.

Registro um agradecimento especial, carregado de “dez mil” pedidos de desculpas, à minha amada companheira, Kleidiane. Sem teu *incondicional* apoio e gentil amor, certamente as dificuldades para concluir este trabalho teriam se mostrado ainda mais titânicas diante de minhas limitadas forças. Todas as cobranças diante de minhas vacilações, angústias e dúvidas, não foram em vão, minha amada. Veja onde chegamos até aqui: em tudo há marcas de teu companheirismo, paciência, cobranças, apoio e carinho, mesmo nos mais singelos gestos. Minha gratidão a ti não cabe nestas palavras...

À CAPES pela bolsa concedida.

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma *catástrofe única*, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto um amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa *tempestade* é o que chamamos *progresso*.

*Walter Benjamin*

O marxismo não tem sentido se não for também o herdeiro e executante testamentário de vários séculos de lutas e de sonhos de emancipação

*Michael Löwy*

A tarefa teórica de revelar que o capital é hoje *uma relação social que esgotou a sua fraca dimensão civilizatória e se reduz à barbárie* – força bruta, impiedosa, fria e destrutiva de direitos e mutiladora de vidas humanas sob as mais diferentes formas – assume mais do que nunca um sentido ético político.

*Gaudêncio Frigotto.*



## RESUMO

O trabalho tem como objetivo refletir sobre as possibilidades abertas pelo Programa ECOA de Educação Ambiental Comunitária, realizada por agentes ligados à ALCOA/ALUMAR, empreendimento desenvolvimentista implantado na Zona Rural II de São Luís desde início da década de 1980. Questiona-se, isto posto, se tal iniciativa atua enquanto transmissora de um quadro de valores que, pretensamente, busca apontar indicações no enfrentamento de problemas ambientais, mas resvala na reprodução do atual quadro societário, ou se atua enquanto prática que abre espaço para a atitude crítica e fornece elementos para o enfrentamento da lógica que produz o quadro de problemas hoje nomeado como crise ambiental. Escolheu-se a Zona Rural II de São Luís por esta região, deste o período indicado, ser palco do que a literatura sociológica contemporânea denomina como conflitos ambientais, oriundos da implantação de grandes projetos desenvolvimentistas, seus desdobramentos, e as permanentes investidas para a alocação de novos empreendimentos, os quais vivem a produzir ameaças às comunidades e à continuidade de suas formas de reprodução social, entendidas tanto no âmbito físico quanto simbólico. Para alcançar o intento aqui proposto, a pesquisa envolveu revisão bibliográfica de cunho exploratória, análise documental e entrevistas semi-dirigidas. Esta dissertação tem como pano de fundo a discussão teórica sobre modernidade, desenvolvimento, conflitos ambientais, sustentabilidade e educação ambiental. A pesquisa conclui que o Programa ECOA integra o grupo que a literatura sobre o tema designa como Educação Ambiental conservadora. Portanto, como desdobramento, temos a despolitização da educação ambiental, assim como a não abertura de espaços de enfrentamento aos elementos produtores dos problemas e conflitos socioambientais presentes atualmente na Zona Rural II de São Luís.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável, educação ambiental crítica, educação ambiental conservadora, Reserva Extrativista de Tauá-Mirim.

## ABSTRACT

The study aims to reflect on the possibilities opened up by ECOA Program of Community Environmental Education, realized by agents linked to ALCOA/ALUMAR, developmental project implemented in the São Luís' Rural area II since the early 1980s. It is being questioned if such initiative act as transmitter of a framework of values that, supposedly, seeks pointing directions in tackling environmental problems, but slips in reproduction of the current scenario of society, or act as a practice that open space for criticism and provide elements to face the logic that produces the problems picture today known as the environmental crisis. São Luís' Rural area II was chosen 'cause the region, since the indicated period, it's a stage of what contemporary sociological literature call as environmental conflicts arising from the implementation of development projects, its consequences, and the permanent invested for allocation new ventures, which live to produce threats to communities and the continuity of their social reproduction, understood both in the physical and symbolic context. To achieve the intent here proposed, the research involved literature review with exploratory nature, document analysis and semi-structured interviews. This thesis has as a backdrop the theoretical discussion about modernity, development, environmental conflicts, sustainability and environmental education. The research concludes that the ECOA Program is part of the group that the literature about the theme describes as conservative Environmental Education. Therefore, as a development, we have the depoliticization of environmental education, as well as the closed of spaces of confrontation of the elements that produces the social and environmental problems and conflicts present currently in the São Luís' Rural Zone II.

Keywords: Sustentable development, critic environmental education, conservative environmental education, Reserva Extrativista de Tauá-Mirim.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**ALCOA** - Aluminian Company of American

**AMZA** - Amazônia Mineração

**AMAVIDA** - Associação Maranhense para a Conservação da Natureza

**ADCT** - Atos das Disposições Constitucionais Transitórias

**BNDES** - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

**CLA** - Centro de Lançamento de Alcântara

**CNPT** - Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sóciobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais

**CMMAD** - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

**SETESB** - Companhia ambiental do estado de São Paulo

**CDI** - Companhia de Desenvolvimento Industrial do Maranhão

**CMM** - Companhia Meridional de Mineração

**UNCTAD** - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

**CNUMAD** - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

**UNFCCC** - Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas

**CMSD** - Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável

**DS** - Desenvolvimento Sustentável

**DDT** - Diclorodifeniltricloroetano

**EA** - Educação Ambiental

**EFC** - Estrada de Ferro Carajás

**FAPESP** - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

**FEEMA** - Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente

**IR** - Imposto de Renda

**IPTU** - Imposto sobre a Propriedade Predial Urbana

**ICM** - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias

**IPI** - Imposto sobre Produtos Industrializados

**IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

**ICMBio** - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

**ITERMA** - Instituto de Terras do Maranhão

**IPHAN** - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**MCT** - Ministério da Ciência e Tecnologia

**MINC** - Ministério da Cultura

**MMA** - Ministério do Meio Ambiente

**MPF/MA** - Ministério Público Federal do Maranhão

**MEC** - Ministérios da Educação

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**OMM** - Organização Meteorológica Mundial

**ONGs** - Organizações não governamentais

**IPCC** - Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas

**PSC-MA** - Partido Social Cristão/ Maranhão

**PNMA** - Política Nacional do Meio Ambiente

**PIB** - Produto Interno Bruto

**PNB** - Produto Nacional Bruto

**PNUMA** - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

**PAC** - Programa de Aceleração do Crescimento

**PIEA** - Programa Internacional de Educação Ambiental

**PRONEA** - Programa Nacional de Educação Ambiental

**PGC** - Projeto Grande Carajás

**RESEX** - Reserva Extrativista

**SEMA** - Secretaria de Meio Ambiente

**SEPLAN/MA** - Secretaria de Planejamento do Estado do Maranhão

**SEMTHURB** - Secretaria Municipal de Terras, Habitação, Urbanismo e Fiscalização Urbana

**SISNAMA** - Sistema Nacional do Meio Ambiente.

**SNUC** - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

**SUDAM** - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

**SUDENE** - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

**URSS** - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

**USSCo** - United States Steel Corporation

**UHEs** - Usinas Hidrelétricas

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Área do Programa Grande Carajás _____	28
<b>Figura 2:</b> A atuação da ALCOA na América Latina e Caribe _____	31
<b>Figura 3:</b> Povoados ameaçados de deslocamento _____	56
<b>Figura 4:</b> Área da Resex de Tauá-Mirim _____	68
<b>Figura 5:</b> Visão do Instituto sobre Desenvolvimento Sustentável Local _____	168
<b>Figura 6:</b> Modelo de Atuação do Instituto Alcoa _____	169

## LISTA DE TABELAS

**Tabela 1:** Documentos e Tratados elaborados em 1992 na CNUMAD e no Fórum Global \_\_\_\_\_105

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>1 PROJETOS DESENVOLVIMENTISTAS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM SÃO LUÍS</b> .....	22
<b>1.1 Projetos desenvolvimentistas na Amazônia brasileira: indicações preliminares e o Programa Grande Carajás</b> .....	22
<b>1.2 O Programa Grande Carajás no Maranhão e a chegada da ALCOA/ALUMAR</b> ..	29
<b>1.3 Ambientalização dos conflitos: resistências e o meio ambiente como uma nova questão pública</b> .....	38
<b>1.4 Conflitos ambientais: disputas entre formas diferentes de construção, apropriação e usufruto de territórios e recursos</b> .....	42
<b>1.5 A tentativa de implantação de um pólo siderúrgico e a luta pela Reserva Extrativista de Tauá-Mirim</b> .....	53
<b>2 QUESTÃO AMBIENTAL, DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: COMPREENDENDO CONCEITOS</b> .....	74
<b>2.1 Conceito de Desenvolvimento: historicidade e abordagem crítica</b> .....	75
<b>2.1.1 A “invenção” do subdesenvolvimento e os aspectos ideológicos do ideário desenvolvimentista: imprecisão conceitual e os seus diversos usos</b> .....	78
<b>2.2 Desenvolvimento sustentável: outro desenvolvimento?</b> .....	87
<b>2.2.1 O debate que originou a proposta dita sustentável: o impasse</b> .....	87
<b>2.2.2 Ecodesenvolvimento: uma tentativa de equalizar crescimento e não agressão ao meio ambiente</b> .....	108
<b>2.2.3. Dissolvendo o impasse? O discurso da sustentabilidade e o conceito de Desenvolvimento sustentável enquanto proclamada saída para a crise ambiental</b> ....	112
<b>3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM BALANÇO HISTÓRICO NO BRASIL E NO MUNDO</b> .....	125
<b>4 DESENVOLVIMENTO, BARBÁRIE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: REPRODUÇÃO COMPORTAMENTALISTA OU CONSTRUÇÃO DE ENFRENTAMENTOS PARA ALÉM DO CAPITAL? ELEMENTOS PARA UMA REFLEXÃO CRÍTICA ACERCA DO PROJETO ECOA</b> .....	155
<b>4.1 Educações Ambientais: multiplicidade e conflito</b> .....	156
<b>4.1.1 Educação ambiental conservadora e educação ambiental crítica: dois conjuntos de “correntes” em disputa num campo</b> .....	160
<b>4.2 Reflexões acerca do Programa ECOA: educação ambiental crítica ou conservadora?</b> .....	167
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DE UM ESFORÇO INICIAL</b> .....	179
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	183



## INTRODUÇÃO

Após o término de cada reunião do Conselho Gestor da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, um misto de sentimentos podem ser descritos por mim. Primeiramente, reforça-se a admiração, sempre renovada, por aqueles homens e mulheres organizados em defesa da possibilidade de guiar suas vidas de uma maneira relativamente autônoma, admiração por sua resistência e resiliência, politicamente decretando o que o Estado lhes nega. Respeito por suas forças, as quais parecem não ter limites, diante das ameaças colossais engendradas por empreendimentos que pensam poder engolir a tudo e a todos sem nenhum limite. Indignação e mesmo ódio – é preciso retirar o tabu que envolve tal palavra, pois aqui falamos de *ódio de classe*, falamos do combustível necessário a toda oposição – diante das injustiças, flagelos e catástrofes produzidas por este modo historicamente situado de produção da existência. Ressaltamos, contudo, que, após ouvir os versos cantados de Dona Maria Máxima ao fim da reunião, cresce também a esperança: “*Ei! Não derruba essas mangueiras/ Ei! não aterra os manguezais/ Ei, não derruba essas mangueiras porque devemos preservar nossas riquezas naturais...*”. Em tempos nefastos e de barbárie recrudescida, revigora-se a crença de que é possível lutar e resistir. A brava resistência dos moradores das comunidades que formam a Zona Rural II de São Luís, organizados em torno da defesa de seu território e modo de viver, consegue dissipar as nuvens pesadas de desesperança que insistem em pairar a cada vislumbre do atual estado de coisas no nosso quadro societário. Isto posto, tomo a liberdade de colocar um pouco de lado as etiquetas acadêmicas, pois duas palavras precisam ser ditas sem hesitações: RESEX de Tauá Mirim já!

Hodiernamente, a preocupação ambiental é uma palavra-chave nos discursos dos mais variados agentes. Desenvolvimento sustentável é uma palavra com poderes quase mágicos, a qual é acionada por muitos como a última reserva de esperança da humanidade. Desde meados do século XX, começa a crescer uma percepção de que o planeta passa por um momento delicado: uma crise ambiental que ameaçaria a própria perpetuação da vida humana neste planeta. Diversos encontros internacionais foram promovidos com o objetivo de se discutir tal crise, apontando possíveis saídas e alternativas de enfrentamento e resolução do problema. Neste contexto, a Educação Ambiental (EA) ganha espaço nos receituários contra a crise ambiental. Conforme Ramos (1996), a expressão Educação Ambiental passa a ser mais um elemento a permear o ideário político e pedagógico mundial desde o início da década de 1970, figurando como a messiânica salvação da espécie humana neste planeta que está sob

ameaça. O problema seria, então, educacional: iluminando-se a cabeça dos homens, estaríamos em direção à salvação, pois a degradação ambiental, em grande medida, é causada, no entendimento produzido pelos integrantes destes encontros, em última instância, por ignorância e ausência de valores e conhecimentos ligados à preservação ambiental.

Escolheu-se a Zona Rural II de São Luís como lócus para a pesquisa por esta região, deste fins da década de 1970 e início da década de 1980, ser palco do que a literatura sociológica contemporânea denomina como *conflitos ambientais*, oriundos da implantação de grandes projetos desenvolvimentistas, seus desdobramentos, assim como das permanentes investidas para a alocação de novos empreendimentos, os quais vivem a produzir ameaças às comunidades e à continuidade de suas formas de reprodução social, entendidas tanto no âmbito físico quanto simbólico, as quais guardam particularidades em relação ao modo de vida *moderno/urbano/industrial*.

A Vale e a ALCOA/ALUMAR, os principais – mas não únicos – empreendimentos na região, desdobramentos do Programa Grande Carajás, promoveram o deslocamento de amplo contingente populacional de seus territórios, com diversas outras repercussões socioambientais que não se limitam apenas à Zona Rural II, atingindo a Ilha do Maranhão por completo. Não obstante, tais empreendimentos carregam a imagem de responsabilidade socioambiental<sup>1</sup> e, dentre os elementos que compõem esta imagem, figura a Educação Ambiental. Tal preocupação com a produção de uma aura de responsabilidade socioambiental garante prêmios e condecorações a uma empresa que, conforme assinalamos brevemente – e aprofundaremos em outro momento desta dissertação –, provoca uma série de ameaças à continuidade da reprodução dos modos de vida de povoados e comunidades na zona Rural II de São Luís. Para ilustrar o que foi dito, temos: a ALCOA/ALUMAR foi “reconhecida como Empresa Sustentável do Ano pelo Guia Exame de Sustentabilidade 2010 e constar (sic) na lista das 20 Empresas Modelo de Sustentabilidade em 2012” (ESPADARO, 2013).

Na Zona Rural II de São Luís, a ALCOA/ALUMAR realizou o Programa ECOA de Educação Ambiental Comunitária. Tendo isto em vista, questiona-se, objetivamente, nesta dissertação: tal iniciativa de Educação Ambiental atua enquanto transmissora de um quadro

---

<sup>1</sup> Conforme podemos ver em seus *sites*, as empresas destacam seus compromissos e responsabilidades. Vide: < [http://www.alumar.com.br/internas\\_template4.aspx?tbsid=9](http://www.alumar.com.br/internas_template4.aspx?tbsid=9)> e < <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/sustainability/Paginas/default.aspx>>. Ambos os acessos em: 12/07/2016.

de valores que, pretensamente, busca apontar indicações no enfrentamento de problemas ambientais, mas resvala na reprodução do atual estado de coisas, ou atua como uma prática que abre espaço para crítica e fornece elementos para o enfrentamento da lógica que produz o quadro de problemas hoje nomeados como crise ambiental? Tal indagação é alimentada pela percepção de que toda ação educacional carrega em seu âmago tais possibilidades e a educação ambiental não está fora disto, pois toda educação ambiental é *educação* (LAYRAGUES, 2006) e mais que isso: é educação *política* (REIGOTA, 2006).

O trabalho aqui apresentado é resultado de uma pesquisa qualitativa, exploratória, envolvendo análise de cunho bibliográfico e documental para sedimentar a discussão a respeito dos processos de implementação de empreendimentos desenvolvimentistas na Amazônia brasileira, com seus desdobramentos no Maranhão e em São Luís, assim como a discussão teórica sobre desenvolvimento, crise ambiental, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e educação ambiental. Envolveu também um levantamento histórico sobre o processo de amadurecimento da questão ambiental em âmbito mundial e sobre o processo de institucionalização da Educação Ambiental no Brasil e no mundo. Dentre as fontes consultadas, temos livros e artigos que versam sobre a temática socioambiental, documentos produzidos nos encontros sobre meio ambiente e educação ambiental, legislação referente à educação ambiental, monografias de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado que versam sobre algum dos temas aqui discutidos. Em campo, foram realizadas entrevistas semi-dirigidas com moradores de algumas comunidades da área da RESEX de Tauá-Mirim, além da obtenção de informações provenientes de conversas mais informais durante momentos diversos.

O primeiro capítulo da dissertação, intitulado *Projetos Desenvolvimentistas e Conflitos Socioambientais em São Luis* envolve uma discussão sobre os projetos desenvolvimentistas na Amazônia brasileira e seus desdobramentos. Dentre tais projetos, há destaque ao Programa Grande Carajás, o qual promoveu uma série de consequências socioambientais consideráveis, as quais foram produzidas também em São Luís. Neste sentido, o capítulo também traz uma apresentação de cunho histórico e reflexivo sobre os conflitos ambientais produzidos em São Luís com a chegada e funcionamento dos grandes empreendimentos desenvolvimentistas, especificamente a Companhia Vale do Rio Doce (hoje, autodenominada apenas Vale S.A.) e a ALUMAR, integrantes do Programa Grande Carajás, assim como o processo que envolveu a tentativa de implantação de um pólo siderúrgico na Ilha do Maranhão no ano de 2004 e o conseqüente fortalecimento do processo de luta pela criação da Reserva Extrativista de Tauá-

Mirim. Produzimos também uma reflexão teórica sobre o que as ciências sociais contemporâneas denominam como processo de ambientalização, no qual o meio ambiente torna-se uma nova questão pública, assim como sobre os conflitos ambientais, territorialidade, populações tradicionais e suas formas de significação, apropriação e uso do mundo material/sensível, a partir de um diálogo entre as contribuições marxianas e produções contemporâneas na sociologia e antropologia.

O segundo capítulo é intitulado *Questão Ambiental, Desenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável: Compreendendo Conceitos*. Nele discutimos o processo de produção da chamada questão ambiental no mundo contemporâneo, o qual abrange a criação de uma percepção de nível internacional sobre uma chamada crise ambiental. Apresentamos uma reflexão crítica sobre o desenvolvimento a partir, especialmente, das contribuições de Gustavo Esteva (2000), a qual abre espaço para introduzirmos uma discussão sobre a proposta do Desenvolvimento Sustentável, apresentando o contexto de surgimento, as propostas rivais, suas precedentes, com ênfase na proposta do Ecodesenvolvimento, e uma crítica radical ao seu significado político no contexto de hegemonia neoliberal a partir de uma perspectiva que tem como orientação o pensamento marxiano, melhor dito, o método legado por Marx.

O terceiro capítulo, *Educação Ambiental: Um Balanço Histórico no Brasil e no Mundo*, apresenta o processo de emergência da Educação Ambiental enquanto um elemento de destaque no cenário político mundial, o qual passou a incorporar a questão ambiental na agenda do dia. Apresenta os principais eventos relacionados à Educação Ambiental no mundo, com comentários aos documentos produzidos, e dedica uma parte para apresentação do processo de implementação da Educação Ambiental no Brasil, inclusive no âmbito da Legislação.

O quarto capítulo, que leva o mesmo título da dissertação, busca – através dos dados levantados em campo e do levantamento bibliográfico/documental – lançar bases para reflexões críticas acerca do Programa ECOA, realizado pelo Instituto ALCOA na Zona Rural 2 de São Luís. Este capítulo busca, da mesma forma, ressaltar o campo da Educação Ambiental enquanto um *campo de disputa*, no qual estão em jogo projetos diferenciados e visões de mundo, muitas vezes, inconciliáveis. Ressalta também que, como qualquer outro processo educacional, a EA tanto pode contribuir para a manutenção do atual quadro societário, reproduzindo valores e perspectivas que não atuam como críticos do modo de produção sociometabólico do capital, como para produzir alternativas críticas radicais e que

levam a discussão sobre a hodierna crise ambiental às suas causas estruturais: a lógica incorrigível/irreformável do capital, conforme Mészáros (2008).

## 1 PROJETOS DESENVOLVIMENTISTAS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM SÃO LUÍS

Porém, por trás desse desenvolvimento aparentemente impressionante esconde-se uma história de tragédias humanas, de terras perdidas, de pobreza crescente, de falsas promessas, da manipulação de lavradores, tanto pela Igreja quanto pelo Estado, e de ameaças à saúde e aos meios de subsistência das pessoas, criadas pela poluição maciça

*Madeleine Cousi Adriance*

### 1.1 Projetos desenvolvimentistas na Amazônia brasileira: indicações preliminares e o Programa Grande Carajás

De acordo com Araújo e Belo (2009), a história da Amazônia e dos seus diversos povos e grupos sociais locais está intimamente marcada pelo que se projetou *para ela* por agentes exteriores, os quais desconsideraram as particularidades da vida destes povos e grupos humanos; além disto, os principais beneficiários dos planos *para* a Amazônia seriam pessoas que não viveriam a realidade amazônica e que, portanto, não sentiriam os efeitos perversos de uma forma autocrática de planejamento. Apontam estes autores, numa síntese:

As drogas do sertão no início da colonização da Amazônia; a borracha da *belle époque*, no fim do século XIX, e a do esforço nacional de produção para atender aos países Aliados na 2ª Guerra Mundial; e, atualmente, os recursos florestais minerários em larga escala e a biodiversidade, além do conhecimento que lhe está associado, constituem os principais episódios interventivos a expressar, fielmente, o lugar ocupado pela Amazônia na articulação econômica global, desde as Grandes Navegações do século XV até os Grandes Projetos do século XX (ARAÚJO, BELO, 2009, p. 266).

Sant’Ana Júnior (2004) também registra este caráter exterior das iniciativas realizadas na Amazônia. Mais especificamente, o autor busca correlacionar os processos ocorridos na região<sup>2</sup> com os interesses provenientes do que ele denomina como os “centros mais dinâmicos de construção do mundo moderno” (SANT’ANA JÚNIOR, 2004, p. 11), destacando a exploração de matérias-primas necessárias a estes centros e a implantação, na Amazônia, de um aparato administrativo que possibilitou uma crescente invasão e incorporação de áreas da região, além das condições materiais para tal. Na perspectiva do supracitado autor (SANT’ANA JÚNIOR, 2004), a Região Amazônica não deve ser compreendida como um

<sup>2</sup> “[...] o processo crescente de penetração e ocupação da Região Amazônica por Europeus e seus descendentes; de sua incorporação territorial, social e cultural às nacionalidades que, a partir dos movimentos de independência nacional do início do século XIX, foram constituindo-se na região; de inserção de suas atividades produtivas no emergente mercado mundial; de introdução de novas atividades econômicas em um mundo crescentemente globalizado” (SANT’ANA JÚNIOR, 2004, p. 11).

berço de primitividade, pré-modernidade, mas sim, como uma parte integrante do mundo dito moderno e sua dinâmica. Neste sentido proposto, o autor aponta:

o fato de que a chegada dos europeus à Amazônia no século XVI possa ser facilmente assimilado à emergência de um mercado mundial, calcado em relações mercantilistas que se constituirão em condição elementar para a afirmação do capitalismo moderno, cria a possibilidade de afirmar-se que, desde o início de sua incorporação, *a região amazônica esteve articulada aos centros de gestação das condições de formação da modernidade* (SANT'ANA JÚNIOR, 2004, p. 07. Grifos nossos).

Além deste aspecto, Sant'Ana Júnior (2004) assinala que o empreendimento levado a cabo nesta região só foi possível graças ao uso dos métodos administrativos e contábeis, além do emprego dos recursos tecnológicos mais avançados existentes.

No Brasil, em especial na Amazônia Brasileira, ocorreu na primeira década dos anos 2000, principalmente com o Programa de Aceleração do Crescimento<sup>3</sup> (PAC) do governo federal, a retomada de grandes projetos de desenvolvimento econômico, especialmente ligados à infraestrutura, tais como a construção de rodovias e hidrelétricas, atuando o Estado brasileiro enquanto um vetor importante na promoção destes grandes projetos desenvolvimentistas – sem desconsiderar a atuação de agentes privados neste processo –, os quais podem ser considerados como herdeiros do modelo adotado no país durante o período ditatorial, tendo em vista que esta postura estatal, além de não ser inédita na história do país, foi especialmente intensa durante a ditadura civil-militar pós-1964<sup>4</sup> (SANT'ANA JÚNIOR et al., 2009; PEREIRA, 2013). Bursztyn e Pesergana (2008, p. 16-17) a respeito da atuação do Estado brasileiro enquanto promotor de ações desenvolvimentistas, apontam que:

Desde os anos 1930, o Estado brasileiro passou a desempenhar um significativo papel de organizador e propulsor da atividade econômica e de promotor de iniciativas de produção social. Com Kubitschek [...] uma ação sistemática e estruturante consubstanciada no planejamento governamental [...] teve no Plano de Metas seu marco fundador. Com o golpe militar de 1964, ampliou-se o papel do Estado na organização da ocupação do território. Vários programas governamentais [...] associados às agências de desenvolvimento regional [...] valendo-se de fundos captados em organismos multilaterais [...] remodelaram o mapa econômico e humano do Brasil.

<sup>3</sup> “Criado em 2007, no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país”. Disponível em: < <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em: 12/07/2016.

<sup>4</sup> Um exemplo de continuidade refere-se, dentre outros aspectos, à matriz energética que alimenta estes projetos, a saber, energia proveniente de hidrelétricas. De acordo com Pereira (2013, p. 08): “Como a matriz energética nacional é caracterizada pela grande importância da eletricidade proveniente de fontes hídricas, vários projetos de usinas hidrelétricas (UHEs) concebidos durante a ditadura militar têm sido retomados e concretizados no momento atual”.

Ainda que, ao considerarmos as mudanças políticas, sociais e econômicas ocorridas no Brasil e internacionalmente, desde a década de 1970, não podemos afirmar a existência de uma continuidade direta entre o modelo de desenvolvimento pensado no período ditatorial e o agora posto em curso<sup>5</sup> durante o segundo do governo Lula, é possível perceber que existem permanências, assim como podemos constatar os impactos sociais e ambientais resultantes do modelo desenvolvimentista que se buscou instalar no país desde início dos anos 2000, dentre eles o recrudescimento dos conflitos socioambientais e os deslocamentos compulsórios<sup>6</sup> de grupos sociais considerados *entraves* ao modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado e corporações privadas que, cumpre lembrar, atuam de forma articulada.

Na região oriental da Amazônia, o Programa Grande Carajás (PGC)<sup>7</sup>, um megaempreendimento econômico, político e social, o qual teve início efetivo em princípios da década de 1980 (SANTOS, 2011), constitui a “expressão mais visível do modelo de desenvolvimento implementado a partir dos governos ditatoriais” (SANT’ANA JÚNIOR, et

---

<sup>5</sup> Um aspecto que pode ser levantado é a forma pela qual o Estado agora deve lidar com setores, a princípio, emponderados da sociedade civil. Apresenta Pereira (2013, p. 7-8) que, “entretanto, esse novo ativismo estatal tem ocorrido em um novo contexto político de consolidação da democracia brasileira. [...] a inserção desses projetos em um ambiente democrático complexifica o processo de implementação desses empreendimentos, uma vez que atores diversos são empoderados”. Contudo, não devemos tomar este novo cenário de forma acrítica, pois, se no regime ditatorial o Estado poderia acionar a *posse do uso legítimo de violência* que lhe caracteriza (WEBER, 2002), sem maiores constrangimentos, para promover os deslocamentos compulsórios de povos e populações que ocupassem o território que, por ventura, fosse do seu interesse para a implementação dos projetos desenvolvimentistas, o que ocorre hoje é a *manipulação*, por parte dos grandes empreendedores e agências governamentais, de instrumentos legais previstos na legislação brasileira, tais como os Relatórios de Impactos Ambientais (SANT’ANA JÚNIOR et al., 2009), além de situações nas quais mesmo as formas imaginadas como democráticas são atravessadas pela “dominação [exercida] pela presença técnica de expertise, bem como o abafamento e a falta de espaço de diálogo com o saber leigo” (LEITE LOPES, 2006, p. 52-53). Além disto, conforme Sant’Ana Júnior et. al. (2009, p. 23): “Estes grupos são submetidos, também, a constantes constrangimentos simbólicos, pois a percepção de sua condição de fraqueza é sempre reforçada diante do que é apresentado como sendo a força dos grandes empreendedores públicos e privados”.

<sup>6</sup> De acordo com Almeida (1996, p. 30), deslocamento compulsório é: “o conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos”.

<sup>7</sup> O PGC foi institucionalizado pelo Presidente da República, João Figueiredo, através Decreto Lei 1813, de 24 de novembro de 1980. Segundo esse decreto, os empreendimentos integrantes do Programa compreendiam: “I - serviços de infra-estrutura, com prioridade para: a) o projeto da Ferrovia Serra de Carajás - São Luís; b) a instalação ou ampliação do sistema portuário e de outros investimentos necessários à criação e utilização dos corredores de exportação de Carajás; c) as obras e instalações para a criação e utilização de hidrovias com capacidade para transporte de grandes massas; d) outros projetos concernentes a infra-estrutura e equipamentos de transporte que se façam necessários à implementação e ao desenvolvimento do Programa Grande Carajás; e) o aproveitamento hidrelétrico das bacias hidrográficas; II - projetos que tenham por objetivo atividades de: a) pesquisa, prospecção, extração, beneficiamento, elaboração primária ou industrialização de minerais; b) agricultura, pecuária, pesca e agroindústria; c) florestamento, reflorestamento, beneficiamento e industrialização de madeira; aproveitamento de fontes energéticas; III - outras atividades econômicas consideradas de importância para o desenvolvimento da região” (BRASIL, 1980, p. 1-2)



al., 2009, p. 20). Executado, em sua maior parte, pelo governo brasileiro, também sofreu forte interferência estrangeira (SANTOS, 2011). É importante assinalar, contudo, que é possível afirmar a existência de ações e pretensões de exploração econômica nesta região que são anteriores à supracitada década (SANTOS, 2011), quando foi descoberta a jazida de ferro da Serra dos Carajás, em 22 de agosto de 1967, pelos geólogos Erasto B. de Almeida e João E. Ritter, os quais trabalhavam a serviço da Companhia Meridional de Mineração (CMM), uma subsidiária da *United States Steel Corporation* (USSCo), uma das maiores consumidoras mundiais de minério de ferro (CARNEIRO, s.d), empresa estadunidense que já atuava em território brasileiro (FEITOSA, 1988), quando um helicóptero “pousou em uma clareira da Serra dos Carajás, revelando a existência de uma jazida de 18 bilhões de toneladas de minério de ferro de alto teor” (CARNEIRO, s.d, p. 18).

Desde seu início, conflitos foram produzidos em relação aos benefícios que seu funcionamento poderia acarretar a todos que passaram a ser atingidos (SANTOS, 2011). Para quem seriam os benefícios? Em que medida de equivalência os interesses sociais seriam postos em relação aos interesses empresariais? Ab’ Saber (2004. Grifos nossos) nos fornece, numa fala que deve ser reproduzida quase por completo, um panorama da problemática causada pela implantação desde projeto:

No conjunto ocorreu aí os complicados impactos criados pela implantação do Projeto Grande Carajás. Grandes lutas entre fazendeiros, posseiros, e madeireiros pela posse e pela exploração dos espaços florestados [...]. A pressão dos políticos regionais para solução que redundem em benefício próprio ou familiar, e sua interferência oligárquica a favor de sua própria classe social, *contra os interesses dos grupos mais carentes*. [...] Uma grande valorização das terras situadas à margem da recém construída Estrada de Ferro Carajás-Ponta da Madeira (São Luís) [...]. [Um] dos muitos fatos contabilizáveis é a completa ausência de um verdadeiro plano de previsão de impactos, em nível regional, no Projeto Grande Carajás. A industrialização e o crescimento urbano de São Luís, na Ilha do Maranhão, sob total ausência de um verdadeiro plano-mestre de ocupação do solo [...]. A incrível tendência de crescimento urbano das cidades de Marabá e Imperatriz, situadas a 700-800 km da costa. As ameaças, altamente predatórias, dos planos de implantação da indústria de ferro-gusa [...]. Enfim, uma enorme gama de problemas causados pela explosão concomitante e concorrente de impactos negativos. Sem falar nas graves questões que envolvem a preservação das reservas indígenas regionais, ameaçadas ou parcialmente invadidas por posseiros, fazendeiros, agropecuaristas, madeireiros, e sofrendo a interferência de múltiplas consequências provocadas pela abertura de novas estradas [...] e implantação de barragens.

A década de 1980 atravessou uma profunda crise econômica, sendo o PGC pensado enquanto um contributo para a superação desta crise que deveria, além de alavancar o crescimento industrial, siderúrgico e de exploração mineral, ocupar espaços considerados

*vazios*<sup>8</sup>, substituindo formas de vidas *tradicionais* pela *economia de mercado*<sup>9</sup>; deveria gerar, também, empregos e renda, assim como descentralizar a economia do país (SANTOS, 2011).

Alguns fatores contribuíram para que a Amazônia fosse vista pelos agentes responsáveis pelo empreendimento enquanto um lugar propício a tal investimento: energia e mão de obra em abundância; vantagens advindas de uma legislação ambiental tolerante em relação às atividades poluentes e devastadoras; a garantia de grandes pedaços de terra e direitos minerais a quem se dispusesse a investir na região, além de incentivos fiscais para atrair investimentos estrangeiros (SANTOS, 2011).

De início, era necessário que se decidisse a forma pela qual o minério extraído seria transportado. Surgiram então duas alternativas: a primeira por via fluvial através de uma hidrovía pelo Rio Tocantins, ou então por via terrestre através de uma ferrovia que atravessasse os estados do Maranhão e do Pará, sendo escolhida a segunda alternativa (CARNEIRO, s.d). Para construir a infraestrutura necessária à enorme e complexa obra que seria realizada, a então empresa estatal Companhia Vale do Rio Doce<sup>10</sup> buscou o aval da esfera pública federal graças ao volume de recursos que seria necessário (3,7 bilhões de dólares), assim como negociar em âmbito estadual e municipal com os governos que seriam atingidos.

Na primeira parte do projeto, então, foram realizadas obras de infraestrutura: a) rodovias: Transamazônica<sup>11</sup> e Belém-Brasília<sup>12</sup>; b) Estrada de Ferro Carajás (EFC), com

---

<sup>8</sup> A ideia da região Norte enquanto um vazio a ser ocupado e *desenvolvido* também é portadora de implicações políticas: “O desenvolvimento da Amazônia justificava-se pela doutrina da ‘Segurança Nacional’, com a argumentação de que a região Norte, por ser esparsamente habitada, deixava o país vulnerável a violações de fronteira, a movimentos de guerrilhas e ao ingresso de interesses econômicos estrangeiros” (ADRIANCE, 1996, p.41-42). Para este intento, em 1966 foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a qual deveria integrar a região norte ao plano nacional de modernização através de um sistema de crédito e deduções tributárias para investidores (ADRIANCE, 1996). Para Sant’Ana Júnior (2004), opondo-se a esta visão do vazio demográfico, a Região Amazônica é uma região povoada por diferentes povos, de forma variada e complexa.

<sup>9</sup> “Com efeito, se até recentemente metade do território nacional constituída pela Amazônia brasileira permaneceu à margem dos processos responsáveis pela organização do espaço, nos últimos quinze anos, por injunções do processo de crescimento econômico nacional, modifica-se sua percepção, cuja imagem passa a ser a de uma fronteira de recursos, capaz de favorecer tanto o equilíbrio geopolítico interno como externo” (BECKER, 1977, p. 33). Ainda sobre este aspecto, Sousa e Pacheco (2013, p. 247) afirmam: “Ligando a primeira metrópole da Amazônia à nova Capital Federal, essa rodovia, também chamada de Rodovia da Unidade Nacional, representou ainda uma estratégia geopolítica de ocupação de uma enorme região localizada no interior do país caracterizada pelo grande ‘vazio demográfico’.

<sup>10</sup> Hoje, após ser privatizada, a empresa se autodenomina apenas Vale.

<sup>11</sup> “A Rodovia Transamazônica foi construída no início da década de setenta com o propósito específico de

quase 900 km de extensão, que liga a Serra do Carajás, no Pará, a São Luís, no Maranhão; c) portos marítimos: Porto do Itaqui e Porto da Ponta da Madeira, ambos em São Luís<sup>13</sup>; d) porto fluvial: Barcarena, no Pará; e) Usina hidrelétrica do Tucuruí, no Pará (SANTOS, 2011). Conforme Feitosa (1988, p. 11):

além das obras de engenharia necessárias à operacionalização do projeto, foi prevista a construção de um núcleo residencial, próximo à mina, com capacidade estimada em 11.000 habitantes e infra-estrutura urbana completa, seis núcleos habitacionais ao longo da ferrovia e construção, ou locação, em São Luiz (sic), conforme as necessidades. Deve-se ressaltar que, da mão de obra requerida para o projeto, apenas uma pequena parcela dos serviços especializados, além dos prescindíveis de operários qualificados, poderia ser suprida pela população local. O pessoal técnico deveria ser contratado fora da região.

Ao todo, 218 municípios nos estados do Maranhão (131), Pará (70) e Tocantins (17) foram envolvidos pelo Programa Grande Carajás, numa área de 90 milhões de hectares, indo da caatinga nordestina à floresta amazônica, passando ainda pelo planalto central. Esta área foi dividida em três blocos: I – São Luís/ Santa Inês (MA); II – Santa Inês/ Marabá (PA); III – Marabá/Serra dos Carajás. Esta primeira área sendo composta por manguezais, babaçuais, áreas de inundação e áreas costeiras; já o segundo bloco sendo composto por florestas densas, cerrado e babaçuais; por fim, a terceira área totalmente inserida na Amazônia, considerada enquanto um local *vazio* a ser ocupado (SANTOS, 2011).

---

facilitar a colonização. Era a única dentre as novas rodovias federais que ia do leste para o oeste [...]” (ADRIANCE, 1996, p. 48).

<sup>12</sup> “Construída simultaneamente com a nova Capital Federal em 1960, a construção da rodovia Belém-Brasília fez parte do Plano de Metas do Governo JK, sendo considerada de grande importância para a estratégia de integração nacional” (SOUSA; PACHECO, 2013, p. 253). Já no âmbito da ditadura civil-militar, “durante o mandato do presidente Médici, o governo brasileiro fez uma promessa de construir 15 mil quilômetros de rodovias na região amazônica, dos quais 3.300 km pertenceriam a BR-230, ou rodovia Transamazônica” (LOUREIRO, s.d, p. 02).

<sup>13</sup> Segundo Feitosa (1988), dentre as alternativas estudadas, duas áreas foram selecionadas para instalação dos portos para exportação do minério: uma na Baía de Marajó, no estado do Pará, e outra na Baía de São Marcos, no estado do Maranhão. Ao fim dos estudos, a Ponta da Madeira foi considerada mais adequada por atender às especificações previstas.

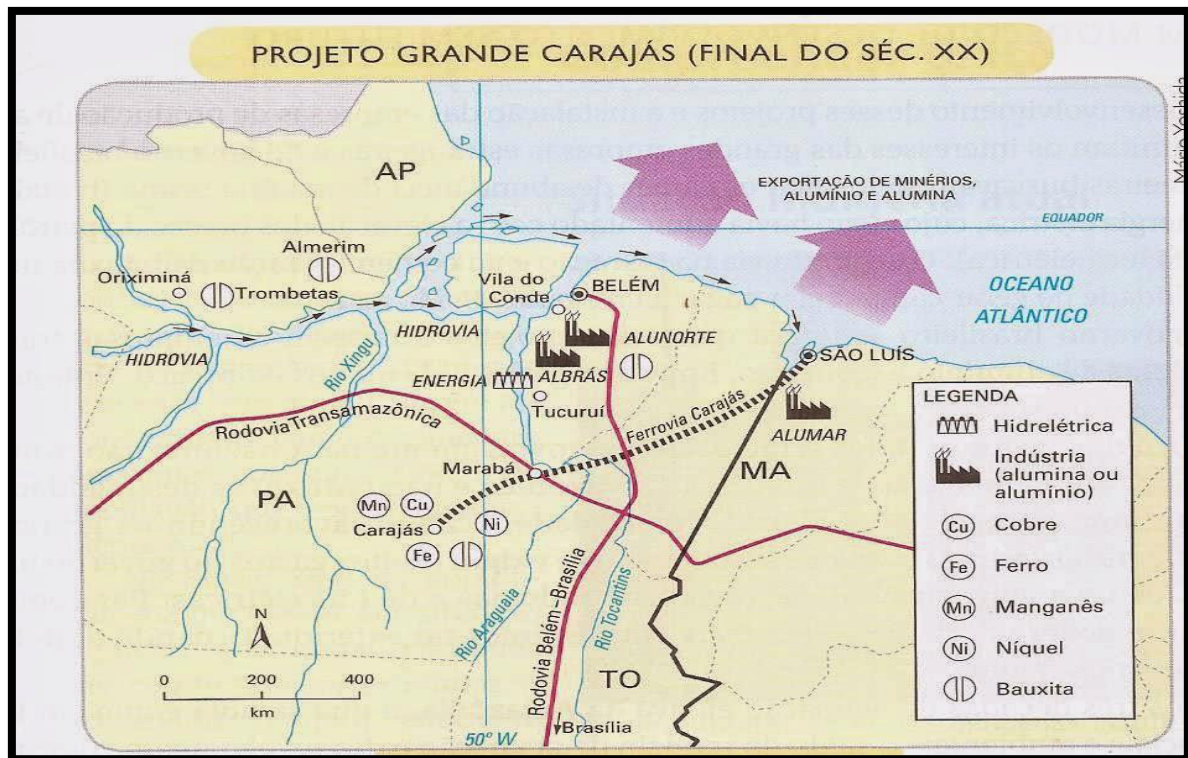


Figura 1: Área do PGC. Disponível em: < <http://1.bp.blogspot.com/-FyVAJ-hECaE/VSrkGuNtkZI/AAAAAAAAAgvg/HIUCKbQNOFw/s1600/CARAJÁS.jpg>>. Acesso em 14 de setembro de 2015.

Esta perspectiva que toma áreas da Amazônia enquanto um vazio ancora-se numa concepção social que norteou o desenvolvimento do PGC, a saber: a lógica de incorporar apenas os grupos sociais capazes de oferecer mão de obra assalariada. O PGC gerou problemas para grandes parcelas da população das áreas atingidas, as quais não se enquadraram adequadamente à nova realidade posta, especialmente índios e camponeses. Dentre estas pessoas que, em geral, mantém uma forma de vida que tem uma relação pouco agressiva em relação à natureza e nas quais “as relações de mercado exerciam pouca influência” (SANTOS, 2011, p. 86), muitas aceitaram o que foi colocado a partir da ação do empreendimento e conseguiram se adaptar; contudo, outras não conseguiram se adaptar completamente, enquanto outra parcela foi incapaz de se adequar às brutais mudanças em suas vidas, no aspecto econômico, social e cultural: “esse trabalhador teve que reaprender a viver de maneira consideravelmente diferente da forma que sua cultura lhe ensinara” (SANTOS, 2011, p. 86). Lançados para o mundo do trabalho assalariado, sem suas terras, muitas destas pessoas se viram numa situação delicada, pois, ao mesmo tempo em que se afastavam da agricultura e outras atividades que lhes garantiam a reprodução de sua existência, não dispunham de condições para o aperfeiçoamento técnico suficiente que

poderia lhes garantir um emprego com estabilidade no novo arranjo que se colocou (SANTOS, 2011).

Além deste aspecto, nesta expressiva área de 900 mil km<sup>2</sup> que recebeu grandes obras infraestruturais e variados empreendimentos, o PGC forçou a migração de grande contingente populacional para as cidades, muitas destas pessoas atraídas pela promessa de empregos, resultando num inchaço problemático devido à incapacidade de se ofertar adequadamente os serviços necessários para o contingente de pessoas que ali chegou numa velocidade muito grande. Um exemplo elencado por Santos (2011), em seu livro *O Projeto Grande Carajás e seus reflexos para a cultura extrativista no Maranhão*, foi o ocorrido na cidade paraense de Tucuruí, na qual 90% dos migrantes não conseguiram emprego nas obras da hidrelétrica que ali foi construída. É importante salientar que já a partir da divulgação da descoberta da jazida presente na Serra dos Carajás, isto em 1967, um considerável fluxo migratório para as cidades que supostamente seriam beneficiadas pôde ser observado, ocasionando mudanças bruscas nos modos de vidas das populações das áreas envolvidas (FEITOSA, 1988).

## **1.2 O Programa Grande Carajás no Maranhão e a chegada da ALCOA/ALUMAR**

No Maranhão, o desdobramento deste Programa e de outras ações foi a implantação da infraestrutura necessária para a exploração/escoamento da produção mineral, florestal, agrícola, pecuária e industrial do próprio estado, assim como de seus vizinhos (SANT'ANA JÚNIOR, et al., 2009). Tal malha infraestrutural é essencial para a exploração dos recursos naturais, sendo uma área prioritária de investimento de instituições internacionais (HAGEMAN, 1996), além de ter possibilitado, num curto espaço temporal, “grandes abalos sociais e danos ecológicos em vastas regiões florestais” (HAGEMAN, 1996, p. 35). De forma paralela e associada a esta infraestrutura:

oito usinas de processamento de ferro gusa nas margens da Estrada de Ferro Carajás, vinculadas a uma extensa rede de produção de carvão vegetal; uma grande indústria de alumina e alumínio (Alumar) e bases para estocagem e processamento industrial de minério de ferro (Vale) na Ilha do Maranhão; um centro de lançamento de artefatos espaciais (Centro de Lançamento de Alcântara – CLA), no município de Alcântara; monocultura agrícola extensiva (soja, sorgo, milho) no sul e sudeste do estado; monocultura de eucalipto, apresentada como “projetos de reflorestamento”, em várias regiões do estado; extensa rede, em grande parte ilegal, de madeireiras, na região da Pré-Amazônia maranhense; criação de búfalos, na Baixada Maranhense; ampliação da pecuária bovina extensiva, em todo o Maranhão; projetos de carcinicultura, no litoral (SANT'ANA JÚNIOR, et al, 2009, p. 21).

Segundo Costa (2003, p. 65), o governo do Estado do Maranhão buscava, à época, transformar a estrutura da economia maranhense, a qual, até o final da década de 1950,

pautava-se na produção têxtil. Com o declínio desta indústria têxtil, a economia do Estado passou a se restringir “a uma agricultura tradicional, [...] e de práticas predatórias e a uma pequena indústria extrativa de babaçu, além do beneficiamento primário de arroz”. Neste sentido, era buscado o desenvolvimento de uma dita

*vocação* metalúrgica no Maranhão, mais particularmente em São Luís, ponderando acima de todas as razões o seu porto, sempre considerado, mesmo em estudos realizados fora do Estado, até por consultorias internacionais, como de condições excepcionais para a operação de embarcações de grande capacidade de carga (MOREIRA, 1989, p. 3 *apud* COSTA, 2003, p. 65. Grifos nossos).

Devido a certas características, o Maranhão, sua capital São Luís em especial, historicamente tem sido visto como um ambiente privilegiado para a implantação de projetos desenvolvimentistas (CARVALHO; CIDADE, s.d, p. 119), conforme apresentado:

Situada em local privilegiado, São Luís apresenta características naturais e construídas favoráveis para a implantação de grandes projetos. Ligada ao Oceano Atlântico, uma das mais marcantes características naturais é a Baía de São Marcos, com profundidade natural mínima de 23 metros e, assim, adequada para navios de grande calado. Entre as principais características construídas pode-se destacar o Complexo Portuário do Itaqui, importante porto exportador de minério de ferro e de escoamento da produção da soja.

Este processo de reorientação da economia maranhense inicia-se em fins de 1970, início da década de 1980 com a chegada dos desdobramentos do PGC e, também, do projeto ALUMAR, capitaneado pela multinacional ALCOA<sup>14</sup>, a qual atua nas seguintes localidades, contemporaneamente:

A ALCOA atua nas seguintes localidades, no Brasil e na América Latina:

---

<sup>14</sup>Sobre a ALCOA: “uma companhia transnacional com sede nos Estados Unidos, opera em diversos países do mundo. [...] No Brasil, a ALCOA instalou-se, primeiro, em Poços de Caldas, Minas Gerais, e aos poucos, procurou desenvolver mais a indústria” (EGLISH, 1984, p. 25).



Figura 2: Mapa com a atuação da ALCOA na América Latina e Caribe. Fonte: ESPADARO, 2013, p. 05.

Neste sentido, Costa (2003, p. 65) afirma que a década de 1980

marca [...] a redefinição da economia maranhense no processo de acumulação capitalista. De produtora de alimentos, passa a gerar divisas, inserindo-se assim, como um espaço periférico dentro da própria periferia, numa posição subordinada na ordem do sistema internacional do capital.

O debate socioambiental em São Luís remete justamente à década de 1970, especialmente em torno do Programa Grande Carajás (ALVES, 2014), o qual, segundo Barbosa (2006, p. 52), foi capaz de engendrar complexas mudanças tanto econômicas, quando sociais e políticas, graças a “uma industrialização desenvolvida à custa da exploração intensiva de recursos naturais, sustentada por uma política governamental socialmente perversa”. Segue trecho de uma nota datada de 01 de junho de 1981, parte integrante do documento *A Expropriação de Famílias da Periferia de São Luis pelo Projeto Carajás*, bastante ilustrativa do caráter verdadeiramente traumático para as populações atingidas, ou ainda, moradoras de áreas *pretendidas* para a instalação de um grande empreendimento:

A AMZA<sup>15</sup> é uma empresa que vive nos atormentando desde o ano de 1977 quando começou a carimbar várias casas na nossa rua. Desde quando nossas casas foram

<sup>15</sup> De acordo com Barbosa (2006, p. 55), Carajás já era objeto de interesse do governo brasileiro desde fins da década de 1950. Contudo, apenas em 1967, a Companhia Meridional de Mineração, uma subsidiária da *United States Steel Corporation*, descobriu jazidas de minério de ferro (18 bilhões de toneladas de minério de ferro, 1 bilhão de toneladas de minério de cobre, 6 milhões de toneladas de manganês, 4,5 milhões de níquel, 37 mil toneladas de estanho, 400 mil toneladas de cobre e 4,7 bilhões de toneladas de bauxita, além de outros minérios) na Serra dos Carajás. A criação da Amazônia Mineração (AMZA), como resultado de uma associação entre a

carimbadas, não tivemos mais sossego com os abusos desta empresa, que nos proíbe de fazer qualquer benfeitoria em nossas casas, de plantar, de penetrar no mato para tirarmos pindova pra trabalhar, que muitas vezes é nossa fonte de renda, chegando até a colocar capangas para intimidar os que por acaso desobedecem suas ordens (PAULA ANDRADE, 1981, p. 01).

Já sobre a Alumar, no contexto do PGC, conforme anteriormente referido, um complexo de alumina-alumínio, Alves (2010, p. 5) discorre:

Um segundo projeto já vinha sendo idealizado no âmbito do Projeto Carajás, a ser construído na cidade de São Luís-MA, levando em conta a localização geográfica, do ponto de vista da logística portuária para o escoamento da produção para o mercado internacional. O complexo de alumina-alumínio construído no município de São Luís-MA, naquele momento, era o maior financiamento privado empreendido no Brasil e controlado exclusivamente por multinacionais estrangeiras: a *Aluminian Company of American* (ALCOA; que atua na região através do Consórcio ALUMAR) e a *Billiton Metals*. A ALUMAR tornou-se a principal beneficiária no projeto, como, também, no consumo de energia gerada pela Hidrelétrica de Tucuruí (PA) e na utilização da estrutura de transporte viabilizada pelo governo brasileiro.

Sobre as metas colocadas pela chegada da ALCOA em São Luís, Eglis (1984, p. 19) afirma:

Em sua bagagem, um projeto ambicioso: produzir, a partir de 1984, 500 mil toneladas de alumina e 100 mil toneladas de alumínio metálico por ano. Mas a grande meta (...) era aumentar a produção para 3 milhões de toneladas de alumina e 300 mil toneladas de alumínio, ambas por ano.

Para que a fábrica da ALCOA pudesse ser instalada em São Luís,

foi concedida inicialmente uma área de 3.500 ha por meio de um acordo entre a empresa e o governo estadual. Posteriormente, a empresa requereu do governo estadual, o aumento de 10.000 ha, o que correspondia, a 12% do território da Ilha do Maranhão e a 50% do Distrito Industrial de São Luís (CÁRITAS BRASILEIRA, 1983 *apud* ALVES, 2014, p. 42).

É importante considerar o fato de que mesmo com a Carta de Intenção assinada pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Maranhão (CDI), representando o governo do Estado, e pela Alcominas enquanto representante da ALCOA, datar de janeiro de 1980, apenas em junho daquele ano estas intenções vieram a público, sendo denunciadas pelo então deputado estadual Haroldo Sabóia (EGLISH, 1984). Sobre esta questão, Vidigal (1982, p. 66) aponta que:

Já se evidencia que o assunto vinha sendo tratado a portas fechadas, pois nem a opinião pública nem a Assembléia Legislativa tomaram conhecimento dos

---

Companhia Vale do Rio Doce e a United States Steel Corporation, constituiu-se enquanto iniciativa para evitar que a *United States Steel Corporation*, enquanto única proprietária, alcançasse o controle das jazidas. A partir de 1974, a AMZA instalou-se em São Luís e suas ações no intuito de implantar o projeto basearam-se no “processo de desapropriação da área Itaqui/Bacanga, que fora destinada para as instalações do porto-ferrovia com vista ao escoamento e exportação do minério para o mercado externo”.



procedimentos que estavam em andamento. As negociações evoluíram como se fosse um contrato estritamente privado, do qual as partes não se obrigam a prestar contas a ninguém.

Esta área tomada pela empresa não era desabitada, todavia. Esta “entrega” não respeitou a existência de vários povoados de trabalhadores rurais e pescadores, o que gerou conflitos envolvendo a posse de terra, assim como outros impactos ambientais consideráveis (ALVES, 2014). Além dessas amplas porções de terra, a ALCOA exigiu, como subsídios, isenção do Imposto de Renda (IR) durante 15 anos, assim como isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICM), além de outras exigências (VIDIGAL, 1982). Costa (2003, p. 68), nesta direção, aponta que tanto o PGC quanto Alumar receberam:

concessão, arrendamento e titulação de terras públicas ou mesmo desapropriação de terras particulares necessárias à execução dos projetos, licença ou concessão para construção e operação de instalações portuárias, contratos para fornecimento de energia elétrica e transporte fluvial, cessão ou arrendamento de direitos de exploração mineral ou florestal, autorização, emissão de guias e concessão de financiamentos para exportação, concessão de aval ou garantia do Tesouro Nacional ou de instituições financeiras públicas para empréstimos externos e até para participação com recursos públicos no capital social de sociedades titulares de projetos.

Este impulso ao setor industrial, acarretado pela implantação dos projetos industriais aqui referidos, provocou alterações importantes no sistema produtivo maranhense, em relação ao que existia anteriormente. Tais mudanças não deixaram de produzir impactos socioambientais e políticos, alterando os modos de vida das populações que habitavam as áreas abarcadas pelos empreendimentos (COSTA, 2003). De acordo com Diniz (2007), o PIB maranhense cresceu a 8% ao ano ao fim da década de 1970, devido aos capitais industriais que começaram a chegar. A entrada destes referidos empreendimentos econômicos de grande vulto acarretou mudanças importantes na cidade de São Luís. Segundo Diniz (2007), entre as décadas de 1970 e 1980 a população da cidade duplicou. Já segundo dados levantados por Feitosa (1988), a população residente de São Luís em 1950 era de 119.785, passando para 158.292 em 1960, subindo para 270.651 em 1970, alcançando a marca de 460.320 habitantes em 1980. Entre 1970 e 1980, o percentual de crescimento, segundo este autor, foi de 70%. Tamanho crescimento produziu problemas relativos à “habitação, saúde, segurança e favoreceu o surgimento de ocupações irregulares, palafitas e favelas” (DINIZ, 2007, p. 169). Explorando um pouco mais este crescimento demográfico:

Entre 1980/90 São Luís foi o maior centro de atração dos fluxos migratórios interurbanos (84,92% de migrantes urbanos), caracterizando-se como uma área de concentração dos mais elevados estoques de migrantes, cuja taxa de urbanização apresenta uma porcentagem da população de mais de 50% sobre o total do Estado,

atingindo densidade demográfica de 500 hab./Km<sup>2</sup> (DINIZ, 1993, p. 13 *apud* DINIZ, 2007, p. 170).

Todos os benefícios prometidos, nos discursos oficiais<sup>16</sup>, a respeito de garantia de empregos aos locais, assim como geração de renda ao Estado, foram desmentidos pelo que se desenvolveu posteriormente. Segundo Costa (2003, p. 68):

a estratégia de empresas multinacionais como a ALCOA é a de concentrar nos espaços periféricos apenas atividades de núcleo periférico, como a produção de alumínio/alumina, por exemplo. Enquanto as atividades de alto valor agregado, de planejamento, de pesquisa e desenvolvimento [...] permanecem concentradas no seu país de origem.

A então Secretaria de Planejamento do Estado do Maranhão (SEPLAN/MA) organizou um Grupo Especial de Trabalho, no dia 4 de junho de 1982, composto por técnicos vindos de diversos órgãos do governo (VIDIGAL, 1982), para que a implantação da fábrica de alumina e alumínio da Alcoa em São Luís pudesse ser estudada, visando posterior elaboração de um parecer técnico sobre a viabilidade deste projeto (GLISH, 1984). O trabalho deste Grupo, contudo, foi atrapalhado pela falta de colaboração da empresa, assim como de órgãos da administração pública estadual, que não lhes forneciam os elementos – já após três dias da criação do mesmo – informativos<sup>17</sup> que seriam essenciais para o início do trabalho que lhe fora delegado (VIDIGAL, 1982). Ainda sobre isto:

Até parece que o Grupo Especial de Trabalho, apesar de formalmente constituído, estava sendo boicotado pelos próprios interessados no andamento do seu trabalho [...]. Ao Grupo [...] também não foram transmitidas, em momento algum, informações sobre a diretriz política dos órgãos federais que se supõem de alguma forma envolvidos, sejam eles o Ministério do Interior, a SUDAM, a SUDENE, o Ministério de Minas e Energia, o Ministério da Indústria e Comércio, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e o Conselho de Desenvolvimento Industrial. Perante o Grupo de Trabalho, o Governo do Maranhão se apresentava naquele momento de maneira estranhamente auto-suficiente, a decidir sozinho sobre um projeto de implicações nacionais. É compreensível o desapontamento daquela equipe, ao deparar com a situação tão constrangedora, que praticamente inibia o seu trabalho [...] (VIDIGAL, 1982, p. 66-67).

Além destas condições desfavoráveis, o Grupo foi pressionado a executar seu trabalho em tempo exíguo<sup>18</sup>: “A ALCOA pretendia dar início às obras [...] já nos próximos dois meses

<sup>16</sup> Criação de um mercado interno de pó de alumina e alumínio que tornaria o Brasil independente nesta produção; desenvolvimento regional, emprego aos locais; maior arrecadação do ICM pelo estado (mais de 2 bilhões em 1984), assim como maior arrecadação do IPI (por volta de 450 milhões); auxílio no desenvolvimento do Nordeste (COSTA, 2003).

<sup>17</sup> Mesmo após recebidos, estes eram de uma fragilidade e insuficiência gritantes (VIDIGAL, 1982).

<sup>18</sup> “A empresa impondo, determinando, exigindo, enquanto o Governo estadual se comportando com humilhante docilidade, cedendo [...] como se não fora ele a autoridade detentora da soberania do Estado. Aliás, a pressa é uma tática costumeira das multinacionais para forçar o negócio” (VIDIGAL, 1982, p. 67).

[...], muito embora nem tivesse apresentado [...] o seu Projeto, ou alguma coisa que estivesse revestida das características formais de um Projeto de investimento” (VIDIGAL, 1982).

Em seu relatório final, apesar dos percalços, o parecer técnico foi *contrário*<sup>19</sup> à implantação da fábrica na cidade, em relação aos seguintes itens:

- a) *Terras*: o governo estadual concedia 10 mil hectares, quando inicialmente foram solicitados 3.500 hectares; esta área concedida era incompatível com a preservação ambiental e da qualidade de vida da população da cidade, pois haveria, segundo os técnicos deste grupo de trabalho, "excessiva demanda por serviços básicos e [...] dificuldade do Município em atender essa demanda" (RELATÓRIO, 1980, p. 12 *apud* COSTA, 2003, p. 75). English (1984) aponta o monopólio exercido pela ALCOA no Distrito Industrial ao entrar no mercado imobiliário, tendo recebido esta quantidade significativa de terras. Esta ação também ameaçava a existência dos povoados agrícolas e pesqueiros do sul da Ilha (ADRIANCE, 1996); o relatório afirma que estes 10 mil hectares representa mais de 10% da área total da ilha de São Luís, uma área maior que a área urbana da Capital e mais da metade da área do Distrito Industrial (VIDIGAL, 1982);
- b) *Abastecimento de água para a população seria comprometido*: a presença de mananciais na área escolhida pela Alcoa, aliado ao consumo excessivo de água (500.000 m<sup>3</sup>/mês) pela empresa (COSTA, 2003). Um consumo excessivo devido às necessidades da indústria (ENGLISH, 1984). Vidigal (1982) aponta que a área escolhida para a ALCOA se localiza onde estava planejada a construção do reservatório do Rio Pedrinhas;
- c) *Receitas e rendas geradas com a isenção de impostos (IR, IPI e ICM)*: principalmente a receita de ICM, a qual o governo estadual deixaria de arrecadar, nos primeiros cinco anos de funcionamento do projeto: 99 milhões de dólares (COSTA, 2003; VIDIGAL, 1982);
- d) *Demanda por mão de obra*: 4.000 empregados, aproximadamente, na fase de implantação do Projeto, com pouca formação, restando por volta de 2.000 empregados, estes especializados e semi-especializados (VIDIGAL,

---

<sup>19</sup> Na leitura de Vidigal (1982), esta posição contrária certamente não era esperada, pois as precárias condições de trabalho que foram ofertadas ao Grupo sinalizariam que este teria um papel apenas teatral, quando, na verdade, o acordo já estaria decretado em outras instâncias.

1982) durante seu funcionamento. Esta diferença seria refletida no aumento de desempregados e subempregados na cidade (COSTA, 2003). Como aponta, neste sentido, Eglis (1984), mais de 20 mil pessoas que residiam na área pretendida pela ALCOA foram expulsas. Estas pessoas viviam uma economia familiar, com uma relação mais livre em relação ao mercado local. Tendo em vista o parco número de empregos diretos oferecidos pelo empreendimento – fato atestado pelo próprio grupo de especialistas que compôs o Grupo Especial de Trabalho aqui referido –, tem-se a proporção dos problemas que este empreendimento estaria trazendo à Ilha<sup>20</sup>.

Com relação aos já referidos incentivos oferecidos pelo poder público maranhense, para o então deputado federal Edson Vidigal, o posicionamento do governo do Estado frente à Alcoa se traduzia em uma postura de “benevolência [...] em relação aos interesses daquela empresa multinacional” (VIDIGAL, 1982, p. 65), pois mesmo com o parecer acima, contrário à realização dos planos da Alcoa na cidade, a decisão política foi favorável “prevalecendo os interesses do capital produtivo internacional, do governo federal e do poder oligárquico local, em detrimento dos ônus econômicos e sociais que recaíram sobre o Estado” (COSTA, 2003, p. 76). Segundo Eglis (1984), a promessa de arrecadação volumosa de impostos se mostrou falsa, pois com as isenções oferecidas pelo governo do Estado resultaram, nos primeiros anos de implantação do empreendimento, na perda de dinheiro. Além disto,

Concretamente, a prefeitura de São Luís começou a sentir o prejuízo da indústria quando, no mês de dezembro de 1983, a ALCOA negou ter o dever de pagar o imposto IPTU, correspondente, naquele mês, a um bilhão de cruzeiros (EGLIS, 1984, p. 56).

Eglis (1984) aponta a existência de irregularidades no processo de instalação da ALCOA em São Luís, sendo, inclusive, objeto de ações jurídicas movidas pelo Comitê em Defesa da Ilha<sup>21</sup>, “fundado em 1980 e formado por um grupo de militantes e intelectuais, entre

---

<sup>20</sup>Nas palavras de Vidigal (1982, p. 79): “[...] na fase de implantação do projeto a ALCOA estará atraindo contingentes de trabalhadores do interior para suprir a insuficiência de mão-de-obra da Capital. Mas, toda essa população ficará desempregada, quando a empresa entrar em funcionamento, operando com pessoal mais gabaritado. Então teremos multiplicados, muitas vezes, os problemas sociais com que se defronta a cidade de São Luís. Teremos de arcar com um custo social altíssimo para resolver, ainda que precariamente, os problemas gerados por essa população excedente no que toca a habitação, saúde, educação, saneamento básico e outros”.

<sup>21</sup> Segundo Eglis (1984), o Comitê foi o principal sustentáculo da resistência popular frente a ALCOA. Mas é importante apontar a existência de uma associação comunitária chamada ASSACRE neste processo de resistência. Adriance (1996, p. 87) aponta que o Comitê “iniciou uma campanha de esclarecimento ao público, por meio da imprensa nacional e internacional, sobre os perigos de uma refinaria de alumínio naquele local. O comitê providenciou também amparo jurídico para os moradores dos povoados, desafiou judicialmente a Alcoa três vezes por ações ilegais, promoveu debates na televisão, estimulou o debate em programas de rádio e em

estes, advogados, jornalistas, parlamentares de esquerda, funcionários públicos e religiosos ligados ao setor progressista da Igreja Católica” (ALVES, 2014, p. 46), o qual promoveu uma série de denúncias acerca dos impactos negativos em termos da degradação ecológica e “comprometimento do ecossistema da região, bem como, das irregularidades do processo de desapropriação das extensas áreas de terra serviram à localização da empresa, [as quais] foram convenientemente ignoradas pelo então governador” (COSTA, 2003, p. 82). As ações e denúncias apresentadas pelo *Comitê*, inclusive, através de contatos de alguns de seus integrantes, chegaram a ganhar repercussão nacional e internacional<sup>22</sup>.

Tais irregularidades referem-se, principalmente, à ilegalidade na negociação dos 10 mil hectares de terras cedidas pelo governo do Estado sem a devida aprovação da Assembleia Legislativa e do Senado Federal, o órgão competente no julgamento de ações que transfiram terras do Estado superiores a 3.000 hectares (EGLISH, 1984; ADRIANCE, 1996; VIDIGAL, 1982). Além disto, o comprometimento ambiental nas áreas próximas ao empreendimento graças ao

despejo de resíduos sólidos e à criação de lagos de lama vermelha, além das emissões gasosas, provenientes da mistura de dióxido de enxofre com a água, resultando em ácido sulfúrico, comprometendo os recursos hídricos e as espécies animais e vegetais dessa área (COSTA, 2003, p. 76).

Sobre os impactos causados pela Alcoa em São Luís, Eglish (1984, p. 55. Grifos nossos) discorre:

Essa indústria ocupa 10 mil hectares de terras (6.500 hc. de reserva e 3.500 de uso) engolindo uma considerável fatia do território da Ilha de São Luís, entra no mercado imobiliário e praticamente monopoliza a área do Distrito Industrial. Por outro lado, *remove mais de 20 mil pessoas que viviam uma economia familiar, caracterizada pela relação livre com o mercado local*, e oferece apenas 2 mil a 2.500 empregos diretos. Quer dizer, esses empregos oferecidos não pagam as desvantagens econômicas das centenas de famílias obrigadas a abandonar suas terras, onde moravam, plantavam e se alimentavam com o mínimo de gastos. Além disso, esses empregos nada representam para uma população de 500 mil pessoas<sup>23</sup>.

Os impactos ambientais que eram mobilizados na estratégia de enfrentamento à ALCOA davam a conhecer que havia um risco ambiental real oriundo do processo de refinamento de alumínio. Sobre estes riscos, aponta Adriance (1996, p. 86):

---

jornais e trabalhou em solidariedade com organizações ambientalistas internacionais”.

<sup>22</sup> “[...] o assunto é publicado pela imprensa do Sul do país, ganhando destaque em publicações nos Estados Unidos e Europa” (EGLISH, 1984, p. 42).

<sup>23</sup> População residente de São Luís, na década de 1980.

O Dr. Raul Ximenes Galvão, químico e economista de São Paulo, citou normas das Nações Unidas que desaconselham especificamente a construção de refinarias de alumínio próxima a cursos de água. Uma vez que São Luís está situada numa ilha atravessada por inúmeros córregos e canais, seria o pior lugar possível para o projeto.

Vidigal (1982) aponta os riscos da produção da lama vermelha, carregada de substâncias venenosas tais como a soda cáustica, fluoreto e cianureto, a qual poderia ter um extravasamento de seu conteúdo, seja pelo rompimento das paredes de contenção, seja por um volume de chuvas excessivo; além disto, a emissão de gases poluentes pelo funcionamento da ALCOA era um risco apontado já à época.

Mesmo com o parecer técnico e saberes científicos apontando em sentido contrário, assim como a articulação em volta do *Comitê*, a Alumar foi implantada em São Luís, contudo. Ou, conforme Eglis (1984, p. 27):

Apesar dos protestos ecológicos de cidadãos da Ilha e apesar do fato que as Nações Unidas tem aconselhado as companhias envolvidas na industrialização de bauxita a não funcionar em áreas próximas a rios e fontes de água e nem em lugares arenosos, por causa do risco de poluição resultante do lixo tóxico.

Nas falas de Adriance (1996, p. 81), resumo trágico:

Porém, por trás desse desenvolvimento aparentemente impressionante esconde-se uma historia de tragédias humanas, de terras perdidas, de pobreza crescente, de falsas promessas, da manipulação de lavradores, tanto pela Igreja quanto pelo Estado, e de ameaças à saúde e aos meios de subsistência das pessoas, criadas pela poluição maciça.

E ainda:

No passado, cidade pequena e pitoresca, cercada de terra agrícola produtiva, São Luís acabou se transformando em zona urbana de desemprego generalizado e com uma periferia inchada, abrigando gente que vive no nível básico de sobrevivência, ou mesmo abaixo dele. Além do trabalho temporário que resultou do processo de construção das usinas, as novas indústrias, que estão envenenando o ar, a água e o solo da ilha, geraram muito poucos empregos para os residentes. Ao contrário, ao expulsar as pessoas da terra, essas indústrias acabaram por retirar delas o seu próprio meio de vida (ADRIANCE, 1996, p. 93).

### **1.3 Ambientalização dos conflitos: resistências e o meio ambiente como uma nova questão pública**

Mas estes processos de exclusão, muitas vezes violentos, resultantes da implantação de projetos do tipo que estão sendo aqui referidos, não ocorrem sem resistências. Vários destes grupos sociais impactados, em alguma medida – o que apenas cada caso empírico pode demonstrar adequadamente – reagem promovendo o enfrentamento e propõem alternativas, de várias formas e em níveis diversos, ao paradigma de desenvolvimento que os atinge. A

literatura sociológica contemporânea vem se debruçando sobre este processo de invenção, consolidação e avanço da *temática ambiental*, a qual se coloca enquanto uma *nova questão pública*, que envolve desde especialistas que atuam no âmbito do Estado na discussão, produção e execução de políticas públicas, assim como diversos grupos sociais, como empreendedores e, também, *grupos atingidos e vulnerabilizados* (LEITE LOPES, 2006). No caso destes últimos grupos – mas sem ignorar os complexos fenômenos e posicionamentos que perpassam o primeiro grupo citado, os empreendedores –, Leite Lopes (2006) afirma que trabalhadores e parte dos grupos atingidos passam a mobilizar no interior de suas reivindicações a questão ambiental<sup>24</sup> na defesa de seus interesses.

A este processo acima referido, Leite Lopes (2006) designa *ambientalização*. Sobre este vocábulo, ele discorre que:

O termo “ambientalização” é um neologismo semelhante a alguns outros usados nas ciências sociais para designar novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos vistos da perspectiva de um processo. Assim, os termos “industrialização” ou “proletarização” (este último, usado por Marx) foram indicativos de novos fenômenos no século XIX, como se poderia também falar de tendências de “desindustrialização” e de “subproletarização” desde o final do século XX. Ou ainda, num sentido mais estrito, os termos usados por Norbert Elias (1990, 1993, 1995, 1997) para caracterizar processos históricos passados percebidos de forma nova como importantes, tais como “curialização” – designativo da formação das sociedades de corte européias entre os séculos XIV e XVIII – ou “esportificação” – que ganharam o mundo no século XX a partir da Inglaterra do século XIX [...] (LEITE LOPES, 2006, p. 34).

Coloca-se, então, a partir desta perspectiva, uma *nova questão social*, uma nova questão pública: *a preservação do meio ambiente*, ou, em suma, uma reconfiguração na qual antigas questões agora se constituem enquanto uma questão ambiental (RECHENGERG, 2006). Este processo histórico denominado ambientalização produz mudanças no âmbito do Estado, assim como na cotidianidade das pessoas. Leite Lopes (2006) traça considerações sobre cinco fatores que seriam representativos destas mudanças: a) o crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente entre os anos 1970 e final do século XX; b) os conflitos sociais em nível local e seus efeitos na interiorização de novas práticas; c) a

<sup>24</sup> Leite Lopes (2006, p. 33-34) se refere a um processo histórico que tem em sua volta a questão da *preservação ambiental* “que se pode datar por comodidade a partir das repercussões da conferência sobre meio ambiente promovida pela ONU em Estocolmo, em 1972. Nesses mais de 30 anos foi se configurando internacionalmente, e no Brasil, com suas apropriações específicas, *uma nova questão pública*, com diferentes dimensões: a questão da preservação do meio ambiente”. Alonso e Costa (2002, p. 01) apontam: “Nas últimas duas décadas do século XX, a questão ambiental alcançou o status de problema global e tem mobilizado não apenas a sociedade civil organizada, os meios de comunicação, mas os governos de todas as regiões do planeta”.

educação ambiental como um novo código de conduta coletiva e individual; d) a questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos; e) a questão da participação.

Sobre este primeiro fator, o autor se refere, de forma destacada, à “criação de uma série de instituições voltadas para novas atividades, inicialmente desencadeada pela conferência da ONU sobre meio ambiente de Estocolmo, em 1972” (LEITE LOPES, 2006, p. 37), como, por exemplo, a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), de âmbito nacional<sup>25</sup>, e outras instituições de controle ambiental como a Cetesb, em São Paulo no ano de 1974, e a Feema, no Rio de Janeiro no ano de 1975 (LEITE LOPES, 2006), as quais desenvolvem atividades relacionadas a esta nova questão e que se desdobraram, inclusive, em normas federais, evidenciando um alcance normativo destas atividades. Até mesmo conflitos localizados que levaram à criação de leis estão incluídos neste fator apresentado (LEITE LOPES, 2006).

No tocante aos conflitos sociais em nível local e seus efeitos na interiorização de novas práticas, o autor ilustra o processo de ambientalização a partir da exposição da forma pela qual um caráter *ambiental* se insere em um conflito que, originalmente, teria outra motivação – trabalhista, por exemplo –, ou seja, há uma *interiorização de preocupações ambientais*<sup>26</sup> (LEITE LOPES, 2006).

A educação ambiental enquanto um novo código de conduta coletivo e individual, na perspectiva do autor, atua, enquanto fator de ambientalização, como um *processo de interiorização de comportamentos e práticas*, figurando ao lado dos já referidos processos conflituosos de ambientalização que são postos a partir do pressionamento “por leis e controles estatais e ao mesmo tempo sendo alimentados por tais instrumentos estatais” (LEITE LOPES, 2006, p. 45). Há certa perspectiva hegemônica de educação ambiental, a qual

---

<sup>25</sup> Hoje, Ministério do Meio Ambiente.

<sup>26</sup> Vários exemplos são usados como ilustração, tais como o que ocorreu em Angra dos Reis (RJ), Itaguaí (RJ), em cidades mineiras, em Buenos Aires; contudo, o “caso de Volta Redonda tem um interesse particular pela clareza com que se vê ocorrer um processo histórico de passagem de intensos e importantes conflitos situados no interior da fábrica, por questões trabalhistas levadas adiante pelo sindicato operário, para uma situação de conflito da cidade contra a fábrica, por motivos ambientais de poluição industrial. Nessa passagem de uma década para a outra, dos anos 1980 para meados dos anos 1990 em diante, se dá a ‘descoberta da poluição’ na cidade, se intensifica nacionalmente a questão pública da preservação do meio ambiente, e ocorre localmente uma ‘ambientalização’ dos conflitos sociais” (LEITE LOPES, 2006, p. 44).



tem legitimidade a partir de Estocolmo em 1972 (o que será mais adiante apresentado de forma mais detida) e que o autor define como tendo o objetivo de:

[fornecer] códigos de comportamentos corretos sobre usos cotidianos, tais como o uso da água nos procedimentos de higiene corporal, sobre a lavagem de pratos e de roupa, sobre a correta disposição do lixo. Junto com uma série de informações sobre o mundo natural, as cadeias ecológicas, e sobre as ameaças à natureza, à paisagem, à saúde humana e à qualidade de vida urbana, há uma ênfase numa normatização de condutas na vida cotidiana (LEITE LOPES, 2006, p. 45).

Enquanto fonte de legitimidade e de argumentação em conflitos, o terceiro fator de ambientalização abordado pelo autor, a questão ambiental aparece na criação de *novas áreas jurídicas* a partir da especialização e crescimento do *direito ambiental*, dentre as quais é destacada a área dos direitos difusos:

abrangendo o direito do consumidor, a proteção ao patrimônio histórico e à paisagem, aos direitos da criança e do adolescente, e fazendo desse conjunto aparentemente heterogêneo de fenômenos um conjunto coerente em torno da idéia de direito coletivo, de necessidade de reprodução da qualidade de vida de uma geração para outra, de “sustentabilidade” (LEITE LOPES, 2006, p. 46).

Também aparece nas escolas, tendo a educação ambiental enquanto um tema transversal; nas empresas e as formas sustentáveis, responsáveis e *legítimas* de “ser” empresário, cristalizadas nos selos ambientais e normatizações expressas, por exemplo, pelo ISO 14.000<sup>27</sup> e que podem ser compreendidas como uma forma de adequação empresarial às denúncias levantadas pelos movimentos sociais e sanções estatais concernentes ao âmbito ambiental; nos sindicatos e outras associações da sociedade civil ao incorporarem, em suas estratégias de enfrentamento, a linguagem e argumentação ambiental enquanto ferramenta organizativa.

Por fim, nesse complexo processo de ambientalização, o autor discute sobre a questão da participação. Segundo ele, a participação popular, num primeiro momento, com o fim da ditadura civil-militar, parece ser, inclusive, estimulada no corpo da Constituição de 1988. Contudo, a partir da experiência empírica demonstrada por trabalhos etnográficos, *as populações locais nem sempre têm o adequado acesso aos instrumentos participativos criados* (LEITE LOPES, 2006).

---

<sup>27</sup> “A série de normas ISO 14000 correspondem a um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) editado pela ISO (International Organization for Standardization). Esta série de normas apresenta diretrizes para Auditorias Ambientais, Avaliação do Desempenho Ambiental, Rotulagem Ambiental e Análise do Ciclo de Vida dos Produtos. Ou seja, especifica os requisitos relativos a um sistema de gestão ambiental, de modo a permitir que a organização formule políticas e objetivos que levem em conta os requisitos legais e as informações referentes aos impactos ambientais significativos. A finalidade desta série de normas é equilibrar a proteção ambiental e a prevenção de poluição com as necessidades sociais e econômicas”. Disponível em: <<http://www.qualidade.esalq.usp.br/fase2/iso14000.htm>>. Acesso em: 28/08/2016.

Zhourí e Lashefski (2010, p.13) analisam este processo histórico da seguinte forma:

Destaca-se a criação de fóruns internacionais, nacionais e locais para discutir a questão, a introdução de esquemas de avaliação ambiental nas instituições financeiras internacionais, com a subsequente criação de instituições ambientais, mecanismos de licenciamento ambiental, reforço da legislação ambiental e ênfase na educação ambiental em geral. No setor privado, o processo se reflete no desenvolvimento de novas tecnologias ditas ambientais, em iniciativas para promoção de responsabilidade socioambiental empresarial e na abertura para o diálogo com os antigos adversários: grupos ambientalistas e movimentos sociais.

#### **1.4 Conflitos ambientais: disputas entre formas diferentes de construção, apropriação e usufruto de territórios e recursos**

A implantação, na Amazônia brasileira, de um modelo desenvolvimentista com impactos severos sobre a população e sobre o ambiente, concebido no regime ditatorial pós-1964, resultou no confronto entre lógicas diferenciadas de construção e usufruto de territórios e recursos, ou como apresenta Acselrad (2004, p. 26),

[conflitos] envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo a origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis (...) decorrentes do exercício de práticas de outros grupos.

Zhourí e Lashefski (2010) identificam que seja pela ação estatal<sup>28</sup>, seja ainda enquanto uma consequência de atividades econômicas capitalistas de âmbito privado, a continuidade de práticas de reprodução material e simbólica de diversas populações torna-se ameaçada. Na Zona Rural II de São Luís, diversos povoados convivem com ameaças à continuidade de seu modo de vida devido à proximidade com grandes instalações<sup>29</sup> resultantes do modelo desenvolvimentista hegemônico contemporaneamente, com todas as consequências que o acompanham, como degradação ambiental e deslocamentos compulsórios que se mantêm

---

<sup>28</sup> Sobre a ação do Estado, os autores destacam certa ambiguidade: “A presença do Estado, nos diferentes casos, mostra-se carregada de dubiedade: de um lado, surge como implementador das políticas conservacionistas autocráticas que acirram conflitos ambientais; de outro, surge como mediador que, por vezes, se posta ao lado das populações atingidas. Essa dubiedade pode ser interpretada como expressão da incidência dos conflitos ambientais sobre o campo institucional das chamadas ‘políticas ambientais’, fato que evidencia a *presença de brechas de contestação no interior da dominação exercida pelo paradigma do desenvolvimento*” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p.17. Grifos nossos).

<sup>29</sup> A Estrada de Ferro Carajás e seus terminais, o Complexo Portuário de São Luís e as indústrias minero-metalúrgicas, como o consórcio ALCOA/ALUMAR, Vale, além dos satélites administrativos de indústrias exploradoras do petróleo, como a PETROBRÁS (SANT’ANA JÚNIOR, et. al., 2009).

como uma ameaça constante devido à possibilidade da chegada de mais empreendimentos do mesmo tipo.

Segundo Marx e Engels (2007), o mundo sensível não é uma *coisa* dada de forma a-histórica, sempre igual a si mesma por toda eternidade; este mundo sensível não é portador, por si só, de “vocações” metafísicas, mas é, na verdade, produto de uma forma determinada de sociabilidade, ou seja, *é um produto histórico cuja construção é fruto da continuidade da vida de muitas gerações* (MARX, ENGELS, 2007). Neste mesmo sentido, argumenta Acselrad (2004) afirmando que há formas diferenciadas de produção da existência das sociedades a partir de formas diferentes de uso, apropriação e significação do mundo material sensível. Há formas de *apropriação técnica do mundo sensível*: que são modos de uso, “transformação biofísica, extração, inserção e deslocamento de materiais nos diferentes territórios da ação técnica. [...] Tais atos constituem as chamadas *formas técnicas de apropriação do mundo material*” (ACSELRAD, 2004, p. 14-15. Grifos do autor). Há, também, práticas de *apropriação social do mundo sensível*, que são os

processos de diferenciação social dos indivíduos, a partir das estruturas desiguais de distribuição, acesso, posse e controle de territórios ou de fontes, fluxos e estoques de recursos materiais. Tais práticas são historicamente constituídas, configurando lógicas distributivas das quais se nutrem as próprias dinâmicas de reprodução dos diferentes tipos de sociedade, com seus respectivos padrões de desigualdade (ACSELRAD, 2004, p. 15).

Existem também as formas de *apropriação cultural do mundo sensível*. Estas formas de apropriação dizem respeito à significação do mundo, que se encontram ao lado do aspecto material/econômico de apropriação técnica, assim como ao lado do processo de diferenciação social dos indivíduos. Nesta forma cultural de apropriação, o mundo sensível, material, se torna objeto de atividades de atribuição de significado<sup>30</sup> (ACSELRAD, 2004). Na interpretação deste autor, mesmo a forma *técnica* de apreensão do mundo, “o momento mais direto pelo qual os atores sociais [...] transformam o meio biofísico” (ACSELRAD, 2004, p.

---

<sup>30</sup> Segundo Acselrad (2004, p. 15), este aspecto *simbólico* do real tem importância, pois “os fatos culturais não restringem-se a simples epifenômenos das estruturas *produtivas* da sociedade, mas mostram-se [...] como parte integrante do processo de construção do mundo, dando-lhes sentidos e ordenamentos, comandando atos e práticas diversas a partir de categorias mentais, esquemas de percepção e representações coletivas diferenciadas”. Esta forma não reducionista de compreender o mundo sensível também está presente em uma carta de Engels a Joseph Bloch. Um dos fundadores do materialismo histórico e dialético afirma a seu interlocutor: “Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em última instância, determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais do que isso. *Se alguém o modifica, afirmando que o fator econômico é o único fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda*”. Disponível em: < [http://www.unioeste.br/projetos/histedopr/bibliografia/Carta\\_Engels\\_Bloch.pdf](http://www.unioeste.br/projetos/histedopr/bibliografia/Carta_Engels_Bloch.pdf)>. Acesso em 16/09/2015. Grifos nossos.

15), está perpassada por formas sociais e culturais e não é apenas uma resposta *genética e unilateral* a uma necessidade qualquer que se coloque na vida dos homens.

Se falarmos em termos marxianos, devemos compreender este processo de apreensão do mundo a partir da categoria fundante do *trabalho*, compreendido sempre como “uma ação que o ser humano realiza como espécie [e no qual] esse trabalho geral [social] [...] altera o mundo e se externaliza numa nova realidade modificada e não o trabalho individual” (IASI, 2007, p. 71), “a condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de *mediação do metabolismo entre homem e natureza* e, portanto, da vida humana” (MARX, 1985, p. 50. Grifos nossos). Não se trata de uma resposta a priori demarcada e mecânica, tal como a que formigas e abelhas realizam desde sempre que existem, mas sim de um processo criativo e que pode seguir diversos caminhos e que estão *para além* – mas sem, contudo, excluí-las, pois “o primeiro pressuposto de toda a existência humana e [...] de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’” (MARX, ENGELS, 2007, p. 32-33) – das necessidades e suas satisfações imediatas<sup>31</sup>. Martins (2008, p. 27), interpretando o Materialismo Histórico e Dialético, coloca que o maior diferencial entre os humanos e os outros animais “reside justamente na capacidade de transformar a natureza e a si mesmos com o seu trabalho, seja ele intelectual ou manual”. Isso está em concordância com o que Marx e Engels (2007. p. 87. Grifos dos autores) apresentaram n’A Ideologia Alemã onde encontramos que os homens “começam a se distinguir dos animais tão logo que começam a *produzir* seus meios de vida”, e também às colocações do jovem Marx nos Manuscritos Econômico-Filosóficos (2004, p. 85.):

O engendrar prático de um mundo objetivo, a elaboração da natureza inorgânica é a prova do homem enquanto um ser genérico consciente, isto é, um ser que se relaciona com o gênero enquanto sua própria essência ou [se relaciona] consigo enquanto ser genérico. É verdade que também o animal produz. [...] No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria, produz unilateral [mente], enquanto o homem produz universal [mente]; o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela; o animal só produz a si mesmo, enquanto o homem reproduz a natureza inteira; [no animal,] o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem se defronta livre[mente] com o seu produto. O animal forma apenas segundo a medida e a carencia da espécie à qual pertence, enquanto o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer espécie, e sabe considerar, por toda parte, a medida inerente ao objeto; o homem também forma, por isso, segundo as leis da beleza.

---

<sup>31</sup> “o homem produz quando se encontra livre da necessidade física e só produz verdadeiramente na liberdade de tal necessidade [...]” (MARX, ENGELS, 2007, p. 117).

E quando Marx e Engels se referem à manipulação do mundo objetivo material, sensível, este modo de produzir os meios de vida, não estão – a insistência na ideia de *liberdade da necessidade física* já deixa entrevisto esta perspectiva – se reportando *unicamente à reprodução da existência física dos indivíduos*. É muito mais abrangente e complexo do que isto, pois é

uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado *modo de vida*. [...] O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com *o que produzem* como também o *modo como produzem*. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX, ENGELS, 2007, p. 87. Grifos dos autores).

Este ponto tem vital importância nesta reflexão por evitar que, ao tratar sobre os aspectos *culturais* (simbólicos, de representação, etc.) na forma de apreensão e significação do mundo, não enveredemos por um caminho que nos leve ao campo do *irracionalismo* que, podemos dizer, desembocaria no pântano sedutor a muitos – do pensamento *pós-moderno*.

Antes de complementar esta colocação, contudo, é necessário que detenhamos atenção em um ponto importante: muitos detratores do pensamento marxiano afirmam, com toda pompa e arrogância, que este simplesmente expurgou as dimensões culturais e simbólicas de sua perspectiva metodológica, o que, segundo Netto (2011) é uma crítica, ainda que bastante difundida nos meios acadêmicos, canhestra<sup>32</sup>; ou ainda, esta é bem recorrente, que Marx é um pensador *monocausalista* que defenderia que o tão falado fator econômico seria *o único determinante* na explicação marxiana, em detrimento de outros “fatores” – Netto (2011) aponta que estas críticas transformaram Marx em um pensador *fatorialista* – como sociais, culturais, etc. De fato, na seara da tradição dogmática positivista que se perfilou após a morte de Marx, uma série de deformações foram produzidas em seu pensamento, ora amputando-o, ora transformando-o num sacrossanto evangelho<sup>33</sup>; contudo, esta forma de pensamento é

---

<sup>32</sup> Nas palavras de Netto (2011, p. 15): “uma suposta irrelevância das dimensões culturais e simbólicas no universo teórico de Marx, com todas as consequências daí derivadas para a sua perspectiva metodológica. Apesar de amplamente difundida em meios acadêmicos, trata-se de crítica absolutamente despropositada, facilmente refutável com o recurso à textualidade marxiana [...], recorro, tão somente como contraprovas, o peso que Marx atribui às “tradições” quando tangencia a propriedade comunal entre os eslavos [...] e suas permanentes preocupações com a especificidade de esferas ideais como a arte”.

<sup>33</sup> “No campo marxista, as deformações tiveram por base as influências positivistas, dominantes nas elaborações dos principais pensadores (Plekhanov, Kautsky) da Segunda Internacional [...]. Essas influências não foram superadas – antes se viram agravadas, inclusive com incidências neopositivistas – no desenvolvimento ideológico ulterior da Terceira Internacional [...] culminando na ideologia stalinista. Delas resultou uma representação simplista da obra marxiana: uma espécie de saber total [...]. [Nesta dogmática] o conhecimento da realidade não demandaria os sempre árdios esforços investigativos, substituídos pela simples ‘aplicação’ do método de Marx, que haveria de “solucionar” todos os problemas: uma análise ‘econômica’ da sociedade forneceria a ‘explicação’ do sistema político, das formas culturais, etc.” (NETTO, 2011, p. 13). Gorender (1985,

inimputável a Marx<sup>34</sup>. Dito isto, percebe-se que, na análise marxiana, não encontraremos, de forma alguma, uma análise *fatorial e economicista*, pois “é o ponto de vista da totalidade e não a predominância das causas econômicas na explicação da história que distingue de forma decisiva o marxismo da ciência burguesa” (LUKÁCS, 1974, p. 14 *apud* NETTO, 2011, p. 14). O que compreendemos, então, por totalidade? Nas palavras de Martins (2008, p. 70)

[...] a fixação do olhar do observador que pretende conhecer a realidade em toda a sua riqueza não se deve voltar única e exclusivamente para as partes da totalidade social. Seu olhar deve ter a atenção voltada para a relação que as partes estabelecem entre si na e com a totalidade social, inter-relação que promove mudanças quantitativas e qualitativas. Por essas mudanças substanciais, promovidas pela integração entre as partes, é possível afirmar que há uma reciprocidade universal entre todas as facetas da realidade humana. [...] Essa inter-relação observada na relação entre as partes (parte-parte), entre as partes e o todo (partes-todo) e no todo com as partes (todo-partes) possibilita afirmar que para a dialética marxiana o produto sócio-histórico não é resultante da somatória simples das partes que o compõem [...]. Isso porque, sendo o produto da inter-relação das partes, o elemento produzido (a totalidade) tem a capacidade de alterar o seu processo produtivo, impondo-lhe outra dinâmica geradora de novos produtos sócio-históricos, bem como também de modificar as suas partes constitutivas.

Sobre a perspectiva da totalidade, Gorender (1985, p. XXIV. Grifos nossos) aponta:

As categorias econômicas, ainda quando analisadas em níveis elevados de abstração, se enlaçam, de momento a momento, com os fatores extra-econômicos inerentes a formação social. O Estado, a legislação civil e penal [...], a organização familiar, as formas associativas das classes sociais e seu comportamento em situações de conflito, as ideologias, os costumes tradicionais de nacionalidades e regiões, a psicologia social – tudo isso é focalizado com riqueza de detalhes, sempre que a explicação dos fenômenos propriamente econômicos adquira na interação com fenômenos de outra ordem categorial uma iluminação indispensável ou um enriquecimento cognoscitivo. *Assim, ao contrário do que pretendem críticas tão reiteradas, o enfoque marxiano da instância econômica não é economicista, uma vez que não a isola da trama variada do tecido social.* O que, convém enfatizar, não representa incoerência, mas ao contrário, perfeita coerência com a concepção do materialismo histórico enquanto teoria sociológica geral: a concepção segundo a qual a instância econômica, sendo a base da vida social dos homens, não existe senão permeada por todos os aspectos dessa vida social, os quais, por sua vez, sob modalidades diferenciadas, são instâncias da superestrutura possuidoras de desenvolvimento autônomo relativo e influencia retroativa sobre a estrutura econômica.

---

p. XXVI), sobre a deformação do pensamento marxiano promovida por Stalin: “Considerou a filosofia hegeliana representativa da aristocracia reacionária e minimizou sua influência na formação do marxismo. A desfiguração stalinista da dialética se consumou num esquema petrificado para aplicação sem mediações a qualquer nível da realidade”.

<sup>34</sup> “Marx está convencido, em função dos estudos históricos que já realizara, de que ‘a sociedade burguesa é a organização histórica mais desenvolvida, mais diferenciada da produção’. E deixa bem claro que o conhecimento rigoroso da sua distribuição *não* basta para esclarecer a riqueza das relações sociais que se objetivam no marco de uma sociedade assim complexa” (NETTO, 2011, p. 38).

Aqui há uma diferença crucial entre esta perspectiva da totalidade e a forma *pós-moderna* de explicitação da realidade. Para esta última, compreendida sua heterogeneidade<sup>35</sup>, a realidade, na verdade, não existe, pois nada há a se dizer do ser social, pois nada faz sentido, devido ao caráter fragmentário, circunscrito e caótico do mundo (MARTINS, 2008). Em Marx (1991), a realidade é uma totalidade de partes integradas, *uma síntese de muitas determinações* que não podem ser entendidas de forma isolada e independente das outras partes que integram a totalidade do mundo social; para o pensamento pós-moderno, todavia, a realidade social é vista de modo fragmentário, indefinido, impossível de ser tratada a partir de uma perspectiva da totalidade, valorizando-se, em vez disso, o efêmero, a fragmentação, o caos e a descontinuidade (HARVEY, 1990).

Outra diferença, retomando a citação de Marx e Engels (2007) sobre as condições materiais de existência, intercâmbio vital necessário com a natureza (trabalho) e a produção de diversos modos de vida, em relação ao pensamento pós-moderno, é a forma de compreender a relação entre *realidade* e a subjetividade humana. No pensamento marxiano e engelsiano, o mundo objetivo tem uma existência *objetiva* que independe do que dela pensa o homem (NETTO, 2011). Ou seja, o mundo sensível não é o produto do que sobre ele pensam as consciências individuais. Na Ideologia Alemã, Marx e Engels (2007, p. 94) apontam que:

[...] não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos [...] [Ou seja] não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.

Se nos detivéssemos exclusivamente, na análise das cousas, ao que os homens e mulheres pensam sobre estas, estaríamos presos à aparência fenomênica e não alcançaríamos, através da teoria<sup>36</sup>, a sua essência, estrutura e dinâmica (NETTO, 2011). Todavia, não devemos compreender que o homem, enquanto observador, seria um ser *passivo* a *refletir* em sua mente o mundo que, a princípio, existe fora dela – e realmente existe<sup>37</sup>. Em vez disso, a

---

<sup>35</sup> Em seu interior, ela abarca tendências muitas vezes distintas e até opostas entre si, seja no âmbito acadêmico ou das lutas sociais, ou seja: o que chamamos de pós-modernismo não se trata de um bloco monolítico, ainda que existam linhas de encontro entre os diversos advogados desta forma de compreender o mundo contemporâneo (MARTINS, 2008; TONET, s.d, EAGLETON, 1998).

<sup>36</sup> Compreendida como “a reprodução, no plano do pensamento, do movimento *real* do objeto” (NETTO, 2011, p. 25. Grifos nossos).

<sup>37</sup> Esta forma de compreensão mecanicista foi defendida, por um momento em sua trajetória intelectual, por Lênin. Segundo Martins (2008, p. 50. Grifos nossos): “Lênin apreende o processo do conhecimento a partir da teoria do reflexo, segundo a qual em nossa mente o que temos são imagens refletidas do real, e não a realidade propriamente dita. Entrementes, essa teoria é apresentada [...] em uma perspectiva mecanicista, uma vez que, para ele, as imagens do real são *diretamente* refletidas na mente humana, que passa a ser um *depositário* de

postura do observador é ativa: “o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto [marxiano] *não é senão a maneira de proceder do pensamento* para se apropriar do concreto [real], para reproduzi-lo como concreto pensado” (MARX, 1991, p. 17. Grifos do autor). Nas palavras de Netto (2011, p. 25):

Para Marx [...], o papel do sujeito é essencialmente ativo: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um processo), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação.

Já para o pensamento pós-moderno, para o qual não existe uma totalidade (e sim um caos impenetrável, uma fragmentação absoluta), um todo concreto, que pode ser racionalmente (a descrença na razão é uma característica pós-moderna) apreendido e reproduzido idealmente (ou seja, na mente do observador) em seu desenvolvimento<sup>38</sup>, existe um primado fenomênico em detrimento da busca pela essência dos objetos. Essa forma de pensar detém-se no imediato, na *aparência* caótica dos elementos do real, e aí produz sua *narrativa*, negando-se qualquer esforço no sentido de conhecer *quais relações recíprocas e mediações existem entre o todo e as diversas partes que lhe compõem*, cumpre lembrar, de uma forma que não se limite ao simples amálgama já que não existe, nas fileiras pós-modernas, como defender a interligação entre os elementos do real num conhecimento pejorativamente intitulado *totalizante* (HARVEY, 1990). Valoriza-se, unicamente, as *representações* dos homens e das mulheres, o que estes pensam, como veem, existindo apenas, depreende-se disto, uma inesgotável pluralidade de narrativas (DANTAS, s.d). Ou ainda: não há “*um fio condutor capaz de dar inteligibilidade à história, nenhuma ligação intrínseca entre os acontecimentos, pois não há uma história única, mas inúmeras histórias particulares*” (DANTAS, s.d, p. 184. Grifos nossos).

Então, ainda de acordo com esta forma de compreender o real, o pensamento marxiano possuiria um suposto caráter *teleológico*. Nas palavras de Dantas (s.d, p. 183):

---

*reflexos diretos dos objetos que nos cercam, que têm a sua existência real fora da mente humana e que nela chegam por intermédio dos sentidos e na forma de representações*”.

<sup>38</sup> “A formulação dessa representação do real é feita por um longo processo, que passa pela abstração do que empiricamente se apresenta de forma desorganizada, avançando para a análise das suas partes constituintes, decompondo o todo caótico, até chegar à síntese, quando se volta a olhar sobre a totalidade da realidade, mas tendo dela uma visão de suas articulações internas, de suas contradições, de suas determinações complexas e das mediações que aí se estabelecem, produzindo no pensamento uma representação daquilo que é a realidade. Assim se poderá ter uma visão global do fenômeno analisado, isto é, da realidade em seu processo de gênese, desenvolvimento e definimento, que acaba tornando-se um novo ponto de partida ao conhecimento. É por isso que se pode dizer que o método marxiano é um método que nos leva do empírico ao concreto pensado, mediado pelos movimentos heurísticos de abstração, análise e síntese” (MARTINS, 2008, p. 137).



Essa é também uma história [do ponto de vista do pensamento marxiano] teleológica. A história tem um sentido e caminha para um fim determinado. A história tem um desenvolvimento *necessário* que encaminha a humanidade para o seu fim. Um fim que unificará a espécie humana. *Esse fim seria o comunismo*. A história marxista é uma antevisão do destino da humanidade. A teleologia supõe um tempo linear, irreversível e uma racionalidade que nos levaria a um aperfeiçoamento técnico e moral, através de uma dialética de necessidade e liberdade que culminaria com o triunfo desta última.

Esta crítica pode ser facilmente destruída recorrendo-se ao próprio texto marxiano:

o comunismo não é para nós um estado de coisas [*Zustand*] que deve ser instaurado, um ideal para o qual a realidade deverá se direcionar. Chamamos de comunismo o movimento real que supera o estado de coisas atuais. As condições desse movimento [...] resultam dos pressupostos atualmente existentes (MARX; ENGELS, 2007, p. 38).

Conforme a citação que se propôs a levantar uma crítica à Marx, o comunismo apareceria enquanto um *fim* que deveria ser instaurado, ou para o qual a realidade deveria se *direcionar*, algo desmentido com a supracitada passagem do texto marxiano/engelsiano. Não existe, desta forma, uma teleologia<sup>39</sup> da *história* no pensamento marxiano. O que poderíamos indicar como algo próximo a isto – numa postura mais justa –, é a filosofia da História que mobilizou marxistas importantes da Segunda Internacional, os quais acreditavam que “a revolução [seria] o resultado “natural” ou “inevitável” do progresso econômico e técnico” (LÖWY, 2002, p. 23); ou ainda a perspectiva que tinha como projeto político “propor que os trabalhadores esperassem calmamente pelo desenvolvimento de tais condições [materiais para superação da sociabilidade capitalista]” (IASI, 2008, p. 9). Certamente, reiteramos que esta perspectiva não pode ser atribuída ao pensamento de Marx e Engels.

Ao contrário do que advoga o pensamento pós-moderno:

*A história não é absurda: ela faz sentido, quer dizer, tem sua própria razoabilidade*. No entanto, a “razão” que pode ser encontrada na história dá conta do caminho percorrido, sem assegurar coisa alguma no que concerne aos caminhos ainda não trilhados. Marx sabia disso. Numa carta a Kugelmann [...], ele dizia que a história teria uma natureza “muito mística”, se os “acazos” não desempenhassem nenhum papel. O acaso é ineliminável da história, porque é uma decorrência do irrompimento constante, nela, da novidade qualitativa. O novo não é “irracional” (pode ser assimilado pela razão), mas também não é o desdobramento lógico do que está acontecendo agora [...] (KONDER, 1992, p. 55-56 apud MARTINS, 2008, p. 113-114. Grifos nossos).

<sup>39</sup> Há uma teleologia no trabalho, apenas. Conforme apontado por Antunes (2002, p. 136. Grifos do autor): O fato de buscar a produção e a reprodução de sua vida societal por meio do trabalho e luta por sua existência, o ser social cria e renova as próprias condições de sua reprodução. O trabalho é, portanto, resultado de um *pôr teleológico* que (previamente) o ser social tem ideado em sua consciência, fenômeno este que não está essencialmente presente no ser biológico dos animais. [...] Pela capacidade de previa ideação, o arquiteto pode imprimir ao objeto a forma que melhor lhe aprouver, algo que é teleologicamente concebido.

Ainda sobre este ponto, Loureiro (2006, p. 58-59. Grifos nossos) aponta:

A diferença entre o pensamento marxista e os pensamentos subjetivistas e relativistas que dominam os debates recentes é que, para o primeiro, há pares dialéticos permanência-emergência, ordem-desordem, certeza-incerteza na história. Logo, *a sociedade não se resume à linguagem nem a realidade é composta apenas de fragmentos singulares e caóticos – um jogo aleatório de acontecimentos, sem historicidade*. É sim um movimento contraditório em que o estrutural se dilui por suas próprias contradições e pela atividade dos agentes sociais constituídos no movimento existencial. *Não há certezas absolutas, mas também nem tudo é incerteza, combinações aleatórias que esvaziam os sujeitos*, levando a um sentimento de que só resta a resistência individual, de que as ações coletivas ficaram no passado. Há certezas provisórias, verdades que emergem dos atos na história, sendo transformadas pela mudança da sociedade e dos indivíduos.

Caso aceitemos que a história, na perspectiva marxiana, tem um *fim traçado a priori* e que, inevitavelmente será alcançado, a perspectiva marxiana de que “os homens fazem a sua própria história” (MARX, 2008, p.207) não faria sentido algum, pois bastaria que aguardássemos placidamente a chegada deste *fim da história* que se realizaria por si só, como um destino que se colocaria titânico sobre a cabeça pequena dos homens mortais.

Esta breve discussão teórica sobre as diferenças entre as perspectivas marxiana e pós-moderna no que diz respeito às possibilidades de apreensão do real, assim como a relação entre homem e mundo exterior se mostram importantes neste ponto do texto em que apresentamos que o mundo sensível é *significado* de forma diferenciada pelos homens e mulheres a partir da forma diferenciada pela qual estes homens e mulheres produzem a sua vida. Não defendemos aqui que o mundo exterior é dependente, para existir, do que pensam sobre ele os que a ele estão conectados, ou mesmo que o que nos importa, *unicamente*, seja tais representações e que a elas o trabalho aqui desenvolvido poderia se deter (ainda que estas sejam um dado importante ao trabalho).

Isto posto, é possível voltar à discussão de forma mais segura. Ignora-se, nesta relação de conflito ambiental, na definição posta anteriormente, que as terras ocupadas por estas formas outras de viver, consideradas tradicionais, não se constituem somente enquanto aspecto físico dotado de recursos a serem economicamente explorados, numa acepção dita natural. Na verdade, enquanto *território*, este é “constituído por atores cujas formas de usos e de percepção lhe imprimem significados políticos, econômicos, sociais e, também, significados de ordem cultural, distintamente, atribuídos” (ALVES, 2014, p. 38). Nesta perspectiva atuam Zhouri e Laschefski (2010, p. 17-18) quando afirmam que os conflitos ambientais “surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material”. Para efeitos explicativos, os autores sugerem uma tipologia de conflitos ambientais:

a) conflitos ambientais distributivos; b) conflitos ambientais territoriais; c) conflitos ambientais espaciais.

O primeiro tipo se refere a “desigualdades sociais em torno do acesso e da utilização dos recursos naturais” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 18). De acordo com dados do PNUD (1994 *apud* ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 18), “20 % da população mundial consomem 80% dos recursos, enquanto somente 20% destes estariam acessíveis aos outros 80% da população”. Neste sentido, existem muitos conflitos que envolvem o acesso aos recursos das florestas, água, minérios, entre outros. Já os conflitos do tipo *espaciais* “abrangem aqueles causados por efeitos ou impactos ambientais que ultrapassam os limites entre os territórios de diversos agentes ou grupos sociais, tais como emissões gasosas, poluição das águas, etc.” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 21).

Os *conflitos ambientais territoriais* têm, como diferença em relação aos conflitos sobre terra, é que os grupos envolvidos no conflito significam de forma distinta e produzem de forma distinta os seus territórios, o que significa uma apropriação diferenciada da *natureza*. São conflitos marcados pela relação conflituosa entre segmentos sociais e agentes que possuem identidades e lógicas culturais diferenciadas em relação a um mesmo espaço (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

Os moradores dos povoados que integram a Zona Rural 2 de São Luís convivem, desde o fim da década de 1970, com as ameaças de deslocamento compulsório provenientes da pressão estatal com vistas à implantação de projetos industriais (SANT’ANA JÚNIOR; SILVA, 2009). A resistência a estes processos na disputa pelo controle e uso da área em questão <sup>40</sup> com os grandes empreendimentos, é movida por “algumas associações de moradores dos povoados do Taim e de Rio dos Cachorros, [as quais] solicitaram ao CNPT/IBAMA que desse andamento ao pedido de constituição da Reserva Extrativista<sup>41</sup>

---

<sup>40</sup> Segundo Alberto Cantanhede, conhecido como Beto do Taim, liderança do Povoado do Taim, a demanda pela criação da Reserva Extrativista corresponde ao anseio de regularizar o uso e o controle do território ancestralmente ocupado, possibilitando, destarte, a reprodução dos grupos ameaçados pela lógica motriz dos empreendimentos. (MIRANDA; MAIA; GASPAS, 2009).

<sup>41</sup> As reserO Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000), prevê dois tipos de unidade de conservação: Unidades de Proteção Integral, cuja característica fundamental é “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais”; e as Unidades de Uso Sustentável, caracterizadas por “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais” (p. 15). Compondo o segundo grupo, a Reserva Extrativista é definida, no SNUC, como sendo: “... uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura

(RESEX) que vinha sendo discutido desde 1996” (SANT’ANA JÚNIOR et al., 2009, p. 23). Podemos compreender estas pessoas que compõem os diversos povoados acima referidos, na esteira de Zhouri e Lashefski (2010, p. 23), enquanto os chamados grupos

tradicionalis, que não são ou apenas parcialmente encontram-se inseridos nesse modelo [capitalista] de sociedade. Para [estes grupos] a comunidade e o território, com suas características físicas, representam uma unidade que garante a produção e a reprodução de seus modos de vida [...] algo que resulta numa forte identidade com o espaço onde se vive.

Sobre esta forma *diferenciada* de apropriação do mundo sensível, Sant’Ana Junior e Silva (2009) destacam que os moradores atingidos na Zona Rural II, no seu processo histórico de resistência às investidas dos grandes projetos desenvolvimentistas e seus desdobramentos, estão destacando a existência de uma forma de viver que se construiu em épocas ancestrais, com um índice baixo de agressão ao meio ambiente, e que seria possível configurar esta região de São Luís como sendo habitada por *populações tradicionais*, com formas de uso e apropriação de espaços e recursos que envolveriam conhecimentos tradicionais, relações de reciprocidade e de parentesco. Neste sentido, afirmam que no

povoado do Taim e nos povoados vizinhos constituiu-se um modo de vida caracterizado por um grande conhecimento e proximidade com a natureza. Isso não quer dizer que não sejam realizadas práticas prejudiciais ao meio ambiente; afinal, são pessoas que sofrem pressões sociais e tem necessidades financeiras como quaisquer outras, apesar de suas especificidades; porém, é importante destacar que parece haver uma preocupação, e até mesmo um comedimento, no uso dos recursos naturais. Muitas famílias têm na pesca, extração de mariscos, lavouras ou coleta de cocos e frutas um complemento na alimentação ou a fonte principal desta. [...] A utilização e apropriação dos recursos envolvem dinâmicas marcadas por conhecimentos tradicionais que consideram os sinais da natureza, como a influência da lua nas mares, nas lavouras, nos recursos usados na construção das casas; por relações de reciprocidade que ligam povoados e envolvem troca de alimentos e de serviços; e por relações de parentesco, determinantes no acesso à terra (SANT’ANA JÚNIOR; SILVA, 2009, p. 32)

Podemos compreender os assédios, violências, constrangimentos, etc., oriundos da implantação do PCG e seus desdobramentos, como a exemplo da ALCOA na Zona Rural 2 de São Luís, enquanto situações de conflitos ambientais, pois o que se encontra em jogo – levando-se em consideração o caráter histórico das formas humanas de apropriação por meio do trabalho, uso e significação do mundo sensível – não é somente a continuidade da permanência num local, mas sim, a *inviabilidade da continuação de uma forma* de apropriar-se, usar e significar o mundo – uma *forma de viver*, em suma – em função da reprodução de *outra forma*, de agentes com um *quantum* de poder e capacidade de influenciar as relações de

desigualdade de forma muito mais poderosa que os atingidos. Nas palavras de Alves (2010, p. 03):

A expansão desses empreendimentos tem colocado em questão a continuidade do modo de vida de inúmeros povoados rurais (comunidades de pescadores e agricultores), cuja lógica de produção e de apropriação simbólica e material do território [...] em muito se diferencia da lógica de produção de mercadorias que [...] é representada por grandes empresas capitalistas.

### **1.5 A tentativa de implantação de um pólo siderúrgico e a luta pela Reserva Extrativista de Tauá-Mirim**

Os conflitos foram intensificados a partir de 2004, com a proposta de construção de um polo siderúrgico que resultaria, dentre outros impactos socioambientais, no deslocamento de cerca de 14.400 pessoas de 12 povoados da região (SANT'ANA JÚNIOR, 2012). Tal polo siderúrgico se constituía enquanto um “desdobramento do Projeto Grande Carajás (PGC), pois seria composto de usinas siderúrgicas destinadas ao beneficiamento em larga escala da produção do minério obtido no sul do Pará” (SANT'ANA JÚNIOR, 2006, p. 04). Os principais responsáveis pela negociação envolvendo a tentativa de instalação do referido polo, cuja discussão pública iniciou-se no ano de 2001<sup>42</sup> (SANT'ANA JÚNIOR; ALVES, 2009), foram a Companhia Vale do Rio Doce, juntamente com o governo do Maranhão, a prefeitura de São Luís e o governo brasileiro<sup>43</sup>, que em uma ação conjunta que deve ser ressaltada, proporcionariam a “infra-estrutura necessária, incluindo a concessão do terreno para as instalações físicas e de isenções fiscais, além de proporcionar a regularização dos aspectos legais que viabilizem sua instalação” (SANT'ANA JÚNIOR, 2006) numa parceria com a companhia chinesa de ferro e aço *Baosteel Shanghai Group Corporation*<sup>44</sup>, além de empresas

<sup>42</sup> “Em 2001, essas intenções foram materializadas no planejamento de um projeto de construção do pólo siderúrgico, composto de três usinas previstas para uma área de 2.471,71 hectares, próximo ao Porto do Itaqui, com a forte presença de corporações internacionais” (ALVES, 2010. p. 07).

<sup>43</sup> “Há um forte engajamento das diversas esferas de governo (municipal, estadual e federal) para viabilizar a instalação do Pólo Siderúrgico na Ilha de São Luís. As posturas governamentais incluem promover reformas legais e apressar procedimentos administrativos para, dessa forma, criar as condições necessárias à realização do empreendimento mesmo que isso signifique violar ou aceitar violações de direitos humanos e ferir princípios constitucionais da Administração Pública como os da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade (...)” (AUGUSTO, SILVESTRE, 2006, p. 20).

<sup>44</sup> *Shanghai Baosteel Group Corporation* (referred to below as *Baosteel*) is a large iron and steel conglomerate set up on Nov. 17, 1998, with the former *Baoshan Iron and Steel (Group) Corporation* as the core, and absorbing the former *Shanghai Metallurgical Holding Group Corporation* and the former *Shanghai Meishan*

como a siderúrgica francesa *Arcelor*<sup>45</sup>, a sul-coreana *Pohang Steel Company-Posco*, a alemã *ThyssenKrupp*, além de empresas de engenharia e de estudos de viabilidade econômica: *Ferrostaal* (Alemanha), *CISDE Engineering* (China), bancos como o alemão *KfWBankengruppe*, o japonês *Eximbanke*, e o brasileiro *BNDES* (ALVES, 2014).

A cidade de São Luís figurava, mais uma vez – cumpre lembrar o que foi posto ao nos referirmos ao PGC e à Alumar – na leitura dos envolvidos na negociação, enquanto locus privilegiado para a instalação do projeto. De acordo com Alves (2014), a Vale poderia manter sua estrutura logística, a saber, sua mina-ferrovia-porto, a mina na Serra dos Carajás no Pará, a Estrada de Ferro de Carajás, ligando a mina ao Terminal Marítimo de Ponta da Madeira em São Luís; além disso, havia a

proximidade do local da siderúrgica com a Hidrelétrica de Estreito (MA) na divisa do Maranhão com o Tocantins, no rio Tocantins, de onde a siderúrgica receberia energia. Esses fatores representavam uma redução considerável de custos operacionais de produção e aumentariam o grau de competitividade diante dos demais concorrentes globais (ALVES, 2014, p. 58-59).

O deputado Costa Ferreira (PSC-MA) (DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2005, p. 114) aponta em seu discurso quais seriam as vantagens do empreendimento:

Há também vantagens permanentes. O Maranhão dispõe de portos com modernas instalações e padrão operacional adequadas às exigências internacionais. O Porto do Itaqui, por exemplo, situa-se estrategicamente em relação a portos da Europa e da África e de fácil trajeto às Américas. É também um dos portos de maior calado do mundo, o que permite o atracamento de qualquer navio. Outra vantagem do Itaqui é não sofrer problemas de assoreamento, comum a diversos portos brasileiros.

Com o empreendimento em sua fase final, com suas três usinas siderúrgicas e duas unidades para a fabricação de ferro gusa em pleno funcionamento, “a produção de placas no pólo de São Luís poderia alcançar quantidade de 22,5 milhões de toneladas, em 2013, o que corresponde a 70% da atual produção brasileira, tornando São Luís um dos principais produtores nacionais de aço” (MOREIRA. s.d., p. 3). Tal perspectiva de produção demonstra a amplitude colossal do projeto, além do investimento previsto para a fase inicial do empreendimento<sup>46</sup>, tendo em vista que a produção pretendida pela Vale seria equivalente a

---

*Group Co., Ltd.* Disponível em: <[http://www.baosteel.com/group\\_e/e02introduction\\_n/0201.htm](http://www.baosteel.com/group_e/e02introduction_n/0201.htm)>. Acesso em: 18/02/2015.

<sup>45</sup> Sobre a siderúrgica: <<http://corporate.arcelormittal.com/>>. Acesso em: 18/02/2015.

<sup>46</sup> “A estimativa inicial é de que US\$ 1,45 bilhão sejam investidos na primeira fase do projeto”. Disponível em : <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral.maranhao-se-prepara-para-receber-siderurgica,20040220p18062>>. Acesso em: 18/02/2015.

aproximadamente 70% da produção brasileira, como já referido anteriormente, e a 2,3% da produção mundial no ano de 2003. Caso esta expectativa houvesse obtido êxito, São Luís seria o 11º maior produtor mundial de aço, frente de países como França, Inglaterra e Espanha<sup>47</sup>.

A prefeitura de São Luís deveria ceder, de acordo com o projeto original, uma área de 2.471 hectares, “localizados entre o Porto de Itaqui e o Rio dos Cachorros, distante 6 quilômetros do centro da cidade de São Luís” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2006, p. 01). Esta região, à época, era habitada por aproximadamente 14.400 pessoas distribuídas em 12 comunidades rurais<sup>48</sup>, que eram formadas por comunidades ribeirinhas de marisqueiros e pescadores, e comunidades quilombolas (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2006). No ano de 2004, esta área prevista foi declarada como sendo uma área de “utilidade pública para fins de desapropriação pelo governo do Estado do Maranhão (Decretos nº 20.727-DO, de 30-08-2004<sup>49</sup>, e nº 20.781-DO, de 29-09-2004<sup>50</sup>), o que implicaria no deslocamento compulsório de seus moradores e/ou daqueles que a utilizam de forma produtiva” (SANT’ANA JÚNIOR, 2006, p. 05).

---

<sup>47</sup> Informações obtidas em: <http://www.hic-net.org/articles.php?pid=1789>. Acesso em: 18/02/2015.

<sup>48</sup> “Vila Maranhão, Taim, Cajueiro, Rio dos Cachorros, Porto Grande, Limoeiro, São Benedito, Vila Conceição, Anandiba, Parnuaçu, Camboa dos Frades e Madureira” (SANT’ANA JÚNIOR, 2006, p. 05). Para localização, vide Figura 2.

<sup>49</sup> Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/6499231/pg-28-executivo-diario-oficial-do-estado-do-maranhao-doema-de-30-08-2004>>. Acesso em 19/02/2015.

<sup>50</sup> Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/6501667/pg-21-executivo-diario-oficial-do-estado-do-maranhao-doema-de-29-09-2004>>. Acesso em 19/02/2015.



Figura 3: Povoados ameaçados de deslocamento. Fonte: SANT'ANA JÚNIOR; ALVES, 2009, p. 09.

Porém, havia um aspecto legal que se interpunha entre os objetivos dos investidores e seus asseclas e a efetivação do empreendimento: a Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Luís<sup>51</sup>, em vigor desde 1992, a qual situa a área pretendida para a instalação aqui referida na Zona Rural II do município de São Luís. Segundo a legislação federal brasileira (Estatuto da Cidade, Lei N° 10.257, de 10 de julho de 2001), apenas áreas definidas nas legislações municipais como Zona Industrial podem receber empreendimentos industriais. Para contornar este entrave, o prefeito Tadeu Palácio<sup>52</sup> enviou uma carta para o vereador Ivan Celso Furtado Sarney, à época presidente da Câmara Municipal de Vereadores, solicitando que o exame do Projeto de Lei encaminhado pelo próprio executivo municipal, projeto este que propõe a alteração na Lei de Zoneamento, fosse o quanto antes realizado. Na mensagem enviada pelo prefeito de São Luís, destaca-se a atribuição de uma vocação *natural* à área pretendida. Vejamos: “A proposta refere-se à gleba do Distrito Industrial, cuja classificação como Zona Rural criou uma incompatibilidade com

<sup>51</sup> Disponível em: < <http://www.gepfs.ufma.br/legurb/LEI%203253.pdf>>. Acesso em 19/02/2015.

<sup>52</sup> “Ignorando essas exigências constitucionais e legais, o Prefeito de São Luís, Tadeu Palácio, optou por simplesmente promover a alteração da Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, de 1992, a fim de transformar em zona industrial a área pretendida para o Pólo. Dessa forma, atropelou o necessário planejamento democrático do desenvolvimento de uma região cujos potenciais econômicos, sociais, culturais e ambientais ainda não haviam sido diagnosticados e que há anos abriga e sustenta milhares de pessoas” (AUGUSTO, SILVESTRE, 2006, p. 21).



as características próprias da área, quando *sua vocação natural é nitidamente industrial*” (PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 2004 *apud* SOUSA, 2009, p. 70. Grifos nossos).

O projeto de lei que buscava a alteração da Lei de Zoneamento, mudando a denominação de Zona Rural II (Rio dos Cachorros) para Zona Industrial 4 (Pólo Siderúrgico) (SOUSA, 2009), segundo Sant’Ana Júnior (2006), promoveu a abertura de um debate público<sup>53</sup> envolvendo audiências públicas, assim como a mobilização de moradores da área pretendida e outros envolvidos<sup>54</sup> na questão. Criou-se, então, uma polarização “entre os defensores e os contrários à instalação do pólo e tendo como principal fonte de expressão a imprensa local” (SANT’ANA JÚNIOR, 2006, p. 06).

Neste processo de embate envolvendo os financiadores do empreendimento, as esferas municipal, estadual e federal, assim como os moradores ameaçados e movimentos sociais, as vozes contrárias ao polo siderúrgico aglutinaram-se, em 2004, em torno do movimento *Reage São Luís*, o qual era composto inicialmente pelas entidades

AMAVIDA, Associação dos Geólogos do Estado do Maranhão, Central de Movimentos Populares, Fórum de Saneamento Ambiental, Fórum Maranhense das Cidades, Instituto Maranhense de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Sindicato dos Urbanitários do Maranhão, União por Moradia. Este movimento é significativo e atuante e busca realizar ações conjuntas com outras forças sociais contrárias à instalação do pólo, estabelecendo alianças com moradores das localidades em vias de serem atingidas, setores empresariais, universidades, entidades e grupos de organização de estudantes, professores e funcionários universitários e secundaristas, setores governamentais (SANT’ANA JÚNIOR, 2006, p. 06).

Um episódio bastante importante no processo de resistência ao empreendimento foi a marcação com tinta preta de casas cujos moradores seriam deslocados<sup>55</sup>, a colocação de

---

<sup>53</sup> Para leitura mais detalhada do processo de discussão pública em torno da alteração da lei, cumpre ler o capítulo do livro *Ecos dos conflitos ambientais: A RESEX de Tauá-Mirim*, escrito por Allan de Andrade Sousa, intitulado *O Ambiente, a política e o espetáculo: a Lei de Zoneamento e o projeto do polo siderúrgico de São Luís*. Disponível em: < [http://www.gedmma.ufma.br/wp-content/uploads/2012/10/livro\\_ecos1.pdf](http://www.gedmma.ufma.br/wp-content/uploads/2012/10/livro_ecos1.pdf)>. Acesso em 19/02/2015.

<sup>54</sup> “Treze audiências públicas foram realizadas, somando a participação de aproximadamente 4.400 pessoas. Várias foram as denúncias de irregularidades e manipulação de audiências apresentadas às Relatorias. Entre elas, a participação de pessoas que não residem de fato na área e de especuladores que residem na zona urbana e construíram casa na região recentemente, animados pela possibilidade de receber indenização; preferência para fala desses novos ou supostos moradores, alguns apresentados inclusive como lideranças comunitárias em detrimento das populações tradicionais que habitam há décadas na região e que não querem a implantação do Pólo Siderúrgico na Ilha de São Luís. Além disso, a consulta à população foi realizada às pressas, sem que as pessoas estivessem devidamente informadas sobre os riscos e impactos sociais e ambientais negativos do empreendimento, para poderem votar com ponderação” (AUGUSTO, SILVESTRE, 2006, p. 21).

<sup>55</sup> “Segundo informação dos funcionários da empresa, depois de vistoriadas e numeradas, as casas e seus quintais não poderiam sofrer qualquer alteração, pois seriam indenizadas somente por aquilo que havia sido levantado na vistoria realizada” (ALVES, 2014, p. 99). Trecho do relatório *Implantação do Polo Siderúrgico na Ilha de São Luís do Maranhão*, acerca do processo citado: “*Esse processo de cadastramento foi realizado ilegalmente, tanto*

estacas com timbre das empresas nas vias de acesso aos povoados (ALVES, 2014, p. 99), assim como a coleta de dados relativos a estes moradores e suas casas. Todavia, tais ações movidas pela Diagonal Urbana Consultoria LTDA, empresa paulista contratada pelo governo do Estado e pela Vale para a realização do Diagnóstico Sócio-Organizativo da área, não puderam ser realizadas no Taim, assim como no Rio dos Cachorros, pois houve resistência dos moradores no intuito de impedir a marcação de suas casas. Tal reação, conforme aponta Alves (2014), uma primeira estratégia de resistência, foi um elemento que deu início a uma série de questionamentos feitos pelas referências<sup>56</sup> locais que atuaram como mobilizadoras dos moradores das comunidades da área pretendida pelos executores do polo. Deve-se ressaltar o protagonismo destas duas comunidades, a partir da ação de suas lideranças, no processo de resistência e articulação entre as outras comunidades que estavam sob a ameaça de serem atingidas (ALVES, 2014).

No polarizado debate público de então<sup>57</sup>, os interessados na implantação do polo argumentavam os possíveis benefícios oriundos do projeto (SANT’ANA JÚNIOR; ALVES, 2006, p. 11-12):

o incremento do desenvolvimento econômico da capital e do estado (...); a criação de milhares de empregos diretos e indiretos; a diversificação da estrutura social local, com a ampliação das oportunidades de emprego qualificado; a incorporação de novas tecnologias produtivas, contemplando as mais modernas práticas administrativas e de prevenção de impactos ambientais; a ampliação das possibilidades de produção local de ciência e tecnologia, através da formação de mão-de-obra especializada e do fortalecimento das instituições de ensino e pesquisa; a melhoria na balança comercial brasileira, na medida em que agrega valor ao minério produzido no país, através de sua industrialização local e da redução de sua exportação *in natura*.

---

pela inexistência de procedimento administrativo que o autorizasse como pela violência e arbitrariedades impostas à população. Sem autorização administrativa, legal ou judicial para adentrar e intervir nas propriedades que foram demarcadas e sem qualquer projeto aprovado nas instâncias do Poder Público, os empreendedores contrataram o levantamento topográfico da área e a realização do cadastro e da identificação das propriedades das famílias que supostamente seriam removidas. Técnicos dessas empresas invadiram as propriedades dos moradores e picharam as casas para, dessa forma, marcar com números aquelas que seriam atingidas pelo empreendimento; impuseram restrições arbitrárias aos moradores e moradoras quanto ao uso pleno de seus direitos de propriedade, como a proibição de reformar e ampliar suas residências. Essas práticas abusivas geraram, nas famílias, o temor de que seriam retiradas de suas casas independentemente de suas vontades ou de serem ouvidas” (AUGUSTO, SILVESTRE, 2006, p. 25. Grifos nossos).

<sup>56</sup> Os moradores da região utilizam-se da palavra *referência* para nomear os agentes de maior protagonismo no processo de enfrentamento.

<sup>57</sup> Cumpre salientar que apesar destas duas posições mais explicitamente demarcadas, nem os moradores das áreas pretendidas para o polo, nem as outras instâncias envolvidas, constituem-se enquanto blocos unitários. Na verdade, cada grupo envolvido no processo possuía divergências internas, dissensos, contradições (ALVES, 2009; ALVES, 2014; MENDONÇA, 2007).

Por outro lado, os impactos sociais e ambientais que poderiam ser acarretados<sup>58</sup> pela chegada de um polo com as dimensões do que estava sendo proposto foram apresentados através da atuação de uma série de agentes qualificados, que buscaram sistematizar dados científicos (ALVES, 2014; MENDONÇA, 2007), os quais poderiam ser confrontados com os dados e supostos benefícios apresentados pelos interessados na alocação do polo<sup>59</sup>. Entre os impactos previstos e mobilizados para compor esta frente de enfrentamento ao empreendimento, há aqueles que dizem respeito aos aspectos ambientais, como por exemplo, às emissões de gases tóxicos aos céus da cidade, o aumento no consumo de água, dentre outros, assim como os impactos de ordem social que dizem respeito ao resultado do processo de deslocamento compulsório de moradores das comunidades que seriam atingidas<sup>60</sup>, como também a “atração de grande contingente populacional (...) sem a devida infra-estrutura urbana para abrigá-lo; ampliação da violência urbana; saturação dos serviços e equipamentos disponíveis no município” (SANT’ANA JÚNIOR, 2006, p. 07).

Assim sendo, o que inicialmente se configurava em uma problemática de âmbito mais circunscrito – relativo à permanência ou não em suas terras –, com o processo de mobilização das comunidades e suas articulações com outros setores da sociedade civil maranhense – as quais possuíam contatos com agentes nacionais e internacionais (ALVES, 2014), assim como

---

<sup>58</sup> Baseando-se em experiências semelhantes ocorridas em Cubatão-SP, Vitória-ES e Volta Redonda-RJ, o movimento alertava sobre possíveis impactos ocasionados pela instalação do polo siderúrgico: “O aumento populacional e a falta de infraestrutura urbana, a baixa capacidade de abastecimento de água e o aumento do consumo implicado pela presença da siderúrgica, entre outros questionamentos foram levantados pelas entidades que compuseram o Reage São Luís” (ALVES, 2014, p.26).

<sup>59</sup> De acordo com Maia (2014, p. 53): os agentes que defendiam a implantação do polo siderúrgico propagandeavam o “incremento do desenvolvimento econômico da capital e do estado, possibilitando alavancar saídas para os baixos índices de desenvolvimento humano que marcam o Maranhão no conjunto da federação; a criação de milhares de empregos diretos e indiretos; a ampliação das possibilidades de produção local de ciência e tecnologia, através da formação de mão-de-obra especializada e do fortalecimento das instituições de ensino e pesquisa entre outras”.

<sup>60</sup> “A produção de aço pretendida para o Pólo Siderúrgico de São Luís implicaria na emissão de 35,6 milhões de toneladas/ano de Dióxido de Carbono (CO<sub>2</sub>), principal responsável pelo efeito estufa que está prejudicando o clima em todo o planeta, além de quantidades ainda não informadas pela Companhia Vale do Rio Doce de Óxidos de Nitrogênio (NOX) e Dióxido de Enxofre (SO<sub>2</sub>), que se emitidos podem gerar chuva ácida. (...) A cada ano seriam produzidos 5,6 milhões de toneladas de rejeitos sólidos (250 kg de escória de alto forno e aciaria por tonelada de aço produzida) e consumidos 2.400 litros de água por segundo - 207 milhões de litros por dia, o equivalente a todo o consumo atual de São Luís, que seriam basicamente transformados em vapor. (...) De fato, seriam removidas 14.400 pessoas de 11 comunidades rurais hoje existentes na área, que perderiam ao mesmo tempo seus empregos e moradias, e em contrapartida seriam gerados somente 10.500 empregos diretos com a operação das usinas. Contudo, grande parte destes empregos seriam ocupados por pessoas oriundas de outros Estados”. Pólo Siderúrgico em São Luís: Impacto social e Riscos Ambientais. Disponível em: < <http://www.hic-net.org/articles.php?pid=1789>>; Acesso em: 18/02/2015.

a demonstração pública dos impactos que seriam postos a toda cidade, etc., o processo de reação ganhou maior escopo. A pressão exercida através resistência das comunidades com sua organização, pelos debates em torno do polo siderúrgico, assim como a atuação dos empreendimentos, tornou-se notória (SBRANA, 2009). Os jornais e outros espaços de difusão de notícias, assim como outros espaços de discussão, noticiavam a resistência com chamadas sugestivas (SBRANA, 2009).

Tal demora começou a fazer com que o interesse dos investidores diminuísse e que fosse cogitada a levada do empreendimento para outro local. Neste ínterim, o governo do Estado chegou a cogitar que o polo fosse levado para a cidade de Bacabeira, pois, segundo este: “Bacabeira apresentava condições ambientais e logísticas mais adequadas e, no continente, era o município mais próximo do Complexo Portuário de São Luís” (ALVES, 2014, p. 62). Entretanto, tal mudança provocaria gastos extras, o que não era interessante para os investidores (ALVES, 2014).

Com o atraso no prosseguimento do processo, os investidores que buscavam a implantação do polo siderúrgico passaram a reafirmar a possibilidade de implantarem o polo siderúrgico em outro local, pois – de forma diferente do que vinha ocorrendo em São Luís – estas localidades estariam oferecendo melhores condições ao empreendimento (ALVES, 2014) o que, segundo os jornais à época, faria os “navios carregados de minério, cruzarem a baía de São Marcos levando a riqueza e deixando o atraso” (JORNAL O IMPARCIAL, 2007 *apud* ALVES, 2014, p. 64). Com base em Acselrad (2010, p. 113), podemos compreender essas afirmações proferidas pelos agentes responsáveis pela alocação do empreendimento na cidade de São Luís enquanto estratégias de *chantagem locacional*, as quais, segundo este autor, correspondem

ao jogo político das grandes corporações, que procuram impor aos setores menos organizados da sociedade a aceitação de níveis de poluição rejeitados por países e setores sociais mais organizados e criteriosos na definição de restrições a processos poluentes e ambientalmente danosos.

Esta chantagem locacional ainda pode ser entendida a partir da compreensão da capacidade altamente desenvolvida de *deslocalização de capitais* experimentada pelos empreendimentos. Ainda de acordo com Acselrad (2010, p. 115), este termo:

descreve o fato de determinados empreendimentos serem retirados de seus locais de implantação para serem realocados em outro ponto, região ou país onde as condições político-institucionais sejam mais favoráveis à acumulação de riqueza – tais como normas ambientais frouxas, direitos sociais revistos e leis urbanísticas flexibilizadas.

Isto pode ser ilustrado em uma declaração emitida pelos investidores da Vale:

Lembramos que a janela de oportunidade criada no mercado internacional para a transferência de produção para os países em desenvolvimento é transitória, e *que existem outros países, tais como a Austrália e a Índia, que vêm apresentando uma série de incentivos para atração de projetos semelhantes*, concorrendo diretamente com o Brasil. [...] Lamentamos que o Estado do Maranhão não tenha conseguido reunir e alinhar todos os segmentos da sociedade num esforço comum para disponibilizar as condições mínimas para a atração de um projeto desta importância e magnitude não somente para o estado, mas também para o Brasil (A Vale..., 2005 *apud* ALVES, 2010).

Apesar da pressão realizada pelas vozes contrárias ao empreendimento, conforme exposto, a Lei de Zoneamento foi alterada em 2005 (SOUSA, 2009; ALVES, 2014), ainda que não nos moldes iniciais, pois foram excluídas

áreas de preservação permanente, constituídas das nascentes e cursos d'água existentes e reduzindo a área do projeto para 1.068 hectares. Desta forma, o distrito industrial se restringiria à instalação de uma usina siderúrgica (ao invés das três inicialmente previstas) e atingiria apenas o povoado de Cajueiro e parte da Vila Maranhão (SANT'ANA JÚNIOR, 2006, p. 07).

Neste mesmo ano, alegando “câmbio desfavorável e a elevada carga de tributos”, *Baosteel, Arcelor e Posco* desistem da implantação do polo siderúrgico em São Luís<sup>61</sup>. A Vale, pelo menos provisoriamente (ALVES, 2010), tendo em vista a redução da área prevista para a instalação do polo<sup>62</sup>, também desiste do projeto (SANT'ANA JÚNIOR et al., 2009;). Todavia, como aponta Alves (2010), o projeto já havia impactado a vida das famílias que foram ameaçadas de deslocamento.

Após o polo siderúrgico se tornar inviável e o Reage São Luís se desarticular, as comunidades continuaram a empreender a demanda pela criação da Reserva Extrativista (RESEX) de Tauá-Mirim (ALVES, 2014). A reivindicação de criação da Reserva Extrativista é resultado dos conflitos oriundos da ameaça constante de deslocamento compulsório, “levando a quadro de instabilidade quanto ao domínio territorial, bem como em função das externalidades de empreendimentos industriais e de transporte instalados em sua vizinhança” (SANT'ANA JÚNIOR, 2012, p. 02). Tal demanda esteve presente na pauta do Reage São

<sup>61</sup> Arcelor desiste de siderúrgica no Maranhão. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2911200525.htm>>. Acesso em: 19/02/2015.

<sup>62</sup> Segundo Sant'Ana Júnior e Gaspar (2007, p. 4-5): “com a intensa mobilização e pressão dos movimentos sociais, das famílias de agricultores e pescadores dos povoados e de representantes da sociedade civil, em manifestações ocorridas nas audiências públicas, reunidos sob a atuação do Fórum Reage São Luís e em atendimento ao Estatuto das Cidades, que, somente, autoriza a concessão de terras públicas até o limite de 1.000 hectares, a área do projeto do Pólo foi reduzida para 1.068 hectares”.

Luís, ainda que não fosse a principal (ALVES, 2014); cumpre lembrar, também, conforme a liderança Beto do Taim, que esta demanda é anterior à discussão do polo.

Desde fins da década de 1970 e início dos anos 1980, várias pessoas passaram a ser diretamente atingidas, em alguma medida, pela possibilidade e pela implantação de projetos de desenvolvimento em São Luís. Conforme já referido anteriormente, desde a chegada do PGC e seus desdobramentos, como a implantação da Alumar, indo até a tentativa de implantação do polo siderúrgico em 2004, e passando por outras tentativas contemporâneas, formas autocráticas e violentas de intervenção têm sido lançadas com o objetivo de concretizar demandas intimamente vinculadas a interesses econômicos<sup>63</sup> em detrimento dos interesses das populações que ocupavam (e ainda ocupam) áreas consideradas *alvos* adequados aos projetos desenvolvimentistas. Anteriormente, foi citado um trecho de entrevista no qual está registrado um depoimento sobre a forma violenta de atuação da AMZA no processo de expropriação de terras nas áreas pretendidas para o PGC, mais especificamente, a chamada Área Itaqui Bacanga. Faço aqui uma longa citação, mas acredito que esta nos ajude a aprofundar a descrição destas violências e a forma pela qual estas populações são tratadas no processo de instalação de um projeto de desenvolvimento:

A deterioração das moradias com o passar dos anos, foi uma das principais táticas utilizadas pela Empresa em sua “guerra de nervos” contra os moradores. Impossibilitados de fazer reparos em suas casas muitos as abandonam, perdendo o direito à indenização. Outros, em desespero, vão implorar que sejam retirados logo, aceitando a quantia imposta pelos advogados da empresa. Entupir poços, “limpar” o fundo dos quintais destruindo benfeitorias, foi outra maneira de coagir a população a aceitar o processo “amigável” de indenização em que as famílias perdiam suas casas e sítios, frutos de longos anos de trabalho. A empresa procurou indenizar salteadamente, ou seja, desapropriava alguns e outros não, isolando famílias e deixando-as sem vizinhança por meses a fio, até que não mais resistissem e pedissem para sair. Algumas delas, cercadas de máquinas por todos os lados, jamais receberam indenização. Em muitos casos, a Empresa isolou os pequenos comerciantes, de modo que perdessem a freguesia e pedissem para entrar em acordo. Em outros, retirou os comerciantes primeiro, deixando os demais sem vizinhos e sem comércio por perto. De qualquer modo, a empresa jamais indenizou em bloco, procurando ganhar tempo e quebrar a resistência dos moradores. Em suas tentativas de vencer a população pelo desespero, a empresa lançou mão de outros expedientes, como cercar as casas [...]. Em uma delas, além de cercar [...], passou um trator na rua, provocando grande poeira durante os meses do verão, o que resultou no

<sup>63</sup> O povoado do Taim, por exemplo, localiza-se em uma área “bastante cobiçada para a implantação de projetos urbano-industriais, devido à proximidade com o Complexo Portuário de São Luís e com o terminal da estrada de ferro Carajás, que permite o transporte de minérios e produtos industriais e agropecuários; é fator de cobiça também a proximidade da BR- 135, que liga a Ilha do Maranhão às outras regiões do país, constituindo-se em um dos principais corredores de exportação do Brasil. Essa localização pode diminuir os gastos com transporte para as indústrias instaladas na área, tanto com relação ao acesso à matéria-prima, quanto no que concerne à exportação de seus produtos. Isto leva a que empreendedores industriais e planejadores governamentais percebam a área como um espaço que pode ser facilmente transformado” (SANT’ANA JÚNIOR; SILVA, 2009, p. 39).

adoecimento de adultos e crianças [...]. Além dessas táticas de clara intimidação, a Empresa jogou com o desespero das famílias, obrigando-as a permanecerem longos anos sem condições de planejar o futuro. A possibilidade de fazer planos, desde os mais simples, como aumentar a casa ou conseguir energia elétrica, até outros que envolviam problemas familiares, como a separação de casais, foram contribuindo para que a resistência da população se quebrasse e o valor das indenizações chegasse a limites inacreditáveis (PAULA ANDRADE, 1981, p. 16).

Resgatando o processo de resistência contra estas contínuas investidas, é oportuno aprofundar a discussão sobre a demanda de criação da RESEX de Tauá-Mirim, assim como a descrição do ambiente, das pessoas e do modo de vida ali presente. Conforme já apresentado, esta demanda busca regularizar o uso e o controle do território ancestralmente ocupado, possibilitando, destarte, a reprodução dos grupos ameaçados pela lógica motriz dos empreendimentos; além disto, é salientada a intensa e traumática desestruturação comunitária e familiar que um deslocamento ocasiona (STEINHORST DAMASCENO, 2010). Esta luta se intensificou durante a resistência ao polo siderúrgico – ainda que seu início seja anterior a este processo – e perdura, já que a RESEX ainda não foi oficialmente implantada, configurando, desta forma, uma ferramenta de luta até os dias atuais.

Segundo a definição já anteriormente apresentada, posta pelo SNUC, a RESEX de Tauá-Mirim é uma Unidade de Uso Sustentável, a qual buscar tornar compatível a conservação da natureza a um uso sustentável de uma parte dos seus recursos. Este uso sustentável seria realizado por populações tradicionais cuja subsistência baseia-se no extrativismo, sendo complementado pela agricultura de subsistência e criação de animais de pequeno porte, visando proteger *os meios de vida e a cultura dessas populações* (BRASIL, 2000). No interior de uma RESEX é proibida a mineração, assim como a caça, seja amadora ou profissional; é também vetado o usufruto por pessoas que não componham as populações tradicionais nela residente ou dela usuária (MAIA, 2014). Por população tradicional, o decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, em seu terceiro artigo, define:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007<sup>64</sup>)

Não devemos, todavia, compreender esta categoria de forma essencialista. Ela deve ser entendida de forma *relacional*, pois adquire seu sentido político apenas no curso das mobilizações das pessoas atingidas pelos empreendimentos, as quais buscam garantir sua

---

<sup>64</sup> Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>.

permanência em um território em disputa. Segundo Gaspar (2009), as principais lideranças dos moradores da região discordaram das classificações a eles impostas pelo Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA) e pela Secretaria Municipal de Terras, Habitação, Urbanismo e Fiscalização Urbana (SEMTHURB) que lhes denominaram, respectivamente, como *assentados e ocupantes irregulares* daquela região. Para as lideranças da Zona Rural, dentre as quais há o acionamento da categoria *população tradicional*, esta categoria “se relaciona à emergência de símbolos que liguem as famílias a uma ancestralidade comum e à formação histórica anterior às intervenções de órgãos oficiais” (GASPAR, 2009, p. 117). Esta ancestralidade está relacionada à presença de cristalizações materiais que lhes atestam (antiguidade que foi, inclusive, questionada pelos agentes interessados na dita vocação industrial da Ilha, conforme apresentaremos mais à frente), assim como por manifestações culturais que lhes ligam a um passado vivido e longínquo. Por fim, conforme Gaspar (2009, p. 121), “apropriando-se dessa categoria e reafirmando que o uso do território caracteriza-se pelo caráter coletivo, os discursos apontam para a dimensão política da categoria populações tradicionais”. Ou ainda:

A afirmação de ser membro de uma população tradicional indica a dimensão política dessa categoria, ou seja, sua utilização no plano de reivindicações territoriais de grupos sociais específicos destinados a estabelecer um jogo que marque o que é diferente – ser tradicional – pela criação da unidade de conservação em questão. Temos um jogo de invenção de “identidades” políticas construído por lutas que vêm ganhando solidificação no terreno histórico de grupos que se defrontam com adversidades para manterem sua reprodução social, física e cultural nos dias atuais (GASPAR, 2009, p. 123).

Maia (2014, p. 64. Grifos nossos), conclui que

o pedido de criação da RESEX é um mecanismo de luta que encontraram para garantir sua permanência no território. Sabendo dos direitos legais que teriam sobre o território, *as lideranças das comunidades assumiram a identidade de população tradicional, e iniciaram a luta pelo seu reconhecimento enquanto tal.*

Neste mesmo sentido Sant’Ana Júnior e Gaspar (2007) afirmam que, no processo de resistência e tentativa de manutenção do acesso e controle sobre territórios e recursos, diversos grupos atingidos e vulnerabilizados estão identificando, na legislação brasileira, instrumentos que lhes permitem continuar na sua terra historicamente ocupada<sup>65</sup>.

---

<sup>65</sup> “Exemplos disso são os povos indígenas, em suas lutas por instalação de reservas, e os remanescentes de quilombos, que procuram fazer valer o Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), decorrentes da Constituição de 1988, que lhes garante a posse dos territórios ocupados ancestralmente. Um outro procedimento que cada vez mais está sendo adotado por parte dos grupos sociais que sofrem com os impactos das medidas de modernização econômico-industrial é a solicitação de instalação de unidades de conservação, mais especificamente, das chamadas Reservas Extrativistas” (SANT’ANA JÚNIOR; GASPAR, 2007, p. 03).



No caso da Zona Rural de São Luís, é defendido pelas lideranças dos moradores que estes praticam

a pesca, coleta de mariscos, agricultura familiar, mantendo uma relação sustentável com os recursos ambientais, mantêm suas próprias formas de organização comunitária, ocupam ancestralmente a área, constituindo um modo de vida e uma cultura próprios (SANT'ANA JÚNIOR, et al, 2009, p. 27).

Segundo Sant'Ana Júnior et al. (2009), as pesquisas realizadas pelo IBAMA para o estudo sobre a viabilidade da RESEX demonstraram, desde seu início, que o modo de vida que se desenlaça cotidianamente nesta área tem um grau de adaptação às condições ecológicas locais que deve ser considerado<sup>66</sup>. As atividades desenvolvidas seguem uma temporalidade que é diferenciada em relação ao *mundo das mercadorias* – ainda que, contudo, os efeitos de uma maior pressão mercantil e imobiliária na região estejam imprimindo alterações nesta forma de temporalidade. O uso dos recursos naturais causa baixo impacto no ambiente graças a esta temporalidade não mercantil dominante, pois “o manuseio dos ecossistemas se organiza conforme o ciclo de reprodução natural dos recursos” (SANT'ANA JÚNIOR, et al., 2009, p. 28). Diegues (1996, p.84-85), ao se referir à *culturas tradicionais* aponta:

Um aspecto relevante na definição de culturas tradicionais é a existência de sistemas de manejos dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, à sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. Esses sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais mas revelam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pelas tradição herdada dos mais velhos, de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais.

Desde 1996, a criação de uma Reserva Extrativista vinha sendo discutida por alguns moradores dentre os ameaçados de deslocamento pela ampliação das atividades industriais em São Luís, buscando evitar sua expulsão do território historicamente ocupado e no qual se desenvolveu complexa rede de sociabilidade, se desenvolveu uma história e nutriram-se planos para o futuro (SANT'ANA JÚNIOR; SILVA, 2009). De acordo com Steinhorst Damasceno (2010), buscava-se a melhor alternativa para a proteção do território e que fosse possível abarcar proteção ao ambiente, à saúde da população da área e proteção à pesca, fundamental enquanto elemento para a sobrevivência; acordos de pesca, denominação de

---

<sup>66</sup> Neste sentido, “apesar de quase dois séculos de ocupação da área e de utilização dos recursos naturais, a área mencionada para a implantação da reserva ainda pode ser considerada [...] como reduto de conservação de ecossistemas” (SANT'ANA JÚNIOR; SILVA, 2009, p). Maia (2014, p. 61) vai na mesma direção ao afirmar que “o modo de vida dessas populações que, ao longo das gerações, foi construído de forma mais ou menos equilibrada com os processos naturais e, devido isso, normalmente suas práticas não têm grandes efeitos degradantes sobre a natureza”.

território quilombola, até chegar à ideia da Unidade de Conservação, inicialmente denominada Paquatuiua. Em 13 de agosto de 2003, através de um abaixo assinado promovido pela Associação de Moradores do povoado Taim (GASPAR, 2009), os envolvidos pediram que o andamento ao processo necessário para a constituição da RESEX fosse dado. Assim sendo, o IBAMA, dentro das atribuições definidas pela legislação brasileira abriu o processo de criação da unidade de conservação que então era nomeada como Reserva Extrativista do Taim<sup>67</sup> (SANT'ANA JÚNIOR et. al. 2009).

O processo de instalação da RESEX cumpriu todas as fases legalmente previstas, com os laudos<sup>68</sup> necessários já elaborados, assim como a consulta pública para atestar a demanda pela Reserva (SANT'ANA JÚNIOR; SILVA, 2009; MAIA, 2014; STEINHORST DAMASCENO, 2010). Contudo, desde 2007 o pedido encontra-se parado no Ministério do Meio Ambiente, aguardando a expedição do ato de criação (MAIA, 2014). Este atraso fez com que, já 10 anos após o início do processo burocrático necessário para a criação da RESEX de Tauá-Mirim, o Ministério Público Federal do Maranhão (MPF/MA) movesse uma ação civil com pedido de liminar<sup>69</sup> contra a União, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Estado do Maranhão. Segundo o MPF/MA:

[...] a oposição por parte do estado é injustificada, visto que desde 2007 foram feitos levantamentos, laudos e consultas públicas que não apresentaram nenhuma divergência acerca da criação da Resex de Tauá-Mirim. No entanto, o estado do Maranhão já afirmou, por várias vezes, ser contrário à criação da reserva, manifestando interesse em construir um polo industrial na área em questão, mediante a remoção de diversas famílias assentadas no local<sup>70</sup>.

Em 2011, após recomendação expedida pelo MPF/MA, o ICMBio apresentou uma nova proposta de limites para a RESEX, na tentativa de conciliar o interesse *social* (biológico, cultural, etc.), com os interesses *econômicos* em torno da região pretendida pela RESEX.

<sup>67</sup> Em 2008 o nome foi alterado, pois já existe, desde 1978, a Estação Ecológica do Taim, no Rio Grande do Sul (SANT'ANA JÚNIOR et. al., 2009).

<sup>68</sup> “Esse laudo foi produzido através de diagnósticos elaborados pelos técnicos e analistas ambientais do IBAMA, com ênfase na participação dos moradores da área visando, conforme o próprio Laudo, ser um produto da construção coletiva” (MAIA, 2014, p. 38).

<sup>69</sup> “Na ação, o MPF/MA requer, liminarmente, que o estado do Maranhão se abstenha de qualquer ato que desloque compulsoriamente as comunidades tradicionais da região devidamente identificadas pelo ICMBio e assentadas no local pelo Instituto de Terras do Maranhão (Iterma). Pede ainda que União e ICMBio concluam o processo administrativo no prazo de um ano” (MPF/MA quer..., 2013). Tendo em vista a data da notícia aqui referida, o prazo determinado pelo MPF/MA foi descumprido.

<sup>70</sup> MPF/MA quer a conclusão de processo que propõe a criação de reserva extrativista do Tauá-Mirim na zona rural de São Luís. Disponível em: < <http://www.prma.mpf.gov.br/noticia-4739>>. Acesso em: 30/09/2015.

Contudo, apenas em 2012 o Estado do Maranhão se pronunciou afirmando que a criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim “se ergueria como *obstáculo a todo um processo de desenvolvimento econômico*, de interesse local, regional e nacional” (MPF/MA quer...2013. Grifos nossos). Revelam-se, neste ponto, as origens materiais e políticas deste ato que é muito mais do que mera realização técnica. Os interesses e pressões que visam abraçar a vinda de mais e mais empreendimentos desenvolvimentistas, articulados e capazes de colocar suas pautas e demandas frente ao Estado do Maranhão, devem ser considerados neste processo enquanto um vetor decisório importante e poderoso.

A RESEX de Tauá-Mirim engloba as comunidades Limoeiro, Taim, Rio dos Cachorros, Porto Grande, parte da Vila Maranhão (Porto das Arraias), parte do Cajueiro (Praia de Parnaçu), além da Ilha de Tauá- Mirim, na qual se localizam os povoados de Amapá, Embaubal, Jacamim, Portinho, Ilha Pequena e Tauá-Mirim, além de um amplo espelho d’água na Baía de São Marcos, localizando-se na porção sudoeste a Ilha do Maranhão (MAIA, 2014), totalizando 16.663,55 hectares e perímetro de 71,21 km (SANT’ANA JÚNIOR et. al., 2009). Faz limite com o Distrito Industrial II da Ilha do Maranhão; tal distrito conta com as grandes indústrias minerometalúrgicas, como o consórcio ALCOA/ALUMAR, a Vale e representantes de indústrias petrolíferas, como a PETROBRÁS; como se não bastasse, ainda temos a Estrada de Ferro Carajás, os Portos do Itaqui e da Ponta da Madeira (SANT’ANA JÚNIOR; GASPAR, 2007). Vejamos o mapa da área proposta abaixo, com a identificação das localidades e empreendimentos próximos:

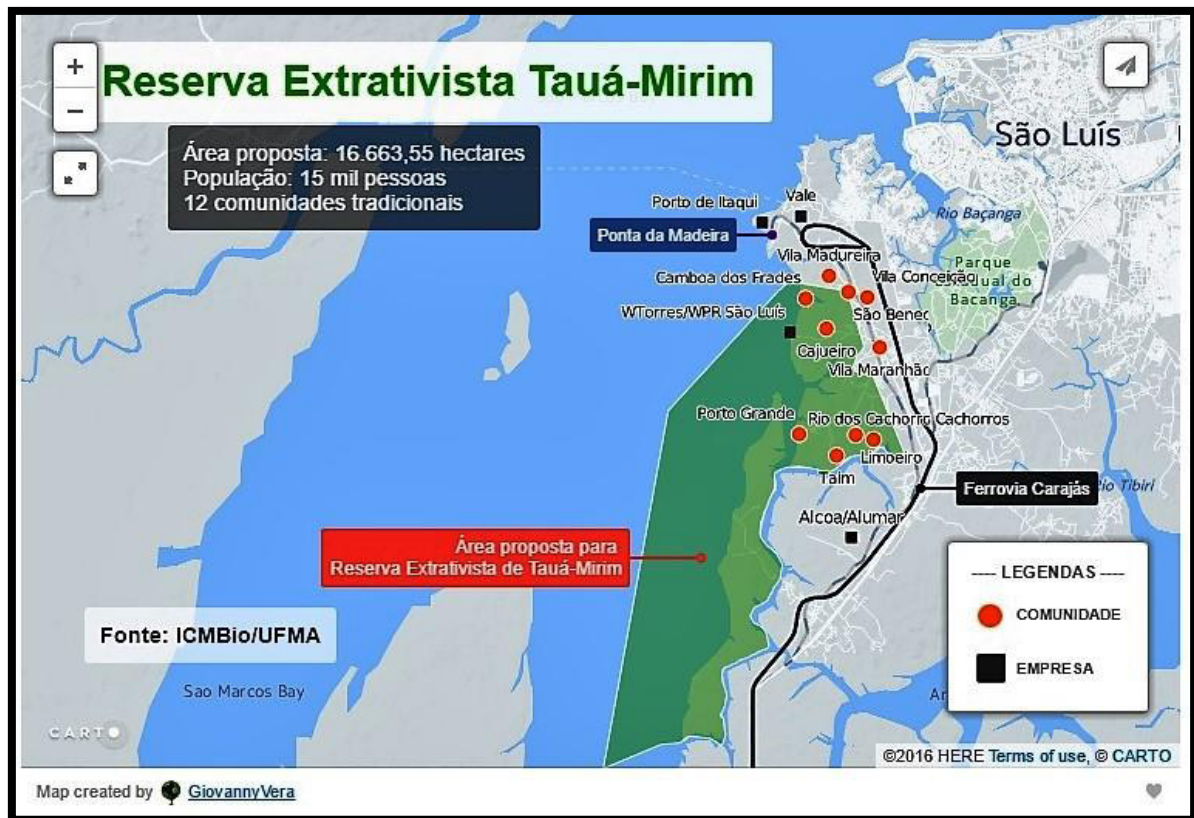


Figura 4: Mapa da Área da Resex de Tauá-Mirim. Fonte: </http://amazoniareal.com.br/ministro-do-meio-ambiente-sarney-filho-se-declara-contr-a-criacao-da-resex-taua-mirim/>. Acesso em: 09/08/2016.

Segundo Maia (2014), esta área é apresentada no Laudo sobre a RESEX como sendo portadora de fauna e flora ricas, com amplas extensões de manguezais<sup>71</sup>, várzeas e nascentes, sendo ainda uma região de recarga de aquíferos<sup>72</sup> e de reprodução de espécies marinhas dentre as quais o peixe-boi (*Trichechus manatus*), ameaçado de extinção, sendo que o Maranhão abriga 100 dos 500 peixes-boi existentes no Brasil. No laudo elaborado pelo IBAMA, estão expostos os argumentos que demonstram a importância biológica da área pretendida pela RESEX. Podemos citar:

Do ponto de vista biológico, a área proposta abrange ecossistemas e espécies de grande relevância ecológica, tais como manguezais, restingas, babaçuais, juçarais, buritizais. Na região, ocorrem espécies animais ameaçadas de extinção, como por exemplo peixe-boi marinho, gato maracajá, mero, tintureiro, cação-bicuda. Além

<sup>71</sup> “Os manguezais abrigam recursos naturais importantes para o ciclo da vida, pois, cerca de 90% das espécies animais costeiras utilizam-no em algum estágio de seu ciclo reprodutivo. Além do mais, funcionam como um importante ecossistema para a manutenção das práticas alimentares dos moradores da zona costeira, uma vez que a pesca de camarão, caranguejo e peixe, são indispensáveis para a sua segurança alimentar, além de serem importantes para a economia local” (MIRANDA, 2009, p. 96).

<sup>72</sup> “A área proposta para criação da RESEX apresenta grande potencial em termos de recursos hídricos. O Laudo atestou a presença de nove igarapés e quatro nascentes só na comunidade de Porto Grande. Na comunidade de Taim, ocorrem, aproximadamente, dez igarapés, com suas respectivas nascentes” (MAIA, 2014, p. 39).

disso, a área engloba um dos últimos remanescentes da formação pré-amazônica na ilha de São Luís, sendo um importante refúgio para espécies típicas desta formação (IBAMA, 2007, p.43).

O laudo que demonstra a total *viabilidade* – e mesmo a *necessidade*<sup>73</sup>, diante dos aspectos biológicos sensíveis demonstrados – apresenta ainda as características sociais das populações que hoje habitam aquela região. Estas pessoas são caracterizadas pelo laudo enquanto possuidoras de um modo de vida tradicional, o qual é reproduzido após várias gerações. São, em sua maioria, estudantes, donas de casa, pescadores, etc. No que diz respeito às atividades produtivas desenvolvidas pelas comunidades, têm-se principalmente a pesca<sup>74</sup> e a lavoura voltada tanto para o consumo familiar, assim como, em alguns casos, para comercialização (MAIA, 2014); pequenos animais, como galinhas, patos e, por vezes, porcos, também são criados pelos moradores (STEINHORST DAMASCENO, 2010). Steinhorst Damasceno (2010, p. 08) afirma sobre a atividade pesqueira e sua relação com os aspectos simbólicos e culturais destas pessoas:

A prática da pesca e o uso dos recursos pesqueiros entre as populações ribeirinhas é algo intrínseco ao seu universo sociocultural. As técnicas de pesca são repassadas de uma geração a outra, como elemento simbólico e material. Neste campo a pesca vai além de uma simples atividade produtiva, tornando-se, no universo simbólico, um fator de identidade.

Cultiva-se principalmente a mandioca, assim como arroz, feijão, milho, hortaliças e frutas (caju, manga, juçara, murici, buriti, cupuaçu, bacuri) sem o uso de agrotóxicos; utilizam-se ferramentas manuais para o preparo da terra (enxada, facão, dentre outras) (MAIA, 2014). Sobre o processo de cultivo, Damasceno aponta:

Na época do plantio, geralmente a roça é feita em mutirão com a participação de membros de várias famílias, que vão se revezando. Cada comunidade possui pelo menos uma casa de farinha e a produção, quase sempre, é para o consumo interno, com exceção das poucas famílias que realizam a venda. (STEINHORST DAMASCENO, 2009, p. 55).

---

<sup>73</sup> “Do ponto de vista social, a criação da RESEX garante, aos povoados que tradicionalmente habitam a região, a territorialidade, isto é, uma maior proteção contra a especulação e a desapropriação, e a conservação dos recursos naturais indispensáveis a reprodução social e cultural destas comunidades. (...) a área em questão possui vocação ecológica e social para consolidação de uma Reserva Extrativista” (IBAMA, 2007, p. 43- 44).

<sup>74</sup> Pesca de peixes de água doce e salgada, camarões e caranguejos (STEINHORST DAMASCENO, 2010; MAIA, 2014).

O laudo aponta que a maior parte dos moradores dos povoados da região agora considerada possuem o ensino fundamental incompleto, especialmente os mais idosos<sup>75</sup>, e a renda familiar, em geral, gira em torno de um a dois salários mínimos.

O que, segundo o Laudo, pode estar relacionado à baixa escolaridade e ao modo tradicional de vida que se baseia em atividades de subsistência, além do fato dessas comunidades não serem assistidas da forma devida pelas políticas públicas do Estado, nos níveis municipal, estadual e federal (MAIA, 2014, p. 41).

Além das atividades extrativistas, cultivo de lavouras e criação de pequenos animais, a renda de alguns dos moradores da região está ligada à atividades relacionadas à prestação de serviços e ao comércio; além disto, aposentadorias e o Programa Bolsa Família atuam como complemento à renda de outra parcela populacional. Tais atividades, diante do caráter incerto da pesca devido ao escasseamento dos recursos pesqueiros – explicado pelos moradores da região como consequência direta da degradação ambiental perpetrada pelos vários empreendimentos que lhes cercam<sup>76</sup> –, têm se tornado cada vez mais importantes na vida destas pessoas (STEINHORST DAMASCENO, 2010).

Há fornecimento de energia elétrica para a maior parte das casas, as quais dispõem de TV, geladeira e rádio. Os telefones públicos são escassos, fator compensado pelo uso de telefones móveis (MAIA, 2014; STEINHORST DAMASCENO, 2010).

Grande parte das comunidades é composta por católicos, mas também há presença de protestantes e adeptos de religiões de matriz africana (MAIA, 2014). Manifestações culturais são realizadas a partir de grupos de Bumba-meu-Boi, Tambor de Crioula, Tambor de Mina, Capoeira, Dança Portuguesa, Quadrilha Junina, dentre outras (MAIA, 2014).

A antiguidade e pioneirismo da ocupação já foram contestados pelos agentes interessados em implantar os empreendimentos industriais na região. O que é importante e significativo neste processo de enfrentamento, pois, como já apontado, o processo de acionamento da categoria *população tradicional* está atravessado por esta noção de

---

<sup>75</sup> “Em parte dos povoados, existem escolas até o nível fundamental. Alguns conseguem cursar o nível médio no centro da cidade ou nos bairros da Vila Maranhão e Estiva, que são próximos” (STEINHORST DAMASCENO, 2010, p. 09).

<sup>76</sup> “Após a instalação dos supracitados empreendimentos, as comunidades notaram alterações resultantes das suas atividades, ressaltando-se a diminuição dos recursos naturais utilizados na alimentação, bem como a poluição dos rios e igarapés” (MAIA, 2014, p. 57). Ainda neste sentido, Sant’Ana Júnior e Silva (2009, p. 39) afirmam: “os projetos industriais nas proximidades e a presença de portos com intensa movimentação de navios têm provocado a diminuição de recursos naturais que tradicionalmente serviram de sustentação ao modo de vida construído”.

ancestralidade (GASPAR, 2009). Alguns elementos ajudam a atestar a presença ancestral dessas pessoas, como, por exemplo, as ruínas do igarapé Tanque, envoltas por histórias e memórias, no povoado do Taim – cuja memória dos mais velhos moradores remonta ao século XIX o início da ocupação da região –, acionadas pelos moradores enquanto prova contra as investidas que buscam desqualificá-los; há também, na Vila Maranhão, a segunda igreja fundada na Ilha do Maranhão, a saber, a Igreja de São Joaquim do Bacanga, fundada em 1848 pelos jesuítas e já tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1987. Outro elemento que atesta a ancestralidade desta ocupação da região é o Terreiro do Egito, ou *Ilê-Nyame* (Deus, na língua Ashanti), um dos primeiros da Ilha do Maranhão, fundado em 12 de dezembro de 1864 por Massinokou Alapong, funcionando entre 1864 e 1980 (STEINHORST DAMASCENO, 2010). Segundo Gaspar (2009, p. 119), complementando o exposto:

os símbolos que remetem à ancestralidade das famílias e, conseqüentemente, à constituição de uma identidade comum estão relacionados a vestígios materiais ainda presentes no povoado. Diz respeito às ruínas de construções existentes no local que, de acordo com o senhor José Reinaldo, datam do período ainda colonial. As construções são rememoradas como locais de carga e descarga de pequenos produtos que, à época colonial, mantinham abrigos de negros escravizados.

Diante do exposto até agora, percebemos que a região pleiteada para a criação da RESEX de Tauá-Mirim cumpre as exigências biofísicas que justificam sua criação, assim como as características socioculturais e econômicas da população que ali reside são igualmente compatíveis com tais exigências, um fato *atestado* pela instância burocrática responsável por esta matéria. A lentidão no processo, nada fortuita, que, até o momento em que estas linhas estão sendo escritas, não se encerrou – 12 anos após o início do procedimento burocrático necessário –, a qual já foi inclusive denunciada pelo Ministério Público do Estado do Maranhão, é um fato evidente. Reiteramos aqui que este processo não se resume a uma operação meramente técnica, mas sim, um complexo processo político, que traduz uma questão pela forma de produção que ali deve ser implantada (ou seja, uma questão econômica), a qual envolve agentes com desigual poder de influenciar o andamento do mesmo. O governo do Estado do Maranhão, segundo o próprio MPF/MA, se posicionou contrário à criação da RESEX de Tauá-Mirim<sup>77</sup>, vista enquanto um *obstáculo ao desenvolvimento* do Maranhão, pois – relembremos os argumentos favoráveis à alteração da

---

<sup>77</sup> Esse posicionamento oficial foi feito na gestão governamental de Roseana Sarney, a qual se encerrou em Janeiro de 2015. No entanto, a atual gestão de Flávio Dino não se pronunciou sobre a questão, mantendo-se oficialmente, portanto, a posição anterior.

Lei de Zoneamento, naquele contexto de tentativa de implantação do polo siderúrgico – há uma *vocação* a ser cumprida pela Ilha de São Luís, e esta não é a de abrigar uma Reserva Extrativista, mas sim uma vocação *nitidamente industrial*, nas palavras do prefeito de São Luís no ano de 2004, Tadeu Palácio.

Há em jogo, e aqui recorremos ao referencial teórico até agora delineado, uma disputa em torno de um território cujas lógicas de significação e uso são completamente díspares em relação aos dois polos envolvidos na questão<sup>78</sup>: as populações ali habitantes e os agentes econômicos e políticos que buscam transformar a região em área industrial. A incompatibilidade destas formas traduz-se enquanto criadoras de *conflitos ambientais* muito violentos, literalmente e simbolicamente, que vem se arrastando desde fins dos anos 1970. Conforme Maia (2014, p. 43), o processo é complexo:

No caso específico da RESEX de Tauá-Mirim, que aguarda apenas a aprovação presidencial, o que pode parecer uma etapa facilmente superável, mas não é, pois envolve negociações com os governos Estadual e Municipal e empreendimentos econômicos que atuam ou pretendem atuar nas proximidades da área prevista para a RESEX. Em meio a esses agentes estão as lideranças dessas comunidades e os aliados que elas conseguiram mobilizar em prol de sua luta.

Contudo, não podemos simplificar a análise, pois os moradores da região não configuram um bloco monolítico. Em face da ameaça de deslocamento, há basicamente dois grupos: por um lado, aqueles que,

diante da aparente inevitabilidade do deslocamento, posicionam-se favoravelmente ao mesmo e buscam obter ganhos nos processos de indenização e de negociação quanto aos futuros locais de moradia; [e] aqueles que acreditam que existem possibilidades de resistência, não querem abrir mão de seu modo de vida, ancestralmente construído, e acionam a demanda pela criação de uma reserva extrativista como instrumento de defesa do território (SANT'ANA JÚNIOR et. al., 2009, p. 32).

É neste contexto de ameaças à continuidade da reprodução de modos de vidas considerados tradicionais, oriundas da implantação e ampliação – e conseqüente assédio contínuo por parte dos empreendimentos – que nos dispomos a analisar uma iniciativa de

---

<sup>78</sup> Se, por exemplo, os empreendimentos são movidos por uma lógica que considera a natureza somente em termos de eficiência econômica, um gélido pragmatismo que orienta uma forma específica de uso dos recursos naturais, por outro lado, no povoado do Taim, por exemplo, a forma pela qual seus moradores se relacionam com a natureza e com ela mantém sua relação metabólica insuperável se processa através de uma lógica muito diferente. Estes se baseiam num conhecimento que tem como base a observação do ciclo lunar. Em seu dia-a-dia, acionam conhecimentos e fazem uso de técnicas para plantar, pescar e extrair que são balizadas pela observação da lua. Mesmo a forma de ter acesso a porções de terra, assim como acesso a áreas de uso comum são mediadas por entendimentos socialmente construídos e que não passam, necessariamente, pelo direito positivo, por exemplo, característico das relações sociais predominantes nas sociedades capitalistas (SANT'ANA JÚNIOR; SILVA, 2009).



Educação ambiental perpetradas nesta região realizada por um empreendimento desenvolvimentista através de uma fundação que busca velar por sua imagem. É necessário registrar que, contemporaneamente, nova investida sobre os territórios da área da RESEX de Tauá-Mirim está sendo perpetrada. Desta vez valendo-se de uma dita *vocação portuária*, a empresa WPR – São Luís Gestão de Portos e Terminais – contando com silenciamentos oportunos por parte das esferas administrativas do Estado e Município – busca, desde 2014, instalar um Terminal Portuário nas dependências do Cajueiro (MOREIRA, 2015). Este novo assédio é acompanhado por uma nova onda de mobilizações e articulações em torno de estratégias de resistências, as quais são qualificadamente descritas e analisadas por Jadeylson Moreira em sua dissertação de mestrado intitulada *Arenas, repertórios e ações: o processo de tentativa de implantação do Terminal Portuário de São Luís, no povoado Cajueiro*.

Neste ínterim, salientamos também, encontra-se em curso um processo aberto para alteração da Lei de Zoneamento de São Luis. Novamente, um processo marcado por interesses políticos e econômicos que se articulam em torno de investidas antidemocráticas, as quais se materializam num processo obscuro de realização de audiências públicas completamente esvaziadas de seu caráter público e democrático, o que ilustra bem o exposto a respeito das estratégias de manipulação de ferramentas de participação popular por parte de poderosos agentes políticos e econômicos. Em torno da resistência a tal processo realizado de forma convenientemente atropelada pelos agentes públicos, articulam-se uma diversidade de membros da sociedade civil maranhense em torno de mais um *movimento de enfrentamento* na Ilha do Maranhão: O Movimento de Defesa da Ilha<sup>79</sup>.

---

<sup>79</sup> Para maiores informações, o sítio do movimento: < <http://www.defesadailha.com/422430919>>. Acesso em: 28/08/2016.

## 2 QUESTÃO AMBIENTAL, DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: COMPREENDENDO CONCEITOS

O conceito de desenvolvimento sustentável assume, hodiernamente, posição de destaque como uma aclamada, por muitos, alternativa frente aos problemas e ameaças relacionados ao meio ambiente que se manifestam em números, indicadores e catástrofes apresentados em trabalhos científicos, na mídia, congressos, dentre outros. Tal hegemonia reflete-se, por exemplo, na ampla disseminação que este conceito experimenta, transitando por discursos diversos, emitidos seja por uma pequena empresa que investe na produção de uma imagem que reflita uma postura de “responsabilidade ambiental”, ou uma transnacional que, a partir dos seus escritórios recheados por insígnias e certificados de responsabilidades diversas, procuram dissimular as consequências de suas atividades; seja também um organismo multilateral buscando direcionar esforços e medidas a serem adotadas por diversos Estados-Nação, ou mesmo um indivíduo que defende os cuidados com o “verde”, tais como não jogar resíduos diretamente ao solo, separando-os de acordo com sua espécie para que possam ser coletados e tratados seletivamente, por exemplo.

A crise ambiental<sup>80</sup>, a qual vem sendo percebida e discutida desde a década de 1960, produziu um ambiente que suscitou uma série de encontros nos quais o tema *destruição* – ou, pelo menos, uma ameaça bastante palpável – *do meio ambiente*, e algumas variantes deste tópico, foi a tônica. O conceito de desenvolvimento sustentável foi *um dos resultados* do complexo processo de debates e acordos realizados e firmados a partir da supracitada década. *Não foi a única proposta apresentada, mas hoje se encontra em posição hegemônica. A constatação do destaque deste ideário é endossada por Scotto, Carvalho e Guimarães (2007, p.8), para os quais, assim como os termos cidadania e globalização, “desenvolvimento sustentável e sustentabilidade adquiriram muita visibilidade (...) geralmente associadas ao que se supõe que seja uma qualidade positiva”.*

Todavia, o conceito é problemático e escorregadio. Problemático por cristalizar uma arena de disputa entre modos de vida e projetos de sociedade. E é escorregadio por, apesar da propagação e relativa unanimidade que experimenta, ser marcado por um caráter “ambíguo marcado por múltiplas interpretações e consensos apenas pontuais” (COSTA LIMA, 1997

---

<sup>80</sup> “Tem como características principais a contaminação da biosfera e da atmosfera pelos resíduos das atividades produtivas e de consumo, a extinção de espécies vegetais e animais, a alteração das paisagens [...]. É uma crise derivada da insustentabilidade dos padrões de produção e de consumo criados pela sociedade industrial e que não parou de expandirem-se desde a segunda metade do séc. XVIII” (MARTINEZ, 2006, p. 52-53).

apud SCOTTO, CARVALHO, GUIMARÃES, 2007, p. 9).

A crítica é imprescindível nesta época de defesas de cunho apologético e fetichizações do tipo: “o conceito de Desenvolvimento Sustentável é um conceito *fácil de concordar, pois é constituído de puro bom senso*” (HELÚ, MATTAR, 2009, p. 71. Grifos nossos); uma época na qual diversos povos e grupos sociais estão sendo massacrados física e espiritualmente por interesses econômicos poderosos ligados ao capital, seja através da expansão do domínio territorial exercido pelo agronegócio brasileiro<sup>81</sup> ou uma empresa mundial que, tendo em vista melhor rentabilidade a seus negócios, transita entre diversos países, dobrando Estados nacionais aos seus interesses e jogando inúmeras vidas num *abismo de degradação* resultante da exploração capitalista de suas vidas e *usurpação* de sua História, suas terras, etc<sup>82</sup>.

Antes, porém, de iniciarmos a discussão sobre o desenvolvimento sustentável, é imprescindível discutir o significado e implicações, primeiramente, da ideia de *desenvolvimento*, este termo tão carregado “de conotações” – e portador de reverberações perversas, do qual “todos os tipos de pragas” emanam (ESTEVA, 2000, p. 59) –, seguindo a sugestão apresentada por Muniz e Sant’Ana Júnior (2009), pois, como ficará exposto adiante, ainda que o desenvolvimento sustentável seja apresentado como *outro tipo* de desenvolvimento, uma série de contradições permanecem intactas pela falta de uma verdadeira superação do ideário desenvolvimentista e, também, do modo de reprodução sócio-metabólico do capital.

## 2.1 Conceito de Desenvolvimento: historicidade e abordagem crítica

De acordo com Gómez (2002, p. 02), a “operacionalização do conceito de desenvolvimento, como estratégia de reprodução do capital, é recente”. Esteva (2000), no verbete *desenvolvimento* escrito para o livro *Dicionário do Desenvolvimento*, traça um panorama histórico que possibilita a visualização dos usos da palavra em diversos momentos. A contribuição deste autor servirá como base para a discussão levantada a seguir.

Tal palavra – *desenvolvimento* – possui um poder mistificador como poucas outras,

---

<sup>81</sup> Sobre este ponto, o artigo Agroestratégias e Desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios, escrito por Alfredo Wagner Berno de Almeida (2010), é de valiosa contribuição.

<sup>82</sup> Esta discussão é empreendida por Henri Acelrad e Gustavo Bezerra (2010) no artigo *Desregulação, Deslocalização e Conflito Ambiental: considerações sobre o controle das demandas sociais*.

aponta o autor. Segundo Esteva (2000, p. 61. Grifos nossos), não existe “*outro conceito no pensamento moderno que tenha influência comparável sobre a maneira de pensar e o comportamento humanos*”. Porém, ao mesmo tempo em que possui tão significativo poder de influenciar, ele é um termo incapaz de “dar substância e significado ao pensamento e ao comportamento” (ESTEVA, 2000, p. 61). Tal contradição é reveladora do *caráter mutável* que o termo possui, de sua capacidade de adequar-se aos intentos de quem o proclama.

O uso inicial da palavra desenvolvimento originou-se na esfera da biologia. Dizia respeito ao processo pelo qual os organismos alcançavam seu potencial genético, ou seja, atingiam a forma *natural* prevista pelo biólogo (ESTEVA, 2000). Desenvolvimento, nesta perspectiva, é entendido enquanto um processo *finito*, coroado com o alcance de uma forma específica, determinada, do *ser biológico*. Em suma, desenvolvimento correspondia a *um determinado processo* que, caso fosse malogrado, não poderia ser considerado como tal, mas sim, como uma *anomalia*. Porém, entre 1759 e 1859, aponta Esteva (2000, p. 62. Grifo do autor), desenvolvimento passa de um “movimento na direção da forma *apropriada* para o ser” e converte-se numa concepção que o encara como um “movimento na direção de uma forma *sempre mais perfeita* daquele mesmo ser”. Ou seja, o que antes era pensado como um ponto de chegada pré-determinado, transmutou-se numa representação de um movimento contínuo e nunca totalmente alcançado de melhoramento.

A transposição entre áreas do conhecimento experimentada pelo conceito, inicialmente utilizado para tratar fenômenos biológicos, depois transferido para a esfera social, deu-se no último quarto do século XVIII (ESTEVA, 2000). A partir de 1768, Jesus Moser passa a fazer uso da palavra *Entwicklung* (desenvolvimento) para se referir um processo “gradual de mudança social” (ESTEVA, 2000, p. 62), tratando tais mudanças dentro de uma lógica explicativa que as aborda como se tais fossem equivalentes a processos biológicos. Com este mesmo espírito, Esteva (2000, p. 62) cita Herder, para o qual, “o desenvolvimento histórico seria a continuação do desenvolvimento natural; e ambos seriam meras variantes do desenvolvimento homogêneo do cosmos criado por Deus”. Ou seja, desenvolvimento biológico e social são processos análogos.

Durante o século XIX, o uso do termo encontrou múltiplas expressões, o que acabou por “dissolver a precisão de seu significado” (ESTEVA, 2000, p. 63). O autor faz referência ao uso do vocábulo como um *verbo reflexivo*, a partir do qual o ímpeto tipicamente moderno de desencantamento do mundo, tal qual referido por Adorno e Horkheimer (1985), encontrou

uma tradução oportuna. Falava-se em autodesenvolvimento... Com isso, estavam abertas “todas as possibilidades para o sujeito humano, agora autor de seu próprio desenvolvimento e livre dos desígnios divinos” (ESTEVA, 2000, p. 63).

A lista de usos do termo em questão é grande e não será esgotada aqui. Todavia, cabe registrar as conclusões oferecidas por Esteva (2000, p. 64) a este respeito: o termo desenvolvimento funciona como uma carta curinga a partir do momento em que “depende do contexto em que é utilizado” para ganhar algum significado específico. Mas não se trata apenas disto, pois ainda que experimente tal inespecificidade conceitual, ele encontra profundo enraizamento nos discursos: esta “palavra sempre tem um sentido de mudança favorável, de um passo do simples para o complexo, do inferior para o superior, do pior para o melhor”. Como aponta Radomsky (2011) neste sentido, o tema do desenvolvimento experimenta um grau considerável de persistência, perpassando políticas, programas, debates, etc., mesmo diante de críticas, desgastes, transformações sociais profundas que pareciam lhe golpear mortalmente<sup>83</sup>, alimentando esperanças de superação da pobreza e desigualdade.

Apoiando-se na capacidade de influenciar pensamentos e ações, conforme anteriormente citado, e acionando este sentido de mudança *sempre favorável*, uma série de promessas são feitas em nome do desenvolvimento, o qual geralmente é associado a um modelo específico de “modernização”, cristalizada na ideia da instalação de grandes projetos industriais, “ligados ao setor minero-exportador e portuário, mas essencialmente ligados à produção e consumo de energia elétrica” (MOREIRA, 2012, p. 01), por exemplo. Milhares de empregos e *desenvolvimento* para uma região são prometidos, enquanto o desalojamento de um grande número de pessoas<sup>84</sup>, processo este que ocasiona danos irreversíveis aos modos de vida material e simbólico destas populações, além de impactos socioambientais profundos, são invisibilizados, ou, não menos grave e repleto de repercussões, tratados como problemas acessórios, banais, ou de resolução fácil, mero ajuste técnico-burocrático executado por determinados agentes autorizados para tal fim.

Tal argumentação que imputa ao desenvolvimento capacidades claramente

<sup>83</sup> “(...) a efetivação de princípios de governo neoliberais pareciam promover soterrar um tópico que se consolidou a partir da centralidade do Estado na condução das economias e de programas de desenvolvimento” (RADOMSKY, 2011, p. 149).

<sup>84</sup> A exemplo do projeto de implantação de um polo siderúrgico na Ilha que previa o desalojamento de “cerca de 14 mil pessoas em 11 comunidades da zona rural da ilha”. Disponível em: <<http://jornalpequeno.com.br/edicao/2006/02/10/liderancas-de-porto-grande-rejeitam-polo-siderurgico/>>. Acesso em: 14/08/2013.

messiânicas, só é possível a partir do seu suposto contrário: o *subdesenvolvimento*. A condição de subdesenvolvido é aquela que, apresentada como “indesejável e indigna”, leva inúmeros homens e mulheres a escravizarem-se a “experiências e sonhos alheios” (ESTEVA, 2000, p. 65). É sobre isso que trataremos na próxima seção do presente texto.

### **2.1.1 A “invenção” do subdesenvolvimento e os aspectos ideológicos do ideário desenvolvimentista: imprecisão conceitual e os seus diversos usos**

Esteva (2000, p. 59-60. Grifos do autor) cita o discurso de posse proferido pelo então presidente estadunidense Truman<sup>85</sup>, em 20 de janeiro de 1949, como marco simbólico da data em que foi acionada uma concepção de desenvolvimento que se mostrou sem precedentes em termos de legitimidade, aceitação e influência no cenário político mundial. As palavras do discurso, citadas por Esteva, foram:

É preciso que nos dediquemos a um progresso ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nosso progresso industrial disponíveis para *o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas*. O antigo imperialismo – a exploração do lucro estrangeiro – não tem lugar em nossos planos. O que imaginamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma distribuição justa e democrática.

Abriu-se, com este discurso de posse presidencial, a era do desenvolvimento (ESTEVA, 2000). Tal projeto político teve, como intento primordial, o estabelecimento de marcos precisos para a influência política e econômica dos Estados Unidos. No pós-Segunda Grande Guerra, a posição experimentada por este país era privilegiada no cenário mundial: era “uma máquina produtiva formidável e incessante (...). Estava indiscutivelmente no centro do mundo. Era seu senhor” (ESTEVA, 2000, p. 59-60). Cumpre lembrar que os países europeus encontravam-se, literalmente, sob os escombros produzidos de forma indizível pela carnificina da guerra imperialista, com suas economias devastadas e em dívida com os

---

<sup>85</sup> “Truman, juiz de profissão, tornou-se senador do Partido Democrata pelo Missouri, em 1934. Vice-presidente desde 1944, sucedeu a Franklin D. Roosevelt na Presidência do país em 1945. Durante a Guerra Fria, tentou se opor à expansão da União Soviética mediante uma política de ‘contenção’, reafirmando o papel hegemônico que os EUA haviam começado a desempenhar no contexto internacional durante a Segunda Guerra Mundial. A sua ‘Doutrina Truman’, formulada em 1947, assegurou ajuda financeira e material aos países ameaçados pela União Soviética (especialmente à Grécia e à Turquia), sendo complementada com o Plano Marshall de auxílio à Europa Ocidental. O programa de auxílio e desenvolvimento, concretizado em 1949, foi o equivalente aos anteriores no âmbito do Terceiro Mundo. Simultaneamente, agrupou os países ocidentais num bloco militar com a criação da Nato (1949). A entrada dos EUA na Guerra da Coreia (1950-1953) fazia parte também da sua política contra o comunismo. Na política interna, permitiu que Joseph R. McCarthy efetuasse uma desmedida perseguição aos comunistas e aos seus supostos simpatizantes” Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/harry-s-truman.htm>>. Acesso em: 27/10/2015.

Estados Unidos. Além disso, havia, para a preocupação dos estadunidenses, o fortalecimento e expansão econômica e militar da União Soviética, e o concomitante embate por hegemonia que ficou conhecido como Guerra Fria. Neste ambiente, os agentes governamentais afirmavam que era preciso combater a influência exercida pelo dito socialismo real do bloco soviético.

Goméz (2002, p.2. Grifos nossos), ao referir-se a esta época coloca, baseando-se também no discurso de Truman:

Os Estados Unidos assumiram a tarefa de promover o progresso industrial em outros países, melhorando o padrão de vida de suas populações, na tentativa de promover o desenvolvimento como uma forma de assegurar a paz. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos *conseguiram assegurar-se, com esta estratégia, a iniciativa econômica e política na nova ordem internacional que ia se formando.*

Araújo (2010, p. 19. Grifos nossos) contextualiza e nos fornece indícios de como o ideário desenvolvimentista estava sendo acionado como ferramenta para fortalecimento da hegemonia estadunidense, em diversos níveis, nas regiões que poderiam estar sob ameaça dita comunista, já que outros discursos justificativos encontravam-se fragilizados, uns até mesmo já superados, naquele momento histórico:

Estávamos em meados do século XX, as nações centrais do capitalismo, não poderiam alegar que iriam espalhar a fé cristã na Ásia, África e America Latina, uma vez que as populações desses continentes, mesmo na base da violência, *já conheciam o Cristianismo* e as nações hegemônicas se apresentavam como detentoras de Estados laicos. Também não era mais possível utilizar o discurso da missão civilizadora do século XIX, uma vez que *as teorias racistas* já haviam sido postas em dúvidas pelo dito conhecimento científico.

Herculano (1992 *apud* SCANTIMBURGO, 2011, p. 64. Grifos nossos) aponta que

o ideário desenvolvimentista tinha como pretensão tirar da penumbra as sociedades consideradas 'atrasadas', 'características' da maioria dos países chamados de subdesenvolvidos, e colocar todos sob a influência norte americana. A intenção era clara: *bloquear possíveis avanços do bloco soviético nessas regiões.*

Estes países que passariam a receber os frutos do crescimento da economia estadunidense seriam os chamados *países subdesenvolvidos*. Esteva (2000) afirma que o subdesenvolvimento, enquanto uma manobra política, teve início naquele momento, ainda que o uso da palavra não fosse inédito até então, pois conforme o próprio autor aponta, Wilfred Benton, que integrou o Secretariado da Organização Mundial de Trabalho, talvez tenha sido quem cunhou tal expressão quando escreveu, em 1942, as suas bases econômicas para a paz. De qualquer maneira, *a expressão só encontrou tal aceitação com seu uso no discurso presidencial de Truman.*

Esse estabelecimento de áreas que deveriam ser alvo de intervenções criou uma homogeneização artificial e uma falsa unidade entre países e povos fortemente diferenciadas entre si sob diversos aspectos. Estes países e povos “deixaram de ser o que eram antes, em toda sua diversidade, e foram transformados magicamente em uma imagem *inversa* da realidade alheia: uma imagem que os *diminui*” (ESTEVA, 2000, p. 60. Grifos nossos). De uma hora para a outra passaram a ser, sem mesmo que soubessem de tal fato, *subdesenvolvidos*. A sensação de valorização negativa que emana desta denominação não é um equívoco cometido pelo leitor: *esta condição deve ser superada*, pois é indigna, de acordo com os parâmetros dominantes de então expressos no próprio discurso de Truman e perpetrados pelos diversos agentes que trabalharam para o enraizamento desta percepção e sua aplicação em diversos programas políticos e econômicos. Em Layrargues (1997, p. 02) podemos encontrar uma fala que sintetiza oportunamente esta questão:

Enfim, os EUA tornaram-se o paradigma da boa sociedade desenvolvida, e o desenvolvimento passou a ser caracterizado como a transposição do “jeito americano de viver” (ou melhor, de ter) para o resto do mundo. O estilo de vida norte-americano tornou-se a luz que direcionaria o desenvolvimento do Terceiro Mundo, e as nações recém liberadas do colonialismo europeu imediatamente aceitaram a condição de país subdesenvolvido, proclamando-se candidatas ao desenvolvimento econômico. Assim, o Terceiro Mundo assumiu um desenvolvimento mimético, negando suas especificidades culturais, e a isso se deve o aniquilamento das sociedades indígenas na América Latina.

As vias de colonialismo abertas por esta perspectiva não podem ser desprezadas. A própria escrita da história torna-se a escrita da história dos segmentos hegemônicos da população ocidental que em conjunto, certamente, não constitui um bloco monolítico. Conforme muito bem relembra Esteva (2000, p. 63), os políticos se apropriaram das veredas inauguradas, as quais acabaram por justificar o capitalismo industrial, além de suas mercadorias e valores, o qual deveria ser exportado aos países subdesenvolvidos como o supremo e derradeiro remédio para suas mazelas causadas por uma fonte que, ironicamente, os baluartes da salvação da humanidade nunca explicaram. Este capitalismo, “que era nada mais que uma entre as muitas formas de vida social, tornou-se por definição *o estágio final de um caminho unilinear*” (ESTEVA, 2000, p. 63. Grifos nossos). Almeida (s/d, p. 37) aponta que os países ditos subdesenvolvidos são julgados à luz dos padrões dos países ditos desenvolvidos, estes últimos, “todos de modernização precoce. Este etnocentrismo conduziu à aplicação, no mundo inteiro, de *um modelo único de modernização*”.

Para Esteva (2000), contudo, a própria crença na existência do subdesenvolvimento é um engodo, uma ilusão, cujos efeitos muito próximos são, basicamente, a legitimação e a



entronização do capitalismo industrial e de suas reverberações materiais e simbólicas, além de uma visão da escrita histórica muito determinada e parcial. Esta recusa à própria existência do conceito expresso pela palavra subdesenvolvimento lança reprovações fortes e agudas até mesmo sobre abordagens que se propuseram a interpretar as origens e causas do subdesenvolvimento e produzir críticas a respeito de suas lógicas de funcionamento e perpetuação. Para o autor em questão,

o próprio debate sobre a origem e as causas atuais do subdesenvolvimento mostram até que ponto esse subdesenvolvimento é aceito como algo real (...). *Ninguém parece perceber que o conceito não se refere a um fenômeno histórico real. Ninguém parece compreender subdesenvolvimento é um adjetivo comparativo cuja base de apoio é a premissa muito ocidental, mas inaceitável e não demonstrável, da unicidade, homogeneidade e linearidade da evolução do mundo.* Ela exhibe uma falsificação da realidade produzida através de um desmembramento da totalidade de processos interligados que compõem a realidade mundial e a subsequente utilização de um dos fragmentos resultantes deste desmembramento, isolado dos demais, como ponto de referência geral (ESTEVA, 2000, p. 66. Grifos nossos)

Se o subdesenvolvimento foi indicado como uma realidade histórica, e se para que tal realidade pudesse ser transformada, foi elencada como saída à transferência dos ditos “avanços” científicos e tecnologia dos países capitalistas em direção às áreas ditas subdesenvolvidas, pode-se inferir, então, a concepção de desenvolvimento que a partir deste contexto passou a vigorar nos discursos de políticos e especialistas. Para estes, “desenvolvimento passou a constituir um simples crescimento da renda *per capita* nas áreas economicamente subdesenvolvidas” (ESTEVA, 2000, p. 66). Shiva (2000, p. 302) tem a mesma percepção do autor citado anteriormente e aponta que estes atores habilitados a definir o que os rumos destes programas políticos, “fizeram do desenvolvimento a justificativa principal para a transformação das sociedades do terceiro mundo (...). O desenvolvimento foi associado com crescimento econômico e com o aumento da renda *per capita*”. As “esperanças” depositadas sobre o crescimento econômico e aumento de renda por pessoa, tônica desde projeto político, fomentaram um clima de considerável otimismo ilustrado pela crença de que “o capital e as tecnologias tinham poderes (...) e que o crescimento seria capaz de dar um fim à escassez, e acabar para sempre com a luta pela sobrevivência” (SHIVA, 2000, p. 302).

Desta forma, para os primeiros defensores do ideário desenvolvimentista – após Truman e seu discurso –, desenvolvimento foi cristalizado na ideia de crescimento econômico, ao crescimento de renda *per capita* nas áreas marcadas como subdesenvolvidas, conforme já apresentado pelos trabalhos e autores anteriormente citados. Contudo, ainda que

o otimismo seja o traço mais destacado desta época agora trabalhada, ele não excluía a percepção dos resultados sociais de um rápido crescimento econômico, aponta Esteva (2000, p. 67), mesmo que tais percepções tenham sido “obscurecidas pela obsessão geral com a industrialização total e com o crescimento do PNB” gerando, assim, resultados pouco explícitos nos planejamentos oficiais e, por fim, os aspectos econômicos e sociais do desenvolvimento tenham sido considerados isoladamente (ESTEVA, 2000). Não se trata aqui, adiantando, de abordar tais questões sob uma perspectiva maniqueísta que vise subestimá-las, ou mesmo taxá-las como monolíticas ou mesmo simplórias. Com certeza a discussão é bem mais complexa, pois, ainda que, sem dúvidas, a ênfase dada sobre o crescimento econômico refletisse o “espírito da época” (ESTEVA, 2000, p. 67), muitos enunciados emitidos à época retratavam “algo bem mais importante do que uma visão limitada do crescimento econômico<sup>86</sup>” (ESTEVA, 2000, p. 67).

No decurso do século XX, esta visão otimista passou a perder parte de suas forças, pelo menos em tais moldes. Conforme apresenta Esteva (2000), por exemplo, em 1970 o então presidente do Banco Mundial, Robert McNamara admitiu que *um alto índice de crescimento não conduziu os países ditos subdesenvolvidos a um incremento em indicadores de bem estar social*. Os dados passaram a indicar que o crescimento econômico acelerado trouxe consigo o crescimento, acelerado na mesma medida, de marcantes desigualdades sociais (ESTEVA, 2000). O mesmo fato é apresentado por Almeida (s/d. p. 35): o “avanço indefinido dos melhoramentos técnico-científicos não aconteceu e que não houve um recuo progressivo e definitivo da miséria”. Se, num primeiro momento – com todas as complexidades integrantes – o otimismo com relação ao crescimento econômico era a tônica, a partir de 1970 passou-se a questionar a hegemonia dos critérios quantitativos como critério norteador, mesmo que, no fim das contas, não tenha se chegado, em termos mundiais, a outra definição que experimentasse o mesmo consenso que a perspectiva anterior possuía (ESTEVA, 2000).

A 24 de outubro de 1970 foi proclamada a *Estratégia Internacional de Desenvolvimento* que “pedia uma estratégia *global*, baseada em uma ação conjunta e

---

<sup>86</sup> O trecho extraído do trabalho de Esteva esclarece tal complexidade: “Paul Baran, certamente o economista do desenvolvimento com maior influência na esquerda, escreveu em 1957 sobre a economia política do crescimento e definiu crescimento ou desenvolvimento como um aumento na produção *per capita* de bens materiais. Walter Rostow, que exerceu influência bastante expressiva no pensamento institucional e no público em geral, apresentou seu ‘manifesto não-comunista’ em 1960, como uma descrição das fases do crescimento econômico, partindo do princípio que essa única variável podia caracterizar toda uma sociedade” (ESTEVA, 2000, p. 67).

concentrada em todas as esferas da vida econômica e social” (ESTEVA, 2000, p. 69. Grifos do autor). A partir de então, os discursos passaram a bradar por uma inelutável necessidade de integração, um paradigma mais avançado que o anterior, no sentido de integrar os aspectos técnicos, recursos físicos, aspectos econômicos e sociais (ESTEVA, 2000). Uma resolução da ONU também lançou definições no mesmo direcionamento da *Estratégia Internacional*. Todavia, seu fracasso foi sonoro devido aos resultados obtidos, assim como a resistência encontrada a partir das críticas que havia levantado e pela inaptidão em produzir “soluções fáceis e universais” (ESTEVA, 2000, p. 69).

Em 1975, uma proposta veio a tona e, por um tempo, tornou-se bastante atraente. Neste ano, a ONU realizou sua *Sétima Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas*. A preocupação produzida a partir de então foi que, ao invés de esperar que o desenvolvimento trouxesse automaticamente a erradicação da miséria, os esforços deveriam ser centrados na finalidade de suprimir as necessidades básicas que eram postas como as mais importantes e urgentes (ESTEVA, 2000). Tal proposta encontrou a simpatia do Banco Mundial, assim como de inúmeros governos e especialistas.

Outros especialistas, desta vez os da UNESCO, propuseram o conceito de *desenvolvimento endógeno* que, por certo tempo, também encontrou considerável aceitação. Sobre ele, aponta Esteva (2000, p. 71)

Parecia obviamente herético, contradizendo abertamente o saber convencional. (...) Tendo surgido como um subproduto da crítica às hipóteses do desenvolvimento ‘em estágios’ (Rostow), (...) rejeitava a necessidade, ou a possibilidade – e mais ainda a propriedade – de uma imitação mecânica das sociedades industriais. Em seu lugar, propunha que se levasse em consideração as especificidades de cada país.

Porém, a proposta do *desenvolvimento endógeno* caiu perante sua própria lógica interna que, possuidora de certo poderio crítico, encontrou limites intransponíveis na lógica do desenvolvimentismo capitalista. Ora, se esta proposta preconiza o respeito à localidade, seus valores, modos de vida materiais e aspectos simbólicos, nada poderia indicar que tais localidades respeitadas possuíssem algum interesse, ou mesmo sinalizassem algo neste sentido, em promover as políticas desenvolvimentistas, como muito bem salienta Esteva (2000), seja lá qual for a concepção de desenvolvimento que se escolha dentre o menu de adjetivos não tão limitado que até aqui já foi exposto. Tal conclusão foi alcançada também pelos especialistas da UNESCO que, numa conferência realizada em 1978, reconheceram a impossibilidade de “impor um modelo cultural único no mundo inteiro” (ESTEVA, 2000, p. 71), sendo que a ideia de desenvolvimento faz parte desde modelo cultural muito específico.

O saldo deste período que se propôs revolucionário, segundo Esteva (2000), foi extremamente pífio. Se o intento era produzir uma abordagem que permitisse considerar múltiplas facetas da realidade, o que ocorreu, de fato, foi um movimento difuso no qual temáticas variadas foram tomadas isoladamente, consumindo esforços, sem, no entanto, conseguir produzir os efeitos esperados e proclamados; assim como não se chegou a definir qual seria o tipo de desenvolvimento que poderia levar a cabo o intento de integração expresso até ali.

Com relação à década de 1980, Esteva (2000, p. 71) coloca que esta foi a chamada de década perdida em termos de desenvolvimento. “O ‘processo de ajuste’ significou, para muitos países, o abandono ou o colapso – ainda em nome do desenvolvimento – da maioria de suas conquistas prévias”. Os anos 1990, por seu turno, trouxeram um sopro de reavivamento no ideário desenvolvimentista:

No norte, clama-se por ‘re-desenvolvimento’, ou seja, desenvolver outra vez o que foi mal desenvolvido ou já estava obsoleto. (...) No Sul, o re-desenvolvimento exige também a demolição daquilo que sobrou do ‘processo de ajuste’ dos anos 80, desocupando assim espaço para os resíduos do Norte (...). A obsessão com a competitividade (...) obriga que se aceite a destruição de setores inteiros do que foi ‘desenvolvido’ nos últimos trinta anos. *Sacrificados no altar do re-desenvolvimento, eles serão agora inseridos em planos transnacionais consistentes com as demandas do mercado mundial* (ESTEVA, 2000, p. 72. Grifos nossos).

Em suma, a partir do que até aqui foi exposto, temos que o ideário desenvolvimentista experimentou mudanças no decurso do século XX. Sobre tal mutabilidade, Gómez (2002, p. 8. Grifos nossos) aponta de maneira ácida a questão do caráter *irreformável* da lógica do capital:

As práticas que verdadeiramente se implementam por trás dos discursos de renovação dos parâmetros do desenvolvimento econômico, continuam na mesma trilha: *aumentar e/ou aprofundar os âmbitos onde os mecanismos de regulação do mercado são as diretrizes fundamentais*. As correções que pontualmente conseguem se impor a esta dinâmica geral, não revelam uma capacidade de mudança radical, apenas *soluções paliativas de curto prazo*.

É neste sentido que pode-se utilizar aqui o conceito de ideologia. Apropriando-nos da contribuição fornecida por Mauro Iasi (2007), ao utilizar esta categoria tantas vezes mencionada por diversos autores e atores, mas sem um sentido único nestes usos, termo que é tão cheio de significados, como sugere Löwy (2015), faço menção ao caráter mistificador, deturpador, que o ideário desenvolvimentista, em duas de suas categorias, na sugestão de Esteva (2009) – desenvolvimento e subdesenvolvimento – exerce sobre a realidade social ao ocultar, em diversos níveis, os engendramentos capitalistas utilizados para sua produção e

reprodução. Ou seja, *desenvolvimento* é uma ideologia por falsear uma realidade social contraditória.

Ocultam-se, sob o véu desta ideologia, o projeto colonialista acionado pelas promessas mágicas de um desenvolvimento autoproclamado – por seus empreendedores, obviamente – como redentor. Promessas feitas a uma diversidade enorme de homens e mulheres que, taxados por especialistas e agentes legitimados para tal, como indignamente subdesenvolvidos, deveriam entregar-se aos trâmites obscuros que perpassam o funcionamento do modo de produção hegemônico em nossos dias. Ocultam-se, da mesma forma, as alternativas infernais oferecidas a estas vidas pelos paladinos do capital, conforme nos apresentam Acselrad e Bezerra (2010, p. 189), que as fazem escolher entre “condições precárias e arriscadas de trabalho ou nenhum trabalho” e, acrescento, condições precárias de existência ou a inanição pura e simples.

Inúmeras nações e seus governos, além de parcelas de suas populações por vezes vulnerabilizadas (acreditando realmente na possibilidade de melhoria de suas condições de existência através do que lhes era apresentado como a última saída para tão alarmante situação), ou não (indivíduos bem situados economicamente que abraçariam tal conceito pelas vantagens que poderiam ser abertas) aceitaram o título de subdesenvolvidos, implicando nesta aceitação inúmeras mudanças que os levariam, supunham, ao seleto grupo de países desenvolvidos, ou pelo menos ao limbo simbolizado pela ideia de país em desenvolvimento, conforme era proclamado pelos organismos e especialistas.

Os parâmetros para a definição do que seria desenvolvimento mudaram, conforme foi exposto neste trabalho; todavia, cumpre perguntar se tais promessas se cumpriram. O caráter reformista expresso pelo ideário desenvolvimentista impossibilita qualquer superação dos problemas sociais existentes; o capitalismo não foi questionado, pelo contrário, foi sim apresentado como apto a melhorar, humanizar-se ou, seguindo a moda de nossos dias, *esverdear*. Gómez (2002, p. 8. Grifos nossos) não vê indícios de cumprimento do projeto messiânico inaugurado com o discurso de Truman que prometia tirar nações e pessoas das sombras umbrálticas de um subdesenvolvimento através da exportação dos avanços estadunidenses. Na verdade, há indícios do aprofundamento de amplas situações mortificantes: este aprofundamento constitui uma manifestação de “uma realidade teimosa que mostra a incapacidade para a transformação de propostas apenas reformadoras. *O desenvolvimento seria mais uma das utopias nunca realizadas do capitalismo*”. Em última

instância, o ideal componente do projeto desenvolvimentista pautado “na economia de mercado com base na industrialização (...) trouxe inúmeros danos ao meio ambiente comprometendo parte dos recursos hídricos, florestas e populações tradicionais” (SCATIMBURGO, 2010, p. 64).

Estas conclusões fornecidas pelos supracitados autores são de grande valia hoje, quando a “grande saída”, apresentada pelos mesmos especialistas e organismos de outrora para os homens e mulheres do mundo, continua sendo a ideia de desenvolvimento que, mais uma vez, adaptou-se e ganhou uma nova alcunha: *sustentável*. Proclamou-se a insustentabilidade dos moldes de desenvolvimento levado a cabo<sup>87</sup>, afirmando-se a necessidade de uma forma – de desenvolvimento! – que pudesse garantir o funcionamento normal e saudável do modo de produção capitalista com os novos ditames que exigiam certos pudores e novos cuidados morais no trato das questões ambientais. A seguinte colocação de Scatimburgo (2010, p. 65. Grifos nossos) fornece elementos importantes para a sedimentação desta percepção:

Naquele momento parecia claro que continuar com um modelo de desenvolvimento baseado principalmente na energia fóssil, emissão de gases poluentes impactos diretos na natureza, seja com dejetos ou subtração de recursos naturais em larga escala, levaria rapidamente o mundo a um colapso ambiental comprometendo a vida no planeta. *O desenvolvimento, contudo, não deixa de ser desejado, pois continua trazendo em si a idéia utópica de progresso. Almejava-se a partir de então um novo modelo de desenvolvimento que conseguisse aliar crescimento econômico com sustentabilidade ambiental de modo a reduzir as diferenças sociais.*

Com o desenvolvimento sustentável, os paladinos do capital puderam continuar a professar sua fé no conceito de desenvolvimento operando uma readjetivação do termo, passando muito longe de qualquer crítica mais contundente ao capitalismo ou mesmo à ideia de desenvolvimento. Conforme Mirian Limoeiro Cardoso, em uma entrevista realizada por Freire e Becher (2013, p. 210. Grifos nossos):

Uma ideologia é dominante quando é ela que define fundamentalmente o quadro dentro do qual o pensamento se move e as linhas mestras segundo as quais ele se move. Penso que a consequência imediatamente política de "o desenvolvimento" tornar-se ideologia dominante é *restringir a crítica e a reflexão aos qualificativos do desenvolvimento: desenvolvimento "autônomo", desenvolvimento "nacional", desenvolvimento "de comunidade", desenvolvimento "sustentável", "novo" desenvolvimento, etc. A crença no mito do desenvolvimento desvia a reflexão crítica. Desvia-se da produção do conhecimento das relações essenciais para a organização e para a transformação desta sociedade, conhecimento esse que poderia vir a tornar-se uma contribuição relevante para as lutas pela transformação efetiva*

---

<sup>87</sup> É oportuno salientar que, apesar destas críticas, este modelo de desenvolvimento persiste com forças consideráveis.

desta sociedade. *Sob a ideologia do desenvolvimento, em lugar de centrar a discussão na natureza das relações sociais que constituem a sociedade, a reflexão é deslocada para o que possa impelir "o desenvolvimento" e para que possa dificultar ou impedir "o desenvolvimento".*

## 2.2 Desenvolvimento sustentável: outro desenvolvimento?

Esta discussão acerca do desenvolvimento se mostrou imprescindível não apenas pela presença nominal no conceito de desenvolvimento sustentável. Ele antecede a discussão do objeto de estudo deste trabalho justamente pelo fato das pesquisas realizadas indicarem que, embora o desenvolvimento sustentável seja apresentado como *outro tipo* de desenvolvimento, diferente do que vinha sendo adotado até o contexto no qual a ideia de ameaça ao meio ambiente passa a ser percebida com mais intensidade, as lógicas internas do desenvolvimentismo capitalista não sofrem alterações radicais.

### 2.2.1 O debate que originou a proposta dita sustentável: o impasse

O conceito de desenvolvimento sustentável é fruto de longo processo de discussão (BELLEN, 2006; BRÜSEKE, 1994). Num primeiro momento, cumpre resgatar historicamente este referido processo de discussão e amadurecimento da chamada *questão ambiental*.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (<<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>> Acesso em: 02/03/2013), a preocupação com o meio ambiente é mais que centenária<sup>88</sup>, aparecendo como uma tentativa de resposta frente ao processo de industrialização levado a cabo pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista e amadurecimento e consolidação hegemônica do chamado projeto da Modernidade<sup>89</sup>. Na literatura, por exemplo, “poetas românticos britânicos exaltaram as belezas da natureza, enquanto o escritor americano Henry David Thoreau pregava o retorno da vida simples, regrada pelos valores implícitos na natureza” (<[<sup>88</sup> Ainda que, em nível mundial, esta \*questão ambiental\*, nos moldes atuais, seja nova, adquirindo maior importância nas últimas décadas \(MARTINEZ, 2006\). Gavard \(2009, p. 26\) ressalta que, apesar de recente, esta percepção sobre a degradação ambiental, e o fato desta problemática ter destacada posição na arena política internacional, já possui uma história rica e, nas palavras do autor, “conturbada”.](http://www.onu.org.br/a-onu-</a></p>
</div>
<div data-bbox=)

<sup>89</sup> “Os problemas ambientais não passaram a existir somente após a Revolução Industrial. É inegável, porém, que os impactos da ação dos seres humanos se ampliaram violentamente com o desenvolvimento tecnológico e com o aumento da população mundial provocados por essa Revolução” (MARCATTO, 2002, p. 24). Neste mesmo sentido, Tristão (2008, p. 23) aponta: “a crise ambiental não é somente uma crise ecológica e sim uma crise do pensamento da civilização ocidental. Daí o questionamento social que a dimensão ambiental traz à racionalidade econômica dominante”.

[em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/](#)> Acesso em: 02/03/2013). Alcot (1990 *apud* PIMENTEL, 2003, p. 11), neste sentido da existência de uma história relativamente considerável de algo que podemos nomear como uma *preocupação ambiental*, aponta que a

idéia de que a degradação ambiental se relaciona com atividades humanas como a indústria vem sendo divulgada desde o século XIX, donde o surgimento de atitudes de conservação, como o estabelecimento de um primeiro parque natural nos Estados Unidos (Yellowstone), e acordos internacionais, como o de proteção de focas no mar de Behring assinado em Paris, em 1883.

Helú e Mattar (2010) afirmam que existem referências à preservação da natureza em alguns livros religiosos e citam o Código de Hamurabi<sup>90</sup> e as Ordenações Filipinas<sup>91</sup> como exemplos de legislações antigas nas quais este tema foi tratado em algum nível. Bursztyn e Pesergana (2008) recuam ainda mais no tempo e assinalam a criação de uma Lei Florestal datada de 2.700 a.C em Ur, uma das primeiras leis de proteção de florestas remanescentes. Platão, em 400 a.C condenava o desmatamento e erosão do solo nas colinas de Ática; no ano 80 o Senado Romano decreta uma lei para proteção da água armazenada durante os períodos de seca (BURSZTYN; PESERGAN, 2008). Já em fins do século XVIII, segundo Köb-Nogueira e Gonzalez (2014, p. 49), o escocês Patrick Geddes, o qual é considerado o pai da Educação Ambiental, “expressava a sua preocupação com os efeitos da Revolução Industrial, iniciada em 1779, na Inglaterra, pelo desencadeamento do processo de urbanização e suas consequências para o ambiente natural”. Segundo Pádua (2002 *apud* SANTILLI, 2005), já entre os séculos XVIII e XIX, especialmente entre 1786 e 1888, temos no Brasil<sup>92</sup> certa crítica ambiental, a qual reagia ao modelo de exploração colonial fundada sobre o latifúndio, escravismo e monocultura. Em 1850, Dom Pedro II promulgou a lei 601, a qual proibia a

<sup>90</sup> “É chamado Código de Hamurabi uma compilação de 282 leis da antiga Babilônia (atual Iraque), composto por volta de 1772 a.C. Hamurabi é o sexto rei da Babilônia, responsável por decretar o código conhecido com seu nome, que sobreviveu até os dias de hoje em cópias parcialmente preservadas, sendo uma na forma de uma grande *estela* (monolito) de tamanho de um humano médio, além de vários tablettes menores de barro”. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia/codigo-de-hamurabi/>>. Acesso em: 27/10/2015.

<sup>91</sup> “As *Ordenações filipinas* - o mais bem-feito e duradouro código legal português - foram promulgadas em 1603 por Filipe I, rei de Portugal, e ficaram em vigência até 1830. São formadas por cinco livros, sendo o último deles dedicado inteiramente ao direito penal”. Disponível em: <<http://www.companhiadasletras.com.br/detalhe.php?codigo=11152>>. Acesso em: 27/10/2015.

<sup>92</sup> “Contrariamente à idéia de que o ambientalismo é um movimento ‘importado’ da Europa e dos Estados Unidos e nasceu nos países do Primeiro Mundo para depois se espalhar para as colônias tropicais do sul, Pádua aponta que os estudos mais recentes indicam que as críticas ao modelo predatório de exploração colonial, e ao impacto ambiental por ele provocado, surgiram, na verdade, em áreas coloniais, especialmente no Caribe, na Índia, na África do Sul e na América Latina. Para o referido autor, tais críticas partem de uma elite de pensadores, e não constituem propriamente um movimento social, mas o ‘ideário’ e os conceitos preconizados pelo ambientalismo encontram raízes históricas no pensamento social brasileiro” (SANTILLI, 2005, p. 25).



exploração florestal em terras descobertas; contudo, esta lei foi ignorada<sup>93</sup>. Em 1854, nos Estados Unidos, o chefe indígena Seattle enviou ao governo daquele país uma resposta frente a uma tentativa de compra de suas terras, a qual se tornou célebre por evidenciar uma forma diferenciada de relação entre humanidade e natureza. O seguinte trecho da carta cristaliza esta relação diferenciada:

Ensinem às suas crianças o que ensinamos às nossas, que a Terra é nossa mãe. Tudo o que acontecer à Terra acontecerá aos filhos da Terra. Se os homens cospem no solo, estão cuspidos em si mesmos. Isto sabemos: a Terra não pertence ao homem, o homem pertence à Terra. Isso sabemos: todas as coisas estão ligadas como o sangue que une uma família. [...] O homem não teceu o tecido da vida: ele é simplesmente um de seus fios. Tudo o que fizer ao tecido, fará a si mesmo. [...] Não há lugar quieto nas cidades do homem branco. Nenhum lugar onde se possa ouvir o desabrochar de folhas na primavera, ou o bater de asas de um inseto (BRASIL, 1998, p. 23).

Outro exemplo histórico de uma preocupação ambiental antes do século XX foi a publicação de um livro chamado *O Homem e a Natureza, ou Geografia Física Modificada pela Ação do Homem*, escrito pelo estadunidense Georges Perkins Marsh<sup>94</sup>. Neste livro há o alerta, até então inédito entre os *cientistas*, a respeito das consequências perigosas de algumas atividades humanas que afetariam o equilíbrio da natureza, além de um chamado esperançoso e confiante na superação destes problemas. Segundo Dias (2004), esta obra buscou documentar o esgotamento dos recursos do planeta, assim como traçar um paralelo entre o declínio de antigas civilizações e um destino tenebroso a espreitar o mundo caso as mudanças necessárias não fossem tomadas. Esta obra inspirou a criação do *Yellowstone National Park*, o primeiro parque nacional nos Estados Unidos (DIAS, 2004). Um trecho do livro em questão ilustra sua tônica:

O presente volume tem por objeto indicar a natureza e, aproximativamente, a extensão das modificações devidas à ação humana nas condições físicas do mundo que habitamos, colocar em evidência os perigos da imprudência e a necessidade de vigilância em todas as obras que, em grande escala, interferem nos arranjos espontâneos do mundo orgânico e inorgânico, sugerir a possibilidade e a importância de restaurar as harmonias alteradas e de melhorar materialmente as regiões danificadas e esgotadas (BRASIL, 1998, p. 24).

Ainda no Brasil, no período entre 1920 e 1970, algumas ações de cunho

<sup>93</sup> “1850 Lei 601 de Dom Pedro II proibindo a exploração florestal nas terras descobertas, a lei foi ignorada, continuando o desmatamento para implantação da monocultura de café.” Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/historico-brasileiro>>. Acesso em: 27/10/2015.

<sup>94</sup> “George Perkins Marsh (1801-1882) foi um naturalista, advogado, diplomata e empresário norte americano cujos insights no campo da ecologia trouxeram a percepção sobre os impactos causados pelos humanos sobre a terra. Suas obras são amplamente consideradas como a primeira discussão moderna sobre problemas ambientais” (<<http://www.eoearth.org/view/article/154491/>>. Acesso em: 20/08/2015. Tradução livre feita por mim).

conservacionistas foram levadas a cabo. Por exemplo, em 1921, foi assinado um tratado para proteção de aves úteis à agricultura. Em 1937, por seu turno, foi criado o primeiro parque nacional brasileiro, o Itatiaia; já no ano de 1939 o Parque Nacional do Iguaçu (Paraná), assim como outros entre 1959 e 1961<sup>95</sup> (SANTILLI, 2005). As primeiras leis ambientais brasileiras datam da década de 1930: o Código das Águas e o primeiro Código Florestal (1934), por exemplo (SANTILLI, 2005).

Já a preocupação com uma ameaça que poderia alcançar qualquer recanto do planeta, deixando toda a humanidade em perigo, assim como um chamado movimento *ecológico*, contudo, começa a se fortalecer globalmente a partir da década de 1950 e 1960 (RAMOS, 1996; BRASIL, 1998; FOLADORI, 2001). Segundo Lago (2006, p. 27-28):

a força do movimento ecológico, nos anos 60, vem, sobretudo, do fato de as conseqüências negativas da industrialização, como poluição, tráfego e barulho, terem passado a afetar a maior faixa da população dos países ricos – a classe média, cuja educação e cujo grau de liberdade permitiam explorar alternativas políticas para expressar sua insatisfação. A classe média nas sociedades mais ricas, após vinte anos de crescimento ininterrupto, durante os quais haviam sido supridas as suas necessidades básicas nas áreas de saúde, habitação, educação e alimentação, estava pronta a alterar suas prioridades para abraçar novas idéias e comportamentos que alterassem diretamente seu modo de vida.

No âmbito cultural, 1960 foi a década dos chamados movimentos de contra cultura, os quais tiveram, dentro de sua variedade<sup>96</sup>, como traço comum, a profunda transgressão aos padrões e valores até então consagrados tendo em vista a criação propositiva de novos valores (CARDOSO, 2005; CARVALHO, 2008). Esta mudança de valores estava ligada a amplos aspectos da vida:

as transformações da imagem da mulher, com o feminismo; a liberação sexual; as modificações na estrutura da família; a entronização do modo jovem de ser como estilo de vida; a flexibilização das hierarquias e da autoridade; a construção de novas relações entre o adulto e o jovem e o adulto e a criança; a criação de um novo imaginário da fraternidade; a introdução do “novo” na política; *a emergência das questões ecológicas como se fossem também políticas* (CARDOSO, 2005, p. 93. Grifos meus).

McCormick (1992, p. 65) aponta sobre este contexto de emergência do movimento ambientalista:

O movimento ambientalista foi um produto de forças tanto internas quanto externas

<sup>95</sup> “A criação de tais parques foi claramente inspirada no modelo de proteção de áreas naturais adotado nos Estados Unidos com a fundação do primeiro parque nacional do mundo, o Yellow Stone, em 1872, cujo objetivo principal era garantir que os recursos naturais fossem preservados intactos, e sem interferência humana, e assegurar o habitat de algumas espécies” (SANTILLI, 2005, p. 26).

<sup>96</sup> “neste período ocorreram grandes movimentos, como o dos *hippies*, a explosão do feminismo, o movimento negro [...], o pacifismo, a liberação sexual e a ‘pílula’, as drogas, o *rock-and-roll*, as manifestações anti-Guerra Fria e a corrida armamentistas/nuclear, e anti-Vietnã” (CASCINO, 1999, p. 30-31).

a seus objetivos imediatos. Os elementos de mudança já vinham emergindo muito antes dos anos 60; quando finalmente se entrecruzaram uns com os outros e com fatores sociopolíticos mais amplos, o resultado foi uma nova força em prol da mudança social e política. Seis fatores em particular parecem ter desempenhado um papel na mudança: os efeitos da afluência, a era dos testes atômicos, o livro *Silent Spring* [Primavera Silenciosa], uma série de desastres ambientais bastante divulgados, avanços nos conhecimentos científicos e a influência de outros movimentos sociais.

O lançamento do livro escrito pela bióloga Rachel Carlson<sup>97</sup>, o supracitado *Primavera Silenciosa*, o qual contém um alerta sobre “o impacto do uso de produtos químicos sobre o meio ambiente” e “para os efeitos não calculados dos pesticidas, como contaminação de partes subterrâneas dos sistemas fluviais e a permanência destas substâncias no solo” (PIMENTEL, 2003, p. 12), foi importante para o aprofundamento da *percepção* de um grande perigo mundial referente ao meio ambiente. Conforme Cascino (1999), socializou-se, sobretudo nos países industrializados, o debate acerca do meio ambiente entre o grande público, no qual colocou-se em pauta a necessidade de reverter os padrões de consumo, poluição e dilapidação dos padrões considerados saudáveis de vida. Dias (2004) tem a mesma leitura a respeito da influência causada pelo lançamento deste trabalho.

No livro é descrita uma série de quadros desastrosos. Dias (2004, p. 74) busca ilustrar os caminhos seguidos pela obra:

Rios mortos, transformados em canais de lodo, o ar das cidades envenenado pela poluição generalizada, destruição das florestas, solos envenenados por biocidas, águas contaminadas e tantas outras mazelas compunham, enfim, um quadro de devastação sem precedentes na existência da espécie humana.

O primeiro capítulo do livro conta uma *Fábula para Amanhã*, na qual uma cidade, “no coração da América” (CARLSON, 1962, p.11), outrora abundante em vida vegetal e animal, possuidora de um equilíbrio natural notável, passa a ser atingida por estranhos acontecimentos, tais como doenças inéditas e que atingiam cada vez mais os moradores desta cidade, trazendo a morte em curto espaço de tempo. Havia, sobretudo, um *silêncio*. Os pássaros, em sua maioria, já ali não estavam e, os que restavam, encontravam-se em declarado definhamento. Os animais domesticados, como porcos e galinhas, já não se reproduziam; as árvores frutíferas estavam estéreis; as matas mortas e os rios seguindo a mesma desgraça. Havia sido um fruto de feitiço? Não. Aquilo tudo fora acarretado pela ação do próprio povo

---

<sup>97</sup> Rachel Carlson (1907-1964) foi uma escritora, cientista e ecologista estadunidense. Em seu livro *Primavera Silenciosa*, ela desafiou as práticas de cientistas que trabalhavam com a agricultura e o governo, lançando uma chamada para uma mudança na forma que o mundo natural era encarado pela humanidade (<<http://www.rachelcarson.org/Biography.aspx#.UazmLdIQZEo>>. Acesso em: 03/06/2013. Tradução livre feita por mim). Para mais detalhes acerca da obra citada, ver a seguinte matéria: <<http://cienciahoje.uol.com.br/revista-ch/2012/296/rachel-carson-ciencia-e-coragem>>. Acesso em: 03/03/2013.

morador desta ilustrativa cidade. O capítulo finda com uma pergunta: Qual a razão deste *silenciamento*? Carlson (1962) afirma que seu livro é uma tentativa de resposta a esta questão.

Cumprido levantar um episódio ocorrido em 1952, em Londres, o qual ficou conhecido como O Grande Nevoeiro: uma poluição de origem industrial, *Smog*, envolveu a capital do “berço” da Revolução Industrial e matou 1.600 pessoas (DIAS, 2004), voltando a atenção do público para a questão ambiental na Inglaterra. Como um desdobramento deste episódio, foi aprovada a Lei do Ar Puro, em 1956 (BRASIL, 1996).

Um ano após o desastre de Londres, o Japão foi palco de outro episódio com sérios desdobramentos. Na cidade de Minamata, devido ao contínuo despejo de resíduos industriais, a população sofreu os danos da intoxicação por mercúrio: de problemas neurológicos à mutações genéticas em crianças<sup>98</sup>. A doença ganhou o nome de Mal de Minamata e foi registrada também em Niigata, nos anos 1960, quando então foi confirmada (BRASIL, 1996).

Este período, é importante assinalar, estava atravessado pela Guerra Fria, durante a qual, as potências hegemônicas passaram a desenvolver a corrida armamentista, inclusive desenvolvendo armamentos nucleares mais poderosos do que aqueles utilizados durante a II Guerra. Além disto, na recuperação econômica pós-guerra, os Estados europeus e o Japão incrementaram a sua produção industrial, o que acarretou aumento nos índices de poluição do ar, água, terra, etc., culminando nos episódios acima descritos (Londres e Minamata), além de problemas em outros aglomerados urbanos. O DDT, por exemplo, de uso bélico na época da guerra, mostra-se útil na agricultura. As consequências de seus riscos ainda não estavam completamente esclarecidas e só passariam ser mais amplamente conhecidas e denunciadas com o já citado Primavera Silenciosa<sup>99</sup> (BRASIL, 1996).

---

<sup>98</sup> “O Japão estava passando por um rápido processo de industrialização. Mas, na Baía de Minamata, as pessoas ainda estavam vivendo como há centenas de anos: tirando o alimento do mar e comendo peixe fresco diariamente. O primeiro sinal de que alguma coisa estava errada aconteceu com os outros tipos de comedores de peixe da vila: os gatos, que começavam a agir estranhamente, com ataques de tremores seguidos de morte. Algumas pessoas começaram também a apresentar os mesmos sintomas. As mulheres estavam dando nascimento a crianças com o cérebro danificado. [...] Os médicos suspeitaram inicialmente que se tratava de envenenamento por metal e chamaram o fenômeno de ‘doença de Minamata’. Não existia nenhum tipo de veneno na baía antes que uma indústria tivesse se instalado na vila – a *Chisso Corporation*. A fábrica continuou poluindo, matando e deformando gente e animais por mais dez anos. Os japoneses, assim como a maioria das pessoas no final dos anos 50, relacionavam fumaça e lixo com o progresso, prosperidade e geração de empregos, e o Japão estava tentando acompanhar o ritmo de industrialização da Europa Ocidental e da América do Norte” (BERNARDES, FERREIRA, 2012, p. 29-30).

<sup>99</sup> “Por exemplo, o aparentemente inocente DDT causou um efeito imprevisto: contaminou os Grandes Lagos dos Estados Unidos, prejudicando não somente a vida aquática, como também matando milhares de aves que se alimentavam dos peixes. Ninguém previra que este veneno teria efeito cumulativo no organismo dos animais, concentrando cada vez mais seu poder mortal. Outro efeito não calculado do veneno foi a mutação de insetos, que se tornaram resistentes ao produto, obrigando os agricultores a aplicar cada vez mais e novos venenos. Para completar, o DDT e seus similares permanecem ativos por muitas décadas no solo, com risco de contaminar os alimentos produzidos para a população humana” (BRASIL, 1996, p. 26).

Além da preocupação com o uso de pesticidas e resíduos químicos contaminantes, o crescimento populacional também fez parte da agenda de preocupações de muitos durante as décadas em questão. Por exemplo, “Garret Hardin<sup>100</sup> (...) [e outros], procuraram demonstrar a gravidade da explosão populacional, que levaria rapidamente, em suas opiniões, ao esgotamento dos recursos naturais” (PIMENTEL, 2003, p. 12).

De acordo com Mello e Souza (2000, p. 09), numa fala que consegue condensar o que foi a pouco exposto, temos: “os problemas ambientais, acumulando-se velozmente uns sobre os outros, em cadeia induzida de efeitos negativos, produziram, a partir dos anos 50 do século XX, diversificado elenco de fatos e problemas emergentes. Geraram o susto, o medo [...]”. Tristão (2008, p. 27) fornece um complemento a isto:

Os padrões de consumo e de produção tornam-se insustentáveis. Especialmente nos países industrializados, esses padrões agravam a pobreza e o desrespeito à diversidade biológica [...] colocada como condição essencial para a sobrevivência da humanidade. Além disso, os problemas ambientais globais [...] atingem o ecossistema da terra, tornando-se imprevisíveis suas consequências.

Nas palavras de Leff (2001, p. 150):

*La crisis ambiental se hace evidente en los años 60, reflejándose en la irracionalidad ecológica de los patrones dominantes de producción y consumo, y marcando los límites del crecimiento económico. De esta manera, se inicia el debate teórico y político para valorizar a la naturaleza e internalizar las externalidades socioambientales del proceso de desarrollo.*

De acordo com Dias (2004, p. 77):

A década de 1960 começava, exibindo ao mundo as consequências do modelo de desenvolvimento econômico adotado pelos países ricos, traduzido em níveis crescentes de poluição atmosférica nos grandes centros urbanos – Los Angeles, Nova Iorque, Berlim, Chicago, Tóquio e Londres, principalmente –; em rios envenenados por despejos industriais – Tâmis, Sena, Danúbio, Mississipi e outros –; em perda da cobertura vegetal da terra, ocasionando erosão, perda da fertilidade do solo, assoreamento dos rios, inundações e pressões crescentes sobre a biodiversidade. Os recursos hídricos, sustentáculo e derrocada de muitas civilizações, estavam comprometidos a uma velocidade sem precedentes na história humana. A imprensa mundial registrava essa situação, em manchetes dramáticas.

Em 1968, a UNESCO – criada em 1946 – organizou a Conferência sobre a Biosfera, a qual foi realizada em Paris. Nesta conferência foi criado o programa *Homem e a Biosfera*, o qual tinha como objetivo “ampliar os entendimentos da relação entre os humanos e o meio ambiente, e promover o conhecimento, a prática e os valores humanos para implantar as boas relações entre as populações e o meio ambiente em todo o planeta” (BARBIERI, SILVA, 2011, p. 54). Para Barbieri e Silva (2011), este evento pode ser considerado enquanto um

---

<sup>100</sup> Garrett James Hardin (1915 –2003) foi um ecologista estadunidense que fez alertas sobre perigos atrelados à superpopulação. Para maiores detalhes sobre seu pensamento, consultar <<http://www.sciencemag.org/content/162/3859/1243.full>>. Acesso em: 03/06/2013.

momento inicial na discussão sobre Desenvolvimento Sustentável, pois, mesmo quando a ONU passa a tomar o protagonismo na organização destes momentos de discussão, a UNESCO continuou a dar contribuições nos campos da educação e da cultura.

Ainda no ano de 1968, foi formado um grupo internacional sob a liderança do industrial Arillio Peccei (DIAS, 2014), composto por cientistas, pesquisadores e empresários, com preocupações que diziam respeito a problemas baseados em previsões e progressões a respeito do crescimento demográfico da população habitante do planeta. O Clube de Roma, alcunha pela qual este grupo internacional ficou conhecido, composto por membros ligados às elites econômicas mundiais<sup>101</sup>, trouxe para o debate mundial (REIGOTA, 2006) a noção de que *o planeta possui limites* e que, ultrapassá-los, poderia significar *o fim da raça humana* neste planeta, fazendo soar um preocupante alarme ecológico (LEFF, 2001). Cumpre lembrar, e aqui evoco a contribuição de Araújo (2010) em seu trabalho monográfico, que a razão pela qual estas elites mundiais passaram a se preocupar com o meio ambiente não pode ser traduzida simplesmente por uma iluminação moral provinda de alguma esfera transcendental. As razões são materiais: Sachs (2000, p. 120 *apud* ARAÚJO, 2000, p. 42) aponta que, a partir das crises de abastecimento petrolífero dos anos 1970, os governos perceberam que “o crescimento contínuo não apenas dependia da formação do capital (...), mas também da disponibilidade a longo prazo de recursos naturais”.

O grupo publicou um relatório chamado *Limites do Crescimento: um relatório do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade*, em 1972<sup>102</sup>, o qual adquiriu notoriedade a partir da *proposição da estagnação dos crescimentos econômicos e demográficos como uma alternativa a fim de impedir um futuro ameaçador* que era indicado pelas previsões apontadas pelos estudos realizados até então. Nas palavras de Cascino (1999, p. 36), este foi fruto de

---

<sup>101</sup> “O grupo possuía, além da direção do Dr. Aurelio Peccei, outros líderes: Hugo Thiemann (chefe do *Battlle Institute*, Genebra), Alexander King (diretor científico da *Organization for Economic Cooperation and Development*), Saburo Okita (Chefe do *Japan Economy Research Center*, Tóquio); Eduard Pestel (*Thecnical University of Hannover*, Alemanha) e Carrol Wilson (*Massachussets Institute of Technology*). É necessário lembrar que o Dr. Peccei é associado à FIAT e à OLIVETTI, e administrava uma firma consultora para o desenvolvimento econômico e de engenharia, a Italconsult, uma das maiores do ramo na Europa (...)” (ARAÚJO, 2010, p. 39-40)

<sup>102</sup> Foi publicado, em janeiro deste mesmo ano, o livro *Blueprint for Survival*, pela revista inglesa *The Ecologist*. Este livro trazia uma perspectiva que defendia teses radicais, como por exemplo: a limitação da população mundial a 3,5 bilhões de pessoas, a proibição da imigração, assim como controle demográfico férreo (LAGO, 2006).

“um amplo estudo sobre o consumo e as reservas dos recursos minerais e naturais e os limites de suporte/capacidade ambiental, ou a capacidade do planeta suportar desgastes e crescimento populacional”. Este relatório tornou-se referência internacional durante alguns anos em relação a políticas e projetos no âmbito ambiental (REIGOTA, 2006). O Clube de Roma, de acordo com Lago (2006, p. 28), demonstra que “a preocupação com o meio ambiente não se limitava a uma parcela ‘alternativa’ [lembramos dos movimentos contraculturais já referidos neste texto] das sociedades mais desenvolvidas, mas atingia, também, alguns *decision makers*, conscientes das implicações políticas e econômicas de uma mudança de paradigma”. Foladori (2001), em uma posição que se liga ao que afirma Lago (2006), considera que as teses do Clube de Roma são críticas surgidas no seio do próprio sistema capitalista. Brüseke (1994, p. 14) resume as conclusões básicas do documento:

1. Se as atuais tendências de crescimento da população mundial, industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais continuarem imutáveis, os limites de crescimento neste planeta serão alcançados algum dia dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um declínio súbito e incontrolável, tanto da população quanto da capacidade industrial. 2. É possível modificar estas tendências de crescimento e formar uma condição de estabilidade ecológica e econômica que se possa manter até um futuro remoto. O estado de equilíbrio global poderá ser planejado de tal modo que as necessidades materiais básicas de cada pessoa na Terra sejam satisfeitas, e que cada pessoa tenha igual oportunidade de realizar seu potencial humano individual. 3. Se a população do mundo decidir empenhar-se em obter este segundo resultado, em vez de lutar pelo primeiro, quanto mais cedo ela começar a trabalhar para alcançá-lo, maiores serão suas possibilidades de êxito.

Segundo Ramos (1996, p. 08), *Limites do Crescimento*, com seu teor apocalíptico,

apresentava a ameaça do esgotamento dos recursos naturais, crescimento populacional e a degradação ambiental irreversível como principais conclusões. A partir de então, a questão ecológica se impôs na agenda dos governantes dos países desenvolvidos.

Mainon (1992, p. 21) aponta que *Limites do Crescimento* foi construído a partir de conclusões de um “econômico modelo que previa o esgotamento dos recursos renováveis e não renováveis, dados os modelos de crescimento, o padrão tecnológico e a estrutura da demanda internacional”. De acordo com Lago (2006, p. 29):

O livro, escrito por diversos autores sob a coordenação de D. H. Meadows, baseou-se nos resultados de modelo desenvolvido pelo professor Jay Forrester, do MIT, graças a um avançado computador (para a época), que simulava a evolução da economia mundial.

Com um crescimento no ritmo que até então era experimentado, conclui o estudo, os “cinco fatores fundamentais analisados no relatório [população, produção de alimentos, industrialização, contaminação e consumo de recursos renováveis] aumentariam em taxa

exponencial” (PIMENTEL, 2003, p. 12), acarretando problemas de extrema gravidade que ameaçariam a própria continuidade da vida humana.

Mello e Souza (2000, p. 163-164) discorre sobre os impactos destas teses do Clube de Roma:

O fato político por trás de tudo foi o alcance negativo das propostas do Clube de Roma. Causou abalos na consciência crítica mundial. O ceticismo de seus proponentes, todos técnicos de qualificação inegável, alimentava perigosa incerteza quanto a qualquer possibilidade de se alterar a tempo, a tempo a lógica do sistema produtivo, quanto seus valores de sustentação. Juntos os dois produzem a anarquia ecológica. E, também juntos, nos arrastariam com sua mão pesada para a rota da perdição.

A temeridade expressa pelo documento em questão simboliza uma importante contradição no modo de produção capitalista, pois ao mesmo tempo em que os estudos apontavam consequências nefastas caso o *ritmo de acumulação capitalista* não se alterasse significativamente, por outro lado, esta acumulação é um imperativo incontornável do metabolismo da sociabilidade alienada do capital e, caso ele não fosse, de alguma forma, direcionado racionalmente – admitindo que tal controle seja possível, ainda que de fato, na verdade isto seja impossível<sup>103</sup> – ele próprio ruiria o edifício capitalista. Ou seja, o imperativo posto pela lógica do capital ameaçava a própria sobrevivência do capitalismo, e aqui foi lançada a fagulha que inaugura o início da reorientação discursiva do conceito de desenvolvimento (ARAÚJO, 2010), a nova adjetivação, mais uma na história de mutações deste conceito oblíquo e escorregadio. Esta contradição precisava ser resolvida pelo capitalismo e serviu como pano de fundo para a criação do termo desenvolvimento sustentável e do ideário da sustentabilidade. Quintana e Hacon (2011, p. 428) apontam de forma acurada: “A crise ambiental aparece, assim, como aquela capaz de lembrar à humanidade – ou ao menos àqueles que insistem na reprodução ilimitada do capital – que existem limites físicos, orgânicos e químicos para a sua expansão”. Gavard (2009) considera que a publicação de *Limites do Crescimento* foi um momento emblemático do impasse que permeava as discussões de então: o impasse entre o desenvolvimento econômico capitalista e a preservação ambiental.

<sup>103</sup> Conforme o sociólogo Ricardo Antunes (2002, p.23. Grifos do autor): “Por ser um sistema que *não tem limites para a sua expansão* (ao contrário dos outros modos de organização societal anteriores [...]), o sistema de metabolismo social do capital configurou-se como um sistema, em última instância, ontologicamente *incontrolável*”. Foladori (1999, p. 35. Grifos nossos) aponta: “[Diferenças de] grau, porque a persecução do lucro, como lógica interna econômica, conduz a uma *tendência à produção ilimitada; diferente das outras sociedades humanas na história que apresentam limites à produção em relação à satisfação de suas necessidades*”.



Tal surgimento da tese que defendia o controle sobre o crescimento, ou mesmo sua parada, como uma alternativa para evitar uma hecatombe global, não foi solitário à época, graças às reações que surgiram contrárias ela <sup>104</sup>. No debate acerca dos possíveis relacionamentos entre o meio ambiente e o crescimento, outra posição, de um antagonismo mais declarado, assumiu destaque: aquela adotada pelo conjunto de países ditos de Terceiro Mundo, para os quais esta necessidade de *controle do crescimento* não passava de um imperativo fictício, um engodo criado pelos países ditos desenvolvidos com o intuito de impedir o seu crescimento (MAINON, 1992; GAVARD, 2009; BRÜSEKE, 1994; DIAS, 2004). Como nos apresenta Lago (2006, p. 30):

Estes [os chamados países do Terceiro Mundo], naturalmente, viam com temor o apoio do Clube de Roma às idéias de alguns setores do movimento ecológico, que interpretavam o desenvolvimento dos países pobres como uma ameaça para o planeta. Para estes setores, os países desenvolvidos poluem, mas, se os pobres se desenvolvem, a escala da destruição será muito maior.

Neste mesmo sentido aponta Reigota (2006) ao colocar que, para alguns críticos deste controle sobre o crescimento, especialmente intelectuais sul-americanos, nas entrelinhas desta perspectiva existia a orientação de que a manutenção do padrão de consumo dos países industrializados, o que implicaria, necessariamente, bloquear o crescimento dos outros países. Sobre isto, Mello e Souza (2000, p. 108) expõe que para os países do chamado Terceiro mundo, cujos

pobres e ansiosos não dispõem de tempo a perder nem de paciência para suportar o efeito nocivo e degradante de sua miséria, a proposta de que se deve ‘estacionar’ o desenvolvimento num certo patamar objetivo, implícito na linha do Clube de Roma, seria claramente inaceitável.

Nas palavras do Embaixador brasileiro Araújo Castro, Representante Permanente junto às Nações Unidas, em 1970:

Os países em desenvolvimento só podem ver com apreensão uma tendência para uma política de estabilização do poder que coloca toda ênfase no desarmamento regional, controle da população, desestímulo ao uso da energia nuclear para fins pacíficos e desestímulo a um rápido processo de industrialização (LAGO, 2006, p. 117).

Lago (2006, p. 220) chama a atenção que todos estes debates sobre o meio ambiente e

---

<sup>104</sup> Segundo Nobre (*apud* GAVARD, 2009, p. 32): “De um lado os economistas do mainstream rapidamente se esforçaram em exorcizar o fantasma malthusiano seja alegando a possibilidade de substituição da matéria prima por outros fatores de produção como o trabalho e o capital reprodutível ou, numa linha argumentativa diversa, destacando alguns vícios de origem nas conclusões daquele estudo, como no caso da falsidade da premissa de que a estrutura econômica, política e social permaneceria a mesma no longo prazo”.

sua proteção, assim como as propostas de crescimento estagnado etc., estão inseridos na complexa relação de poder – certamente diferenciados – entre estes países:

a questão ambiental foi criada e moldada de acordo com os interesses dos países industrializados, e como, progressivamente, os países em desenvolvimento – em grande parte graças ao discurso elaborado pelo Brasil – passaram a orientá-la em direções que fortalecessem algumas de suas principais reivindicações

Entre 5 e 16 de junho de 1972, a ONU organizou a *Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano*, que aconteceu em Estocolmo, na Suécia. Este evento, que para autores como Reigota (2006) foi um desdobramento do debate que se inicia com a publicação de *Limites do Crescimento*, produziu uma declaração final, a *Declaração sobre o Ambiente Humano*, a qual possui 26 princípios voltados para “orientar a construção de ambiente que harmonize os aspectos humanos e naturais, considerados essenciais para o bem-estar dos humanos e para que possam gozar de todos os direitos fundamentais” (BARBIERI e SILVA, 2011, p. 54), sendo que esta declaração “introduziu na agenda política internacional a proteção ambiental como condicionadora e limitadora do modelo de crescimento econômico e do uso dos recursos naturais” (MUNIZ e SANT’ANA JÚNIOR, 2009, p. 260). Na perspectiva de Foladori (2001, p. 116):

O espírito geral da declaração partia da ideia de que, com tecnologias limpas nos países desenvolvidos e transferência de recursos financeiros e técnicos para o Terceiro Mundo, junto com políticas de controle da população, poderiam ser solucionados os problemas.

Vieira (1992 *apud* MUNIZ e SANT’ANA JÚNIOR, 2009), Dias (2004) e Leff (2001) também destacam a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo, de 1972) como ponto de intensificação de uma consciência ecológica que ultrapassou fronteiras graças às consequências planetárias da forma hegemônica, leia-se claramente e sem hesitação: capitalista, de exploração do ambiente<sup>105</sup> (MUNIZ e SANT’ANA JÚNIOR, 2009).

O grande tema do evento foi a poluição industrial. Segundo Cascino (1999, p. 37), este “apresentou o início de um diálogo entre os países industrializados e países em desenvolvimento a respeito da vinculação que existe entre o crescimento econômico, a poluição dos bens globais [...] e o bem-estar dos povos”. Ainda reverberando as posições que

<sup>105</sup> A “degradação do meio ambiente em grandes extensões de nosso planeta vem afetando massas populacionais de todos os setores da sociedade e é de abrangência internacional. [As] fronteiras nacionais não impedem a poluição atmosférica, a poluição fluvial ou marinha, a destruição de florestas, a desertificação, erosão de solos, etc.” (PEDRINI, 2000, p. 23).

começaram a se delinear a partir de ideias de limitações ao crescimento dos países ditos subdesenvolvidos países como Brasil e Índia, ambos vivendo seu milagre econômico, defendiam a tese de que a poluição era o *preço* a ser pago pelo *progresso*<sup>106</sup>. Neste espírito, estes países abriram suas fronteiras para a chegada de indústrias multinacionais poluentes, as quais já não experimentavam um ambiente muito propício às suas atividades poluentes em seus países de origem (REIGOTA, 2006).

A questão ambiental, neste período, passou a ser um problema posto na agenda internacional de discussão, sendo tema de diversos encontros internacionais. Ainda em 1972, ao mês de dezembro, partindo do escopo deixado pela Conferência de Estocolmo, é criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o qual encabeça os trabalhos realizados pela ONU em nome do meio ambiente, dividindo com a UNESCO as “questões relativas à EA no âmbito das Nações Unidas” (BARBIERI, SILVA, 2011, p. 55).

Após a *Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano*, em 1972, o debate internacional abordou mais intensamente a ideia de proteção ambiental como um necessário meio para o limite do modelo de desenvolvimento capitalista que, até então, corria sem nenhuma espécie de freio, nem mesmo discursivo (MUNIZ e SANT’ANA JÚNIOR, 2009; VIEIRA, 1992 *apud* MUNIZ e SANT’ANA JÚNIOR, 2009). Foi durante este evento, influenciado pelo tom ameaçador do *Limites do Crescimento*, que o debate entre controlar ou não o crescimento se manifestou abertamente (ARAÚJO, 2010).

A Declaração de Estocolmo é ilustrativa do ideário e do impasse reinante de então: *o desenvolvimento é necessário, mesmo desejado; mas como mantê-lo se ele, da forma existente até então, ameaça sua própria continuidade? Valendo-se oposição entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, o documento afirma que nos países ditos em desenvolvimento, e subdesenvolvidos, obviamente, os problemas ambientais são gerados pelas condições degradadas de existência de sua população: “Milhões de pessoas seguem vivendo muito abaixo dos níveis mínimos necessários para uma existência humana digna (...)”*. (ONU, 1972, p. 2)<sup>107</sup>. Todavia, não fica visível qual é a relação direta que se estabelece entre pobreza e

<sup>106</sup> “A ideologia do crescimento acelerado e predatório chegou ao paroxismo durante a presidência de Médici, quando o governo brasileiro fazia anúncios nos jornais e revistas do 1º Mundo convidando as indústrias poluidoras a transferirem-se para o Brasil, onde não teriam nenhum gasto em equipamento antipolvente” (VIOLA, 1987, p. 07).

<sup>107</sup> [http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/\\_arquivos/estocolmo.doc](http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc)

degradação ambiental. Ao invés desta relação ser explicitada, o documento propõe que *os países ditos subdesenvolvidos devem buscar o desenvolvimento*, tendo sempre a ajuda dos ditos desenvolvidos que devem agir no intuito de reduzir o abismo que os separam do grupo de países ditos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Ora, esta receita não é novidade se tivermos em vista o que propôs Truman em seu discurso de posse, conforme apresentado em outra parte deste texto.

Em consonância com a ideia que defende a busca por desenvolvimento como um remédio aos problemas sociais, a Declaração continua a defesa do ideário desenvolvimentista: “desenvolvimento econômico e social é indispensável para assegurar ao homem um ambiente de vida e trabalho favorável e para criar na terra as condições necessárias de melhoria da qualidade de vida” (ONU, 1972, p. 03). A oposição entre desenvolvimento e subdesenvolvimento realmente pareceu cumprir um importante papel ideológico no processo de legitimação e perpetuação do capitalismo que, naquele momento, produzia uma certa autocrítica *velada* – pois não se reconhecia literalmente como a fonte do problema – e *limitada*, em suma, apenas no nível da aparência e não da essência. O seguinte fragmento da Declaração parece ser um recorte do discurso de posse de Truman, e cristaliza a tentativa de garantir a validade do ideário desenvolvimentista: “A melhor maneira [de superar o subdesenvolvimento] está no desenvolvimento acelerado, mediante a transferência de quantidades consideráveis de assistência financeira e tecnológica [aos] países em desenvolvimento (...)” (ONU, 1972, p. 04).

Ainda que Limites do Crescimento estivesse exercendo bastante influência naquele momento e contexto, a Conferência de 1972 já apontava para a tendência em proclamar a necessidade de não interromper o crescimento econômico, seja dos países ditos desenvolvidos ou não, mas sim, buscar uma forma de contemplar desenvolvimento e proteção ambiental de forma conjugada. Na Declaração há um germe da ideia de desenvolvimento sustentável: os Estados deveriam “adotar um enfoque integrado [...] de planejamento de seu desenvolvimento, de modo a que fique assegurada a compatibilidade entre o desenvolvimento e a necessidade de proteger [...] o meio ambiente” (ONU, 1972, p. 05). Como formas de alcançar o objetivo proposto, a Declaração aposta na “ciência e a tecnologia [...] para descobrir, evitar e combater os riscos que ameaçam o meio ambiente, para solucionar os problemas ambientais e para o bem comum da humanidade” (ONU, 1972, p. 05-06), assim como na Educação Ambiental, “sobretudo com as classes desprivilegiadas, no sentido de fomentar uma responsabilidade ambiental em empresas, indivíduos e coletividades” (ONU,

1972, p. 06). A Educação Ambiental seria um *novo* modo de educação, adequado à tarefa de superação dos problemas ali postos (DIAS, 2004).

Em 1974, no México, houve a formulação da *Declaração de Cocoyok*, fruto de uma reunião da *Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento* (UNCTAD) e do *Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas*. De acordo com Bellen (2006), esta declaração, no âmbito da discussão sobre desenvolvimento e meio ambiente, lançou algumas hipóteses que sugeriam existir uma relação entre estes termos. Ainda segundo Bellen (2006, p. 22), a declaração aponta que o crescimento populacional abusivo é fruto da pobreza e que o consumo dos países desenvolvidos também contribui para os problemas ecológicos: “a destruição ambiental também decorre da pobreza e os países desenvolvidos têm uma parcela de culpa nos problemas globais, uma vez que tem um elevado (...) consumo”. Na leitura de Brüzeker (1993, p. 15), que segue a mesma perspectiva do autor anteriormente citado em relação às conclusões do documento:

a explosão populacional tem como uma das suas causas a falta de recursos de qualquer tipo; pobreza gera o desequilíbrio demográfico; b) a destruição da África, Ásia e América Latina é também o resultado da pobreza que leva a população carente a superutilização do solo e dos recursos vegetais; c) os países industrializados contribuem para os problemas do subdesenvolvimento por causa do seu nível exagerado de consumo.

Ainda em 1975, a fundação Dag-Hammarskjöld publicou um relatório elaborado a partir da parceria entre 48 países, o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas e outras organizações da ONU. Bellen (2006, p. 22) afirma que o relatório procurou aprofundar as conclusões da *Declaração de Cocoyok* ao concentrar-se na “questão do poder e sua relação com a degradação ambiental, destacando o papel de um novo desenvolvimento”. Ilustrando esta perspectiva, Brüzeker (1994, p. 06) aponta que a Declaração de Cocoyok

mostra que o sistema colonial concentrou os solos mais aptos para a agricultura na mão de uma minoria social e dos colonizadores europeus. Grandes massas da população original foram expulsas e marginalizadas, forçando-as de usar solos menos apropriados. Isso levou na África do Sul, no Marrocos e em inúmeros outros lugares a devastação de paisagens inteiras.

Uma década após a realização da *Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano*, ou seja, já em 1982, a percepção de que a manutenção no padrão de desenvolvimento e usos da natureza hegemônicos até então estaria arrastando a humanidade inteira a uma época de catástrofes e privações que estaria para além dos números e previsões até ali produzidas continuava a se manifestar em nível mundial. De tal forma que a Assembleia Geral das Nações Unidas convocou nova conferência e, para tomar as

providências necessárias de preparação, foi formada a *Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento* (CMMAD), criada em 1983. Esta Comissão foi produzida com os objetivos de

a) reexaminar as questões críticas relativas ao meio ambiente e desenvolvimento, formulando propostas realistas para abordá-las; b) propor novas formas de cooperação internacional nessa área; c) dar à sociedade internacional uma maior compreensão desses problemas, incentivando-a a uma atuação mais firme (VIGEVANI, 1994, p. 13).

Para a presidência da CMMAD, a médica norueguesa Gro Harlem Brundtland, naquela altura a Primeira Ministra de seu país, foi convidada pela ONU a ocupar tal cargo. O objetivo da CMMAD era

discutir as questões críticas relativas ao meio ambiente, reformular propostas para abordar a crise ambiental e propor novas formas de cooperação internacional, (...) de modo a orientar as políticas e ações no sentido de suscitar as mudanças necessárias no modelo de crescimento econômico (MUNIZ e SANT'ANA JÚNIOR, 2009, p. 260).

Nas palavras de sua presidente, a criação da CMMAD representava um apelo de caráter urgente com o objetivo de:

- propor estratégias ambientais de longo prazo para obter um desenvolvimento sustentável por volta do ano 2000 e daí em diante;
- recomendar maneiras para que a preocupação com o meio ambiente se traduza em maior cooperação entre os países em desenvolvimento e entre países em estágios diferentes de desenvolvimento econômico e social e leve à consecução de objetivos comuns e interligados que considerem as inter-relações de pessoas, recursos, meio ambiente e desenvolvimento;
- considerar meios e maneiras pelos quais a comunidade internacional possa lidar mais eficientemente com as preocupações de cunho ambiental;
- ajudar a definir noções comuns relativas a questões ambientais de longo prazo e os esforços necessários para tratar com êxito os problemas da proteção e da melhoria do meio ambiente, uma agenda de longo prazo a ser posta em prática nos próximos decênios, e os objetivos a que aspira a comunidade mundial (CMMAD, 1991, p. XI).

Entre 1983 e 1987<sup>108</sup>, esta comissão empreendeu pesquisas sobre os processos de degradação ambiental, e também econômica, no mundo. Em 1987, a Comissão Brundtland<sup>109</sup>, como ficou conhecida a CMMAD, publicou um relatório chamado *Nosso Futuro Comum*, ou *Relatório Brundtland*, o qual tem como ação primordial e importância a introdução do conceito de *Desenvolvimento Sustentável* (DS) para a agenda mundial, para o discurso

<sup>108</sup> Na leitura do contexto de então, Nobre (1999) considera importante o ano de 1987 por este ter sido aquele no qual foi assinado o Tratado de Armas Nucleares de Médio Alcance. Este tratado, segundo ele, representa um ponto decisivo no declínio da Guerra Fria. Tal declínio abriu espaço para a problemática ambiental.

<sup>109</sup> Mais a frente neste texto, nos debruçaremos sobre a Comissão Brundtland e seus frutos.

público. O Relatório Brundtland, o qual forneceu a definição mais conhecida do DS<sup>110</sup>, aponta que

a educação ambiental deveria constar do currículo formal em todos os níveis - tanto como matéria isolada, quanto como parte de outras matérias. Isso aumentaria o senso de responsabilidade dos alunos para com o estado do meio ambiente e lhes ensinaria a controlá-lo, protegê-lo e melhorá-lo (CMMAD, 1991, p. 124).

A partir das recomendações elaboradas pela já referida Comissão Brundtland (REIGOTA, 2006), é realizada a *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento* (CNUMAD) em 1992, também conhecida como Cúpula da Terra, Eco-92, ou ainda Rio 92, no Rio de Janeiro, Brasil.

Esta conferência adotou como documentos a chamada *Agenda 21*<sup>111</sup>, que é uma cartilha com orientações que se propõe a orientar os rumos necessários à proteção do planeta e seu desenvolvimento sustentável, que passa a atuar como um princípio norteador (MUNIZ e SANT'ANA JÚNIOR, 2009, p. 262), além da Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas. Nobre (1999) considera que este evento representou o ponto máximo no processo de institucionalização da problemática ambiental, no qual a relação entre desenvolvimento socioeconômico e impactos no ambiente, outrora ignorada, passa a fazer parte dos discursos oficiais da maior parte dos governos do mundo (BRÜSEKE, 1994). Cumpre salientar, também, que este foi o primeiro evento do tipo a ser aberto à sociedade civil (SORNBERGER, et. al., 2014). Na perspectiva de Santilli (2005), a Eco-92 constituiu um marco na história do ambientalismo nacional e internacional.

Segundo Ramos (1996), o objetivo da conferência foi o estabelecimento de acordos, assim como estratégias que pudessem levar a cabo um desejado encontro entre proteção ambiental e desenvolvimento. Ainda segundo esta autora, o encontro foi pontuado por diferenças que se arrastavam já há alguns anos no que diz respeito ao *quantum* de compromisso os grupos de países mais ricos estariam dispostos a assumir em relação aos objetivos que vinham sendo gestados encontro após encontro. Em suas palavras:

Este evento representou também um processo pontuado por divergências e interesses contraditórios entre os países ricos e pobres. Cinco documentos foram

<sup>110</sup> O desenvolvimento sustentável é aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 47).

<sup>111</sup> Um “enorme documento composto de quatro seções, 40 capítulos e dois anexos (a edição brasileira, publicada pelo Senado Federal, tendo 598 páginas), dispoendo de objetivos, atividades e considerações sobre meios de implementação, de um planejamento de uma cooperação internacional e de ações nacionais e locais em vista do desenvolvimento, do combate à pobreza e da proteção ao meio ambiente” (LEITE LOPES, 2006, p. 40).

aprovados, mas as questões mais polêmicas ainda persistiram. Ficou notória a falta de compromisso por parte dos chamados países do Norte que não assumiram responsabilidades diferenciadas quanto aos recursos financeiros para viabilizar o desenvolvimento sustentável (RAMOS, 1996, p. 24).

Neste sentido estão as colocações de Brüseke (1994, p. 17) ao apontar a postura adotada pelos Estados Unidos, especialmente:

Apesar do interesse mundial mais intensivo pelo futuro do planeta, a conferência da ONU não correspondeu nem às esperanças e nem às expectativas com ela ligadas. Muitos problemas surgiram em consequência da pressão da delegação dos Estados Unidos em favor da eliminação das metas e dos cronogramas para a limitação da emissão de CO<sub>2</sub> do acordo sobre o clima; assim este foi degradado para uma declaração de boas intenções. Também a convenção sobre a proteção da biodiversidade teve alguns pontos fracos; o mais grave foi a falta da assinatura dos Estados Unidos.

Os dois anos que antecederam a Cúpula da Terra fomentaram, no Brasil, um clima propício para discussão. De acordo com Scotto, Carvalho e Guimarães (2007, p. 38. Grifo dos autores) o principal desdobramento para a sociedade civil brasileira foi, em 1990, a organização do

*Fórum das ONGs e dos movimentos sociais brasileiros*, criado para acompanhar e atuar na conferência [Cúpula], envolvendo um amplo espectro de entidades como as ligadas à defesa dos direitos indígenas, mulheres, associações de moradores, grupos jovens, entidades ecológicas e ambientalistas, sindicatos, grupos religiosos, ONGs de desenvolvimento social e entidades de assessoria.

Na perspectiva de Carvalho (2001), tal Fórum foi o espaço de ressonância mais importante da Rio-92 na sociedade. As principais atividades deste Fórum das ONGs foram o estabelecimento de uma agenda de discussões e debates, além de um diagnóstico socioambiental e a sugestão, já durante a Cúpula da Terra, de propostas para uma nova ordem internacional (SCOTTO, CARVALHO, GUIMARÃES, 2007, p. 38.). Somada a esta participação que antecedeu o evento e às sugestões lançadas durante o mesmo, o Fórum das ONGs organizou um evento paralelo<sup>112</sup>: o *Fórum Global*, que promoveu a reunião da “sociedade civil internacional, onde se buscou uma coordenação de esforços para redigir e assinar os tratados ambientais com apoio das ONGs e movimentos da sociedade civil de todo o mundo” (SCOTTO, CARVALHO, GUIMARÃES, 2007, p. 39).

Os supracitados autores elencam as propostas e acordos produzidos durante a CNUMAD e o Fórum das ONGs. No quadro abaixo podemos visualizar quais foram tais documentos a propostas:

---

<sup>112</sup> Segundo Pedrini (2000), o Rio 92 corria a portas fechadas.



<b>Fórum Global</b>	<b>CNUMAD</b>
<i>Carta da Terra.</i>	<i>Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.</i>
<i>36 tratados acordados entre as ONGs com recomendações políticas e ações direcionadas a diversos temas sócio-ambientais.</i>	<i>Declaração-Quadro sobre Mudanças Climáticas (154 países assinaram).</i>
<i>Relatório Nacional chamado Meio Ambiente e Desenvolvimento: uma visão das ONGs e dos movimentos sociais brasileiros.</i>	<i>Convenção sobre a Diversidade Biológica (154 países assinaram).</i>
	<i>Agenda 21 e os meios para sua implementação (179 países assinaram).</i>
	<i>Nossa agenda: elaborado pelos países da América Latina e Caribe.</i>
	<i>Relatórios Nacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento.</i>
	<i>Declaração de Florestas</i>

*Tabela 1: Documentos e Tratados elaborados em 1992 na CNUMAD e no Fórum Global. Fonte: SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; GUIMARÃES, Leandro Belinaso. Desenvolvimento Sustentável. Petrópolis: Vozes, 2007. PEDRINI, Alexandre de Guesmão. Educação Ambiental: Reflexões e práticas contemporâneas. Petrópolis: Vozes, 2000.*

Sobre a Declaração do Rio, Santilli (2005) aponta que os princípios mais importantes que lhe compõe são:

- a) O desenvolvimento sustentável, conforme já antecipado, e o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado para as próximas gerações (direito intergeracional);
- b) Princípio da precaução: segundo tal princípio, a ausência de uma certeza científica de caráter absoluto não pode servir como justificativa para que medidas que procuram conter danos ambientais sejam proteladas;
- c) Princípio do poluidor-pagador: o custo da poluição deveria ser assumido pelo poluidor;
- d) Princípios que dizem respeito à participação da sociedade na gestão ambiental e acesso à informação ambiental.

- e) Princípio da obrigatoriedade da intervenção estatal: é dever do poder público defender o meio ambiente.

A Convenção sobre Diversidade Ecológica tem como objetivo a conservação da diversidade biológica, além do uso sustentável dos seus recursos, assim como uma divisão justa dos benefícios oriundos destes usos. Ainda propõe que os Estados sejam soberanos em relação aos recursos biológicos e genéticos existentes em seus territórios (SANTILLI, 2005; BRASIL, 1998, MARCATTO, 2002).

A Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas foi um acordo no qual os países reconheceram as mudanças climáticas enquanto um problema ambiental, assim como o papel exercido pelas ações humanas nestas mudanças, além de salientar a necessidade da cooperação internacional no enfrentamento da questão (SANTILLI, 2005; BRASIL, 1998; MARCATTO, 2002). Por seu turno, a Agenda 21, conforme já apresentado, enquanto orientadora, buscou apresentar o caminho para o desenvolvimento sustentável através de quatro seções, 40 capítulos, 115 programas e por volta de 2.500 ações a serem implementadas (SANTILLI, 2005).

No ano de 1988, o PNUMA e a Organização Meteorológica Mundial (OMM) uniram-se para a criação do *Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas* (IPCC). Este painel se tornou uma fonte para a difusão da informação científica no que diz respeito à mudanças climáticas. A *Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas* (UNFCCC), indicada pela ONU como o principal instrumento internacional no assunto de mudanças climáticas, foi adotada em 1992.

Em 1994, foi realizada em Barbados a *Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento*, a qual adotou um Programa de Ação que estabelece políticas, ações e medidas em todos os níveis para promover o desenvolvimento sustentável para estes Estados. Já em 1997, a Assembleia Geral da ONU realizou uma sessão especial chamada *Cúpula da Terra +5* para realizar uma revisão e avaliar a forma pela qual a *Agenda 21* vinha sendo implementada, além de tecer recomendações para a realização da mesma. Ao fim da *Cúpula da Terra +5*, foi produzido um documento que recomendou a

adoção de metas juridicamente vinculativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa que geram as mudanças climáticas; uma maior movimentação dos padrões sustentáveis de distribuição de energia, produção e uso; e o foco na erradicação da pobreza como pré-requisito para o desenvolvimento sustentável<sup>113</sup>.

---

<sup>113</sup>A ONU e o Meio Ambiente. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>. Acesso em 20/12/2015.

Em 1997, o Protocolo de Kyoto, que estabelece metas para 37 países industrializados e para a comunidade europeia reduzirem a emissão de gases poluentes, foi acordado. Scotto, Carvalho e Guimarães (2007, p. 44) afirmam que o supracitado acordo reflete uma tendência expressa pelos países e organizações de “tomar os bens (...) e práticas ambientais (...) como mercadorias, seguindo os princípios da lógica de mercado<sup>114</sup>”. Os EUA, maior emissor de gás carbônico negou-se a assinar o protocolo, entretanto.

O Congresso dos EUA foi um dos principais pontos de resistência à assinatura do protocolo, pelo temor de que ele possa provocar aumento nos gastos anuais com energia para uma família norte-americana, pondo em risco o próprio acordo. O artigo 25 do protocolo prevê que ele só pode entrar em vigor se o bloco dos desenvolvidos, representando um mínimo de 55% das emissões globais, fizerem sua adoção formal. *A dificuldade é que apenas os EUA e a Rússia representam 53,2 % do total das emissões (...)* (SCOTTO, CARVALHO, GUIMARÃES, 2007, p. 46. Grifo dos autores).

Em 2002, a *Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável* (CMSD), que ficou conhecida como Rio+10, ocorreu em Johannesburgo, capital da África do Sul, entre os dias 8 de agosto e 4 de setembro, com o objetivo de realizar um balanço das possíveis conquistas, desafios e das novas questões surgidas desde a Cúpula da Terra de 1992, ou ainda, como aponta Diniz (2010, p. 33), “obter um plano de ação factível” no que concerne à proposta cristalizada pelo conceito de desenvolvimento sustentável. Nesta Cúpula, os compromissos colocados em pauta pela *Agenda 21* ainda não eram tratados como ações concretas e tangíveis, como afirma a própria ONU ao atribuir a ela um caráter de implementação, sendo tal reunião “concebida para transformar as metas, promessas e compromissos da Agenda 21 em ações concretas e tangíveis”. Os Estados-Membros concordaram com a *Declaração de Johannesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável* e com um *Plano de Implementação* onde foram detalhadas as prioridades para a ação. Na *Rio+10*, o conceito de desenvolvimento sustentável foi apresentado como tendo quatro dimensões que formariam uma problemática complexa e multifacetada: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, proteção ambiental e a questão cultural. Diniz (2010, p. 33) ilustra tal abertura de preocupações ao apresentar algumas questões abordadas na Cúpula:

(...) aumentar a proteção da biodiversidade e o acesso à água potável, ao saneamento, ao abrigo, à energia, à saúde e à segurança alimentar. Também procura-se priorizar o combate a diversas situações adversas: fome crônica, desnutrição, ocupação estrangeira, conflitos armados, narcotráfico, crime organizado, corrupção,

<sup>114</sup> Scotto, Carvalho e Guimarães (2007) apontam ainda os alimentos transgênicos como exemplo da imposição da lógica mercantil no campo ambiental. Segundo os mesmos, as sementes transgênicas, ao não servirem como parte integrante do ciclo reprodutivo vegetal, deixam os produtores reféns da empresa que detém a propriedade intelectual sobre tais sementes.

desastres naturais, tráfico ilícito de armas, tráfico de pessoas, terrorismo, xenofobia, doenças crônicas transmissíveis (aids, malária, tuberculose e outras), intolerância e incitação a ódios raciais, étnicos e religiosos.

Em janeiro de 2005, foi realizada nas Ilhas Maurício uma reunião para a revisão do Programa de Barbados das Nações Unidas. Foi elaborada a *Estratégia de Maurício*, a qual aborda questões que passam pelas alterações provocadas pelo aumento da temperatura do planeta, gestão de resíduos, recursos de diversas ordens, ciência e tecnologia, globalização e liberação do comércio, produção e consumo sustentáveis, educação ambiental, saúde, cultura, etc.

No ano de 2012, entre 20 e 22 de junho, o Brasil voltou a sediar uma conferência promovida pela ONU. Trata-se da *Rio+20* ou *Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável*. Num documento informativo intitulado *O Futuro que Queremos*<sup>115</sup>, que também é o nome do documento final resultante da conferência<sup>116</sup>, a ONU apresenta a definição do evento como sendo a “oportunidade de modificar o paradigma financeiro tradicional e agir para acabar com a pobreza, lidar com a destruição do meio ambiente e construir uma ponte para o futuro”.

Todavia, para muitos, tal intento não foi alcançado. Por exemplo, para os cientistas participantes do *2º Workshop Conjunto BIOTA-BIOEN-Mudanças Climáticas: o futuro que não queremos - uma reflexão sobre a Rio+20*<sup>117</sup>. Segundo Carlos Alfredo Joly, em entrevista a um portal de notícias<sup>118</sup>: “Chegou-se a um documento genérico, que não determina metas e prazos e não estabelece uma agenda de transição para uma economia mais verde ou uma sustentabilidade maior da economia”.

## **2.2.2 Ecodesenvolvimento: uma tentativa de equalizar crescimento e não agressão ao meio ambiente**

Nobre (2002, p. 37 *apud* GAVARD, 2009, p. 33) sintetiza o clima conflituoso entre as

<sup>115</sup> [http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/03/Rio+20\\_Futuro\\_que\\_queremos\\_guiia.pdf](http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/03/Rio+20_Futuro_que_queremos_guiia.pdf). Acesso em: 12/06/2013.

<sup>116</sup> [https://www.utl.pt/admin/docs/4808\\_O-Futuro-que-queremos1.pdf](https://www.utl.pt/admin/docs/4808_O-Futuro-que-queremos1.pdf). Acesso em: 12/06/2013.

<sup>117</sup> “Objetivo: fazer uma avaliação crítica dos resultados da RIO+20, tanto em relação à Reunião Oficial como em relação aos eventos paralelos, discutindo com os pesquisadores dos 3 Programas Ambientais da FAPESP, as perspectivas de participação da comunidade científica nas discussões internacionais nos próximos anos.” (<http://www.fapesp.br/7138>. Acesso em 12/06/2013).

<sup>118</sup> <http://noticias.terra.com.br/ciencia/cientistas-fazem-balanco-dos-resultados-da-rio20,200885fe916da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 12/06/2013.

posições que surgiram no âmbito do debate ambiental após a publicação do relatório *Os Limites do Crescimento*:

Neste contexto, a posição dos países do Terceiro Mundo, embora diversificada, era unânime na rejeição da imposição de limitações ao crescimento econômico. Do ponto de vista diplomático, não havia meio de se chegar a algum acordo internacional de caráter global que fosse consistente. Simplesmente por porque a posição mesma do problema impedia qualquer acordo. E a equação era bastante simples: Se há contradição entre desenvolvimento capitalista (no sentido de crescimento econômico) e meio ambiente, não há por que defender o capitalismo. Se não há contradição entre os dois termos, não há por que impor restrições à utilização dos recursos naturais.

A primeira tentativa de superação do dilema que opunha continuidade do desenvolvimento capitalista e preservação da natureza foi dada através do conceito de *ecodesenvolvimento*. Lançado por Maurice Strong, então diretor executivo do PNUMA, o *ecodesenvolvimento*

consistia na definição de um estilo de desenvolvimento adaptado às áreas rurais do Terceiro Mundo, baseado na utilização criteriosa dos recursos locais, sem comprometer o esgotamento da natureza, pois nestes locais ainda havia a possibilidade de tais sociedades não se engajarem na ilusão do crescimento mimético (LAYRARGUES, 1997, p. 03).

Ignacy Sachs, que se tornou o maior defensor e propagador do *ecodesenvolvimento* (MONTIBELLER FILHO, 1993), amplia o conceito formulado por Maurice Strong (GAVARD, 2009), agregando, além das questões ambientais, “as sociais, as de gestão participativa, a ética e a cultura” (GODOY, 2007 *apud* ARAÚJO, 2010, p. 45). Este conceito é formado por três pilares: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica (LAYRARGUES, 1997). Ele também propugna a atenção à dimensão regional e local, assim como o uso parcimonioso da natureza, o respeito à diversidade étnica, tendo em vista a gestão participativa de seus recursos (GAVARD, 2009; LEFF, 2001). Brüske (1994, p. 15) elenca seis aspectos fundamentais desta proposta:

a) a satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas, e f) programas de educação.

Em suma, percebe-se, a partir dos postulados apresentado por Sachs, principalmente, que este antecessor do conceito de desenvolvimento sustentável tentou garantir a continuação do desenvolvimento capitalista juntamente com um salto qualitativo no tocante ao trato das diversidades locais, assim como aliado a um uso que pudesse não esgotar o poder de regeneração da natureza.

Mello e Souza (2000, p. 89) aponta que a intenção de Sachs foi introduzir uma “perspectiva nova para o planejamento econômico [buscando torná-lo] sensível para a adoção de técnicas adaptáveis ao nível cultural das pequenas comunidades rurais do terceiro mundo”. Já Leff (2001, p. 150) aponta que o conceito de ecodesenvolvimento buscou promover “nuevos estilos de desarrollo fundados en las condiciones y potencialidades de los ecosistemas y en el manejo prudente de los recursos”. Na leitura de Montibeller Filho (1993, p. 133) há uma posição ética bem demarcada: o desenvolvimento deveria estar dirigido para “as necessidades sociais mais abrangentes, que dizem respeito à melhoria da qualidade de vida da maior parte da população, e o cuidado com a preservação ambiental como uma responsabilidade”. Ainda segundo este autor (MONTIBELLER FILHO, 1993), o ecodesenvolvimento pressupõe dois níveis de solidariedade: a) sincrônica com a geração atual: desloca a lógica produtiva para a ótica das necessidades fundamentais da maioria da população, ampliando o escopo do que foi apresentado por Brüseke (1994); b) diacrônica: em relação à garantia da satisfação das necessidades das gerações futuras, conforme anteriormente apresentado. Layrargues (1997, p. 03) corrobora esta afirmativa:

O ecodesenvolvimento representa uma abordagem ao desenvolvimento cujo horizonte temporal coloca-se a décadas ou mesmo séculos adiante. Entende que a satisfação das necessidades das gerações futuras deve ser garantida, isto é, deve haver uma solidariedade diacrônica sem que no entanto, comprometa a solidariedade sincrônica com a geração presente, já por demais sacrificada pelas disparidades sociais da atualidade.

Sobre os posicionamentos dos economistas da década de 1970, criticados por Sachs, Mello e Sousa (2000) aponta que estes – na perspectiva de Sachs – não consideravam os custos sociais, ambientais e níveis de vida que não poderiam ser mensurados objetivamente a partir de certos índices.

Lima (2003, p. 102), por seu turno aponta que:

Sachs, ao formular a noção de Ecodesenvolvimento, propunha uma estratégia multidimensional e alternativa de desenvolvimento que articulava promoção econômica, preservação ambiental e participação social. Perseguiu, com especial atenção, meios de superar a marginalização e a dependência política, cultural e tecnológica das populações envolvidas nos processos de mudança social. É, portanto, marcante em seus trabalhos o compromisso com os direitos e desigualdades sociais e com a autonomia dos povos e países menos favorecidos na ordem internacional.

Segundo Montibeller Filho (1993), a proposta do ecodesenvolvimento representaria uma alternativa civilizatória que tem no aspecto cultural uma dimensão essencial. A atenção dada por Sachs à liberdade de ação das culturas e sociabilidades individuais aproxima

ecodesenvolvimento da ideia de *desenvolvimento endógeno*. Como percebe Layrargues (1997, p. 03. Grifos nossos):

Sachs esclarece que “o ecodesenvolvimento é um estilo de desenvolvimento que, em cada ecoregião, insiste nas *soluções específicas de seus problemas particulares*, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas a longo prazo. (...) Sem negar a importância dos intercâmbios, o *ecodesenvolvimento tenta reagir à moda predominante das soluções pretensamente universalistas e das fórmulas generalizadas*. Em vez de atribuir um espaço excessivo à ajuda externa, dá um voto de confiança à capacidade das sociedades humanas de identificar os seus problemas e de lhes dar soluções originais, ainda que se inspirando em experiências alheias”.

Todavia, estes trunfos do ecodesenvolvimento agiram como freios à sua implementação em âmbito mundial; elementos estes que tocaram em elementos muito caros às economias capitalistas, como por exemplo, o ritmo de produção e consumo de mercadorias, o qual deveria se tornar mais sóbrio em oposição ao irrefreável e insano ciclo de produção e descarte que ainda hoje reina. Além do mais, a ênfase na proposição de maior liberdade de autogestão, em termos limitados ainda, das populações ditas subdesenvolvidas, além da defesa da necessidade de satisfação de níveis básicos de necessidades humanas, que pode ser traduzida no pilar referente à justiça social<sup>119</sup> defendida por Sachs, ocasionou problemas no que tange à aplicação e adesão ao conceito (GAVARD, 2009). A semelhança com a ideia de desenvolvimento endógeno não se limita à perspectiva de autogestão dos povos, portanto; ela se estende também à falha na aplicação do conceito, ou seja, o ecodesenvolvimento encontrou limites à sua aplicação na camisa-de-força da lógica do capital<sup>120</sup> que não poderia ser ultrapassada sem a superação qualitativa do atual estado modo de produção, por mais bem intencionados que fossem os intentos de seus idealizadores. Leff (2001, p. 136), sobre esta questão, compreende que o ecodesenvolvimento foi

*disolviendo su potencial crítico en sus propias estrategias teóricas y prácticas. Su propuesta se fue desdibujando ante la dificultad de flexibilizar a las instituciones y a los instrumentos de la planificación para internalizar esta visión transectorial del desarrollo.*

Sobre as limitações político-diplomáticas nas quais o conceito de ecodesenvolvimento

<sup>119</sup> Sachs (2011), em entrevista, coloca: “Se sacrificarmos a justiça social no altar da sustentabilidade ambiental, aprofundaremos a distância entre a minoria que ocupa os camarotes de luxo e a maioria que disputa trabalho no sótão”. Ainda na mesma entrevista: “Distribuir renda é uma tarefa muito difícil em termos políticos. Sem crescimento econômico, é muito mais. Parar de crescer e redistribuir é bem mais complicado do que redistribuir crescendo. (...) Sem encarar a questão da distribuição de renda, as propostas da Economia Verde serão apenas mais do mesmo”

<sup>120</sup> Conforme as indicações do filósofo húngaro István Mészáros (2008).

esbarrou, Gavard (2009, p. 33-34) aponta:

este conceito [ecodesenvolvimento] trazia em seu âmago questões extremamente delicadas e potencialmente problemáticas para sua aceitação e implementação no cenário mundial – especialmente em relação às economias centrais – como mudanças nos hábitos de consumo e processo produtivo. Além do seu conteúdo político que estava centrado na idéia de emancipação das populações pobres. Tais noções comprometiam de sobremaneira sua transposição ao campo da ação concreta e também *não eram capazes de criar um ambiente favorável ao diálogo com os representantes dos interesses capitalistas.*

Dessa forma, o problema continuava de pé e não resolvido: como aliar desenvolvimento e preservação ambiental sem ameaçar a legitimidade e hegemonia do capitalismo?

### **2.2.3. Dissolvendo o impasse? O discurso da sustentabilidade e o conceito de Desenvolvimento sustentável enquanto proclamada saída para a crise ambiental**

O termo desenvolvimento sustentável aparece, pela primeira vez, sendo discutido pela *World Conservation Union*, no documento intitulado *World's Conservation Strategy* em 1980. Tal documento afirma que

para que o desenvolvimento seja sustentável devem-se considerar aspectos referentes às dimensões social e ecológica, bem como fatores econômicos, dos recursos vivos e não-vivos e as vantagens de curto e longo prazos de ações alternativas. O foco do conceito [até aquele momento] é a *integridade ambiental* (...) (BELLEN, 2006, p. 23. Grifos nossos).

Gavard (2009, p.35) comenta que a própria terminologia que passou a ser adotada já neste documento, em 1980, é um indicativo das mudanças que os debates até então estavam produzindo na própria forma de se colocar e discutir o problema:

Se a opinião nos anos 70 era do conflito entre crescimento econômico e preservação ambiental, a partir dos anos 80, na busca de se superar o impasse, emprega-se preferencialmente o termo desenvolvimento, que trazia um conteúdo mais vasto, contemplando aspectos que vão além da esfera estritamente econômica, relacionado-se à satisfação de necessidades intangíveis tais como qualidade de vida, justiça social, e, obviamente, preservação de recursos naturais.

Conforme apresentamos n'outro momento deste texto, as teses levantadas pelo Clube de Roma traziam como resolução do *problema ambiental* a estagnação do crescimento econômico dos países que ainda não haviam se “desenvolvido” (cumpre lembrar que esta tese produziu debates intensos e posicionamentos divergentes e demarcados) com o objetivo de se impedir uma hecatombe anunciada. Já a partir de Estocolmo, em 1972, inicia-se nas



proposições oriundas dos grandes eventos sobre meio ambiente a busca pela conjunção entre crescimento econômico e proteção ambiental, ou – conforme apontado acima – outro *tipo* de desenvolvimento, o que representa, inclusive, a internalização de algumas críticas a um caráter meramente quantificador que uma perspectiva economicista poderia representar. A partir do relatório Brundtland, em 1987 – e desdobrando-se nos anos posteriores – a noção de desenvolvimento sustentável passa a se tornar cada vez mais propagandeada e aceita enquanto uma saída, ou melhor dizendo, *a* saída, dentro dos limites possíveis no capitalismo, para a crise ambiental que vinha sendo percebida e discutida, pelo menos, desde meados do século XX, conforme apresentamos. Em vez de estagnação enquanto saída, o crescimento: “necessário agora é uma nova era de crescimento econômico - um crescimento convincente e ao mesmo tempo duradouro do ponto de vista social e ambiental” (CMMAD, 1991, p. XIV). O Relatório propõe soluções para que “o curso do desenvolvimento não sofra interrupções” (CMMAD, 1991, p. XVII). Ou seja: pelo menos nos discursos hegemônicos e dos agentes mais significativos e poderosos no mundo do capital, o crescimento econômico e a preservação ambiental não podem mais ser tomados como elementos de impossível articulação.

Mello e Souza (2000, p. 164), comentando sobre este conceito, aponta que seu papel político foi “atenuar esta visão de um futuro catastrófico”, o qual era previsto e apontado pelo Clube de Roma e suas teses sobre os limites do crescimento. A Comissão Brundtland reconhece os perigos que vinham sendo apresentados no interior do debate; contudo, ao mesmo tempo, aponta certos aspectos positivos que vinham surgindo neste ínterim (CMMAD, 1991). Emergia no debate, portanto, um tom mais *otimista* em relação aos problemas enfrentados, pois se admitia que a marcha dos problemas poderia ser modificada a partir, primeiramente, de uma mudança na *consciência ética mundial*, aliada à alta capacidade de *investimento* e ao *capital acumulado* que levariam à tão falada e aguardada sociedade sustentável, na qual o crescimento econômico seria compatibilizado com o respeito ecológico (MELLO E SOUZA, 2000). Este tom otimista é explicitamente referido pelo Relatório Brundtland:

Esta Comissão acredita que *os homens podem construir um futuro mais próspero, mais justo e mais seguro*. Este relatório [...] *não é uma previsão de decadência, pobreza e dificuldades ambientais cada vez maiores num mundo cada vez mais poluído e com recursos cada vez menores*. Vemos, ao contrário. *a possibilidade de uma nova era de crescimento econômico*, que tem de se apoiar em práticas que conservem e expandam a base de recursos ambientais. E acreditamos que tal crescimento é absolutamente essencial para mitigar a grande pobreza que se vem intensificando na maior parte do mundo em desenvolvimento (CMMAD, 1991, p.

## 01. Grifos nossos).

Seus impactos foram consideráveis no cenário político mundial e puderam ser sentidos ao longo da década de 1990: tanto “sobre os valores dominantes, gerando maior sensibilidade ecológica em certas empresas, quanto sobre a nova ação reguladora e fiscalizadora do Estado em todos os seus níveis” (MELLO E SOUZA, 2000, p. 164). Ainda sobre a ampla aceitação que o desenvolvimento sustentável passou a experimentar, o autor em questão aponta:

A prova desta aceitação geral é o fato de a tese acabar sendo incorporada oficialmente, até mesmo pelas agências internacionais [...]. Aumentou o respeito social pelo meio ambiente natural, alterou o direito, assim como aumentou, de forma acelerada, sua capacidade de influência sobre a comunidade empresarial e sobre o universo pragmático da política (MELLO E SOUZA, 2000, p. 165).

O discurso da sustentabilidade, materializado no conceito agora trabalhado, emerge como uma proclamada, por certos agentes e instituições, alternativa civilizatória para a humanidade. Diante dos questionamentos que foram se acumulando a partir das discussões e reflexões acerca da contemporânea crise ambiental, tornou-se imperativo encontrar uma forma através das quais o crescimento econômico pudesse continuar a ser perseguido *sem interrupções*. Segundo Leff (2001, p. 149), nesta direção:

*La sustentabilidad ecológica aparece así como un criterio normativo para la reconstrucción del orden económico, como una condición para la supervivencia humana y para lograr un desarrollo durable, problematizando los valores sociales y las bases mismas de la producción.*

Longe de ser uma construção ingênua, o discurso da sustentabilidade/desenvolvimento sustentável, a partir da sugestão de Lima (2003, p. 103), pode ser compreendido como uma “uma hábil operação político-normativa e diplomática, empenhada em sanar um conjunto de contradições expostas e não respondidas pelos modelos anteriores de desenvolvimento”. Avançando neste aspecto, o autor continua:

Tratava-se, em primeiro lugar, de gerenciar a reprodução econômica do capitalismo ante os efeitos da degradação ambiental, tanto do ponto de vista da oferta de recursos naturais essenciais à continuidade do sistema produtor de mercadorias, quanto da perspectiva dos resíduos da produção e da poluição daí decorrentes. Implicava também em responder aos questionamentos sobre os limites do crescimento, intensamente discutidos na década de 70 em todos os fóruns, direta ou indiretamente, relacionados à temática do desenvolvimento (LIMA, 2003, p. 103).

É a mesma percepção de Sant’Ana Júnior e Muniz (2009, p. 258) quando estes afirmam que o desenvolvimento sustentável assume um significado político-diplomático na “medida em que estabelece os princípios gerais que norteariam um compromisso político em escala mundial com vistas a proporcionar o crescimento econômico sem a destruição dos

recursos naturais”. Nas palavras de Gavard (2009, p. 37), sobre o êxito *diplomático* do conceito:

[O] conceito de DS assevera a possibilidade de a economia mundial manter seus níveis de crescimento sem comprometer a disponibilidade de recursos naturais no longo prazo e o instrumento indicado como capaz de proporcionar este quadro é avanço científico/tecnológico. Neste contexto, o fantasma malthusiano da escassez será conjurado pelo recurso da ciência, sendo capaz, desta forma, de relegar ao segundo plano a consigna ambientalista de parcimônia e de prudência em relação ao uso de recursos naturais.

Em meio ao debate já referido, o qual dizia respeito à estagnação do crescimento econômico dos países considerados pobres, ou subdesenvolvidos, e como esta proposição era encarada pelos países do chamado Terceiro Mundo (o debate sobre a existência e imposição de *limites* ao crescimento, em suma), o discurso da sustentabilidade, e o conceito de desenvolvimento sustentável, também, buscaram equacionar tal tensão através de um estilo conciliador<sup>121</sup> que, justamente, lhe permitiu ser amplamente aceito nas arenas internacionais de relações políticas (LIMA, 2003).

Tal intento conciliador<sup>122</sup> ignora, em nome de um *homem abstrato*, um ahistórico homem das presente e futura gerações, os homens de carne e ossos *realmente existentes* e suas relações sociais erigidas a partir do processo de produção de sua existência. Consequentemente, as dimensões político-ideológicas, portanto conflituosas<sup>123</sup>, da questão ambiental são olvidadas, ao menos na arena na qual se colocam os mais poderosos agentes do

---

<sup>121</sup> Sobre o efeito conciliador do discurso da sustentabilidade/desenvolvimento sustentável, Lima (2003, p. 104) afirma: “Esse campo comum e genérico da sustentabilidade permitiu aproximar capitalistas e socialistas, conservacionistas e ecologistas, antropocêntricos e biocêntricos, empresários e ambientalistas, ongs, movimentos sociais e agências governamentais”. Leff (2001, p. 152), por seu turno: “*Sin embargo, la Comisión Bruntland busca un terreno común donde plantear una política de consenso capaz de disolver las diferentes visiones e intereses de países, pueblos y clases sociales que plasman el campo conflictivo del desarrollo sostenible*”. Gavard (2009, p. 26) aponta que o conceito de desenvolvimento sustentável “a partir do final da década de oitenta, realizou a façanha de conseguir conciliar pontos de vista antagônicos sob sua égide sendo evocado pelos atores envolvidos na discussão dos problemas ambientais (e mesmo sendo adotado por atores em contextos diversos) como uma forma de *deus ex machina* para a resolução destes”.

<sup>122</sup> Este pode ser percebido na forma pela qual a Comissão é apresentada no prefácio do Relatório. Em primeiro lugar, porque ela foi composta por pessoas de todas as “categorias sociais” (CMMAD, 1991) e é a estas pessoas de *todas* categorias sociais que tal Relatório se dirige. Também aos governos, individualmente ou coligados em torno da Assembleia Geral das Nações Unidas; assim como as empresas privadas, independente de sua dimensão, aos jovens etc.

<sup>123</sup> “isso se deve ao fato de que a questão da sustentabilidade coloca no centro do debate interesses de natureza geral e não aqueles específicos de grupos ou classes sociais. Isso escamoteia a assimetria de poder no âmbito da sociedade. Tal invisibilidade é agudizada, entre outros fatores, pela forma de traduzir a questão da crise ambiental como sendo a vida ou a morte da humanidade. Essa forma – radical, distante e abstrata de abordar a problemática ambiental – conduz para que a assimetria de poderes se torne secundária” (NASCIMENTO, 2012, p. 56).

capital, assim como são eliminadas as responsabilidades diferenciadas em torno da degradação ambiental, já que o futuro seria *comum e todos* carregam uma parcela de *responsabilidade* (FREITAS, NÉLSIS, NUNES, 2012), independente do *quatum* de uso de recursos utilizados, assim como dos índices de produção de detritos e poluição podem ser produzidos: seja um indivíduo que não fecha a sua torneira enquanto escova seus dentes pela manhã, seja o pólo siderúrgico que, em um único dia de funcionamento, consumiria o equivalente à toda população de São Luís em um ano inteiro, conforme já apontado, as responsabilidades seriam *iguais*. Esta é, conforme Loureiro e Layrargues (2013), uma característica de uma corrente conservadora do movimento ambientalista, hoje hegemônica, na perspectiva dos autores citados, a saber, a da *modernização ecológica*. Dentre outras características<sup>124</sup>, existe tal defesa de um espírito *democrático* da crise ambiental, pois “a humanidade como um todo, indistintamente, estaria igualmente sujeita aos efeitos nocivos da degradação ambiental planetária, independentemente de qualquer tipo de recorte social” (LOUREIRO, LAYRARGUES, 2013, p. 64).

O movimento por *justiça ambiental* nos mostra, ao contrário, que por trás de todos os discursos que pregam a igual responsabilidade de todos no que diz respeito ao meio ambiente, o propalado futuro comum que exigiria tal pacto em torno do desenvolvimento sustentável, esconde-se uma situação na qual uma parcela da população é prioritariamente atingida por desequilíbrios e danos ambientais, sendo, de tal forma, privada do direito a uma vida digna e a um meio ambiente equilibrado. Tal parcela, na sociedade de classes, é formada por trabalhadores, grupos étnicos discriminados, assim como outros segmentos sociais em situação de vulnerabilidade (LOUREIRO, LAYRARGUES, 2013). Compreendemos, portanto, que neste vórtice apaziguador que emana do conceito de desenvolvimento sustentável, se oculta o complexo quadro sócio-histórico que produziu a crise ambiental, da forma como esta está aqui sendo apresentada (LAYRARGUES, 1997), jogando-se para a esfera das intensões e condutas a possibilidade de qualquer alteração no estado de coisas.

Foladori (1999) nos alerta para o risco que incorremos ao tomamos estas perspectivas sobre a crise ambiental de forma acrítica e apressada. Para o autor, a gênese da crise

---

<sup>124</sup> Conforme Loureiro e Layrargues (2013, p. 64): a “corrente conservadora do pensamento ambientalista da ‘modernização ecológica’, atualmente hegemônica e que concebe: a) a natureza como composta apenas por recursos naturais (destituída de componentes socioculturais); b) a existência de problemas ambientais (e não de conflitos socioambientais); c) o enfrentamento de tais ‘problemas’ por meio de medidas administrativas e tecnológicas (e não por meio de processos políticos), uma vez que se considera tratar de desperdício ou escassez de recursos ambientais (e não do acesso e uso desigual dos bens ambientais)”.

ambiental está, em primeira instância, no tipo de relações sociais de produção existentes na sociabilidade alienada do capital. Em seu ponto de vista, há formas de compreensão<sup>125</sup> da crise ambiental que perdem de vista a *especificidade da vida humana*:

Para qualquer espécie, a relação com o seu meio ambiente é basicamente a que ela estabelece em bloco com o meio abiótico e com o resto das espécies vivas, como uma interdependência dinâmica. Com a espécie humana o mesmo não ocorre. *Uma sociedade humana não estabelece relações com o seu entorno na forma de bloco, mas sim por grupos e classes sociais, e de maneira desigual.* No resto das espécies vivas, as diferenças individuais não se acumulam para formar classes distintas. Cada geração deve começar do zero. Pelo contrário, os seres humanos acumulam a informação extra-corporal em instrumentos, utensílios, espaços construídos etc. *Mas esta acumulação não é da sociedade como um todo, mas de cada classe social que transmite às gerações seguintes aquilo que logrou [...]* Para a espécie humana, então, o ambiente não é só a interrelação com o meio abiótico e o resto dos seres vivos, como acontece com as outras espécies vivas. Existem ambientes diferentes para cada classe social, constituídos em primeiro lugar pelas restrições impostas pelas outras classes sociais da mesma espécie humana; só a partir destes condicionantes é que se estabelecem os relacionamentos com os outros seres vivos e o material abiótico (FOLADORI, 1999, p. 31-32. Grifos nossos).

Ou seja, se tomarmos a questão ambiental a partir de uma ótica que ignore as divisões de classe existentes na sociabilidade capitalista, assim como as *responsabilidades diferenciadas* em relação à produção de impactos sobre o meio ambiente, estaremos cada vez mais distantes de qualquer solução *real* para o problema, limitando-nos às proposições genéricas cujas críticas estamos aqui levantando a partir da contribuição de alguns autores. Em outros termos, Foladori (2001) afirma que as sociedades humanas são parte da natureza e as formas de sua relação com seu entorno estão atravessadas por elementos formativos destas sociabilidades: deve-se considerar as contradições, interdições, relações de desigualdade e poder. Deve-se ressaltar, então, que estamos diante de uma questão perpassada pela própria dinâmica metabólica de reprodução do mundo alienado do capital. Diz Foladori (2001, p. 102. Grifo do autor): “os problemas ambientais da sociedade humana surgem como resultado da sua organização econômica e social e (...) qualquer problema aparentemente externo se

<sup>125</sup> Foladori (1999) recorre à ecologia para dar duas definições de crise ambiental que são, de forma recorrente, transpostas para as sociedades humanas por muitos especialistas e comentaristas da questão ambiental. São elas: a) “Qualquer espécie extrai recursos do meio e gera dejetos. Quando a extração de recursos ou a geração de dejetos é maior do que a capacidade do ecossistema de reproduzi-los ou reciclá-los, estamos frente à depredação e/ou poluição, as duas manifestações de uma crise ambiental” (FOLADORI, 1999, p. 31); b) “[...] qualquer ecossistema tem uma certa capacidade de carga de uma espécie. Isto é, ele pode manter e reproduzir certo número de indivíduos. Quando a população cresce demais, rompendo o equilíbrio dinâmico do sistema, se produz uma crise ambiental” (FOLADORI, 1999, p. 31). Em sua perspectiva, as conclusões – equivocadas, em seu ponto de vista – que se desdobram a partir destas definições: “Alguns autores [assinalam] que se a sociedade humana produz além de um certo nível, corre o risco de sobrecarregar o ecossistema e ir-se a pique. Ou falam da produção ilimitada da sociedade industrial em direta oposição aos recursos materiais finitos do planeta Terra, fazendo menção explícita à depredação e poluição da natureza” (FOLADORI, 1999, p. 31).

apresenta, *primeiro*, como um conflito no interior da sociedade humana”.

Portanto, é a partir da crítica a tal dinâmica que, seguindo os caminhos propostos pelos autores ao qual recorreremos, deve-se prosseguir para um processo mais coerente de enfrentamento do problema posto.

Entre as críticas feitas ao desenvolvimento sustentável, pode-se elencar o caráter ambíguo emanado da própria definição proposta pela Comissão Brundtland para o desenvolvimento sustentável. Neste sentido, Lima (2003, p. 105) pondera que o conceito

permite uma pluralidade de leituras que oscilam, desde um sentido avançado de desenvolvimento, associado à justiça socioambiental e renovação ética, até uma perspectiva conservadora de crescimento econômico ao qual se acrescentou uma variável ecológica.

Tal caráter deliberadamente ambíguo, na leitura de Nobre (1999, p.138), contudo, não se constitui enquanto uma fraqueza do conceito, mas sim, como sua *força*:

Neste sentido, as 'contradições' e 'imprecisões' [...] não constituem a fraqueza, mas a força do conceito. Isto quer dizer também que o conceito de DS é, de saída, vazio; tem por pressuposto uma única idéia fundamental, uma idéia que delimita a arena no interior da qual aqueles que aceitam os seus termos travarão a disputa política em torno do sentido que deverá assumir o próprio conceito. Esta idéia é: desenvolvimento [...] e meio ambiente [...] não são contraditórios.

O conceito de desenvolvimento sustentável avança mais, em certo sentido – na visão de Nobre (1999) – do que tentativas anteriores de *institucionalizar* conceitos que objetivaram tornarem-se uma orientação *global* diante da problemática ambiental, como o ecodesenvolvimento, por exemplo, ao permitir tal mobilidade na arena de disputas internacionais em volta da problemática.

Araújo (2010) e Gavard (2009), ao abordarem o conceito, contextualizam a década de 1980. Esta década ainda procurava o conceito de desenvolvimento que fosse mais adequado às necessidades de então. Foi o período em que o ideário neoliberal alcançou sua hegemonia a partir do desmantelamento do *welfare state* e do chamado Estado de Bem-Estar Social. Leff (2001) aponta que se a partir na década de 1970, com Limites do Crescimento e seu tom pessimista e apocalíptico, falou-se no ato de frear o crescimento econômico antes que fosse demasiado tarde para a própria continuidade da vida humana neste planeta. Na década de 1990, já sob a égide do pensamento neoliberal, tal contradição entre crescimento econômico e meio ambiente se desfaz<sup>126</sup>. A confiança nos resultados obtidos pela economia estadunidense

<sup>126</sup> Conforme Layrargues (1997, p. 01): “Ao contrário do que ocorreu na origem do ambientalismo, o objeto de

na Era Reagan produziu a crença de que o mercado *livre* poderia ser, por excelência, a arena de resolução de problemas sociais, dentre eles, o problema ambiental (GAVARD, 2009). Oliveira (2007) também produz reflexões em torno desta articulação entre desenvolvimento sustentável e neoliberalismo. Segundo ele, a Eco-92<sup>127</sup>, em sua leiura um ato cênico cujas ações dos atores já estavam previamente ensaiadas, foi uma arena montada simplesmente para apresentar ao mundo o resultado de um acordo produzido em outro lugar, num outro momento: na verdade, o Desenvolvimento Sustentável enquanto paradigma mundial para um, suposto, enfrentamento da crise ambiental foi proclamado em 1989 na conferência do G7. O hoje chamado Consenso de Washington<sup>128</sup>, neste mesmo ano convocado pelo Instituto de Economia Internacional e que reuniu funcionários do governo estadunidense, órgãos como o FMI e o Banco Mundial, assim como economistas latinos, o qual buscava avaliar as reformas econômicas dos países da América do Sul e ratificar a agenda neoliberal, não por coincidência, é citado por Oliveira (2007) na descrição do quadro societário que engendrou a aceitação mais ampla do conceito de desenvolvimento sustentável.

Na perspectiva de Layrargues (1997) e Montibeller Filho (1993), há semelhanças entre os conceitos de desenvolvimento sustentável e ecodesenvolvimento. Ambos pautam-se na necessidade de garantia do futuro das gerações vindouras, ou seja, uma visão de longo prazo, assim como ambos promulgam a necessidade e não se ater exclusivamente a critérios econômicos (economicismo) em detrimento de aspectos ambientais nas tomadas de decisões; ambos, em suma, propugnam a necessidade de uma sociedade ecologicamente sustentável. Daí, para muitos, os conceitos podem ser tomados como sinônimos, ou ainda, que desenvolvimento sustentável é uma elaboração superior do conceito de ecodesenvolvimento, aponta Layrargues (1997).

---

escolha do pensamento ecológico atualmente não se situa mais entre desenvolvimento ou proteção do meio ambiente. A escolha se coloca precisamente entre que tipo de desenvolvimento se deseja implementar de agora em diante, uma vez que, após a criação das tecnologias limpas – a nova vantagem competitiva no mercado –, desenvolvimento e meio ambiente deixaram de ser considerados como duas realidades antagônicas, e passaram a ser complementares”.

<sup>127</sup> Prosseguindo com seu argumento, Oliveira (2007, p. 04. Grifos nossos) afirma que na Eco-92, “o objetivo foi criar a aparência de um debate amplo e democrático, entre todos os participantes de praticamente todas as nações do mundo, sobre as possíveis soluções para os grandes problemas ambientais. Mas, ao contrário desta aparência dialógica, a ECO-92 foi verdadeiramente o palco escolhido para a aclamação do Desenvolvimento Sustentável enquanto mecanismo de transformação dos problemas ambientais em lucros crescentes. *Os eventos paralelos, que reuniram ONG's, movimentos sociais e ativistas políticos, foram tratados de maneira geral pela mídia como um prolongamento festivo do evento.* A agenda internacional já estava planejada, e faltava a cooptação universal dos países periféricos e dos próprios movimentos de questionamento”.

<sup>128</sup> "uma estratégia (...) baseada na desregulação dos mercados, no crescimento com poupança externa, em altas taxas de juros e em taxas de câmbio sobrevalorizadas" (BRESSER-PEREIRA, s.d, p.27)

Contudo, há diferenças importantes e que não podem ser ignoradas. O conceito de desenvolvimento sustentável, aponta Layrargues (1997), pauta-se na ampliação do nível de consumo como elemento eliminador da pobreza. Neste sentido, o desenvolvimento sustentável diferencia-se do ecodesenvolvimento, pois este último em vez de defender a ampliação dos níveis de consumo<sup>129</sup> dos países não “desenvolvidos” até que tal nível se iguale ao dos países desenvolvidos (os quais deveriam continuar a crescer<sup>130</sup>), aponta para uma equalização no consumo entre estes países, o que, em última instância, representa uma diminuição do consumo nos países “desenvolvidos” (LAYRARGUES, 1997). Além disto, a postura mais reservada e cautelosa que se desdobra da proposta do ecodesenvolvimento em relação à tecnologia, assim como seu estímulo ao desenvolvimento de tecnologias endógenas, é contrastada com o decreto de fé que o desenvolvimento sustentável faz diante da tecnologia<sup>131</sup> e da transferência desta rumo aos países não “desenvolvidos” (LAYRARGUES, 1997). Por fim, Layrargues (1997) aponta que enquanto o ecodesenvolvimento propõe limites ao mercado, o desenvolvimento sustentável aponta que a ampliação dos mercados é fator propiciador de sustentabilidade.

Lima (2003, p. 102. Grifos nossos) também aponta diferenças entre os conceitos:

A Comissão Brundtland, por sua vez, embora apoiada em muitas das idéias apontadas por Sachs, chegou a um resultado qualitativamente diferente, *ao esvaziar o conteúdo emancipador do Ecodesenvolvimento*, que representava, talvez, sua marca mais inovadora. Assim, embora alguns elementos da síntese de Sachs permanecessem constantes, como a idéia de articular crescimento econômico, preservação ambiental e equidade social, as prioridades e os arranjos resultaram bem diversos. *Ao contrário do Ecodesenvolvimento, a Comissão ressaltava uma ênfase econômica e tecnológica e uma tônica conciliadora que tendia a despolitizar a proposta de Sachs.*

Tal despolitização oriunda do silenciamento de pontos mais candentes<sup>132</sup> que se

<sup>129</sup> Na leitura de Brüseke (1994), o relatório é omissivo no que diz respeito aos limites máximos de consumo.

<sup>130</sup> “O Relatório Brundtland quer crescimento tanto nos países não industrializados quanto nos países industrializados. Além do mais, ele torna a superação do subdesenvolvimento no hemisfério sul dependente do crescimento contínuo nos países industrializados” (BRÜSEKE, 1994, p.17).

<sup>131</sup> Nascimento (2012, p. 55. Grifos nossos) “[A dimensão] a econômica, supõe o aumento da eficiência da produção e do consumo com economia crescente de recursos naturais, com destaque para recursos permissivos como as fontes fósseis de energia e os recursos delicados e mal distribuídos, como a água e os minerais. *Trata-se daquilo que alguns denominam como ecoeficiência, que supõe uma contínua inovação tecnológica que nos leve a sair do ciclo fóssil de energia* (carvão, petróleo e gás) e a ampliar a desmaterialização da economia”.

<sup>132</sup> Brüseke (1994, p. 15): “A teoria do ecodesenvolvimento referiu-se inicialmente às regiões rurais da África, Ásia e América Latina; ela ganhou cada vez mais uma visão das inter-relações globais entre subdesenvolvimento e superdesenvolvimento. Uma crítica da sociedade industrial e conseqüentemente uma crítica da modernização industrial como método do desenvolvimento das regiões periféricas viraram parte integrante da concepção do



desdobram do conceito de ecodesenvolvimento, articulada com o tom conciliador da proposta de desenvolvimento sustentável, tendo em consideração o contexto sócio-político e econômico de seu ambiente de surgimento, não é algo misterioso. O ecodesenvolvimento, com seus pontos mais avançados e de certo poderio crítico, acabou abandonado (MELLO E SOUZA, 2000) por não conseguir se mostrar atraente às forças dominantes inseridas na problemática (FREITAS, NÉLSIS, NUNES, 2012) e por não conseguir romper as trincheiras nas quais se colocavam os posicionamentos no debate (GAVARD, 2009). O conceito de desenvolvimento sustentável, por seu turno, mostrou-se capaz de ser incorporado à dinâmica econômica e política representada pelo neoliberalismo que triunfava. O capitalismo não estava mais sendo duramente questionado, mas sim, mostrado como sendo passível de melhoramento:

*A conclusão mais plausível é que [...] as forças do mercado – sob pressão da nova realidade ecológica e da necessidade de assumir uma nova postura, desponta sob uma nova roupagem, sem que tenha sido necessário modificar sua estrutura de funcionamento. O mecanismo cujo funcionamento é dependente da lógica do mercado, sequer foi abalado, ou melhor, saiu até mais fortalecido. O desenvolvimento sustentável assume claramente a postura de um projeto ecológico neoliberal, que sob o signo da reforma, produz a ilusão de vivermos um tempo de mudanças, na aparente certeza de se tratar de um processo gradual que desembocará na sustentabilidade socioambiental (LAYRARGUES, 1997, p. 07. Grifos nossos).*

Neste mesmo caminho aponta Sorrentino et al. (2005, p. 289):

*Atualmente, o conceito de desenvolvimento sustentável indica claramente o tratamento dado à natureza como um recurso ou matéria-prima destinado aos objetivos de mercado cujo acesso é priorizado a parcelas da sociedade que detém o controle do capital. Este paradigma mantém o padrão de desenvolvimento que produz desigualdades na distribuição e no acesso a esses recursos, produzindo a pobreza e a falta de identidade cidadã.*

Podemos afirmar, neste sentido, que o que se dissolve com o conceito de desenvolvimento sustentável não é o perigo oriundo dos processos de degradação ambiental, mas sim, os obstáculos que impediam o modo de reprodução sociometabólico capitalista de se adaptar às novas exigências da contemporaneidade a respeito do meio ambiente. Nas palavras de Carvalho (2002, p. 88):

O próprio conceito de DS é um exemplo disto, trazendo em sua origem o projeto de

---

ecodesenvolvimento”. Tal despolitização atua “como se contradições e conflitos de interesse não existissem mais. Como se a política não fosse necessária no processo de mudanças. Como se as formas de exploração violenta não fossem mais importantes, e a equidade social fosse construída por um simples diálogo entre organizações governamentais e multilaterais, com assessoria da sociedade civil e participação ativa do empresariado” (NASCIMENTO, 2012, p. 56).

conciliar a sustentabilidade ambiental com o crescimento econômico, sem rupturas com a ideologia do desenvolvimento. Esta noção de sustentabilidade significa o fortalecimento do modelo de desenvolvimento, na medida em que o moderniza e busca atenuar sua face predatória tornando-o mais palatável através de uma certa "ambientalização".

Conforme Freitas, Niélsis e Nunes (2012, p. 48. Grifos nossos):

Os objetivos do capitalismo, metamorfoseado em verde e humanizado, seriam a tentativa de *naturalizá-lo como único sistema econômico possível* e minimizar as críticas de cunho social e ecológico contrárias a ele, além de explorar o marketing dos produtos, serviços e selos verdes da falácia da responsabilidade socioambiental, promovendo a lucratividade das empresas pela imagem.

Tal busca pela naturalização do modo de produção hoje hegemônico como a possibilidade de superação da crise ambiental, após o desmoronamento da experiência pós-capitalista<sup>133</sup> do leste europeu/restauração capitalista e a entronização do ideário neoliberal, com os decretos variados de todos os fins<sup>134</sup> (da história, ideologias etc.) demonstra que o desenvolvimento sustentável pode ser inserido no processo de perpetuação ideológica do capitalismo, o qual não está descolado de sua reprodução material, certamente. Este processo de naturalização, hodiernamente, passa pela afirmação – a qual cumpre um ressaltado papel ideológico – de que o fim da experiência soviética seria, portanto, a prova incontestada

<sup>133</sup> O sociólogo Ricardo Antunes (2002, p. 142-143. Grifos nossos) vale-se desta expressão para designar a experiência histórica iniciada com a Revolução Russa: “O colapso vivenciado em 1989 não significou o fim do socialismo mas, isto sim, a derrocada de uma tentativa, iniciada em 1917, com a Revolução Russa, mas que foi, pouco a pouco, sendo minada e subordinada à lógica histórico-mundial do capital. Uma revolução singular, que contava com sua expansão para o Ocidente para que pudesse sobreviver, viu tolhido este caminho, restando-lhe a expansão para o Oriente, para os países atrasados, de origem colonial. Apesar de seus traços internos anticapitalistas, como a eliminação da propriedade privada, do lucro e da mais-valia acumulados privadamente, a lógica mundializada do capital (e do mercado), acabaram por sufocar estes países pós-capitalistas que viveram (ou vivem) a partir de 1989, com a URSS a frente, um processo de regressão ao capitalismo.[...] *Embora rompessem internamente com elementos do capitalismo, os países do Leste mostraram-se incapazes de romper com a lógica do capital*. Resultado: países dotados de insuficiente desenvolvimento das forças produtivas, apesar de configurarem-se internamente como pós-capitalistas, foram pouco a pouco sendo tolhidos e incorporados pela lógica do capital mundializado. De modo que a tentativa de transição intentada para o socialismo não foi capaz de romper a lógica do capital constituindo-se em sociedades híbridas, nem capitalistas nem socialistas - assemelhando-se neste particular a outros momentos de transição experimentados pela história - e que, no presente, vivenciam uma nítida regressão ao capitalismo”.

<sup>134</sup> Conforme Loureiro e Layrargues (2013, p. 57): “Nos últimos trinta anos, houve um movimento de liberalização da economia, de flexibilização do trabalho e de reorganização do Estado para garantir a continuidade do modelo de expansão e acumulação do capital, que se reflete na possibilidade de o ambiente servir a interesses públicos em uma sociedade marcada pelo poder do interesse privado. As ações envolvem, entre outras medidas, redução dos gastos públicos, abertura das economias ao capital estrangeiro e privatização das empresas e serviços públicos. Nesse movimento das relações econômicas e da organização do Estado, há toda uma argumentação ideologicamente construída que afirma termos chegado ao fim das ideologias, da centralidade do trabalho, das classes sociais, dos conflitos e da importância do Estado na promoção de políticas sociais. Apresenta-se, para tanto, a justificativa de que, com o avanço dos serviços, do empreendedorismo, da tecnologia e da ciência, a relação assalariada perdeu espaço, e as formas de organização dos trabalhadores entraram em colapso. Confunde-se assim trabalho com emprego e ‘esquece-se’ que os mecanismos criados não geraram trabalho livre e sim maior subordinação aos movimentos de reprodução e valorização do capital”.

inevitabilidade do capitalismo e, conseqüentemente, a demonstração da inviabilidade da construção de qualquer outra forma de sociabilidade e de emancipação (FRIGOTTO, 2014) humana, nos termos marxianos (MARX, 2004). O capitalismo, única alternativa societária possível, de acordo com os que afirmam sua *vitória final*<sup>135</sup>, outrora posto em dúvida – lembremos novamente do debate sobre a questão ambiental, em seus termos mais ácidos oriundos dos anos 1970 –, agora é capaz de melhorar e, sem rupturas radicais, solucionar a crise ambiental através da persecução do desenvolvimento sustentável e das *reformas* que fossem necessárias.

Num momento histórico em que é mais fácil imaginar a destruição completa da Terra e da natureza do que a superação do capitalismo (JAMESON, 1997 *apud* FRIGOTTO, 2014) em direção a uma forma de sociabilidade *qualitativamente superior* – o que é uma *possibilidade ontológica*, mas nunca uma *inevitabilidade* ou mesmo viabilidade prática imediata, conforme nos aponta as oportunas reflexões de Lessa (2015) –, a crítica ao desenvolvimento sustentável deve ser ela própria uma crítica ao modo de produção capitalista e ao *capital*, pois esta é uma ordem social verdadeiramente *insustentável* (MESZÁRÓS, 2008). Conforme indicações de Frigotto (2014, p. 65-66. Grifos nossos), o tempo presente impõe uma tarefa incontornável:

A tarefa teórica de revelar que o capital é hoje *uma relação social que esgotou a sua fraca dimensão civilizatória e se reduz à barbárie* – força bruta, impiedosa, fria e destrutiva de direitos e mutiladora de vidas humanas sob as mais diferentes formas – assume mais do que nunca um sentido ético político.

Contudo, não se está aqui produzindo as promessas de um brilhante futuro vindouro. Neste ponto, a contribuição de Loureiro e Layrargues (2013, p. 59) é de grande auxílio para demarcação de posições:

Isso não significa dizer que com um hipotético fim do capitalismo os problemas ambientais estarão imediatamente resolvidos. Problemas são questões que nos colocamos diante de certas condições, relações, apropriações e usos, e se vinculam à capacidade linguística de significar, representar, fazer juízo de valor (senso ético). Assim, desde que formamos as primeiras comunidades, fazemos questionamentos sobre o sentido de nossa existência, sobre o que somos e o que fazemos, se isso é bom ou ruim etc., e isso permanecerá em qualquer sociedade. O que se pode afirmar é que os problemas ambientais, foco do presente ensaio, configuram-se no capitalismo em determinadas formas que não equivalem ao que foi anteriormente e nem ao que virá. E essas formas precisam ser enfrentadas concretamente, e não como fatores descolados das relações complexas e materiais que as constituem.

---

<sup>135</sup>“O sistema do capital tem um caráter eminentemente histórico. No entanto, suas ‘personificações’ recusam-se a admiti-lo, no interesse de eternizar a vigência de seu modo de controle sócio reprodutivo, apesar de todos os seus perigos hoje demasiadamente óbvios, mesmo com respeito à destruição da natureza e às inegáveis implicações dessa destruição para a própria sobrevivência humana” (MESZÁRÓS, 2008, p. 18).

O espírito que orienta as linhas aqui escritas está alinhado ao entendimento desta tarefa.

### 3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM BALANÇO HISTÓRICO NO BRASIL E NO MUNDO

Ramos (1996) aponta que existiram propostas de EA<sup>136</sup> como projeto educativo antes da década de 1970, compreendida enquanto ponto de intensificação das discussões em torno do meio ambiente e das ameaças direcionadas a ele. Contudo, por ser o primeiro pronunciamento oficial sobre a necessidade de EA em escala planetária, é possível afirmar que é a partir da Conferência de Estocolmo que a temática da EA começa a ser incorporada à educação formal por ser “considerada capaz de *transformar os cidadãos* para construir uma sociedade mais justa e equitativa em que se respeitasse o ambiente natural e social” (KÖB-NOGUEIRA; GONZALEZ, 2014, p. 48. Grifos nossos). Pedrini (2000, p. 26) tem a mesma leitura ao afirmar que pela primeira vez a “EA foi reconhecida como essencial para solucionar a crise ambiental internacional”.

Ainda neste sentido, Barbieri e Silva (2011, p. 55) apontam que uma das perspectivas defendidas em Estocolmo foi a necessidade de “implantar [uma] EA de caráter interdisciplinar com o objetivo de preparar o ser humano para viver em harmonia com o meio ambiente”. O princípio 19 deste documento aponta que:

É indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, visando tanto às gerações jovens como os adultos, dispensando a devida atenção ao setor das populações menos privilegiadas, para assentar as bases de uma opinião pública, bem informada e de uma conduta responsável dos indivíduos, das empresas e das comunidades, inspirada no sentido de sua responsabilidade, relativamente à proteção e melhoramento do meio ambiente, em toda a sua dimensão humana.

Para Loureiro (2004, p. 61), este princípio ressaltou “a importância de se trabalhar a vinculação entre ambiente e educação, iniciando uma discussão específica de caráter mundial que a colocou no status de assunto oficial para a ONU e em projeção mundial”.

Em Estocolmo, foi estabelecido um programa internacional de educação que deveria ser multidisciplinar; além disto, deveria abarcar tanto o âmbito da educação formal, ou escolar, e o não formal. Nesta perspectiva, este tipo de educação deveria ser levado especialmente ao cidadão comum, para *transformá-lo*, seja ele morador de áreas rural ou urbana, para lhes ensinar como, dentro de suas possibilidades, intervir no meio ambiente (RAMOS, 1996).

As discussões sobre EA, como percebemos a partir do exposto, estão inseridas neste processo de debates e encontros internacionais que buscaram se debruçar sobre, dentre outros

---

<sup>136</sup> Segundo Loureiro (2004) e Dias (2004), o termo educação ambiental foi usado pela primeira vez num evento de educação promovido pela Universidade de Keele, no Reino Unido, em 1965.

temas, a chamada crise ambiental contemporânea (KÖB-NOGUEIRA; GONZALEZ, 2014; BEZERRA, s/d.), processo este que ficou conhecido como o *Ciclo Social de Conferências da ONU*<sup>137</sup>, iniciado em 1972, o qual trouxe à agenda pública mundial problemas relacionados ao paradigma civilizacional até agora hegemônico. Cascino (1999), neste mesmo sentido, aponta que em todo o percurso histórico de consolidação da *questão ambiental*, sempre esteve presente nos encontros a preocupação com o processo educacional e seus pressupostos tendo em vista as novas questões que foram postas na agenda internacional.

Para cumprir os objetivos postos em Estocolmo sobre a EA, PNUMA e UNESCO criaram em conjunto o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) (LOUREIRO, 2004; PNUMA, 1977). Este programa objetivava promover a troca de experiências, assim como ideias e informações, sobre EA entre os países no mundo, além de fomentar o desenvolvimento de atividades de pesquisa que pudessem instrumentalizar adequadamente as experiências de EA, através do desenvolvimento de materiais didáticos, programas de ensino, treinamento para educadores ambientais, etc. (BARBIERI, SILVA, 2011; WOJCIECHOWSKI, 2006, p. 16 *apud* KÖB-NOGUEIRA; GONZALEZ, 2014; PNUMA, 1977). Pereira (2011, p. 30), afirma que o “PIEA define que a educação ambiental deve ser continuada, multidisciplinar, integrada as diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais”. Como resultado, a educação ambiental torna-se um campo reconhecido internacionalmente (LOUREIRO, 2004).

Uma das primeiras ações do PIEA foi realizar, entre 13 e 22 de outubro do ano de 1975, o *Encontro Internacional em Educação Ambiental*, ou ainda, Encontro de Belgrado, na antiga Iugoslávia (BARBIERI, SILVA, 2011) com a meta geral de “dar forma a un marco mundial para el desarrollo de la educación ambiental en todas las edades, dentro y fuera del sistema escolar formal” (PNUMA, 1977, p. 05). Enquanto objetivos, o Encontro buscou: a) examinar e discutir tendências e questões mais novas que envolvem a educação ambiental b) formular e discutir direções, além de fornecer recomendações para a promoção da educação ambiental em nível internacional (PNUMA, 1977).

Ainda que se leve em considerações as críticas<sup>138</sup> levantadas, segundo Pereira (2011,

---

<sup>137</sup> “O chamado Ciclo Social da ONU compreende as diferentes conferências internacionais sobre temas sociais (meio ambiente, habitação, gênero, desenvolvimento social entre outros) promovidas pelas Nações Unidas entre os anos 70 e 90” (SCOTTO, CARVALHO, GUIMARÃES, 2007, p. 20). Segundo Tristão (2008), estas conferências internacionais buscavam soluções para o desenvolvimento das sociedades aliando-o ao respeito ao meio ambiente.

<sup>138</sup> “A falta de proposições concretas e uma visão pouco realística foram as críticas mais frequentes à Carta de Belgrado” (BARBIERI, SILVA, 2011, p. 55).

p. 30), este evento se tornou um marco importante na história da EA, pois “os princípios, conceitos, objetivos, finalidades da EA, assim como, as estratégias para a sua implantação no plano nacional e internacional foram definidos nesta conferência”. Deste evento resultou a chamada *Carta de Belgrado: Uma estrutura global para a educação ambiental*, produzida por estudiosos e especialistas de 65 países, o primeiro documento oficial dedicado integralmente à EA (RAMOS, 1996; PEDRINI, 2000), a qual preconizava uma nova ética mundial, reconhecendo os impactos ambientais e sociais que o *crescimento e progresso tecnológico* acarretaram ao mundo<sup>139</sup>. Esta nova ética estaria relacionada com uma reforma nos sistemas educacionais. De acordo com a carta:

Os governos e formuladores de políticas podem ordenar mudanças e novos enfoques para o desenvolvimento, podem começar a melhorar as condições de convívio no mundo, mas tudo isso não deixa de ser solução de curto prazo, a menos que a juventude mundial receba *um novo tipo de educação*. Isso vai requerer a instauração de novas e produtivas relações entre estudantes e professores, entre escolas e comunidades, e ainda entre o sistema educativo e a sociedade em geral (PIEA, 1975, p. 02).

A carta define como meta da EA:

Formar uma população mundial consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas associados, e que tenha conhecimento, aptidão, atitude, motivação e compromisso para trabalhar individual e coletivamente na busca de soluções para os problemas existentes e para prevenir novos (PIEA, 1975, p. 02).

Como objetivos da EA, a carta aponta que estes seriam:

*Tomada de consciência.* Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir maior sensibilidade e consciência do meio ambiente em geral e dos problemas. *Conhecimentos.* Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir uma compreensão básica do meio ambiente em sua totalidade, dos problemas associados e da presença e função da humanidade neles, o que necessita uma responsabilidade crítica. *Atitudes.* Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir valores sociais e um profundo interesse pelo meio ambiente que os impulse a participar ativamente na sua proteção e melhoria. *Aptidões.* Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a adquirir as aptidões necessárias para resolver os problemas ambientais. *Capacidade de avaliação.* Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a avaliar as medidas e os programas de educação ambiental em função dos fatores ecológicos, políticos, sociais, estéticos e educativos. *Participação.* Ajudar às pessoas e aos grupos sociais a desenvolver seu sentido de responsabilidade e a tomar consciência da urgente necessidade de prestar atenção aos problemas ambientais, para assegurar que sejam adotadas medidas adequadas (ONU, 1975, p. 02-03. Grifos do autor).

Na leitura de Ramos (1996, p. 20):

No plano metodológico, a educação ambiental é [...] encarada segundo uma perspectiva de equacionamento dos problemas locais e regionais, de forma a

<sup>139</sup> “Nossa geração foi testemunha de um crescimento e de um progresso tecnológico sem precedentes, que mesmo quando aportou benefícios a muitas pessoas, provocou ao mesmo tempo graves conseqüências sociais e ambientais. Aumenta a desigualdade entre ricos e pobres, entre as nações e dentro delas; e existem evidências de uma crescente degradação ambiental, sob diferentes formas, em escala mundial” (PIEA, 1975, p. 01).

estimular o espírito crítico e facilitar uma crescente tomada de consciência dos mecanismos que estão em jogo nas situações problemáticas que afetam a vida, a fim de despertar o sentido de participação e a vontade de intervenção.

Para Loureiro (2004, p. 70), avaliando o evento em geral:

o grande mérito deste seminário, apesar de resvalar em certo economicismo liberal, foi reforçar a necessidade de uma nova ética global e ecológica, vinculada aos processos de erradicação de problemas como fome, miséria, analfabetismo, poluição, degradação dos bens naturais e exploração humana, por meio de um novo modelo de desenvolvimento e do entendimento de que tais problemas estão estruturalmente relacionados. Para isso, enfatizou-se a Educação Ambiental como processo educativo amplo, formal ou não, abarcando as dimensões políticas, culturais e sociais, capaz gerar novos valores, atitudes e habilidades compatíveis com a sustentabilidade da vida no planeta.

Em suma, a EA, as ações resultantes deste documento, deveriam fomentar nas consciências individuais e grupais uma maior *sensibilidade* e capacidade de perceber o ambiente e os problemas de uma forma diferenciada, integrando diversos aspectos. Produzir um *interesse* pelo meio ambiente, aptidões que municiariam as pessoas para a resolução de problemas ambientais, etc., seja no âmbito formal, seja no âmbito não-formal<sup>140</sup>. Trata-se de uma *responsabilidade ambiental individual* (DIAS, 2004). Em resumo:

a meta básica da ação ambiental seria melhorar todas as relações ecológicas, incluindo as relações do ser humano entre si e com os demais elementos da natureza, bem como desenvolver uma população mundial consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas associados a ele, com conhecimento, habilidade, motivação, atitude e compromisso para atuar de forma individual e coletiva na busca por soluções para os problemas atuais e para a prevenção de novos problemas (BARBIERI, SILVA, 2011, p. 55).

Mello e Souza (2000, p. 27), por seu turno, aponta críticas à Carta de Belgrado:

Sua receita reflete seu pioneirismo temeroso e seu amadorismo lacunoso; reflete, acima de tudo, a ânsia de se buscar uma solução negociada, escapando, por isso mesmo, de analisar as forças que alimentavam o fogacéu ensandecido do problema ecológico. [...] A nosso ver, só teve o mérito de reunir as boas intenções dos participantes. E de chamar atenção para o tema.

A supracitada fala encontra respaldo nas oito diretrizes básicas dos programas de educação ambiental que estão presentes na carta, pois ainda que existam pontos certamente de avanço, estas acabam por ter uma conotação exageradamente genérica e superficial por pressuporem que, na resolução do que a carta chama de problemas ambientais, disparidades oriundas da própria conformação societária hoje hegemônica seriam facilmente transpostas, idilicamente, em nome de um *espírito de cooperação*, o qual deveria ser alimentado pela educação ambiental. As diretrizes são: a) a primeira diz respeito à necessidade de se

<sup>140</sup> Como destinatários da Carta, o documento aponta que estes seriam o setor da educação formal (alunos de todos os níveis de ensino, assim como professores outros profissionais atuantes neste processo) e o setor da educação não-formal (individualmente ou coletivamente, jovens e adultos, de todos os segmentos da população).



compreender o meio ambiente em sua totalidade, incluindo-se as criações humanas, assim como os aspectos ecológicos, econômicos, tecnológicos, sociais, legislativos, culturais e estéticos; b) o segundo aspecto afirma a necessidade da educação ambiental ser um processo contínuo e permanente, que esteja, desta forma, para além das escolas; c) a EA tem um aspecto interdisciplinar enquanto método; d) deve incentivar e proporcionar a ativa participação das pessoas na resolução dos chamados problemas ambientais; e) deve ter um cunho global, mas que seja atenta às características regionais; f) deve abordar as condições de agora e do futuro; g) o desenvolvimento deve ser examinado por ela a partir do ponto de vista ambiental; h) deve promover a cooperação, em todos os níveis, tendo em vista a solução dos problemas.

Em 1976 foi realizada em Chosica, Peru, a *Taller Subregional de Educación Ambiental para Educación Secundária*. Tal evento, na perspectiva de Loureiro (2004, p. 70), possui uma das mais completas e complexas abordagens em EA “evidenciando a necessidade de transformação das sociedades tal como estão estruturadas e a associação entre o social e o natural *stricto sensu*”. Um dos primeiros eventos regionais do tipo, no qual se afirmou a necessidade de uma Educação Ambiental interdisciplinar, construída a partir da realidade cotidiana (LOUREIRO, 2004). A definição de EA posta pelo evento é:

*La educación ambiental es la acción educativa permanente por la cual la comunidad educativa tiende a la toma de conciencia de su realidad global, del tipo de relaciones que los hombres establecen entre sí y con la naturaleza, de los problemas derivados de dichas relaciones y sus causas profundas. Ella desarrolla, mediante una práctica que vincula al educando con la comunidad, valores y actitudes que promoven un comportamiento dirigido hacia la transformación superadora de esa realidad, tanto en sus aspectos naturales como sociales, desarrollando en el educando las habilidades y aptitudes necesarias para dicha transformación.* (UNESCO, 1976 a, p. 10 *apud* LOUREIRO, AZAZIEL, FRANCA, 2003, p. 13).

No período de 14 a 26 de outubro de 1977, a UNESCO organizou, conjuntamente com o PNUMA, a *Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental*, também chamada *Conferência de Tbilisi*, na cidade de Tbilisi, capital da Geórgia, parte integrante da então União Soviética. Esta conferência (DIAS, 2004; RAMOS, 1996; PEDRINI, 2000), foi o marco mais importante<sup>141</sup> na trajetória da EA e suas “definições, os objetivos, os princípios e as estratégias para a Educação Ambiental [...] até hoje são adotados em todo o mundo” (BRASIL, 1998, p.30). Segundo Sorrentino et al. (2005), é somente após Tbilisi que a EA aparece como estratégia para conduzir a sustentabilidade no planeta. Loureiro (2004), por sua

---

<sup>141</sup> Cumpre lembrar que este evento foi precedido por uma série de eventos e outras iniciativas relacionadas à EA que lhe serviu como preparação (BRASIL, 1988).

vez, também afirma a posição de referência deste evento levando-se em conta o contexto histórico de então (Guerra Fria) e pela massiva participação de representantes dos Estados<sup>142</sup>.

Para Tristão (2008), Tbilisi representa um avanço conceitual por associar ecologia e economia, um direcionamento que atravessa todo o documento produzido no encontro, a chamada Declaração de Tbilisi. O documento é iniciado com o reconhecimento de que nas décadas anteriores a humanidade modificou de forma rápida o chamado equilíbrio da natureza, expondo as espécies vivas do planeta a grandes riscos. Retomando a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo, a Declaração de Tbilisi aponta que “a defesa e a melhoria do meio ambiente para as gerações presentes e futuras constituem um *objetivo urgente da humanidade*” (UNESCO, 1977, p. 01. Grifos nossos).

Tal objetivo urgente deveria repousar, segundo o documento, sobre uma base de solidariedade/igualdade mundial pois, retomando o que já havia sido tomado como referência em Estocolmo, as consequências das ações dos países não respeitam fronteiras geográficas e tem, por isso, um alcance mundial. Estratégias que levam em conta os aspectos ambientais deveriam ser elaboradas e acopladas aos planos de desenvolvimento dos países ditos *em desenvolvimento*. Propondo a aplicação das recentes descobertas produzidas pela ciência e avanços tecnológicos, a Declaração aponta que

a educação deve desempenhar uma função capital com vistas *a despertar a consciência e o melhor entendimento dos problemas que afetam o meio ambiente*. Essa educação deverá fomentar a *formação de comportamentos positivos em relação ao meio ambiente*, bem como a utilização dos recursos existentes pelas nações (UNESCO, 1977, p. 01. Grifos nossos).

Em Tbilisi, assim como em Belgrado, os âmbitos formal e não-formal da educação são apresentados enquanto espaços de EA. Ela estaria destinada ao público leigo em geral, jovens e adultos, a grupos específicos que realizam atividades profissionais com repercussões sobre a qualidade do meio ambiente<sup>143</sup>, e também aos cientistas e técnicos<sup>144</sup> cujo conhecimento,

---

<sup>142</sup> O Brasil, contudo, não esteve oficialmente representado no evento: “segundo Regina Gualda, que naquela época era a chefe da Divisão de Comunicação e Educação Ambiental da Secretaria Especial do Meio Ambiente do governo federal, nosso país não mantinha relações diplomáticas com o bloco soviético, o que impediu a participação. E, mesmo depois do evento, vários anos se passaram até que os brasileiros tivessem acesso aos documentos de 1977, inicialmente através de alguns títulos no mercado editorial” (BRASIL, 1998, p. 30).

<sup>143</sup> “Essa educação dirige-se, especialmente, àqueles cujas atividades e influência têm repercussões importantes sobre o ambiente - engenheiros, arquitetos, administradores e projetistas industriais, sindicalistas, médicos, responsáveis pela formulação de políticas e agricultores. Diversos níveis de educação formal e não-formal deverão contribuir para essa formação” (UNESCO, 1977, p. 09-10).

<sup>144</sup> “Essa formação destina-se àqueles que se ocupam de problemas ambientais específicos - biólogos, ecologistas, hidrologistas, toxicólogos, cientistas, geólogos, agrônomos, topógrafos, arquitetos paisagistas, oceanógrafos, limnólogos, meteorologistas e sanitaristas. É importante que a formação dos cientistas inclua um

pesquisas e práticas construirão os alicerces da EA. Além disto, a Declaração de Tbilisi aponta um papel a ser exercido pelos meios de comunicação social de massa<sup>145</sup> nesta “missão educativa” (UNESCO, 1977, p. 01).

A EA deve também, na perspectiva apontada em Tbilisi, ser realizada sob uma ótica *interdisciplinar*, tendo em vista a produção de um olhar global e integrado que seja capaz de compreender a existência de uma inter-relação entre o que o documento denomina como ambiente natural e ambiente construído. Conforme apresentam suas recomendações, busca-se ir além de uma visão que toma os aspectos físicos e biológicos enquanto os únicos a serem considerados:

- 1) Ainda que seja óbvio que os aspectos biológicos e físicos constituem a base natural do meio humano, as dimensões socioculturais e econômicas e os valores éticos definem, por sua parte, as orientações e os instrumentos com os quais o homem poderá compreender e utilizar melhor os recursos da natureza.
- 2) Um objetivo fundamental da educação ambiental é lograr que os indivíduos e a coletividade compreendam a natureza complexa do meio ambiente natural e do meio criado pelo homem, resultante da integração de seus aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais, e adquiram os conhecimentos, os valores, os comportamentos e as habilidades práticas para participar responsável e eficazmente na prevenção e solução dos problemas do meio ambiente (UNESCO, 1977, p. 03).

Esta seria, inclusive, uma finalidade da EA: “contribuir para a compreensão clara da existência e importância da interdependência econômica, social, política e ecológica, nas zonas urbanas e rurais” (UNESCO, 1977, p. 04).

Mais uma vez a EA é apresentada enquanto promotora de alterações nas consciências individuais a partir da criação de valores, comportamentos e aptidões relativos ao meio ambiente e aos problemas naquele ponto reconhecidos (PEDRINI, 2000). Contudo, apontando relações entre Belgrado e Tbilisi, Ramos (1996, p. 16. Grifos nossos) afirma que “a conferência produziu conclusões e recomendações que repetem, *atenuando* [...] as diretrizes da Carta de Belgrado”. A visão de Dias (2004, p. 109. Grifos do autor) é mais otimista em relação às possibilidades apontadas em Tbilisi, entretanto. Comentando a indicação de que a

---

componente interdisciplinar” (UNESCO, 1977,p. 10).

<sup>145</sup> Na recomendação nº 20: “que estimulem a difusão, por meio da imprensa, do rádio e da televisão, dos conhecimentos acerca da proteção e da melhoria do meio ambiente; - que organizem cursos de formação destinados aos jornalistas, diretores de jornais e revistas, aos produtores de programas de rádio e televisão , e demais profissionais da área de comunicação social, a -fim de que possam tratar adequadamente aspectos da Educação Ambiental e permutar, entre os países, programas e filmes relacionados ao meio ambiente; - que instituem os mecanismos de planejamento e coordenação de programas de Educação Ambiental, para que atinjam amplos setores da população urbana e rural que estejam à margem da educação escolar, através, por exemplo, dos meios de comunicação de massa e com a participação das organizações sociais” (UNESCO, 1977,p. 17-18).

questão do meio ambiente envolve outros aspectos e dimensões como os sociais, econômicos, etc:

Analisar a questão ambiental apenas do ponto de vista ‘ecológico’ seria praticar um reducionismo perigoso, no qual as nossas mazelas sociais [...] não apareceriam. Essas mazelas, por sua vez, são criadas pelo modelo de desenvolvimento econômico adotado, que visa, apenas, à exploração imediata, contínua e progressiva dos recursos naturais (e das pessoas), cujo lucro do uso predatório vai para as mãos de uma pequena parcela da sociedade. Assim, privatizam-se os benefícios (lucros) e socializam-se (distribuem-se) os custos (todo o tipo de degradação ambiental). A decisão política está por trás de tudo. A EA deverá fomentar processos de participação comunitária que possam, efetivamente, interferir no processo político.

Após Tbilisi, vários países participantes da conferência organizaram e desenvolveram seus programas de EA balizados pelas orientações da declaração resultante deste evento (RAMOS, 1996).

Segundo Mello e Souza (2000), o contexto de fins da década de 1970 já parecia grave e preocupante, exigindo, desta forma, a reorientação do processo educativo normal, para que este se tornasse mais *sensível* à questão ambiental<sup>146</sup>. Loureiro (2004) pondera, contudo, numa perspectiva crítica, que as críticas que Tbilisi traz à educação tradicional são feitas em nome de uma pedagogia tecnicista<sup>147</sup>, a qual experimentava grande aceitação durante a década de 1970. Sem a crítica radical ao modo de produção capitalista e suas relações metabólicas, o evento resvala para críticas impotentes e meramente apelativas a um espírito de solidariedade universal entre os países (LOUREIRO, 2004).

No ano de 1979, entre os dias 29 de outubro a 07 de novembro, foi realizado em San Jose, na Costa Rica, o Seminário sobre Educação Ambiental para a América Latina. Retomando as orientações produzidas em Tbilisi, o evento mantém a direção de não dissociar os aspectos físicos e biológicos dos sociais, culturais etc. (DIAS, 2004).

Além de indicar a exploração desenfreada e a poluição como causadores de problemas ambientais, o subdesenvolvimento aparece enquanto produtor de problemas ambientais. Assim sendo, o desenvolvimento é um pré-requisito para a conservação ambiental (DIAS, 2004). A solidariedade e necessidade de cooperação entre os países também faz parte das orientações produzidas neste evento. Tal espírito de solidariedade em torno da preservação

---

<sup>146</sup> “No mundo moderno, assume, pela primeira vez [...] o caráter de risco fatal para a sobrevivência da espécie [...]. O ritmo progressivo dos danos causados ao ambiente natural provocou o alarma que atingiu níveis neurotizantes [...]. Não parece surpresa que o contexto imponha a ‘educação ambiental’ como necessidade imperativa da sobrevivência ameaçada” (MELLO E SOUZA, 2000, p. 26).

<sup>147</sup> “Processo educativo objetivo, racional, operacional e produtivo; educando é educado para se adequar ao processo de trabalho e do mercado/ênfase na organização institucional e na neutralidade do conhecimento científico/ caráter instrumental” (LOUREIRO, 2004, p. 74).

ambiental deveria ser expandido também para a busca de mais justiça social. Neste sentido, a EA deveria produzir nas pessoas um *espírito de responsabilidade e de solidariedade* entre as nações e regiões do planeta, além de produzir comportamentos adequados para a tarefa de preservar e melhorar o meio ambiente (DIAS, 2004).

Em 1987 foi realizado o *Congresso Internacional sobre Educação e Formação Relativas ao Meio Ambiente*, também conhecido como a Conferência Internacional de Moscou, promovido pela UNESCO, o qual reuniu mais de 300 especialistas de 100 países (PEDRINI, 2000). Este evento, além de fazer o balanço daquilo que foi realizado após Tbilisi, propôs estratégias a serem seguidas nos anos 1990. Com relação a este balanço, Dias (2004, p. 57) afirma:

O congresso objetivou a discussão das dificuldades encontradas e dos progressos alcançados pelas nações, no campo da EA, e a determinação de necessidades e prioridades em relação ao seu desenvolvimento, desde Tbilisi. Fez uma análise da situação ambiental global e não encontrou sinais de que a crise ambiental houvesse diminuído.

O documento produzido no evento, intitulado *Estratégia Internacional para Ação no Campo da Educação Ambiental e Formação para os anos 1990*<sup>148</sup>, traz em seu início o reconhecimento de que nos últimos anos (em relação à sua produção) houve um aumento gradual da conscientização de que o processo educacional pode contribuir para a compreensão, prevenção e resolução de problemas ambientais (DIAS, 2004).

Como tônica deste congresso, existe a defesa de que os objetivos da EA devem levar em conta as realidades social, econômica e ecológica das sociedades, assim como o desenvolvimento econômico esperado (RAMOS, 1996). Defende-se também a perspectiva de que fatores socioeconômicos devem ser considerados como produtores de problemas ambientais (RAMOS, 1996). Contudo, cumpre salientar que as conclusões do evento não deixam de seguir a mesma tônica comportamentalista dos encontros anteriores:

Constatou-se que a EA deve preocupar-se com a promoção da sensibilização e transmissão de informações, desenvolvimento de critérios e padrões, orientações para a resolução de problemas e tomada de decisões. Portanto, objetivar modificações comportamentais de ordem cognitiva e afetiva (SOMBERGER et. al., 2014, p. 307).

Essa é a conclusão de Dias (2004, p. 140) ao apontar que a EA deveria “objetivar modificações comportamentais nos campos cognitivos e afetivos”. A crença exacerbada nas saídas tecnológicas para resolução dos problemas ambientais, cujos resultados negativos sobre o ambiente e as pessoas – apesar dos benefícios trazidos – foram produzidos por seus avanços

<sup>148</sup> No original: *International Strategy for Action in the Field of Environmental Education and Training for the 1990s*. Tradução livre.

impressionantes, os quais já eram levantados desde Belgrado, conforme vimos, não poderia substituir a primazia da já referida mudança comportamental nos grupos e individualidades através da promoção de novos valores, atitudes e comportamentos frente ao meio ambiente. Conforme o documento, na tradução de Dias (2004, p. 145-146):

Sabemos agora que a maioria dos problemas ambientais tem suas raízes em fatores sociais, econômicos e culturais que não podem, portanto, ser previstos ou resolvidos por meios puramente tecnológicos; nós sabemos que devemos agir primeiramente sobre os valores, atitudes e comportamentos dos indivíduos e grupos, em relação ao seu meio ambiente.

Tbilisi e suas recomendações foram afirmadas enquanto alicerces da prática da EA. O caráter interdisciplinar, assim como o olhar global, capaz de articular diversos níveis da realidade, do local ao global (DIAS, 2004).

Loureiro (2004, p. 73), sobre a Conferência Internacional de Moscou, afirma:

ao avaliar os avanços obtidos e ratificar as diretrizes de Tbilisi, enfatizou o estímulo à organização de redes de informação e comunicação entre os profissionais, e defendeu a capacitação de profissionais de nível técnico como essencial a uma intervenção instrumental compatível com parâmetros sustentáveis.

Em Thessaloniki, Grécia, no ano de 1997, foi realizada a Conferência Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade. Deste evento produziu-se a Declaração de Thessaloniki<sup>149</sup>, na qual há, em seu início, a afirmação de que as recomendações feitas nos eventos anteriores, como Belgrado, Tbilisi e Moscou, ainda não haviam sido totalmente exploradas até ali; reconhecia-se também que o progresso observado desde a Rio-92 era insuficiente assim como a contribuição de outros eventos nacionais e regionais.

A Declaração reafirma a necessidade de integração dos esforços, assim como a imperiosa necessidade de mudança dos padrões de vida, consumo, etc. Reconhece a EA, entendida enquanto educação interdisciplinar para o meio ambiente e para a sustentabilidade, e a conscientização pública, ao lado de fatores como legislação, tecnologia e economia enquanto pilares da sustentabilidade. A pobreza é vista enquanto um entrave à sustentabilidade, pois favorece a explosão demográfica e a degradação ambiental e deve, portanto, ser combatida para que uma sociedade sustentável pudesse ser alcançada. Num espírito de um pacto amplo entre vários atores, tais como ONG, mídia, empresas, consumidores, governos, autoridades locais, instituições de ensino, etc., o documento conclama este pacto enquanto fundamental para a busca por novos comportamentos e estilos

<sup>149</sup> Pode-se encontrar esta declaração no link: <<http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/declthessaloniki.pdf>>. Acesso em 15/12/2015.

de vida, tendo em vista a sempre afirmada sustentabilidade.

Refletindo sobre este evento, Loureiro (2004, p. 73/74) afirma:

tanto em Moscou quanto em Thessaloniki, a ratificação dos princípios definidos em Tbilisi e a recorrente proposição de ações que resultem em mudanças de comportamento são permeadas pelos constantes questionamentos acerca dos caminhos da humanidade e sobre os motivos que fazem com que os projetos educativos ou de qualquer outro campo envolvido com a perspectiva ambiental não consigam reverter o quadro de degradação existente.

Num tom mais crítico, o mesmo autor aponta:

o generalismo da análise e a falta de uma discussão aprofundada sobre as implicações que o modo de organização e produção capitalista ocasionaram na estruturação das políticas públicas pelos Estados e ações em Educação Ambiental proporcionaram recomendações vagas sem maiores efeitos práticos, sendo muitas dessas compatíveis com a ótica liberal e com a economia de mercado (LOUREIRO, 2004, p. 74).

As recomendações deste documento giram em torno do fortalecimento da EA enquanto promotora de uma mudança comportamental. Que os governos forneçam uma estrutura para esta EA, que as classes dominantes forneçam recursos adicionais para o investimento em educação através da criação de fundos especiais; os cientistas são convocados a fornecerem elementos para o fortalecimento da EA, assim como a mídia, num amplo esforço *aparentemente* conciliatório e consensual. As notas críticas fornecidas por Loureiro (2004) acerca de Tbilisi e sua crença neste espírito consensual aqui são adequadas.

Na perspectiva de Pedrini (2000, p. 33) as declarações são fontes importantes de “consulta para a prática da EA, não tanto pelas suas contradições e pressupostos políticos, alguns claramente neoliberais, mas pelos avanços técnicos apresentados nos pressupostos pedagógicos arrolados”.

Em relação às Grandes Conferências, Loureiro (2004, p. 75. Grifos nossos) arremata:

sem exceção, a dimensão cidadã (de inserção individual em sociedade) e ética (valores democráticos e universais) permeou as deliberações e discussões e foi reforçada nos constantes apelos à formação de novos códigos morais e de comportamento condizentes com as perspectivas ecológicas de mundo. Todavia, apesar do inegável valor político [...], *o caráter genérico presente nos documentos conclusivos fez com que os conceitos-chaves fossem apropriados segundo interesses específicos [...]. Ficou-se num patamar das ideias, sem que a base epistemológica e filosófica do corpo teórico utilizado e a dinâmica societária, política e econômica do que é questionado tivessem condições de ser efetivamente confrontadas, negadas e dialeticamente superadas.*

No Brasil, o processo de desenvolvimento da EA não está desconectado com o desenvolvimento da temática a nível mundial, brevemente apresentado. Assim como em âmbito mundial, a EA no Brasil tem uma história que precede as grandes conferências do

“Ciclo” da ONU, sendo esta praticada, em algum nível, pela iniciativa de alguns professores em várias localidades, dando ênfase maior à ecologia (BRASIL, 1998). Por exemplo:

o professor Carlos Nobre Rosa, da pequena cidade de Jaboticabal, no interior de São Paulo. Na década de 1950, ele decidiu levar seus alunos para fora da sala de aula, para a observação do ambiente e coleta de materiais. A proposta teve grande repercussão entre professores de outras regiões quando o IBCEC publicou o livro "Animais em nossas praias", escrito pelo professor Nobre, com a descrição de sua experiência. Naquela época, o IBCEC era dirigido por Isaias Raw, que pertencia ao corpo docente da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP). E foi ele que levou o instituto a produzir "kits" para o ensino de ciências e o jornal 'Cultos', direcionado ao ensino das Ciências Biológicas, com destaque para a ecologia (BRASIL, 1998, p. 35).

Além deste, temos mais um exemplo que, inclusive, precedeu as conclusões de Primavera Silenciosa, obra que tanto impacto causou no mundo ocidental anos depois:

Já em Santa Teresa, no Espírito Santo, em 1951, o cientista Augusto Ruschi montou um curso de seis meses para professores, cujo nome indica o conteúdo: "Processo e Conservação da Natureza e seus Recursos". Ministrado no Museu de Biologia Mello Leitão [...], esse curso incluía os esperados dados sobre fauna e flora, e mais outros temas ligando a questão econômica e a preservação da natureza. Ruschi é mundialmente famoso pelas pesquisas sobre beija-flores, orquídeas e bromélias e pela luta em favor das matas nativas do Espírito Santo, mas poucos sabem que ele lançou alguns alertas que só mais tarde teriam repercussão mundial. Por exemplo, já no final dos anos 40, ele descreveu três perigos do uso do BHC, um produto da família do DDT. Ruschi notou que, em primeiro lugar, este inseticida altamente venenoso tem efeito sobre toda a cadeia alimentar, ou seja, primeiro os insetos morrem, depois as aves que comem insetos, depois os mamíferos que caçam aves e assim por diante (além dos peixes, pois o inseticida contamina rios). Em segundo lugar, ele percebeu a longa persistência do veneno no solo. Por fim, ele concluiu que o ser humano poderia adquirir doenças, não só durante a aplicação do produto, como a longo prazo, pelo consumo de produtos contendo este veneno. Foram estas as conclusões da jornalista americana Rachel Carson, no livro "Primavera Silenciosa", que causou tantos debates no mundo todo a partir de 1962 (BRASIL, 1998, p. 35).

Os registros de outras iniciativas no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre, contudo, não são abundantes (BRASIL, 1998).

A década de 1970, como visto anteriormente, trouxe a oficialização da preocupação ambiental nas agendas políticas dos Estados com a realização, em 1972, da Conferência de Estocolmo. Contudo, Loureiro (2004) aponta que, no caso brasileiro, isto se deu muito mais por pressões internacionais do que pela pressão que poderia ser exercida por movimentos sociais ambientais, nacionalmente estabelecidos. No Brasil, esta década foi a do chamado milagre econômico, com taxas de crescimento superiores a 10% ao ano (LAGO, 2006), ainda que, deve-se salientar, estes índices de crescimento experimentados no período compreendido entre 1968 e 1974, favoreceram prioritariamente as empresas multinacionais já que, por volta de 1974, o capital estrangeiro detinha aproximadamente 30% dos patrimônios líquidos total das 5.113 maiores empresas da indústria brasileira (MENDONÇA, 1986). O governo dos



militares desenvolveu e levou a cabo um projeto de crescimento a qualquer custo e sem preocupações com impactos socioambientais daí resultantes:

Isto abrangia alguns megaprojetos, como Usina Nuclear de Angra, no Estado do Rio, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a Transamazônica e o Projeto Carajás, na Amazônia. Em resposta, o Brasil recebeu uma onda de críticas, do Exterior. O governo colocou-se na defensiva, espalhando a opinião de que a defesa do meio ambiente seria uma espécie de conspiração das nações desenvolvidas para impedir o crescimento do país (BRASIL, 1998, p. 36).

Este argumento, lembramos, foi utilizado durante as discussões geradas a partir da publicação de *Limites do Crescimento*, nas quais os países do dito Terceiro Mundo acusavam os países ditos desenvolvidos de estarem buscando impedir o crescimento de suas economias. Apesar de fazer parte dos que defendiam a existência desta “conspiração”, o Brasil enviou uma delegação oficial à Estocolmo. Todavia, ao mesmo tempo:

o governo estadual goiano lançava uma campanha na mídia para atrair indústrias, mesmo que poluentes, com imagens de chaminés soltando fumaça e o título: "Traga sua poluição para Goiás", o que incitou ainda mais protestos internacionais. Mas, no fim da Conferência de Estocolmo, o Brasil assinou, sem restrições, a Declaração da ONU sobre o Meio Ambiente Humano (BRASIL, 1998, p. 36).

De acordo com Dias (2004, p. 79), nesta mesma direção, a delegação brasileira “chegou a afirmar que o Brasil não se importaria em pagar o preço da degradação ambiental, desde que o resultado fosse o aumento do seu Produto Interno Bruto”. O Brasil, então, não se alinhou à perspectiva defendida pelos países ditos desenvolvidos com relação às preocupações então postas, pois temia-se que o processo de industrialização iniciado nos anos 1930 e 1940, e então continuado pelos militares, pudesse ser cerceado por estas posturas defensoras do chamado *crescimento zero* (LEITE LOPES, 2006), as quais ganharam corpo e força a partir desta época.

Cumpra ainda salientar que o clima político da época impedia, em grande medida, que a discussão sobre educação e meio ambiente pudesse exercer algum papel de maior problematização do estado de coisas de então (NASCIMENTO, 2010), pois era o período de maior repressão política da história do país e temia-se, no âmbito governamental, tanto o fortalecimento de críticas às diretrizes econômicas do governo, assim como se temia a possibilidade de alimentar outros fatores de desestabilização política (LAGO, 2006). Em vez de uma pauta educacional, a temática ambiental era vista enquanto um obstáculo ao desenvolvimento sendo, portanto, restringida<sup>150</sup> (SAITO, 2002; LIMA, 2009). Além disto,

---

<sup>150</sup> “O modelo de desenvolvimento econômico e industrial a ser seguido e copiado era o dos EUA, e esse país nos “exportava” a sua noção de liberdade política para justificar, com mortes, torturas e perseguições, o “combate ao comunismo” no continente. A ecologia era considerada tema dos tolos e dos que queriam impedir o

antes da Constituição Federal de 1988, a política ambiental levada a cabo pelo Estado brasileiro foi gerenciada de forma centralizada, sem espaço para a participação popular em sua definição (LOUREIRO, 2004). Lago (2006, p. 115) ilustra o quadro pouco favorável à discussões ambientais mais críticas:

No início dos anos 70, países com regimes autoritários e com altas taxas de crescimento econômico, como a África do Sul, a Espanha, o Irã ou a Coreia do Sul, viam todos com preocupação o crescimento de um movimento a favor do meio ambiente, cujas repercussões para suas economias eram uma incógnita e cujos efeitos políticos sobre suas sociedades não podiam ser positivos, uma vez que o ambientalismo era associado aos movimentos de esquerda.

Reigota (2012, p. 503) aponta, complementando o exposto, que

a democracia que permitiu que o movimento ecologista se ampliasse nos espaços públicos e na vida cotidiana, e conquistasse legitimidade política e cultural no Hemisfério Norte não pode ser elencada como um parâmetro para o surgimento desse movimento na América Latina (...). Por aqui, enfrentar com discursos ecologistas a ditadura militar era correr risco de vida, de prisão ou exílio.

Tal ambiente sufocante deixou marcas numa nascente EA brasileira, conforme Lima (2009, p. 149), pois uma das consequências do “clima autoritário vigente à época sobre esse campo está na constatação de que a EA brasileira, em seus primórdios, foi orientada por uma visão hegemônica de perfil conservacionista, tecnicista, conservadora e apolítica”.

Em 1973 foi criada a Secretaria especial do Meio Ambiente (SEMA), primeiro órgão oficial nacional do meio ambiente, dentro do Ministério do Interior, a qual deveria ser responsável, além de outros aspectos, pela EA no Brasil. Na perspectiva de Viola (1987, p. 07), a criação da SEMA foi um ato apenas formal realizado para satisfazer exigências internacionais:

A Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) foi criada em 1974 pelo então presidente Geisel, com o único objetivo de cumprir exigências de alguns organismos internacionais que exigiam a existência formal deste tipo de órgão, junto com relatórios de impacto ambiental; para a aprovação de empréstimos destinados a grandes obras públicas. Durante todo o regime militar a SEMA foi uma agência marginal do Ministério do interior chefiado patrimonialisticamente por Paulo Nogueira Neto.

Dias (2004) aponta que tal caráter formal é claramente ilustrado pelo número de funcionários da SEMA: três. Em 1975 foi realizado o I Encontro Nacional Sobre Proteção e Melhoria do Meio Ambiente, promovido pelo governo federal.

Dias (2014) aponta que no ano de 1976, um ano após Tbilisi, o MEC publica um documento intitulado *Ecologia – uma proposta para o ensino de 1º e 2º graus*. Tal documento

ignorava completamente as orientações produzidas em Tbilisi ao propor uma Educação Ambiental condicionada às ciências biológicas, ignorando os aspectos sociais da problemática ambiental (cumprir lembrar que Tbilisi, conforme apresentado anteriormente, traz a tentativa de unir economia e meio ambiente). Com tal espírito, o documento produzido pelo MEC impedia qualquer sofisticação no tratamento do problema ao ignorar os aspectos sociais, culturais, econômicos, etc., que perpassam a questão ambiental (DIAS, 2014).

Já em 1976, a SEMA, através de um convênio:

com a Fundação Educacional do Distrito Federal e a Universidade de Brasília, para viabilizar o primeiro Curso de Extensão para Professores do I Grau, em que mais de que treinar os professores, a proposta era reformular o currículo nas escolas do Distrito Federal no campo das ciências físicas e biológicas, com a introdução da temática ambiental, num enfoque que priorizava o indivíduo e o meio ambiente (BRASIL, 1998, p. 38).

É na década de 1980, entretanto, que foram lançadas as bases institucionais de uma junção entre educação e uma perspectiva de defesa do meio ambiente (BRASIL, 1998) e somente a partir da metade da década indicada é que a EA passa a ganhar dimensões públicas de maior relevância (LOUREIRO, AZAZIEL, FRANCA, 2003). Bursztyn e Pesergana (2008) apontam que o último quarto do século XX será definitivamente o período de crescimento do Estado na área ambiental, ainda que estes deixem no horizonte o crescimento e avanço do ideário neoliberal e seu princípio do Estado mínimo. Para estes autores, a formação de um complexo sistema de áreas protegidas, assim como a criação de uma política nacional de meio ambiente que se organiza através de uma rede de organismos, conselhos, instrumentos etc., são indicativos da entrada do Brasil nesta dinâmica internacional que vinha sendo gestada e amadurecida.

Na década de 1980 também se pode assinalar uma maior notoriedade do movimento ambientalista no Brasil, no contexto de redemocratização e abertura política (CARVALHO, 2008). Este ambientalismo foi marcado por uma perspectiva conservacionista, na qual os problemas ambientais eram pensados em termos de problemas técnicos a serem solucionados (LOUREIRO, 2004). A EA estava, neste sentido, direcionada à preservação do patrimônio natural, com uma ênfase no comportamento, além de possuir um cunho tecnicista. Certamente não se trata de um bloco monolítico, contudo. Existiam perspectivas críticas que não compartilhavam tais inclinações tecnicistas, preservacionistas e pragmáticas, mesmo no interior de alguns órgãos institucionais, ainda que não fossem perspectivas hegemônicas. (LOUREIRO, 2004). Portanto:

A falta de percepção da Educação Ambiental como processo educativo, reflexo de

um movimento histórico, produziu uma prática descontextualizada, voltada para a solução de problemas de ordem física do ambiente, incapaz de discutir questões sociais e categorias teóricas centrais na educação (LOUREIRO, 2004, p.81).

Na Constituição Federal de 1988, a primeira Constituição brasileira a tratar especificamente sobre a questão ambiental<sup>151</sup> (MIRANDA, 2009; SANTILLI, 2005), por força de articulações dos ambientalistas<sup>152</sup> (DIAS, 2004), o artigo 225 é dedicado ao meio ambiente:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Sendo que, ao poder público, segundo a Constituição, no inciso VI do artigo 225, caberá “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988). No texto da nova Constituição, a EA passa a ser obrigatória em todos os níveis de ensino sem, contudo, tornar-se uma disciplina específica.

Na perspectiva de Santilli (2005), a Constituição de 1988 representou um considerável avanço na proteção jurídica ao meio ambiente. Assim sendo, o meio ambiente ecologicamente equilibrado é tido como um direito humano fundamental, assim como os direitos civis e políticos, relacionados à liberdade individual, igualdade e propriedade, e os direitos sociais que dizem respeito à manutenção de um padrão de vida considerado digno (SANTILLI, 2005). Na leitura de Pedrini (2000), o fato da educação ambiental estar inserida apenas no capítulo relativo ao Meio Ambiente, estando excluída, portanto, do capítulo referente à Educação, poderia produzir uma percepção limitada da EA apenas em sua dimensão ecológica.

<sup>151</sup> José Afonso da Silva (2007, p. 46 *apud* MIRANDA, 2009, p. 89), sobre isso, afirma: “As Constituições Brasileiras anteriores à de 1988 nada traziam especificamente sobre a proteção do meio ambiente natural. Das mais recentes, desde 1946, apenas se extraía orientação protecionista do preceito sobre a saúde e sobre a competência da União para legislar sobre água, floresta, caça e pesca, que possibilitavam a elaboração de leis protetoras como o Código Florestal e os Códigos de Saúde Pública, de Água e de Pesca. A Constituição de 1988 foi, portanto, a primeira a tratar deliberadamente sobre a questão ambiental. Pode-se dizer que ela é uma Constituição eminentemente ambientalista. Assumiu o tratamento da matéria em termos amplos e modernos (...). A questão permeia todo o seu texto, correlacionada com os temas fundamentais da ordem constitucional”.

<sup>152</sup> Dias (2014, p. 87) aponta que este processo não se deu sem resistências: “Esse artigo e outros concernentes a aspectos específicos dos vários instrumentos de gestão ambiental eram constantemente modificados, durante o processo da constituinte. Muitas vezes uma vírgula ou troca de palavras comprometia sua eficácia. Essas manobras eram executadas por dezenas de políticos, que queriam ver afastada da carta constitucional a consideração das questões referentes ao meio ambiente. Eram os fiéis representantes de grupos nacionais e transnacionais, acostumados a utilizar os recursos naturais sem nenhuma responsabilidade e que viam, nesses dispositivos constitucionais, a diminuição dos seus lucros”. Este processo acalorado de debates constitucionais foi contemporâneo, vale lembrar, do lançamento do relatório Brundtland.

Este artigo é o culminar de um processo de debate que se desenvolveu durante a década de 1980 (BRASIL, 1988), o qual produziu avanços nas leis brasileiras relativas ao meio ambiente. Neste ínterim, ocorreram os Seminários Nacionais sobre Universidade e Meio Ambiente, os quais “representaram as primeiras reflexões do meio acadêmico sobre a emergência da questão ambiental e da educação ambiental” (NASCIMENTO, 2010, p. 108). De acordo com Tristão (2004) foram realizados cinco seminários (entre 1986 e 1992) nos quais, dentre outros temas, foram discutidas estratégias para incorporar a dimensão ambiental nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Ainda de acordo com esta autora, estes seminários contribuíram para a difusão de experiências e para o avançar das reflexões acerca desta temática (TRISTÃO, 2004).

Em 27 de abril de 1981 foi promulgada a Lei Nº 6. 902, a qual dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. Em seu primeiro artigo consta a definição de Estações Ecológicas: áreas “representativas de ecossistemas brasileiros, destinadas à realização de pesquisas básicas e aplicadas de Ecologia, à proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento da *educação conservacionista*” (BRASIL, 1981. Grifos nossos).

Em 31 de agosto de 1981 foi promulgada a Lei Nº 6.938<sup>153</sup>, a qual trata da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, além de fornecer outras providências, “uma espécie de marco legal para todas as políticas públicas de meio ambiente a serem desenvolvidas pelos entes federativos” (FARIAS, 2006, p; 01). O processo de discussão em torno desta lei foi marcado por intensos debates que buscaram, inclusive, definir se a EA deveria ser uma disciplina formal ou não:

O professor José Maria de Almeida Júnior foi um dos que já defendiam de que a educação ambiental nunca se tornasse uma disciplina formal, por se tratar de uma “qualificação da educação, que lida com valores”. Junto com ele havia entidades de peso, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Núcleo de Estudos Ambientais da Universidade de Brasília. Mas a outra tendência - pela transformação da Educação Ambiental em disciplina, com conteúdo determinado - também era forte e tinha representantes inclusive dentro do MEC (BRASIL, 1998, p. 42).

Cumprе salientar que esta lei foi promulgada graças aos esforços conjuntos de parlamentares de esquerda do senado brasileiro, além de ONG, ambientalistas e acadêmicos (PEDRINI, 2000). Em leitura crítica, o mesmo autor aponta que tal lei foi um marco histórico na “institucionalização da defesa da qualidade ambiental brasileira (apesar dos argumentos

---

<sup>153</sup> Segundo Pedrini (2000), esta lei instituiu formalmente a Educação Ambiental no Brasil.

exageradamente antropocêntricos de sua justificação e dos quase dez anos de atraso em relação às recomendações da Conferência de Estocolmo)” (PEDRINI, 2000, p. 37).

Em seu segundo artigo, fundamentado no artigo 225 da constituição de 1988<sup>154</sup>, há o objetivo que lhe anima:

Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana [...] (BRASIL, 1981).

O exposto no artigo seria alcançado a partir do cumprimento de dez princípios, a saber:

- I. Pensando o meio ambiente enquanto um patrimônio público, a esfera federal deveria agir no sentido de manter o equilíbrio ecológico;
- II. Uso racional da água, ar, solo e subsolo;
- III. Planejamento e fiscalização dos usos dos recursos ambientais;
- IV. Proteção dos ecossistemas;
- V. Controle das atividades potencialmente ou efetivamente poluidoras;
- VI. Incentivo à pesquisa de tecnologias que promovam a racionalidade do uso dos recursos ambientais;
- VII. Acompanhamento da qualidade ambiental;
- VIII. Recuperação das áreas degradadas;
- IX. Proteção de áreas ameaçadas de degradação.

O décimo princípio que orienta este objetivo trata especificamente da EA: “educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente” (BRASIL, 1981).

O artigo quarto desta lei, em seu inciso primeiro, aponta que a Lei visa compatibilizar desenvolvimento econômico e social, aliado à preservação da qualidade do meio ambiente. O quinto artigo, por seu turno, aponta que, dentre os objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente, encontra-se a “difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais e à *formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico*” (BRASIL, 1981. Grifos nossos). Pode-se perceber a educação ambiental pensada enquanto formadora de

---

<sup>154</sup> Esta referência à Constituição de 1988 foi inserida em 1990, na alteração posta pela lei Lei nº 8.028, de 12-4-1990 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2010, p. 82).

consciências que possam atuar na perspectiva de alinhar desenvolvimento de preservação ambiental, uma postura que já se delineava no período pós-Estocolmo 1972, Tbilisi, Belgrado, etc.

Além de definições acerca da EA especificamente, a lei traz outros elementos que se tornaram importantes no debate socioambiental no Brasil (BRASIL, 1998). Cria-se o Sistema Nacional do Meio Ambiente<sup>155</sup> (SISNAMA), estruturado da seguinte forma:

- I - órgão superior: o Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais;
- II - órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida;
- III - órgão central: a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fiadas para o meio ambiente;
- IV - órgão executor: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, com a finalidade de executar e fazer executar, como órgão federal, a política e diretrizes governamentais fiadas para o meio ambiente;
- V - órgãos seccionais: os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental;
- VI - órgãos locais: os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições (BRASIL, 1981).

O SISNAMA objetiva tornar realidade o direito ao meio ambiente equilibrado, conforme previsto na Constituição em seu artigo 225, coordenando as ações de órgãos e entidades públicas (FARIAS, 2006).

Em 1986, foi realizado, em Brasília, o primeiro dos já referidos Seminários Nacionais sobre Universidade e Meio Ambiente. Segundo Rocha (2003, p. 160):

Reunindo representantes de 51 universidades, foi consensual o reconhecimento da ocorrência de um aprofundamento da problemática ambiental em todo o mundo e que a sua solução exigiria uma abordagem interdisciplinar. A participação das universidades se exerceria principalmente com o desenvolvimento de uma consciência crítica, sugerindo também estratégias adequadas ao planejamento, à execução e ao controle da política ambiental brasileira.

Ainda sobre este primeiro seminário:

No evento de 1986, apresentou-se um levantamento junto a 21 universidades públicas sobre cursos que introduzem a temática ambiental, concluindo-se que o tema era tratado sobretudo no âmbito da Biologia: 13 cursos eram ligados às Ciências Biológicas, dois à engenharia; e um à área de sensoriamento. Também

<sup>155</sup> O Sisnama, nas palavras de Farias (2006, p. 01): “sistema administrativo de coordenação de políticas públicas de meio ambiente envolvendo os três níveis da federação que tem como objetivo dar concretude à Política Nacional do Meio Ambiente.

havia seis cursos em Ecologia, no nível de pós graduação (BRASIL, 1998, p. 43).

Em Belém, no ano de 1987, foi realizado o II Seminário Nacional. De acordo com Rocha (2003), nesta edição foi maior uma preocupação teórica com relação à problemática em questão. Além disto, a dimensão social e também a *política* aparecem com maior ênfase, especialmente no que diz respeito à produção dos relatórios de impactos elaborados pelas universidades. O III Seminário foi realizado em Cuiabá no ano de 1988. Nesta edição, segundo Rocha (2003), questões mais voltadas às dificuldades de uma ação que integre diversas disciplinas e campos de saber numa ação multidisciplinar foram discutidas. A quarta edição do Seminário foi realizada em 1990, em Florianópolis. Nesta edição foram discutidos temas relativos à participação da universidade e da sociedade tendo em vista a política ambiental brasileira, dentre outros temas (ROCHA, 2003).

Ainda em 1987, pouco antes do *Congresso Internacional sobre Educação e Formação Relativas ao Meio Ambiente* (Conferência Internacional de Moscou), o Conselho Federal de Educação – órgão que, à época, era responsável pela formulação da política educacional do país – aprovou o Parecer nº 226/87, no qual era salientada a necessidade da EA para que fosse levado à população “posicionamento em relação a fenômenos ou circunstâncias do ambiente” (BRASIL, 1998, p. 43).

Em 1989 a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, a qual cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente, em seu artigo 5º, considera a aplicação prioritária em sete áreas, dentre elas, a educação ambiental:

- I. Unidade de Conservação;
- II. Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico;
- III. Educação Ambiental;
- IV. Manejo e Extensão Florestal;
- V. Desenvolvimento Institucional;
- VI. Controle Ambiental;
- VII. Aproveitamento Econômico Racional e Sustentável da Flora e Fauna Nativas

Acerca do financiamento promovido por este órgão, temos:

De 1989 a 2002, revela um informe desse órgão de fomento, 270 projetos de EA receberam aporte financeiro. Isso corresponderia, segundo o próprio FNMA, a quase 30% do total de propostas financiadas no período, apresentadas tanto por organizações da sociedade civil, como por instituições públicas (BRASIL, 2009, p. 43).

Neste mesmo ano, o governo federal cria o IBAMA:



Em 1989, seguindo as recomendações nascidas e articuladas no Programa Nossa Natureza, criou-se o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama – com a finalidade de formular, coordenar e executar a política nacional do meio ambiente. Competia-lhes a preservação, a conservação, o fomento e o controle dos recursos naturais renováveis, em todo o território federal, proteger bancos genéticos da flora e da fauna brasileiras e estimular a Educação Ambiental nas suas diferentes formas. Formou-se pela fusão de quatro órgãos que, direta ou indiretamente, estavam relacionados com a temática ambiental (Sema, IBDF, Sudepe e Sudhevea). Dessas instituições, apenas a Sema tinha recursos humanos capacitados em gestão ambiental, porém o seu quadro era muito reduzido, em termos proporcionais. O IBDF, reconhecido na época como ‘escritório dos madeireiros’, sede de incríveis falcaturas, salvava-se pelos profissionais ligados à área de conservação. A Sudepe preocupava-se com os peixes e a Sudhevea, com a borracha (DIAS, 2004, p. 88).

Além da lei acima citada, no ano de 1989 vários estados e municípios criaram suas leis maiores, Constituições e Leis Orgânicas, e nelas incluíram referências à EA nos capítulos dedicados ao Meio Ambiente, seguindo a tônica da Constituição de 1988 (BRASIL, 1998). Na Constituição do Estado do Maranhão, de 1º de outubro de 1990, em seu capítulo IX, dedicado ao Meio Ambiente, o artigo 214, em seu inciso XI, temos que o Estado e os municípios devem assegurar: “a conscientização da população e a adequação do ensino de forma a incorporar os princípios e objetivos da proteção ambiental” (MARANHÃO, 2008, p. 70).

Com relação à EA, na Rio 92, foi reconhecido entre as partes que integraram este evento que a EA possui uma centralidade no processo de enfrentamento aos problemas ambientais que estavam sendo discutidos e nas mudanças comportamentais necessárias para tal enfrentamento (BEZERRA, s/d). A EA deveria estar a serviço do aclamado desenvolvimento sustentável, de acordo com os princípios celebrados neste evento. O caráter comportamentalista presente em encontros anteriores foi reforçado, pois se acreditava que mudanças comportamentais, de valores, atitudes, etc., poderiam levar ao desenvolvimento sustentável ignorando-se, desta forma, uma série de aspectos relacionais e estruturais do desenvolvimento capitalista, os quais seriam, no máximo, passíveis de melhora (RAMOS, 1996). De acordo com Dias (2004), neste evento seguiu-se aquilo que havia sido posto em Tbilisi e Moscou, acrescentando-se a necessidade de acabar com o chamado analfabetismo ambiental.

No evento paralelo, a saber, o Fórum Global, no qual, conforme exposto anteriormente, ONGs e movimentos sociais de todo o planeta se reuniram, foi formulado o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*, cuja importância foi definir um marco político para o projeto pedagógico da educação ambiental. Este documento baseia a formação da Rede Brasileira de Educação Ambiental,

além de outras redes em nível estadual que envolvem entidades não governamentais, escolas, universidades e pessoas interessadas no fortalecimento da educação ambiental (CARVALHO, 2008).

Em dezembro de 1994, foi determinado, pelo então ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Henrique Brandão Cavalcanti, que o IBAMA deveria elaborar o primeiro programa nacional de educação ambiental, o qual ficou conhecido como PRONEA (Programa Nacional de Educação Ambiental) (BEZERRA, s/d). O PRONEA deveria ser um programa desenvolvido pelos Ministérios da Educação (MEC)<sup>156</sup> e do Meio Ambiente (MMA), tendo ainda como parceiros o Ministério da Cultura (MINC) e o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), sendo que estes dois últimos tornaram-se parceiros tendo em vista que “as ações de EA devem contemplar o respeito à diversidade cultural no País, tal como os novos conhecimentos sobre tecnologias compatíveis com o uso sustentável dos recursos naturais” (BRASIL, 1998, p. 127). A criação do PRONEA

deu novo impulso ao setor de EA na área federal. A Coordenação do MEC iniciou a formação de um Banco de Dados informatizado de Projetos e Atividades em Educação Ambiental, intensificou o intercâmbio entre indivíduos e instituições, promovendo cursos de capacitação com uma metodologia inovadora; organizando e apoiando eventos para debater políticas, metodologias; e propondo a produção de vídeos e livros, inclusive por meio da formação de parcerias com órgãos internacionais, estaduais, municipais, empresas e organizações não-governamentais (BRASIL, 1998, p. 125).

Como princípios básicos do Programa, temos:

1) o Poder Público (União, Estados e Municípios) tem o dever constitucional de promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino. 2) A responsabilidade do Poder Público não exclui a participação das comunidades, que devem ser transformadas em parceiras do Poder Público na promoção da ação educativa e na formação da consciência da sociedade no setor ambiental. 3) A Educação Ambiental deve objetivar o desenvolvimento da compreensão do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos físicos, biológicos, sociais, políticos, econômicos, culturais, científicos e éticos. 4) Um objetivo da EA é a compreensão de que a conservação ambiental contempla também o uso dos recursos naturais com sustentabilidade, de modo que tanto as gerações atuais possam usufruir deles quanto as futuras. 5) O PRONEA deve estimular a solidariedade entre as regiões do país, e do país com a comunidade internacional, visando à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada e socialmente justa (BRASIL, 1998, p. 128).

As perspectivas do PRONEA seriam:

a) aprofundamento e sistematização da Educação Ambiental no ensino formal;

---

<sup>156</sup> Ao MEC ficava delineado o escopo de atividades envolvendo o âmbito formal da educação. Já ao IBAMA, caberia o trabalho dentro das atividades não formais de educação, tal qual a formação de gestores ambientais, etc. (BRASIL, 1998).

b) boa gestão ambiental buscando formar uma consciência pública e produzir informações direcionadas a diversos setores da sociedade (BRASIL, 1998).

Suas sete linhas de ação:

a) Educação Ambiental através do ensino formal:

propõe a capacitação do sistema de atores da educação formal, supletivo e profissionalizante, visando à formação da consciência, à adoção de novas atitudes e à difusão do conhecimento teórico e prático, voltados para a proteção do meio ambiente e a conservação dos recursos naturais. Para atingir estes objetivos, propõe as seguintes estratégias: capacitar docentes e técnicos do sistema de ensino; realizar e apoiar projetos de desenvolvimento teórico e prático acerca da temática da educação ambiental; rever a bibliografia e o material pedagógico, na perspectiva da abordagem da Educação Ambiental como um tema transversal nos currículos (BRASIL, 1998, p. 129).

b) Educação no processo de gestão ambiental:

tem como finalidade subsidiar as decisões e orientar quem as toma, nos setores público e privado, para que incorporem noções e princípios da boa gestão ambiental no exercício de suas atividades. Como estratégias, propõe apoiar ações de capacitação dos gestores e tomadores de decisões de órgãos ambientais do setor público, bem como incentivar e apoiar a capacitação de técnicos de instituições sociais organizadas na sociedade civil e, também, os agentes de instituições de qualificação profissional, oferecendo a capacitação com a especificidade requerida pelos públicos-alvo a serem atingidos (BRASIL, 1998, p. 129).

c) Realização de campanhas específicas de Educação Ambiental para usuários de recursos naturais:

visa conscientizar e instrumentalizar os usuários dos recursos naturais, para que os utilizem de forma responsável, garantindo-lhes sustentabilidade e promovendo a qualidade de vida das populações envolvidas. Como estratégias para atingir estes fins, propõe apoiar ações de conscientização junto aos produtores e usuários de recursos naturais e estimular as entidades dessas classes a adotarem a perspectiva ambiental em suas rotinas, além de realizar campanhas para difundir os princípios, orientações e recomendações ambientalmente corretas para a população em geral (BRASIL, 1998, p. 129).

d) Cooperação com os que atuam nos meios de comunicação e com os comunicadores sociais:

voltando-se aos que atuam nos meios de comunicação ou em outras atividades de comunicação social (escritores, artistas etc), objetiva proporcionar as condições para que contribuam na formação da consciência ambiental da sociedade e promovam valores ligados à preservação ambiental, ao uso responsável dos recursos naturais e à melhoria da qualidade de vida. As estratégias propostas para estes fins são: capacitar profissionais do setor através de cursos presenciais ou à distância e outras formas de treinamento; criar e incentivar ações que gerem informações ambientais; promover a democratização e facilitar o acesso à informação neste setor (BRASIL, 1998, p. 129-130).

- e) Articulação e integração das comunidades em favor da educação ambiental:

tem como finalidades mobilizar iniciativas das comunidades, de órgãos governamentais e não-governamentais e outras instituições externas ao sistema educacional, para que implantem, ampliem e aperfeiçoem práticas de EA adequadas aos seus públicos-alvo, ou os que com elas interagem. Entre as estratégias propostas, destacam-se o apoio às iniciativas ambientais comunitárias e/ou dos organismos sociais públicos ou privados e, também, o incentivo à participação cada vez maior da sociedade na construção da consciência ambiental, através dos diversos recursos de marketing (BRASIL, 1998, p. 130).

- f) Articulação intra e interinstitucional:

propõe promover e também apoiar a cooperação e o intercâmbio interinstitucional para atingir o nivelamento da consciência ambiental e para as práticas da EA, sugerindo como estratégias o incentivo e/ou a promoção de encontros, seminários e conferências em níveis local, estadual, nacional e internacional, voltados para os agentes institucionais que sejam multiplicadores neste setor (BRASIL, 1998, p. 130).

- g) Criação de uma rede de centros especializados em EA, integrando universidades, escolas profissionais e centros de documentação em todos os estados:

essa linha de ação pretende viabilizar o aprofundamento de aspectos conceituais e metodológicos da Educação Ambiental, desenvolver material didático, armazenar e difundir informações. As estratégias são: incentivar a criação de organismos próprios no nível estadual para desenvolver estudos, pesquisas e inovações práticas; criar um Centro Nacional de referência sobre o tema, capaz de organizar e articular essa rede de Centros Especializados, além de estabelecer bancos de dados para subsidiar o próprio PRONEA e a sociedade em geral (BRASIL, 1998, p. 130).

Na década de 1990, as primeiras iniciativas estatais voltadas para as políticas públicas relativas à EA foram realizadas, ainda que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, não faça proposições e tenha apenas duas referências<sup>157</sup> à EA, apesar das discussões nacionais já realizadas sobre a temática (NASCIMENTO, s.d).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais<sup>158</sup> (PCN), contudo, apresentaram a questão ambiental enquanto um tema transversal nos currículos, o que sugere a interrelação entre

<sup>157</sup> “A referência é feita no artigo 32, inciso II, segundo o qual se exige, para o Ensino Fundamental, a *compreensão ambiental natural e social do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade*”; e no artigo 36, § 1º, segundo o qual os currículos do ensino fundamental e médio “*devem abranger, obrigatoriamente, (...) o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil*” (MEC, 2007, p. 19).

<sup>158</sup> “Os PCN constituem-se como um subsídio para apoiar a escola na elaboração do seu projeto educativo, inserindo procedimentos, atitudes e valores no convívio escolar, bem como a necessidade de tratar de alguns temas sociais urgentes (...) denominados como temas transversais: meio ambiente, ética, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo, com possibilidade de as escolas e/ou comunidades elegerem outros de importância relevante para sua realidade” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2005, p. 26).

diversas áreas do conhecimento a partir de uma relação transversal (NASCIMENTO, s.d; MARTINEZ, 2006). Os chamados temas transversais foram a grande novidade trazida pelos PCN, os quais, permeando todas as disciplinas, ajudariam a cumprir certo papel da escola, a saber, a produção da cidadania (BRASIL, 2009). Por tema transversal, os PCN apontam:

Mais recentemente, algumas propostas indicaram a necessidade do tratamento transversal de temáticas sociais na escola, como forma de contemplá-las na sua complexidade, sem restringi-las à abordagem de uma única área. Adotando essa perspectiva, as problemáticas sociais são integradas na proposta educacional dos Parâmetros Curriculares Nacionais como Temas Transversais. Não constituem novas áreas, mas antes um conjunto de temas que aparecem transversalizados nas áreas definidas, isto é, permeando a concepção, os objetivos, os conteúdos e as orientações didáticas de cada área, no decorrer de toda a escolaridade obrigatória. A transversalidade pressupõe um tratamento integrado das áreas e um compromisso das relações interpessoais e sociais escolares com as questões que estão envolvidas nos temas, a fim de que haja uma coerência entre os valores experimentados na vivência que a escola propicia aos alunos e o contato intelectual com tais valores (MEC/SEF, 1997, p. 45).

Ainda sobre este ponto:

Em outras palavras, propõe-se que as questões ambientais (inclusive o estudo do ambiente escolar e do local onde as crianças moram) permeiem os objetivos, conteúdos e orientações didáticas em todas as disciplinas, no período da escolaridade obrigatória. Assim, a criança pode aprender sobre as qualidades da natureza em ciências, mas pode também ser sensibilizada pintando e escrevendo sobre o que vê, tirando música de objetos que descobre no ambiente, usando sucata para fabricar brinquedos e para experimentos científicos, e outras atividades que gerem conhecimentos, valores e atitudes de cidadania (BRASIL, 1998, p. 62).

Em resumo:

Todos os temas transversais têm estas características: são temas de abrangência nacional; podem ser compreendidos por crianças na faixa etária proposta; permitem que os alunos desenvolvam a capacidade de se posicionarem perante questões que interferem na vida coletiva; e podem ser adaptados à realidade das regiões (BRASIL, 1998, p. 148).

Assim sendo, os PCN não poderiam funcionar como regras impostas pela esfera federal, mas sim, deveriam figurar como referências auxiliares no país, respeitando as diferenças encontradas nas diversas regiões, no trato dos problemas sociais, sejam eles novos ou antigos (BRASIL, 2009).

Os PCN abordam a crise ambiental, oferecendo aos professores algumas definições, assim como conteúdos, critérios avaliativos e orientações de cunho didático para indicação de formas de trabalhar o meio ambiente de maneira transversal (BRASIL, 1998). É importante notar que, como um objetivo do ensino fundamental, os PCN apontem que os alunos devem ser capazes de se perceberem como um agente que é dotado de capacidade de agir sobre o ambiente, assim como é integrante e dependente deste mesmo ambiente. Assim sendo, o

aluno dotado desta percepção deve ser capaz de contribuir para a melhoria do meio ambiente do qual é dependente e integra, conforme apresentado (MEC/SEF, 1997).

Em 27 de abril 1999, a Lei nº 9.795/99, a qual dispõe sobre a EA, institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), é sancionada. O art. 1º define o caráter normativo da EA:

processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

A crítica de Layrargues (2006, p. 09. Grifos nossos) passa pelo caráter comportamentalista que permeia o primeiro artigo da lei agora discutida:

é possível identificar no texto da Lei o estabelecimento de *relações estreitas entre a educação ambiental e a mudança cultural como meta desse fazer educativo*, ao mesmo tempo que emprega uma violência simbólica que impõe uma concepção naturalista de educação ambiental, reduzindo a possibilidade de integração de conceitos como risco, conflito, vulnerabilidade e justiça socioambiental

Segundo o art. 2º, a EA é um “componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal<sup>159</sup>” (BRASIL, 1999). Assim, registra-se neste artigo, segundo Sorrentino et al. (2005), o caráter de interdisciplinaridade metodológica e epistemológica para a EA.

A EA é pensada enquanto um direito de todos. Neste sentido, atribuem-se responsabilidades no tocante à garantia deste direito, sem, contudo, estabelecer sanções (BRASIL, 2009):

- I. O Poder Público: promover a EA em todos os níveis, além de promover o engajamento da sociedade em torno da conservação ambiental, assim como de sua recuperação e melhoria;
- II. As instituições educativas: promover a EA integrando-a aos programas educacionais que estas desenvolvem;

---

<sup>159</sup> “A seara não-formal – fora das instituições de ensino – é detalhada no artigo 13, Seção III da lei. Nela, a EA é proposta como componente para sensibilizar a sociedade sobre as questões ambientais e incentivar o engajamento de cidadãos/aos na defesa da qualidade do meio ambiente. Nesse ponto, a lei entra em detalhes sobre ações que o Poder Público deve adotar para disseminar a EA. Por exemplo, estimular a publicação do tema através dos meios de comunicação de massa; a participação das instituições de ensino e de ongs na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à EA não-formal, e a promoção de parcerias com empresas públicas e privadas para desenvolver programas de EA. O mesmo artigo 13 cita ainda o apoio à sensibilização dos agricultores e conscientização para os temas unidades de conservação, populações tradicionais e o ecoturismo. São aspectos mais abordados entre educadoras/es focados no conservacionismo” (BRASIL, 2009, p. 63-64).

- III. Órgãos Integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama): promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação ambiental, assim como de recuperação e melhoria;
- IV. Meios de comunicação de massa: colaboração no sentido de disseminar informações e práticas educativas acerca do meio ambiente, “ambientalizando” sua programação;
- V. Empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas: devem promover programas que capacitem os trabalhadores;
- VI. Sociedade em geral: ter permanente atenção no que diz respeito à formação de valores, etc., que tornem possível a ação tanto individual quanto coletiva voltada à preservação ambiental, assim como uma ação capaz de solucionar problemas ambientais.

Enquanto princípios da EA, a lei aponta o humanismo, a abordagem holística e a participação, assim como uma concepção de meio ambiente que integre as várias dimensões que formam a totalidade ambiental: o meio natural, o socioeconômico e o cultural. Temos também, dentre outros princípios, a defesa do pluralismo das ideias e concepções pedagógicas a orientar as ações de EA (BRASIL, 1999). Esquemáticamente, temos:

- enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- permanente avaliação crítica do processo educativo;
- abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; reconhecimento e respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural (BRASIL, 2009, p. 60).

Além disto, o artigo 5º define como os objetivos da EA (BRASIL, 1999):

- I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II - a garantia de democratização das informações ambientais;
- III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Sendo um direito de todos, segundo esta lei, a EA é responsabilidade de toda a sociedade em geral, desde o Poder Público, instituições educativas, meios de comunicação de massa, empresas, etc, conforme anteriormente apresentado. Loureiro (2004, p. 85), sobre esta lei, pondera:

Observamos na Lei uma preocupação com a construção de condutas compatíveis com a ‘questão ambiental’ e a vinculação de processos formais de transmissão e criação de conhecimentos à práticas sociais, numa defesa das abordagens que procuram realizar a práxis educativa por meio de um conjunto integrado de atividades curriculares e extracurriculares [...]. Há também efetiva preocupação em fazer com que os cursos de formação profissional insiram de modo transversal conceitos que os levem a padrões de atuação profissional minimamente impactantes.

Após a promulgação da PNEA, no Ministério da Educação foi criada a Coordenação Geral de Educação Ambiental, além da Diretoria de Educação Ambiental, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, como instâncias de execução da PNEA (SORRENTINO et al. 2005). Assim, a EA é institucionalizada e inserida nas políticas públicas do Estado enquanto objeto destas políticas, afirma Ferreira (2009). Ainda sobre isto:

O MEC e o MMA em seus respectivos setores de educação ambiental, pautados pelo ProNEA — Programa Nacional de Educação Ambiental — estão implantando programas e projetos junto às redes públicas de ensino, unidades de conservação, prefeituras municipais, empresas, sindicatos, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, consórcios e comitês de bacia hidrográfica, assentamentos de reforma agrária, dentre outros parceiros (SORRENTINO et al. 2005, p. 290).

Ferreira (2009) tece críticas à Lei Nº 9.795/99, ainda que reconheça, em certa medida, que esta se configura enquanto uma tentativa de mudanças. Em sua leitura, esta lei não contou, no seu processo de produção, com ampla participação da sociedade<sup>160</sup>, assim como de especialistas no campo ambiental, pois editou-se “uma Lei Ambiental articulada principalmente por juristas e políticos, com a ausência de um suporte técnico-científico eficaz e adequado” (FERREIRA, 2009, p. 38). Além disto, o autor em questão questiona se tal lei

<sup>160</sup> “Em verdade, não houve um trabalho prévio junto à população destinatária desta lei, num sentido de melhor prepará-la para que quando de sua recepção, já houvesse uma mínima conscientização de sua finalidade, da necessidade da participação de todos, bem como do esclarecimento de pontos mais complexos nela relatados como economia dominante, exclusão social, repartição de riquezas, sustentabilidade, transversalidade, interdisciplinaridade, participação cidadã, políticas públicas, etc” (FERREIRA, 2009, p. 39).



não aparece em cena meramente como algo a ser exibido aos organismos internacionais para promover uma certa imagem do governo brasileiro, extraindo disto alguns benefícios específicos<sup>161</sup>.

Layrargues (2006, p. 09), sobre esta lei, também levanta críticas:

contém características reprodutivistas que revelam o papel ideológico dos aparelhos de Estado: em primeiro lugar, a Lei teve sua formulação de modo assistencialista, já que foi elaborada por um parlamentar sem a participação dos educadores ambientais. Em segundo lugar, ela foi precocemente implementada, antes de estarem dadas as suas condições sociais, acadêmicas e políticas, pois ela veio ao mundo em um momento em que: (a) não havia uma organização social coletiva dos educadores ambientais que pudessem demandar e discutir a face da política pública para esse fazer educativo; (b) não havia uma base científica minimamente estabelecida que permitisse o planejamento de metas e planos para essa política pública; e (c) não havia uma definição clara do campo político-ideológico dos modelos de educação ambiental para que se pudesse esboçar qual ou quais perspectivas poderiam ser adequadas à realidade brasileira.

Furtado (2009, p. 347) critica a natureza apresentada como um bem de uso comum do povo, conforme afirma o primeiro artigo da lei em questão:

No meu ponto de vista, a utilização dessa expressão remete diretamente a uma concepção antropocêntrica, pois faz relação de “uso” como bem jurídico de forma generalizada, não mencionando até que ponto podemos “utilizar” o ambiente sem prejudicá-lo ou agredi-lo. Além disso, não faz nenhuma referência ao tipo de impacto que uma grande empresa ou um cidadão comum podem causar no ambiente, demonstrando uma certa omissão em relação a responsabilidade que os grandes empresários possuem.

Aqui temos, tomando a última parte da citação acima, com a qual concordamos, a mesma crítica à linguagem presente no Relatório Brundtland que apresentamos em outro momento deste trabalho. Em nome de um homem ahistórico e descolado da sociedade de classes, essa linguagem despolitiza a questão e ignora, conforme já apontamos, as diferenças de responsabilidades pela produção de problemas ambientais. Outra crítica apontada pelo mesmo autor (FURTADO, 2009, p. 347) diz respeito à atuação dos meios de comunicação de massa, os quais – segundo a lei – têm uma parcela de responsabilidade na garantia da EA como um direito de todos:

Na prática, é possível verificar em alguns comerciais, por exemplo, a educação

---

<sup>161</sup> “Podemos também questionar até que ponto sua promulgação não serviu mais para que o país pudesse exibi-la como prova de competência num processo ambientalmente correto, principalmente frente aos organismos internacionais, nas conferências mundiais e para esgueirar-se da sabatina da mídia mundial, e valer-se dos benefícios e doações econômicas desses organismos, da participação em seus projetos, etc” (FERREIRA, 2009, p. 34).

ambiental voltada somente para os aspectos naturais, desvinculando-a da sociedade como um todo. Assim, apesar da mídia, políticas, instituições e sociedade em geral apresentar preocupação em torno da emergência da educação ambiental, são raras as preocupações a respeito das bases conceituais e epistemológicas sobre as quais ela deveria se desenvolver.

Este primeiro artigo da lei também foi criticado por militantes ambientalistas e pesquisadores da área. Especialmente em torno do significado subjacente à palavra *conservação*:

Destacar a conservação ambiental na definição oficial da EA seria, segundo as críticas, deixar de lado a visão consolidada na América Latina, questionadora do modo de produção e consumo, das injustiças socioambientais, causas e conseqüências da degradação ambiental. Também permitiria delegar para outro plano as ações pela melhoria da qualidade de vida, o controle social e participação de seres humanos, entendidas como parte da EA (BRASIL, 2009).

Em 25 de junho de 2002, a Lei nº 9.795/99 foi regulamentada pelo Decreto n 4.281/02, o qual institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências:

Este foi um passo decisivo para a realização das ações em Educação Ambiental no governo federal, tendo como primeira tarefa a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica para a realização conjunta da Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (MEC, 2007, p. 15).

O primeiro artigo deste decreto coloca que a Política Nacional de Educação ambiental será executada pelo SISNAMA e suas partes integrantes, assim como por instituições educacionais públicas e privadas, por órgãos públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o envolvimento de ONG, entidades classistas, meios de comunicação e outros segmentos da sociedade (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2010, p. 608). Cria-se também, já no segundo artigo, o Órgão Gestor, o qual deve ser responsável, nos termos desta lei, pela coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental e será dirigido pelos Ministros do Meio Ambiente e da Educação<sup>162</sup> (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2010). Nas palavras de Luca, Lagazzi e Sorrentino (s.d, p. 106-107):

A partir deste documento é que a EA passa a ser constituída como um componente essencial e permanente da educação nacional, consolidando um processo de inclusão da dimensão ambiental na educação, convocando a sociedade como um todo para somar esforços em todos os espaços pedagógicos possíveis, para além das escolas, disseminando preceitos ‘sustentabilidade’, termo que até hoje requer uma análise mais aprofundada.

---

<sup>162</sup> No artigo 2º, parágrafo primeiro, temos que “Aos dirigentes caberá indicar seus respectivos representantes responsáveis pelas questões de Educação Ambiental em cada Ministério” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2010, p. 608).

#### 4 DESENVOLVIMENTO, BARBÁRIE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: REPRODUÇÃO COMPORTAMENTALISTA OU CONSTRUÇÃO DE ENFRENTAMENTOS PARA ALÉM DO CAPITAL? ELEMENTOS PARA UMA REFLEXÃO CRÍTICA ACERCA DO PROJETO ECOA

A pergunta que confere título ao trabalho ganha seu sentido a partir da compreensão de que *todo* ato educacional comporta duas possibilidades ainda que não necessariamente de uma maneira tão simplificada: ou atua enquanto *reprodutor* de um complexo conjunto de valores e desdobramentos que tem como consequência, mesmo que involuntária, ou não declarada, a manutenção de um determinado estado de coisas, determinadas posições, hierarquias, controle e relações de dominação no mundo social, ou então enquanto uma ferramenta capaz de produzir espaços de *enfrentamento*, alicerçar práticas qualificadas de crítica ao mundo das mercadorias (MARX, 1985) e abrir *possibilidades* de construção de novas alternativas societárias, fraturas, a partir de movimentos contra-hegemônicos<sup>163</sup> de tipos muito variados. Tal questionamento é vital em tempos de propostas cujos proponentes buscam, sob um manto de pretenso ascetismo ideológico e apartidarismo, sedimentar uma visão de mundo comprometida com a manutenção da sociabilidade alienada do capital<sup>164</sup> e outras pautas obscurantistas, preconceituosas e retrógradas que fazem parte do enfrentamento político mais amplo e conjuntural do momento, as quais visam – ainda que não declaradamente, pois se apresentam como estando acima destas “querelas” pequenas e serem manifestações inquestionáveis de bom senso<sup>165</sup> – expurgar a presença, ou mesmo barrar a entrada de discussões críticas no espaço escolar, as quais poderiam produzir espaços de desnaturalização de hierarquias sociais historico-socialmente produzidas, opressões de caráter étnico-racial, gênero, origem, credo, dentre outras, contribuindo para superações qualitativas de grandes questões presentes na sociabilidade brasileira. Assim sendo, compreendemos que não existe a menor possibilidade de que o processo educativo pare resplandescente sobre o mundo dos homens e das mulheres em sua cotidianidade atravessada por pontos de vista, posições divergentes etc. Ao refletirmos acerca da EA, estamos com tais pressupostos como

---

<sup>163</sup> Este termo está inserido no debate do âmbito marxista sobre a noção de hegemonia. Resumindo o contexto de surgimento desta noção, Alves (2010) coloca: “A noção de hegemonia foi criada no seio da tradição marxista para pensar as diversas configurações sociais que se apresentavam em distintos pontos no tempo e no espaço. Apesar de ter suas origens na social-democracia russa e em Lênin, é Gramsci que apresenta uma noção de hegemonia mais elaborada e adequada para pensar as relações sociais, sem cair no materialismo vulgar e no idealismo encontrados na tradição.”.

<sup>164</sup> Aqui está feita referência ao “Escola sem Partido”. Para uma apresentação feita pelos proponentes do projeto: <<http://www.escolasempartido.org/apresentacao>>. Acesso em: 19/07/2016.

<sup>165</sup> Nas falas dos defensores destas propostas, a posição contrária é sempre apontada como irracional, impossível de se sustentar em bases lógicas, ideologicamente apaixonadas etc.

o fio condutor. Inexiste, portanto, EA neutra, higienicamente livre das interferências ideopolíticas que orientam as práticas dos atores sociais, pois esta é “um veículo por onde também atravessa a disputa pela *conservação* ou *transformação* das condições sociais” (LAYRARGUES, 2006, p. 9. Grifos nossos). Isto posto, avancemos.

Propomos, com este trabalho, tendo em vista o escopo do mesmo, responder a mesma questão posta por Layrargues (2006, p. 05. Grifos nossos), a saber:

A questão crucial a ser atualmente respondida, portanto, além da eficácia de sua cota de participação na tarefa na reversão da crise ambiental, é *se essa prática pedagógica reproduz ou transforma as condições sociais tal qual se encontram atualmente. Em outras palavras: se reproduz os valores, os princípios, os fundamentos e em especial, as relações sociais capitalistas; ou ao contrário, se os transforma.*

#### **4.1 Educações Ambientais: multiplicidade e conflito**

Neste momento do texto, cumpre levantar a seguinte indagação: o que é EA? Segundo Layrargues (2004, p. 07) este é:

o nome que historicamente se convencionou dar às práticas educativas relacionadas à questão ambiental. Assim, “Educação Ambiental” designa uma qualidade especial que define uma classe de características que juntas, permitem o reconhecimento de sua identidade, diante de uma Educação que antes não era ambiental.

Todavia, esta definição inicial não consegue abarcar a complexidade e diversidade que cercam as práticas de EA. Isso pelo fato da EA comportar uma *pluralidade de orientações* possíveis (CARVALHO, 2004), seja no que diz respeito às suas bases filosóficas, epistemológicas, pedagógicas e ideopolíticas. Neste sentido dialogamos com Layrargues e Lima (2014, p. 26. Grifos nossos):

A Educação Ambiental surgiu no contexto de uma crise ambiental reconhecida no final do século XX, e estruturou-se como fruto da demanda para que o ser humano adotasse uma visão de mundo e uma prática social capazes de minimizar os impactos ambientais. Mas a constatação de que a Educação Ambiental compreendia um universo pedagógico multidimensional que girava em torno das relações estabelecidas entre o indivíduo, a sociedade, a educação e a natureza foi exigindo aprofundamentos que se desdobraram em sucessivas análises e aportes teóricos de crescente sofisticação, *tornando essa prática educativa mais complexa do que se poderia imaginar.*

Conforme Ramos (1996, p. 94), aquilo que se entende por EA

foi adquirindo um sentido progressivamente difuso, muitas vezes equivocado na sua fundamentação teórica e que tem levado a práticas contraditórias. Essa situação se traduz em uma heterogeneidade conceitual, axiológica e metodológica, baseada num limitado reducionismo: ora a educação ambiental se esgota com a utilização de determinados recursos didáticos, ora ela é reduzida ao ensino de algumas disciplinas (geralmente ciências/ecologia), ora ela se limita a encontrar receitas dentro do

sistema atual para melhorar as condições ambientais.

Krasilchik (1986 *apud* SILVA; CAMPINA, 2009) aponta que em escala nacional, assim como internacional, não é possível apontar uma definição unívoca que denomine a EA dando conta de todos os seus aspectos constituintes. Lima (2009, p. 147), refletindo acerca da construção da EA no Brasil, afirma esta já “nasceu como um campo plural e diferenciado que reunia contribuições de diversas disciplinas científicas, matrizes filosóficas, posições político-pedagógicas, atores e movimentos sociais”. Carvalho (2002, p. 85), entrando nesta discussão, afirma que a EA “está longe de configurar um campo discursivo e ideológico homogêneo. Ao contrário, tem sido palco de múltiplas interpretações que disputam os sentidos do "ambiental”. Layrargues e Lima (2014) igualmente afirmam este caráter múltiplo, ainda que a um público mais amplo e não especializado possa parecer que as práticas de EA formam um bloco unívoco.

Layrargues (2004, p. 07), neste mesmo direcionamento, aponta que:

desde que se cunhou o termo “Educação Ambiental”, diversas classificações e denominações explicitaram as concepções que preencheram de sentido as práticas e reflexões pedagógicas relacionadas à questão ambiental. Houve momentos que se discutia as características da educação ambiental formal, não formal e informal; outros discutiram as modalidades da Educação Conservacionista, ao Ar Livre e Ecológica; outros ainda, a Educação “para”, “sobre o” e “no” ambiente.

Sauvé (s.d, p. 17) contribui neste debate ao apontar que

Quando se aborda o campo da educação ambiental, podemos nos dar conta de que apesar de sua preocupação comum com o meio ambiente e do reconhecimento do papel central da educação para a melhoria da relação com este último, os diferentes autores (pesquisadores, professores, pedagogos, animadores, associações, organismos, etc.) adotam diferentes discursos sobre a EA e propõem diversas maneiras de conceber e de praticar a ação educativa neste campo.

Tal pluralidade apontada pelos pesquisadores acima referidos leva autores como o já referido Philippe Layrargues (2004; 2006) e Carvalho (2004) a pensarem que atualmente não é possível falarmos em EA no singular, sem fornecermos a ela uma qualificação, sendo impossível, desta forma, simplesmente dizer que se faz EA sem qualquer referência a outro aporte que lhe title e forneça uma face, uma identidade. Diante do exposto, temos a noção de que estamos diante de um objeto que não comporta simplificações, mas sim que é passível de disputas que envolvem projetos societários, ideais dos mais diversos, os quais entram em conflito e podem ser, muitas vezes, inconciliáveis. Conforme Marcos Reigota (2012), reiterando o exposto, existem múltiplas educações ambientais, cada qual, orientada por referenciais teóricos e políticos muitas vezes antagônicos e que se portam como adversários.

Ou seja, a EA comporta conflitos complexos e que está repleta de disputas e posições internas (REIGOTA, 2012; CARVALHO, 2004). Layrargues e Lima (2014, p. 28) afirmam que, na prática, esta multiplicidade

significa que existem muitos caminhos possíveis de conceber e de realizar os meios e os fins da Educação Ambiental. Dependendo desse conjunto complexo de circunstâncias, alguns atores escolhem um determinado caminho, outros escolhem um caminho diferente: uns acreditam ser determinante o desenvolvimento da sensibilidade na relação com a natureza, outros entendem que é fundamental conhecer os princípios ecológicos que organizam a vida. Alguns têm forte expectativa no autoconhecimento individual e na capacidade de mudança do próprio comportamento em relação à natureza, outros estão seguros que é preciso contextualizar o problema ambiental com suas dimensões sociais e políticas, entre outras possibilidades.

Diante de tamanha variedade de posicionamentos, Sauvé (s.d) sugere que uma estratégia de inser o neste emaranhado   produzir o que ela chama de uma “cartografia” para melhor visualiza o e apreensão da diversidade que, conforme apontamos,   intrínseca   EA e suas práticas<sup>166</sup>. Neste processo de produ o de “mapas” de EA, a autora faz uso da ideia de “correntes” e pondera:

A no o de corrente se refere aqui a uma maneira geral de conceber e de praticar a educa o ambiental. Podem se incorporar, a uma mesma corrente, uma pluralidade e uma diversidade de proposi es. Por outro lado, uma mesma proposi o pode corresponder a duas ou três correntes diferentes, segundo o ângulo sob o qual   analisada. Finalmente, embora cada uma das correntes apresente um conjunto de características específicas que a distingue das outras, as correntes não são, no entanto, mutuamente excludentes em todos os planos: certas correntes compartilham características comuns. Esta sistematiza o das correntes torna-se uma ferramenta de análise a serviço da explora o da diversidade de proposi es pedagógicas e não um grilh o que obriga a classificar tudo em categorias rígidas, com o risco de deformar a realidade (SAUVÉ, s.d, p. 18).

Sem aqui esgotar a tipologia proposta pela autora<sup>167</sup>, a qual está exposta de forma detida em seu texto *Uma cartografia das correntes em educa o ambiental*, tais correntes seriam: naturalista, conservacionista/recursista, resolutiva, sist mica, científica, humanista, moral/ tica, holística, biorregionalista, pr xica, crítica, feminista, etnográfica, eco-educa o, sustentabilidade (SAUVÉ, s.d).

Existem ainda outras formas de especifica o de a es de EA, conforme o

<sup>166</sup> A autora pondera: “Deve-se notar que este trabalho foi desenvolvido mais num contexto cultural norte-americano e europeu, explorando, entre outros, os bancos de dados ERIC e FRANCIS. Infelizmente, apesar de diversos autores, não integra suficientemente os trabalhos dos educadores da América Latina nem de outros contextos culturais. O trabalho fica por continuar...” (SAUVÉ, s.d, p. 39).

<sup>167</sup> A apresenta o comparativa das correntes foi orientada por alguns cr terios. Segundo a autora (SAUVÉ, s.d, p. 18), tais cr terios foram: “a concep o dominante do meio ambiente; – a inten o central da educa o ambiental; – os enfoques privilegiados; – exemplo(s) de estratégia(s) ou de modelos(s) que ilustra(m) a corrente”.

levantamento realizado por Da Silva, Costa e Araújo-de-Almeida (2012), e Layrargues (2006, p. 08. Grifos nossos):

assistimos no Brasil ao surgimento de novas adjetivações desse fazer educativo, como ‘*educação ambiental problematizadora*’ (Moraes, 1997), ‘*ecopedagogia*’ (Gadotti, 1997; Ruscheinsky, 2002), ‘*educação no processo de gestão ambiental*’ (Quintas & Gualda, 1995), ‘*educação ambiental crítica*’ (Guimarães, 2000), ‘*educação ambiental transformadora*’ (Sansolo & Cavalheiro, 2001), ‘*educação ambiental popular*’ (Carvalho, 2001), e ‘*educação ambiental emancipatória*’ (Lima, 2002).

Para os intentos da presente dissertação, compreendemos ser oportuno metodologicamente<sup>168</sup> trabalhar com um par conceitual que busca tornar este trabalho de delineamento de posições mais resumido, já que este “mapa” das diversas educações ambientais não é auto-evidente e não é tarefa fácil localizar-se neste universo (CARVALHO, 2004), sendo que esta é uma ação que certamente carrega elevada dose de arbitrariedade. Referimo-nos à oposição entre uma *educação ambiental conservadora* e uma *educação ambiental crítica*, a qual consegue dar conta de reunir aspectos comuns entre muitas das “correntes” de EA, a fim de comparação, para usar a terminologia empregada por Sauvé (s.d), de forma satisfatória. Longe de ser uma simplifica o indolente, ainda que corramos o risco de, como muitos poderiam afirmar<sup>169</sup>, simplificar demasiadamente o que está em pauta. Este esforço para estabelecer características próprias e diferenciativas entre esta ou aquela tendência, corrente etc., em EA tem uma *fun o política* que consideramos importante, conforme a perspectiva de Layrargues e Lima (2014, p. 24), sendo que tal fun o

se realiza quando a decomposi o analítica daquilo que parecia ser um todo homogêneo permite perceber as diferenças internas e identificar as motiva es, os interesses e os valores que inspiraram sua constitui o diversa, no caso, as tendências político-pedagógicas da Educa o Ambiental.

Ir além de uma possível aparência de pl cida homogeneidade que poderia envolver a

<sup>168</sup> “  possível denominar educa o ambiental a práticas muito diferentes do ponto de vista de seu posicionamento político-pedagógico. Assim, *torna-se necessário situar o ambiente conceitual e político* onde a educa o ambiental pode buscar sua fundamenta o enquanto projeto educativo que pretende transformar a sociedade” (CARVALHO, 2004, p.20. Grifos nossos).

<sup>169</sup> Segundo Layrargues e Lima (2014, p. 24), há um debate em torno disto: “Ressalte-se que há um debate, ainda implícito, que polariza duas interpreta es diferentes a respeito da explicita o das correntes político-pedagógicas na Educa o Ambiental: a primeira julga que os riscos da análise são maiores que os ganhos, porque entende que as tipologias simplificam a realidade, perdem de vista seu dinamismo e induzem a um estranhamento entre os atores sociais que compartilham o campo. A segunda julga que os benefícios da análise superam esse risco: não se trataria aqui de um esforço gratuito de abstra o, mas de uma interpreta o da realidade que traz resultados positivos. A esse respeito, Bertolucci *et al.* (2005), constatando a dominância da percep o da Educa o Ambiental como uma prática educativa homog nea, concordam com a necessidade de se repensar o campo, o que implicaria em ganhos de amadurecimento teórico e epistemológico não apenas do campo, mas também de cada vertente político-pedagógica. A necessidade de compreender as singularidades do campo parece ser um caminho sem volta”.

EA, buscando no objeto de análise suas diversas facetas, reentrâncias, sombras constitutivas, explicitando, desta forma, as diferentes posições que não se resumem à hoje dominante, temos a possibilidade de contribuir com o trabalho de implosão do invólucro de “neutralidade” apolítica que foi lentamente produzido na discussão entorno do Desenvolvimento Sustentável e direcionado à EA, fazendo com que, desta maneira, as consequências menos óbvias e aparentes das práticas de EA sejam expostas, trazidas à tona.

Antes de passarmos ao próximo ponto, cumpre registrar ainda sobre esta operação aqui realizada de reunir as várias correntes e perspectivas que animam as práticas de EA em torno da oposição entre conservação e crítica/transformação que:

as tendências à conservação ou à transformação social referidas (...), expressam a representação de uma multiplicidade de posições ao longo de um eixo imaginário polarizado pelas duas tendências, *nunca um esquema binário e maniqueísta* (LAYRARGUES; LIMA, 2014. Grifos nossos).

#### **4.1.1 Educação ambiental conservadora e educação ambiental crítica: dois conjuntos de “correntes” em disputa num campo**

Iniciamos este ponto recorrendo a Layrargues (2006, p. 11. Grifos nossos):

não é possível negar a existência de *uma disputa ideológica* pela produção de sentidos para o universo conceitual da educação ambiental, polarizando as tendências pedagógicas liberais e progressistas, equivalentes, na prática, respectivamente ao modelo hegemônico da educação ambiental convencional e do modelo contra-hegemônico da educação ambiental popular, crítica, transformadora, problematizadora, emancipatória ou no processo de gestão ambiental, conforme denominam os diversos autores que procuram desfazer a homogeneidade conceitual cristalizada na própria concepção de educação ambiental.

Aprofundando esta perspectiva que afirma a existência de uma disputa ideológica pela produção de sentidos do que seria a EA, Layrargues e Lima (2014) buscam fazer um diálogo com o conceito bourdieusiano de *campo* para pensar a já apontada diversidade de concepções que é marca própria da EA. Para Bourdieu (1996), o campo é uma rede de relações objetivas entre posições que, para serem compreendidas, deve ser tomada de forma relacional; dito de outra forma, uma posição no campo pressupõe que esta seja relacionada – pois é definida por esta relação – com outras posições. Ou ainda um mundo social como os outros, dotados de leis mais ou menos específicas, um universo no qual estão inseridos agentes e instituições (BOURDIEU, 2004). Existe, assim, uma “luta pelo monopólio da representação legítima do mundo social, essa luta pelas classificações” (BOURDIEU, 1988, p. 11), ou ainda, uma luta “pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a



definição legítima das divisões do mundo social” (BOURDIEU, 2009, p. 113), luta esta que deveria ser tomada como objeto pela Sociologia, na perspectiva do sociólogo francês.

Na perspectiva de Layrargues e Lima (2014, p. 25. Grifos nossos), tomando a EA enquanto um campo, na esteira bourdieusiana, temos:

Observando a Educação Ambiental a partir da noção de Campo Social pode-se dizer que ela é composta por uma *diversidade de atores e instituições sociais* que compartilham um núcleo de valores e normas comuns. Contudo, tais atores também se diferenciam em suas concepções sobre a questão ambiental e nas propostas políticas, pedagógicas e epistemológicas que defendem para abordar os problemas ambientais. *Esses diferentes grupos sociais disputam a hegemonia do campo e a possibilidade de orientá-lo de acordo com sua interpretação da realidade e seus interesses que oscilam entre tendências à conservação ou à transformação das relações sociais e das relações que a sociedade mantém com o seu ambiente. [...]* Assim, a noção de Campo Social agrega à análise da Educação Ambiental as ideias de *pluralidade, diversidade e de disputa pela definição legítima deste universo e pelo direito de orientar os rumos de sua práxis*. Agrega também a percepção do movimento e da coexistência entre tendências que disputam a dinâmica da hegemonia deste campo.

Avançando no esforço de compreensão dos posicionamentos em disputa, podemos identificar, como orientação persistente, uma perspectiva comportamentalista que permeia as discussões oficiais sobre EA desde Estocolmo 1972, melhor dizendo, a vinculação entre EA e *produção de valores, mudanças comportamentais, etc., consideradas adequadas* frente aos problemas ambientais que começavam a ser discutidos neste período (RAMOS, 1996). Resgatando o que já até aqui foi exposto, ilustrando o argumento da supracitada autora, temos o princípio 19 da Declaração de Estocolmo:

É indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, visando tanto às gerações jovens como os adultos, dispensando a devida atenção ao setor das populações menos privilegiadas, para assentar as bases de uma opinião pública, bem informada e de uma conduta responsável dos indivíduos, das empresas e das comunidades, inspirada no sentido de sua responsabilidade, relativamente à proteção e melhoramento do meio ambiente, em toda a sua dimensão humana (CNUMAD, 1972).

Já na Carta de Belgrado, objetiva-se:

Formar uma população mundial consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas associados, e que tenha conhecimento, aptidão, atitude, motivação e compromisso para trabalhar individual e coletivamente na busca de soluções para os problemas existentes e para prevenir novos (PIEA, 1975, p. 02).

A Declaração de Tbilisi, por seu turno, considera que a EA:

deve desempenhar uma função capital com vistas a *despertar a consciência e o melhor entendimento dos problemas que afetam o meio ambiente*. Essa educação deverá fomentar a *formação de comportamentos positivos em relação ao meio ambiente*, bem como a utilização dos recursos existentes pelas nações (UNESCO,

1977, p. 01. Grifos nossos).

Sobre Moscou, Somberger et. al. (2014, p. 307), indicam:

Constatou-se que a EA deve preocupar-se com a promoção da sensibilização e transmissão de informações, desenvolvimento de critérios e padrões, orientações para a resolução de problemas e tomada de decisões. Portanto, objetivar modificações comportamentais de ordem cognitiva e afetiva (SOMBERGER et. al., 2014, p. 307).

Diante do exposto, percebe-se que os grandes encontros, que hoje figuram como as referências para todo aquele que inicia seu contato com a EA, respeitando as diferenças entre estes eventos, assim como os avanços produzidos entre um e outro, são atravessadas por esse foco voltado aos indivíduos e suas responsabilidades. Discutimos anteriormente esse foco individualizante das responsabilidades<sup>170</sup>, o qual forneceu o espírito do subtítulo do marco histórico que foi o Relatório Brundtland ao juntar toda a *humanidade* em um pretense futuro *comum*, o qual não faria distinção entre classes sociais diferentes, por exemplo, dentre outras divisões de poder, sendo que o presente repleto de desigualdades também não entraria em discussão em nome de se resguardar frente aos perigos que tal futuro guarda à espreita. Este enfoque no comportamento do indivíduo considerado ignorante e inapto a se relacionar com a natureza de forma adequada, assim como na produção de valores que iluminariam o agir deste mesmo indivíduo deslocado de qualquer vínculo com a complexa composição de uma sociedade dividida em classes, é uma característica de um tipo de educação ambiental que se convencionou a se chamar de *conservadora*, a qual é hegemônica na contemporaneidade.

Aqui há uma questão importante a se colocar. Conservadora não quer dizer o mesmo que, necessariamente, *conservacionista*, uma tendência que marcou o início da EA tanto no Brasil<sup>171</sup> quanto internacionalmente. Layrargues e Lima (2014) consideram que há uma EA *pragmática* que em conjunto com a EA conservacionista formariam esse grupo de *macrotendências*, conforme terminologia empregada pelos autores acima referidos, que aqui denominamos *conservador* e que, grosso modo, disputa terreno com o grupo de EAs considerado *crítico/transformador*. Ressaltamos que estas macrotendências são subdivisões metodológicas deste grupo maior (conservadora x crítica/transformadora) que buscam articular uma série de orientações de EA que mantém conexões entre si.

---

<sup>170</sup> Discutido na página 115.

<sup>171</sup> Discutimos brevemente na página 135 os reflexos do ambiente sociopolítico autoritário sobre a emergência de uma discussão ambiental no Brasil.

Pois bem. Esta EA conservadora tem algumas características. Segundo Layrargues e Lima (2014, p. 29) existe

o predomínio de práticas educativas que investiam em crianças nas escolas, em ações individuais e comportamentais no âmbito doméstico e privado, de forma a-histórica, apolítica, conteudística e normativa não superariam o paradigma hegemônico que tende a tratar o ser humano como um ente genérico e abstrato, reduzindo-os à condição de causadores da crise ambiental, desconsiderando qualquer recorte social.

Silva e Campina (2009, p. 04) comentam sobre esta macrotendência:

Suas concepções remontam da origem das práticas ambientalistas no contexto internacional que [...] partem de um ideário romântico, inspirador do movimento preservacionista do final do século XIX, onde os vínculos afetivos proporcionados pela experiência de integração da natureza, trariam bem estar e equilíbrio emocional, bem como a valorização e proteção do ambiente natural. Esta perspectiva ainda está presente em muitos cursos e materiais de EA. Sua característica principal é a ênfase na proteção ao mundo natural.

A EA conservadora, na leitura fornecida por Layrargues e Lima (2004), ainda que estes reconheçam provável incompletude e insuficiência da tipologia proposta, é composta por duas macrotendências, as quais, em seu interior abarcam vários adjetivos de EA. Definindo esta macrotendência, apontam:

macrotendência conservacionista, que se expressa por meio das correntes conservacionista, comportamentalista, da Alfabetização Ecológica, do autoconhecimento e de atividades de senso-percepção ao ar livre, *vincula-se aos princípios da ecologia, na valorização da dimensão afetiva em relação à natureza e na mudança do comportamento individual em relação ao ambiente baseada no pleito por uma mudança cultural que relativize o antropocentrismo*. É uma tendência histórica, forte e bem consolidada entre seus expoentes, *atualizada sob as expressões que vinculam Educação Ambiental à “pautaverde”, como biodiversidade, unidades de conservação, determinados biomas, ecoturismo e experiências agroecológicas*. *Não parece ser a tendência hegemônica no campo na primeira década do século XXI, além de apresentar limitado potencial de se somar às forças que lutam pela transformação social, por estarem distanciadas das dinâmicas sociais e políticas e seus respectivos conflitos* (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 30. Grifos nossos).

E por qual razão esta macrotendência conservacionista é também conservadora? Os mesmos autores (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p.30. Grifos nossos) nos fornecem respostas:

São representações conservadoras da educação e da sociedade *porque não questionam a estrutura social vigente em sua totalidade, apenas pleiteiam reformas setoriais*. Apontam para mudanças culturais reconhecidamente relevantes, mas que dificilmente podem ser concretizadas sem que também se transformem as bases econômicas e políticas da sociedade. [...] *O conservacionismo e o conservadorismo se fundem porque ao adotarem uma perspectiva com viés ecológico da questão ambiental perdem de vista as dimensões sociais, políticas e culturais indissociáveis de sua gênese e dinâmica; porque não incorporam as posições de classe e as diferentes responsabilidades dos atores sociais enredados na crise; porque reduzem a complexidade do fenômeno ambiental a uma mera questão de inovação*

*tecnológica e porque, finalmente, acreditam que os princípios do mercado são capazes de promover a transição no sentido da sustentabilidade.*

Silva e Campina (2009) afirmam que, nesta perspectiva, os problemas ambientais não são tratados de forma *radical*, mas apenas superficialmente. Neste sentido, questões concernentes à responsabilidades sociopolíticas não são inseridas nos debates: essencializa-se uma figura hipotética de uma humanidade *naturalmente destruidora por igual*. Percebemos que muito do enfoque, ao qual fizemos referência momentos acima, numa mudança comportamental, o qual pode ser percebido nos diversos encontros relativos à EA, podem ser considerados como traços desta perspectiva conservadora, ainda que não necessariamente conservacionista. E isto porque é possível afirmar maior predomínio de uma macrotendência *pragmática* (outra parte integrante desse grupo conservador de EA), a qual reflete mais adequadamente o espírito e pressupostos que começaram a ganhar terreno com o processo de hegemonização da noção de desenvolvimento sustentável no plano mundial. Vejamos:

*A macrotendência pragmática, que abrange, sobretudo, as correntes da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e para o Consumo Sustentável, é expressão do ambientalismo de resultados, do pragmatismo contemporâneo e do ecologismo de mercado que decorrem da hegemonia neoliberal instituída mundialmente desde a década de 1980 e no contexto brasileiro desde o governo Collor de Mello nos anos 1990. Caracterizam esse cenário pragmático a dominância da lógica do mercado sobre as outras esferas sociais, a ideologia do consumo como principal utopia, a preocupação com a produção crescente de resíduos sólidos, a revolução tecnológica como última fronteira do progresso e a inspiração privatista que se evidencia em termos como economia e consumo verde, responsabilidade socioambiental, certificações, mecanismos de desenvolvimento limpo e ecoeficiência produtiva (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 30-31. Grifos nossos).*

Se recordarmos da discussão crítica aqui feita acerca da noção de DS, teremos em mente que desdobramentos desta noção encontram-se delineadas na citação anterior, tais como a crença no poder da tecnologia e da técnica como meio resolutivos ou pelo menos formas de enfrentamento, da crise ambiental contemporânea, o que despolitiza a discussão sobre esta crise, pois a visão de ciência que é subjacente é aquela que toma esta última como uma operação neutra e disassociada da política (LAYRARGUES; LIMA, 2014), e a entronização do mercado neoliberal<sup>172</sup> como forma de regular o sociometabolismo capitalista. Esta macrotendência tende ao conservadorismo pois, assim como a conservacionista, deixa de questionar as estruturas sociais que engendram a relação entre humanidade e natureza sob a

<sup>172</sup> “A macrotendência pragmática de Educação Ambiental representa uma forma de ajustamento ao contexto neoliberal de redução do Estado, que afeta o conjunto das políticas públicas, entre as quais figuram as políticas ambientais. Essa Educação Ambiental será a expressão do Mercado, na medida em que ela apela ao bom senso dos indivíduos para que sacrifiquem um pouco do seu padrão de conforto e convoca a responsabilidade das empresas para que renunciem a uma fração de seus benefícios em nome da governança geral” (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 31).

égide do capital como mediação entre as relações sociais atravessadas ainda pela divisão em classes própria desta sociabilidade. Ela, portanto,

percebe o meio *ambiente destituído de componentes humanos*, como uma mera coleção de recursos naturais em processo de esgotamento, aludindo-se então ao combate, ao desperdício e à revisão do paradigma do lixo que passa a ser concebido como resíduo, ou seja, que pode ser reinserido no metabolismo industrial. *Deixa à margem a questão da distribuição desigual dos custos e benefícios dos processos de desenvolvimento, e resulta na promoção de reformas setoriais na sociedade sem questionar seus fundamentos, inclusive aqueles responsáveis pela própria crise ambiental* (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 31. Grifos nossos).

Guimarães (2004, p. 28. Grifos nossos), afirma por seu turno:

Essa concepção de Educação, ao se colocar inapta de transformar uma realidade (*a qual ela própria é um dos mecanismos de reprodução*), conserva o movimento de constituição da realidade de acordo com os interesses dominantes – a lógica do capital.

Na perspectiva de Layrargues e Lima (2014), esta macrotendência pragmática é um dedobrimento da macrotendência conservacionista, pois esta primeira é uma adaptação ao contexto de discussão que agora tem a noção de DS como norteadora, contexto esse no qual impera a despolitização da questão ambiental, a responsabilização igual a todas as pessoas, independentemente da classe social da qual fazem parte, o que oculta a já brevemente referida percepção da existência de uma desigualdade e injustiça socioambiental. Ainda na perspectiva destes autores, as macrotendências conservacionista e pragmática são *comportamentalistas* (GUIMARÃES, 2004), ou, dito de outro modo, *normativas* (SILVA; MIRANDA, 2009) e voltadas unicamente a um *indivíduo* esvaziado de toda história, e preenchido por *informações*<sup>173</sup>, retirando-o do complexo e conflituoso arranjo societário capitalista e jogando-o nos plácidos e verdejantes Campos Elíseos mitológicos. Sobre esta forma de se conceber o processo educacional enquanto formado por indivíduos isolados, Guimarães (2004, p. 29) afirma:

Espera ainda, pela lógica de que a sociedade é o resultado da soma de seus indivíduos, que se dê à transformação da sociedade. Essa é uma perspectiva simplista e reduzida de perceber uma realidade que é complexa, que vai para além da soma das partes como totalidade. Essa não contempla a perspectiva da educação se realizar no movimento de transformação do indivíduo inserido num processo coletivo de transformação da realidade socioambiental como uma totalidade dialética em sua complexidade. Não compreende que a educação é relação e se dá no processo e não, simplesmente, no sucesso da mudança comportamental de um indivíduo.

---

<sup>173</sup> “A ênfase é na mudança de comportamento individual, por meio da quantidade de informações e de normas dadas por leis e por projetos governamentais” (SILVA; MIRANDA, 2009, p. 4-5).

Ainda com Guimarães (2004, p. 28. Grifos nossos), esse grupo de EA que aqui chamamos de conservador “busca a partir dos mesmos referenciais *constitutivos* da crise, encontrar a sua *solução*”.

Já a macrotendência crítica, por sua vez

aglutina as correntes da Educação Ambiental Popular, Emancipatória, Transformadora e no Processo de Gestão Ambiental. Apóia-se com ênfase na revisão crítica dos fundamentos que proporcionam a dominação do ser humano e dos mecanismos de acumulação do Capital, buscando o enfrentamento político das desigualdades e da injustiça socioambiental. Todas essas correntes, com algumas variações, *se constroem em oposição às tendências conservadoras, procurando contextualizar e politizar o debate ambiental, problematizar as contradições dos modelos de desenvolvimento e de sociedade* (LAYRARGUES; LIMA, p. 33. Grifos nossos).

Um traço marcante desta macrotendência é a busca por ir além de um receituário comportamentalista que descola o indivíduo do arranjo societário no qual este está inserido, articulando-se, na verdade, educação a uma perspectiva política, questionando a sociabilidade capitalista (SILVA; MIRANDA, 2009), tomando o indivíduo como sendo *historicamente situado* (CARVALHO, 2004) e incorporando em sua gramática conceitos como “Cidadania, Democracia, Participação, Emancipação, Conflito, Justiça Ambiental e Transformação Social” (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 33). Sobre tal politização posta pela macrotendência crítica em EA, Guimarães (2004, p. 31. Grifos nossos):

essa perspectiva crítica propõe um olhar sobre a sociedade em que o embate por hegemonia se faz estruturante desta realidade, por refletir o resultado da contraposição de forças sociais em sua evolução histórica. *Dentro desta concepção, a Educação Ambiental Crítica se propõe em primeiro lugar, a desvelar esses embates presentes, para que numa compreensão (complexa) do real se instrumentalize os atores sociais para intervir nessa realidade.* Mas apenas o desvelamento não resulta automaticamente numa ação diferenciada, é necessária a práxis, em que a reflexão subsidie uma prática criativa e essa prática dê elementos para uma reflexão e construção de uma nova compreensão de mundo. *Mas esse não é um processo individual, mas que o indivíduo vivencia na relação com o coletivo em um exercício de cidadania, na participação em movimentos coletivos conjuntos de transformação da realidade socioambiental.*

Carvalho (2004, p. 20. Grifos da autora) aponta que nesta macrotendência inexistente a dicotomização entre a mudança individual e a busca por mudanças societárias. Se, por um lado, não existe a limitação da mudança comportamental individual, por outro, inexistente igualmente uma diluição do indivíduo ao social, pois na educação ambiental crítica esta “tomada de posição de responsabilidade pelo mundo supõe a responsabilidade consigo próprio, com os outros e com o ambiente, sem dicotomizar e/ou hierarquizar estas dimensões da ação humana”.

## 4.2 Reflexões acerca do Programa ECOA: educação ambiental crítica ou conservadora?

Buscamos, após o esforço de síntese teórica que baliza as discussões sobre as diferentes perspectivas que orientam práticas de EA, e que serve de orientação à iniciativa aqui posta, empreender o esforço de tecer considerações e levantar questões acerca de uma iniciativa de EA perpetrado em uma comunidade da Zona Rural II de São Luís, o Porto Grande, envolvendo moradores integrantes de outras comunidades da área da RESEX de Tauá-Mirim, a saber: o Programa Ecoa. Tratam-se, na verdade, de prolegômenos que abrem veredas para futuras investigações. Necessário frisar, pensamos, que aqui não estamos a promover um julgamento valorativo sobre o Programa em si ou seus proponentes, ainda que as conclusões que podemos produzir com este trabalho sejam estritamente críticas. Os desdobramentos possíveis, assim como os pressupostos orientadores de práticas de EA, não dependem necessariamente de ímpetus morais individuais, pois é possível que, dotada das melhores intensões e mais generosas preocupações, uma ação de EA possa engendrar condições desfavoráveis ao emponderamento de uma comunidade ameaçada por um empreendimento desenvolvimentista, por exemplo. O que temos em vista, em última instância, é fazer com que elementos que não são auto-evidentes venham à tona e possam ser melhor visualizados, ressaltados.

O programa em questão é promovido pelo Instituto ALCOA, o qual, declara o próprio instituto, tem como

principal objetivo melhorar as condições de vida das comunidades onde a companhia e suas subsidiárias atuam. Por meio de programas sociais e a partir de doações das empresas do grupo, além de recursos adicionais provenientes da Fundação Alcoa, o Instituto financia projetos que atendem às reais necessidades e carências das comunidades há mais de 20 anos (ESPADARO, 2013, p. 08).

Sua visão seria “Comunidades sustentáveis e protagonistas de seu próprio desenvolvimento, pleiteando direitos e acessando recursos de forma autônoma e independente”, enquanto sua missão seria “Gerar um legado de sustentabilidade nas comunidades onde a Alcoa atua” (ESPADARO, 2013, p. 09). Tal binômio seria a forma de

promoção do que o Instituto nomeia Desenvolvimento Sustentável Local:

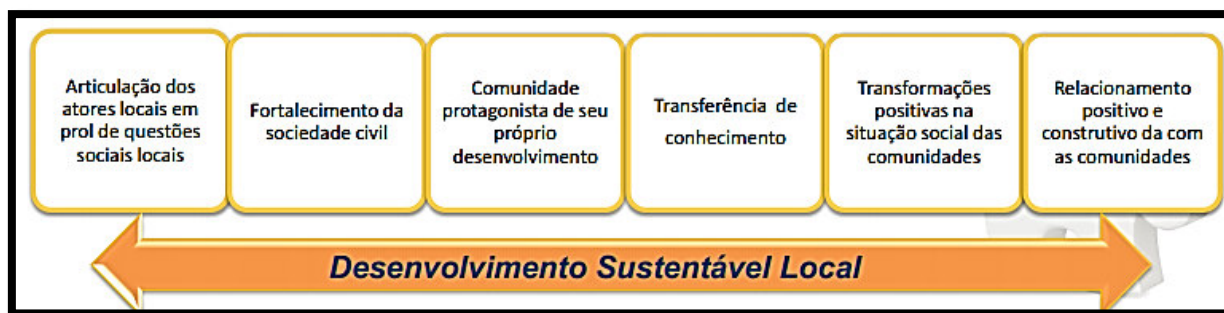


Figura 5: Visão do Instituto sobre Desenvolvimento Sustentável Local. Fonte: ESPADARO, 2013, p. 09.

Segundo o sítio da ALCOA, o Programa ECOA busca “fomentar a participação comunitária na construção de sociedades sustentáveis, por meio de processos de educação socioambiental voltados para valores humanos, conhecimentos, habilidades e atitudes<sup>174</sup>”. Esta iniciativa da empresa é realizada nas cidades brasileiras nas quais atua e uma de suas frentes é a formação de professores com o intuito de, ainda segundo o referido sítio, promover o “fortalecimento de reflexões e hábitos direcionados à sustentabilidade e ao exercício da cidadania, promovendo uma educação pública sintonizada com as principais questões socioambientais de seu bairro, cidade e país”. Este programa é integrante do modelo de

<sup>174</sup> Programa ECOA - Educação Comunitária Ambiental. Disponível em: <[https://www.alcoa.com/brasil/pt/info\\_page/ecoa.asp](https://www.alcoa.com/brasil/pt/info_page/ecoa.asp)>. Acesso em: 205/07/2016.



atuação do Instituto para promoção do chamado Desenvolvimento Sustentável Local.

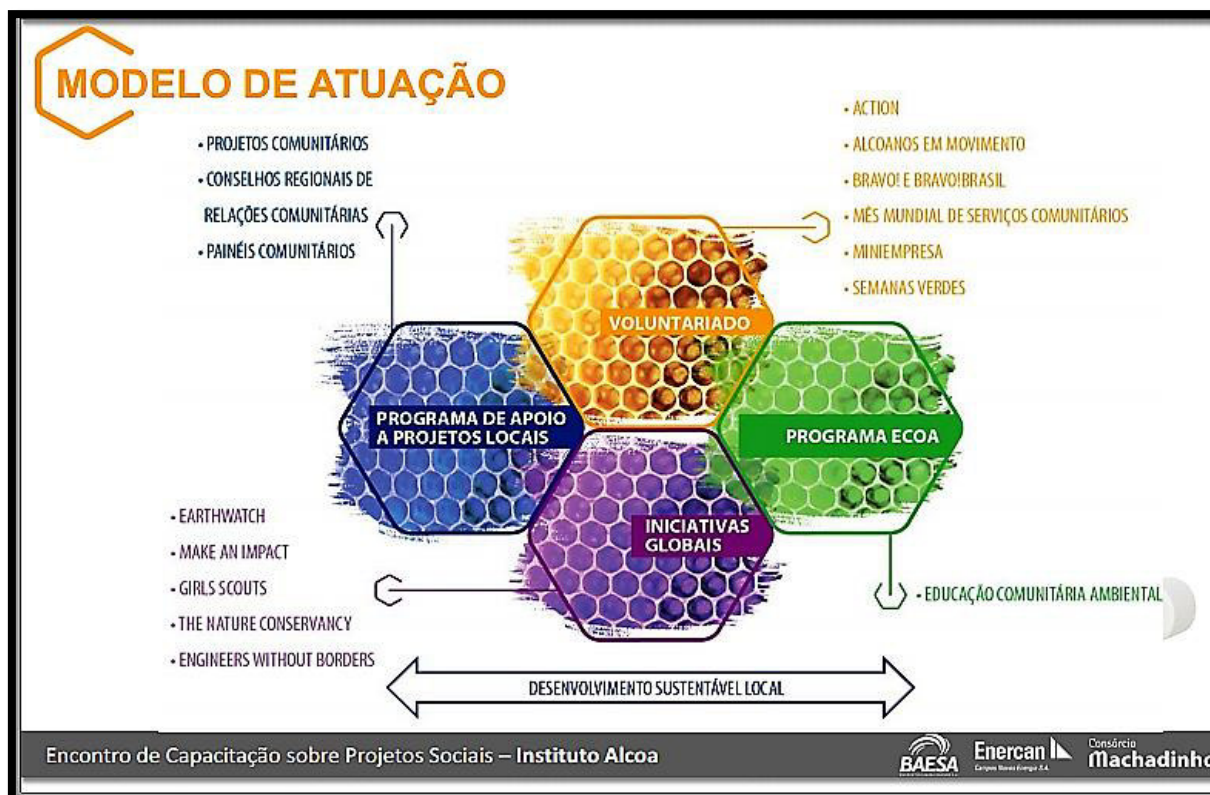


Figura 6: Modelo de Atuação do Instituto Alcoa. Fonte: ESPADARO, 2013, p. 10.

O Programa ECOA atua com as seguintes estratégias (ESPADARO, 2013): a) Constituição de Grupo e Curso de Agentes Ambientais; b) Atividades Lúdicas Educativas; c) Oficinas Temáticas Ambientais; d) Eventos Temáticos Ambientais; e) Curso Temático; f) Elaboração e Pactuação de Plano de Ação. Já de acordo com o que é apresentado na Apostila do Participante<sup>175</sup> (INSTITUTO ALCOA, 2014), o Programa ECOA é composto por oito elementos fundamentais:

- Curso de Formação de Educadores*: segundo o programa, a prática educacional direcionada à sustentabilidade requer abordagens, não apenas conteúdos, mas competências e habilidades, que talvez não estejam presentes no corpo docente da escola. Assim sendo, esta etapa busca produzir nos educadores o enraizamento de uma *educação ambiental crítica e emancipatória*, iniciar um processo de melhoria da qualidade de vida e fortalecimento da cidadania para estudantes e moradores

<sup>175</sup> Esta apostila é composta por uma apresentação acerca do Instituto Alcoa, apresentação do Modelo de Atuação do mesmo, e os quatro módulos que serão apresentados a seguir no curso do texto, os quais são, na apostila, detalhados na apresentação da programação de cada módulo e suas subdivisões. Há orientações metodológicas, apresentação de atividades a serem desenvolvidas, assim como textos de apoio.

dos bairros componentes do entorno das escolas que participam do Programa ECOA, assim como “colaborar para o desenvolvimento pessoal dos participantes por meio da aprendizagem por projetos<sup>176</sup>” (INSTITUTO ALCOA, 2014, p. 10).

- b) *Desenvolvimento de projetos*: os educadores, após terem enraizado os elementos presentes no Curso de Formação, devem ser capazes de orientar os estudantes na elaboração e desenvolvimento de projetos que visem melhorar os aspectos ambientais de sua escola, projetos estes que atuam enquanto meios de “mudanças de *hábitos e atitudes* nos estudantes, pais, educadores e funcionários da escola” (INSTITUTO ALCOA, 2014, p. 11).
- c) *Contraturno*: Segundo a Apostila do Participante (INSTITUTO ALCOA, 2014, p. 12): estes chamados contraturnos representam um espaço “para que os alunos selecionados, sob o acompanhamento de educadores do ECOA e em parceria com professores e comunidade, desenvolvam as atividades do programa”. Tais contraturnos devem ocorrer em horário apostado ao período escolar.
- d) *Apoio Pedagógico*: este elemento é aquele no qual os educadores da escola serão auxiliados por um chamado Educador do Campo, objetivando a colaboração deste com o desenvolvimento de projetos. Tal educador tem como tarefa auxiliar na elaboração e realização de atividades, assim como no processo de avaliação destas.
- e) *Materiais*: este elemento diz respeito à distribuição de “livros sobre as temáticas de *consumo consciente, qualidade de vida, sustentabilidade e educação ambiental*” (INSTITUTO ALCOA, 2014, p. 13. Grifos nossos).
- f) *Parcerias entre as escolas participantes*: objetiva-se formar uma rede de escolas a participarem do Programa ECOA.
- g) *Rede de Escolas Sustentáveis*: este seria o coroar dos elementos pensados.

O programa possui quatro etapas, ou módulos. Sinteticamente (INSTITUTO ALCOA, 2014), temos:

- a) *Conhecendo a nossa realidade*: nesta etapa, é proposto que a escola e o entorno possam ser observados a partir de uma projeção da *realidade desejada*, a qual serviria como um fio condutor para a transformação da realidade existente após suas potencialidades e seus problemas terem sido elencados pelos participantes;

---

<sup>176</sup> “Aprendizagem Baseada em Projetos é um processo de ensino e aprendizagem baseado na experiência e investigação. (...) [Os] estudantes centram-se sobre uma questão ou problema complexo para, em seguida, responder a uma pergunta ou resolver o problema com base em um processo colaborativo de investigação durante determinado período de tempo” (INSTITUTO ALCOA, 2014, p. 11).

nela, os participantes do programa seriam familiarizados tanto com as bases, pilares e propósitos do Programa ECOA, como entre eles próprios, assim como dos resultados que seriam esperados.

- b) *Sonhando e planejando*: a segunda etapa, após a identificação proposta na etapa inicial do programa, visa a elaboração de projetos que envolvam a realidade desejada pelos componentes do programa materializada no que o programa intitula *Escola Ideal*; fala-se de *sonho coletivo*, busca-se *cooperação*.
- c) *Tecendo Parcerias*: na penúltima etapa prioriza-se a construção de parcerias, as quais deverao possibilitar a ampliação dos projetos sonhados e planejados na etapa anterior;
- d) *Avaliando e celebrando*: na etapa final do programa busca-se avaliar o programa.

O ECOA é um conjunto de ações de EA que de acordo com a apostila do participante utilizada pelo programa (INSTITUTO ALCOA, 2014) tem como orientação valores humanos, conhecimentos, habilidades e atitudes e busca

Promover, entre a comunidade escolar, pais, estudantes, funcionários, líderes locais, servidores públicos e demais interessados, *o fortalecimento de hábitos e comportamentos sustentáveis* na escola, na família e no meio em que vivem. Em uma escala mais ampla, a finalidade é contribuir para o fortalecimento de Políticas Públicas que incorporem o tema “educação para a sustentabilidade” no planejamento das escolas – transbordando a discussão para as famílias e as comunidades (INSTITUTO ALCOA, 2014, p. 06. Grifos nossos).

De antemão nos é apresentado um elemento chave para compreender os possíveis desdobramentos do programa aqui referido: sua proposta pedagógico-política está direcionada unicamente ao âmbito individual, através do enfoque voltado aos comportamentos e aos hábitos. Ainda que exista um declarado objetivo em escala mais ampla, como observamos no trecho acima, estamos diante – tendo em vista a discussão sobre EA feita em momentos anteriores deste trabalho – de uma educação ambiental *comportamentalista*. Trata-se de uma notável contradição, especialmente se tivermos em conta um de seus componentes anteriormente apresentados, a saber, a formação de educadores sob um pretenso enraizamento de uma educação ambiental crítica e emancipatória, o que deveria significar uma proposta de EA que articulasse o âmbito individual às questões societárias mais amplas e problemáticas.

Uma forma de produzirmos reflexões acerca do programa constitui a análise dos textos de apoio que integram a Apostila do Participante, os quais podem lançar elementos esclarecedores acerca dos orientadores implícitos do Programa ECOA. Reforçando a

impressão apresentada no parágrafo anterior, coloca o texto de apoio intitulado *Por que educar para a sustentabilidade?*:

É a partir da capacidade de aprender com o outro que uma sociedade torna-se capaz de superar o impasse e promover *hábitos e comportamentos* sustentáveis. Essas capacidades não nos são inatas, mas podem ser fortalecidas por meio de ambientes educativos que estimulem jovens e crianças a assumirem *práticas e comportamentos* inspirados em valores como amizade, respeito, liberdade, paz e cooperação. (...) A partir do envolvimento ativo da comunidade escolar, o que se busca é a promoção de *valores* que em última instância se traduzam em *atitudes e comportamentos* capazes de tornar a escola e o ambiente circundante em um espaço de co-aprendizagem, inovação e promoção de práticas sustentáveis (INSTITUTO ALCOA, 2014, p. 30-31. Grifos nossos).

No texto de apoio *Práticas educativas para o desenvolvimento sustentável*, por seu turno, encontramos a seguinte passagem:

As práticas educativas têm apontado para propostas pedagógicas centradas na *conscientização, mudança de comportamento e atitudes*, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos. (...) Uma mudança paradigmática implica numa mudança de percepção e de valores (INSTITUTO ALCOA, p. 32. Grifos nossos).

Depreendemos de ambas as passagens dos textos presentes na apostila do Programa que o viés orientador do mesmo, apesar de que expressamente se fale em uma educação ambiental crítica e emancipatória, é representado pelas características que são próprias daquilo que convencionamos nomear aqui como educação ambiental conservadora. Avançando na leitura/análise dos textos de apoio, temos no texto *Agentes de transformação pela educação* uma passagem que nos remete à discussão levantada anteriormente sobre a questão da *responsabilização de todos* pela crise ambiental hodierna, assim como fica mais uma vez explícito o cunho comportamentalista/individualista da proposta, reforçando nossa compreensão de que estamos diante de uma prática de EA, independente do que sobre ela pensam ou afirmem seus agentes idealizadores, *conservadora*:

No momento em que conversamos, a humanidade já detém um profundo conhecimento sobre os desafios existentes para a criação de uma sociedade sustentável. Muitos, inclusive, já estão cientes do que é preciso fazer para caminharmos neste sentido. Entretanto a lacuna entre retórica e prática ainda é grande. Para aproximar o discurso da ação é necessário que haja transformação em todos os níveis. *E esta mudança se inicia em cada um de nós, individualmente. É através da reflexão sobre nossa prática, e da mudança de nossos hábitos e atitudes* é que caminharemos na construção de indivíduos e sociedades melhores. Nós todos precisamos refletir sobre nossos papéis e responsabilidades (INSTITUTO ALCOA, 2014, p. 37. Grifos nossos).

Não estaríamos diante da mesma estratégia utilizada no título do Relatório Brundtland? O *Nosso futuro comum... a humanidade...* expressão e uma palavra que apagam as contradições da sociabilidade capitalista, jogando na responsabilidade de todos, sem

distinção, um problema cujos elementos e agentes causadores são, na verdade, portadores de responsabilidades diversas, assim como são atingidos de forma desigual pelos problemas socioambientais que tanto são levantados contemporaneamente em diversos meios. Ao educador integrante deste curso de formação são lançadas as seguintes indagações, explicitando mais ainda o enfoque individual do Programa: “Qual a sua capacidade de motivar e inspirar pessoas (...)? Como melhorar essas suas habilidades? Como usar inspiração e motivação para trazer mudanças (...)?” (INSTITUTO ALCOA, 2014, p.38). O educador deve pensar sobre sua capacidade de motivar e inspirar pessoas e não a refletir, da mesma forma, sobre como, por exemplo, a própria ALUMAR contribui para a produção dos problemas socioambientais que cercam a sua escola. “Vá em frente, e assuma o desafio!” (INSTITUTO ALCOA, 2014, p. 38), conclama o documento. Utilizando Gandhi como interlocutor, afirma: “Seja a mudança que você quer ver no mundo” e lança uma pergunta: “Que tipo de educador é você?” (INSTITUTO ALCOA, 2014, p. 41). Fica evidente que o programa não suscita uma ampliação da compreensão do quadro societário que engendra a hodierna crise ambiental, mas sim, reforça a noção de que deve-se mudar, somente, os indivíduos e não produzir mudanças que integrem, dialeticamente, educadores e condições de vida tendo em vista as contradições produzidas pela sociabilidade alienada do capital.

A igual responsabilização de todos indistintamente, ignorando a divisão da sociedade capitalista em classes, valendo-se do uso de palavras e expressões despolitizantes, está presente no texto de apoio *Sustentabilidade, Participação, Aprendizagem Social*: “O quadro socioambiental que caracteriza as sociedades contemporâneas revela que *a ação dos humanos* sobre o meio ambiente está causando impactos cada vez mais complexos” (INSTITUTO ALCOA, 2014, p. 52). A ação de um extrativista morador de alguma comunidade da RESEX de Tauá-Mirim, por exemplo, produz o mesmo impacto, dito cada vez mais complexo, segundo o texto citado, que aquele oriundo do funcionamento de um empreendimento desenvolvimentista como a ALUMAR? Neste ponto iremos recorrer novamente a Foladori (1999, p. 31-32. Grifos nossos)

*Uma sociedade humana não estabelece relações com o seu entorno na forma de bloco, mas sim por grupos e classes sociais, e de maneira desigual. [...] Para a espécie humana, então, o ambiente não é só a interrelação com o meio abiótico e o resto dos seres vivos, como acontece com as outras espécies vivas. Existem ambientes diferentes para cada classe social, constituídos em primeiro lugar pelas restrições impostas pelas outras classes sociais da mesma espécie humana; só a partir destes condicionantes é que se estabelecem os relacionamentos com os outros seres vivos e o material abiótico.*

Nas palavras de uma interlocutora residente em uma comunidade integrante da área da RESEX podemos perceber que há entre os moradores da região uma perspectiva muito mais avançada do que aquela que estava tentando ser produzida pelo Programa ECOA, justamente por perceber que *moradores e empreendimento* não produzem, com suas ações, as mesma consequências socioambientais:

Quando a gente chegou lá eles tavam apresentando o Projeto como se fosse uma coisa que nenhuma comunidade tinha... é... nenhuma comunidade sabia (como se fosse uma coisa muito nova), que a empresa se preocupava com o meio ambiente e a comunidade destruía. Quando nós chegamos na reunião a conversa que a gente pegou era essa: *que as comunidades tavam destruindo, não sei o que, aí nós começamos a questionar: não!* Que não era verdade, porque a gente também tinha um projeto de educação ambiental, *que não era pra cuidar só – eles tavam falando que a comunidade destruía as plantinhas – e que tinha um conteúdo mais rico do que cuidar das plantinhas, como eles estavam falando.* Tinha uma troca de experiência muito maior de valorização das comunidades. As comunidades já faziam isso. Eu disse: *óh, as comunidades, nenhuma de nós destrói mangue. Nenhuma. Quem destrói mangue é a empresa!* [A gente] sabia dizer que não, não era daquela forma que eles queriam culpar as comunidades, que as comunidades que destróem e eles que protegem. Então a gente já sabia, esse embate era bem forte. A gente sempre reforçava pra eles a importância dos manguezais, porque através desse conhecimento que a gente pode observar o tanto que eles destruíram a natureza, destruíram o manguezal lá no Rio dos Cachorros... (Entrevista realizada com Margarida em 20/07/2016).

O texto de apoio ao qual estamos fazendo referência também deixa evidente a orientação comportamentalista do ECOA: “As práticas educativas ambientalmente sustentáveis nos apontam para propostas de ação com vistas à *mudança de comportamento e atitudes*, ao desenvolvimento da organização social e da participação coletiva” (INSTITUTO ALCOA, 2014, p. 53). Duas questões devem ser levantadas a partir do restante citação posta: que organização social está sendo referida? Que tipo de participação coletiva é esta? O próprio texto responde:

A possibilidade de influenciar na institucionalidade pública está associada às demandas que se estruturam na sociedade e na esfera pública. Isto representa a possibilidade de influência da sociedade nas decisões públicas. O fortalecimento do tecido associativo e as práticas sociais que constroem cidadania representam a possibilidade de constituir-se num espaço privilegiado para cultivar a responsabilidade pessoal, a obrigação mútua e a cooperação voluntária (INSTITUTO ALCOA, 2014, p. 53).

É inegável que após o término da ditadura civil-militar no país foram abertos canais de participação popular e democráticos. Contudo, conforme já levantamos em outro momento deste trabalho<sup>177</sup>, estes novos espaços – ainda que ocupados por setores mais empoderados da sociedade, os quais anteriormente foram tratados sob o autoritarismo ditatorial – são marcados

---

<sup>177</sup> Discutido na página 23.

por estratégias de poder, manipulação e constrangimentos simbólicos diversos (SANT'ANA JÚNIOR et al., 2009; LEITE LOPES, 2006). Uma reflexão que o Programa ignora amplamente, tomando como base o texto de apoio em questão.

Avançando na análise, temos uma passagem do texto de apoio *Mapeamento socioambiental para aprendizagem social* que consideramos reveladora da contradição que atravessa uma prática de EA conservadora como é, pensamos, o Programa ECOA:

A aprendizagem social promove o (re) pensar de conceitos e a construção de novos conhecimentos e valores capazes de contribuir para a transformação de práticas, bem como para o desenvolvimento de novas competências (...). Isto implica, basicamente, em (re) conhecer o lugar em que se vive, como resultado de dinâmicas complexas e contraditórias relações dos homens e mulheres entre si e com a natureza e suas implicações na forma de uso e ocupação do espaço e seus problemas (...). Com base no mapeamento socioambiental, a comunidade pode dialogar e refletir sobre problemas/conflitos da sua realidade socioambiental (INSTITUTO ALCOA, 2014, p. 55. Grifos nossos).

Se, na primeira parte da citação acima, encontramos a insistência na transformação de práticas, o restante da mesma deixa entrever possibilidades de questionamento que poderiam ser levantados pelos participantes do Programa ECOA. Afirmar que o território de uma comunidade da área da RESEX de Tauá-Mirim é atravessado por dinâmicas *complexas*, assim como por relações *contraditórias* entre homens e mulheres, os quais não se limitam aos moradores da Zona Rural II, assim como também envolve empreendimentos, constituiria-se numa possibilidade de questionamento dos próprios intentos da ALCOA na região, certamente, já que estes mapas podem “contribuir para ‘despertar’ o pertencimento, bem como a apreensão crítica do meio focalizado”. (INSTITUTO ALCOA, 2014, p. 55). Tal apreensão crítica, contudo, já existe entre alguns moradores das comunidades da RESEX, já que

a questão de valorizar o território, as comunidades, pra ALUMAR não é isso. É questão, mais assim, superficial. Só mesmo pra cumprir a tabela deles. [...] A ALUMAR não, eles preparam o material deles e querem empurrar na garganta da gente como se a comunidade não tivesse tanta importância. É como se as pessoas da comunidade não valorizassem a comunidade... eles que vem dizer pra gente que a gente tem que valorizar. [...] A gente não quer só conservar o pé de árvore, sem derrubar, mas é toda uma responsabilidade do cuidar um do outro, das pessoas, de tudo. E a ALUMAR não (Entrevista realizada com Margarida em 20/07/2016).

É preciso dizer ainda que, entre os jovens de uma comunidade integrante da RESEX, tal pertencimento já pode ser percebido:

Se tu perguntar, até pra uma criança dessa: tu quer ir te embora daqui (...)? Ela vai dizer que não. E a gente percebe também uma coisa. Que quando esses empreendimentos vêm se instalar próximo, que a gente começa a ir pras audiências, que começa a brigar, as crianças se preocupam. O que eles vão fazer. Se tiver que ir

embora, pra onde vai? E essas perguntas a gente tem que responder pra eles. Eu lembro que teve uma senhora que na época do polo siderúrgico, Dona D..., várias vezes ela ficou doente. Ela faleceu (...). E eu lembro muito bem uma vez que ela, teve uma reunião de mobilização lá na frente da escola, que era do Reage São Luís, aí ela disse assim: “daqui eu não saio! Daqui ninguém me tira! Eu já vim de longe pra cá e daqui eu só vou se for pra Vila Maranhão!”. Aí eu fiquei assim: mas por que que ela quer ir embora pra Vila Maranhão? Se na Vila Maranhão já ta muito mais... fragilizada? Aí eu perguntei pra ela: “dona D..., por que a senhora quer ir embora pra Vila Maranhão?” Aí ela disse: pro cemitério. Porque é lá que eles se enteram. Tu entendeu? Aí eu comecei a ouvir dona M..., seu V..., que são as pessoas mais antigas, e eu comecei a ouvir eles dizendo isso, que daqui (...) eles só vão pra Vila Maranhão. Então, muitas pessoas mais jovens já reproduzem isso: que só vão embora (...) pro cemitério, que é na Vila Maranhão. Aí a gente foi entender né? Que eles ficam preocupados (Entrevista realizada com Margarida em 20/07/2016).

Como parte integrante da visão do Instituto ALCOA na promoção de um desenvolvimento sustentável local temos, relembremos, que as comunidades deveriam gerir autonomamente seu “desenvolvimento”. Contudo, sua prática de EA não busca, apesar das belas palavras, promover espaços nos quais tal autonomia pudesse ser desenvolvida. A postura de agentes envolvidos com o empreendimento revela-se autocrática, muitas vezes. Por exemplo:

Eles queriam incentivar as comunidades: a participação nos multirões. Mas todas as comunidades, pelo menos a maioria trabalha em sentido de multirões. Aqui (...) até as casas são feitas de multirão. (...) Eles ficavam querendo mexer na cabeça das pessoas como se a comunidade... que eles que estavam ensinando a questão de multirão, eles estavam ensinando a questão de trabalhar a questão ecológica, de cuidar da natureza, então eles queriam que as comunidades entendessem que era um projeto deles, que eles estavam ensinando, incentivando... a gente a fazer aquilo que a gente já faz (Entrevista realizada com Margarida em 20/07/2016).

Culpabilizar a comunidade pelos problemas ambientais, trazer supostos ensinamentos com a aparência de novidade, cuja prática já era amplamente difundida nas comunidades, conforme os dois trechos de entrevista apresentados acima. Isso sem contar com a luta de várias comunidades da Zona Rural II contra as atividades dos empreendimentos, inclusive da ALUMAR, numa iniciativa que busca promover um efetivo espaço de gestão do território de forma o mais autônoma possível, em contraste com tal postura autocrática e todas as belas palavras do ECOA. Não há indícios de que tal Programa possa, no contexto de conflito socioambiental que perpassa os territórios da RESEX, avançar para além da cantilena comportamentalista e pragmática que é marca de uma educação ambiental despolitizadora e, em última instância, *conservadora*.

Como um empreendimento como a ALUMAR, com todos os problemas que produziu desde sua chegada em São Luís, os quais já discutimos anteriormente no trabalho, pode ser capaz de “despertar” diretamente o pertencimento dos moradores em relação aos territórios que integram a RESEX? Com o ECOA podemos afirmar, com base nos elementos até aqui



levantados em pesquisa, certamente não é. Tal pertencimento, na verdade, é fruto da constante mobilização destes homens e destas mulheres, dos avanços, recuos, derrotas e vitórias parciais contra interesses extremamente poderosos.

Pensamos que práticas de EA como o ECOA possuem os mesmos pressupostos e desdobramentos de ações como as que Layrargues (2003, p. 87. Grifos nossos) discute em sua tese de doutoramento:

Essa prática educativa, que se insere na lógica da metodologia da resolução de problemas ambientais locais de modo pragmático, tomando a reciclagem do lixo uma atividade-fim, ao invés de considerá-la um tema-gerador para o questionamento das causas e consequências da questão do lixo, remete-nos de forma alienada à discussão dos aspectos técnicos da reciclagem, *evadindo-se da dimensão política*.

As razões para este paralelo já foram apresentadas. Mas ressaltamos o desvio de qualquer menção a aspectos políticos em toda apostila de formação do participante do ECOA, por exemplo. Um único texto de apoio faz menção a questões “complexas” e relações “contraditórias”, assim como alguma referência a um pensado espaço de participação democrática capaz de promover os interesses das comunidades. Em sua prática, conforme apontamos, o Programa ECOA trouxe a defesa da tese que afirma que as comunidades destroem seu entorno e silenciou cabalmente sobre os desdobramentos das atividades da ALUMAR e congêneres na região.

Estamos diante de uma EA conservadora, conforme já apontado. Passando ao largo da atitude de problematizar a relação entre as atividades da empresa e os problemas locais enfrentados pelos educadores que estavam fazendo parte do programa – algo cuja realização torna-se de improvável devido aos desdobramentos políticos que poderia suscitar –, o Programa ECOA apostou em uma defesa das mudanças comportamentais individuais as quais levariam, uma a uma agora iluminadas pelo saber, à uma *sonhada* sociedade sustentável e à escola dos sonhos. As mudanças no âmbito societário seriam obtidas a partir do simples somatório de indivíduos transformados pela EA *redentora*. Nada mais “ingênuo”, caso queiramos evitar uma denominação mais ríspida.

Uma EA conservadora e *alienada* é um exemplo de prática pedagógica não-crítica, conforme os termos de Saviani (1999). Uma prática orientada por uma pedagogia que não considera as íntimas relações entre educação e a sociedade de classes, com todas as suas contradições, conferindo à primeira um conjunto de poderes quase sobrenaturais (e irreais) de transformações da última. Assim como a Pedagogia Tradicional, para a qual o problema da

exclusão social (marginalidade) seria expurgado com mais educação e o fim da ignorância (SAVIANI, 1999), assim procede tal EA conservadora: a questão ambiental será solucionada se retirarmos os indivíduos de um estado de ignorância, agora ambiental.

Estamos diante, pensamos, de uma educação ambiental que se mantém dentro dos limites estreitos impostos pela incorrigível *lógica do capital* (MÉSZARÓS, 2008) e que não vai além de uma *reprodução comportamentalista* dos fundamentos causais que sustentam o atual estado de coisas, transmitindo e gerando um quadro de valores legitimadores deste mesmo estado. Uma educação ambiental crítica e transformada, para *além do capital*, é inconcebível, nos termos do filósofo húngaro, sem a perspectiva de mudança do quadro social mais amplo. Por mais avanços que práticas de EA comportamentalistas possam alcançar, com sensibilizações reais e transformações igualmente reais de mentalidades e hábitos de indivíduos, avanços estes que não ignoramos ou diminuimos importância, mas apontamos tão somente as insuficiências na resolução daquilo que se colocam como tarefa resolver, ou pelo menos enfrentar, estaremos diante de *correções* somente pontuais de tal forma que, ao fim, sejam mantidas “íntactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo, em conformidade com as exigências inalteráveis da lógica global de um determinado sistema de reprodução” (MÉSZARÓS, 2008a, p. 25). Articular dialeticamente a transformação dos indivíduos com a transformação das circunstâncias só pode ser entendida, conforme Marx (2007), enquanto *práxis revolucionária*. Uma EA crítica e emancipatória só deve partir de tal pressuposto caso intente superar os estreitos limites ocupados por uma EA conservadora.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS DE UM ESFORÇO INICIAL

O trabalho aqui desenvolvido foi uma tentativa de lançar bases para reflexões críticas acerca de um programa de EA gerido por uma instituição que é ligada a um grande empreendimento desenvolvimentista que atua na Zona Rural II de São Luís desde o início da década de 1980 e promove, desde então, uma série de consequências socioambientais nefastas a um considerável contingente humano, seja aquele que foi deslocado durante o processo de instalação deste empreendimento, ou aquele que vive próximo aos impactos causados por seu funcionamento e que convive cotidianamente com a possibilidade de deslocamento, devido às constantes investidas realizadas por agentes, com seus interesses econômicos, que veem na região, apontada como portadora de uma *vocação natural* para sustentar atividades industriais, minerárias e portuárias, em suma, como uma fonte de recursos a serem utilizados.

Questionamos se tal iniciativa de EA, dentro do que se coloca no hodierno debate acerca de educação ambiental, se configura no interior do que se convencionou chamar Educação Ambiental conservadora ou Educação Ambiental crítica. Não buscamos aqui, conforme já salientado, demonizar as pessoas envolvidas com o Programa (inclusive acreditamos que estas podem desempenhar suas atividades com as melhores das intenções em suas mentes); contudo, o processo de pesquisa nos leva a apontar que o Programa ECOA compõe o primeiro grupo por conta do seu teor *comportamentalista, despolitizador* da questão ambiental, o que acaba tendo como desdobramento a contribuição para a *reprodução*, obviamente não sendo seu exclusivo elemento reprodutor, daquilo que ela mesma se propõe a superar, mantendo intacto – desta forma – o modo de reprodução sócio-metabólico do capital, prolongando, destarte, o processo de produção da hodierna crise ambiental, da qual este modo de reprodução sócio-metabólico é elemento *constituente*. Seguindo as indicações de Mézarós (2008b) consideramos que o capital, em seu processo de reprodução, engendra perigos consideráveis, inclusive à natureza e à perpetuação da vida neste planeta. Ele sim, e não meramente uma *humanidade naturalmente destruidora*, supostamente responsável pela crise de forma indiferenciada.

Assim sendo, uma EA conservadora representa, em última instância, independente do que falam ou pensam seus proponentes, sendo ela um elemento de perpetuação da vigência do capital e seu “modo de controle sócio-reprodutivo” (MÉSZARÓS, 2008b, p. 18), uma ameaça real à qualquer possibilidade de *sustentabilidade*. Por mais que os seus mais capacitados

apologistas busquem promover a possibilidade de existência de um capitalismo capaz de se *humanizar*, temos que

A direção auto-expansiva do capital não pode refrear a si mesma em virtude de alguma consideração humana, simplesmente porque essa consideração pareceria moralmente mais palatável, como a automitologia do “capitalismo caridoso” e do “capitalismo popular” gostaria de nos fazer acreditar. Ao contrário, a lógica do capital é caracterizada pela destrutividade autovantajosa, uma vez que tudo que se encontra no caminho do cruel impulso expansivo do sistema deve ser naturalmente varrido ou esmagado, se preciso. De outro modo, o avanço auto-expansivo do capital seria rapidamente interrompido, e em pouco tempo o capital, como modo de controle sociometabólico, acabaria por implodir (MÉSZARÓS, 2008b, p.19).

O Programa ECOA, no contexto de existência de conflitos ambientais que perpassa os territórios integrantes da RESEX de Tauá-Mirim, representa *a expressão da busca pela eternização/naturalização do capitalismo enquanto única e última fronteira societária possível*. É uma iniciativa de cunho *conservador*, culpabilizando as comunidades pela destruição causada pela própria ação do empreendimento, conforme entrevistas realizadas, trazendo, muitas vezes de forma autocrática, atividades integrantes da própria cotidianidade de muitos povoados como se estas fossem grandes e redentoras novidades. Não há, da mesma forma, qualquer menção a aspectos políticos que envolvem a temática socioambiental, conforme acima apontamos, qualquer problematização acerca das atividades realizadas por empreendimentos como a ALUMAR e as consequências destas sobre a dinâmica biológica e sociocultural em seu entorno. Reduz-se o problema ao indivíduo, ao educador que deve *inspirar* as pessoas ao seu redor e iluminá-las com o espírito adequado à conservação. Como desdobramento oriundo de seus pressupostos *conservadores*, em última instância, práticas de EA da mesma espécie não contribuem com a construção de alternativas que apontem para *além do capital*, em última instância, ou mesmo a favor da possibilidade de reprodução dos modos de vida que são diariamente vivenciados por homens e mulheres historicamente situados e encontram-se sob ameaças incansáveis.

Portando, consideramos que além de *conservador*, o Programa ECOA possui um caráter *alienado* e que não contribui senão para legitimar o empreendimento e fortalecer sua imagem diante da sociedade civil. A luta pela RESEX de Tauá-Mirim exige que tais pressupostos *conservadores* sejam superados, pois estes não atuam enquanto promotores de alternativas críticas para o enfrentamento dos agentes econômicos poderosos que atuam na região, assim como exige o enfrentamento, num esforço que certamente deve envolver amplos setores da sociedade civil local, frente aqueles que sobre ela direcionam esforços para implantação de mais empreendimentos desenvolvimentistas.

O trabalho aqui realizado encontra seu lastro, em última instância, no intento benjaminiano de crítica à ideologia burguesa do progresso. Conforme apresentam Löwy (2005) e Konder (1999), a leitura que Benjamin fez do marxismo foi seletiva, envolvendo abandono de certas referências aos textos marxianos/engelsianos que puderam alimentar as leituras de cunho positivista e evolucionista do marxismo vulgar, o qual foi duramente atacado por Benjamin. Do marxismo, o que mais interessou a Walter Benjamin foi a sua contribuição à prática revolucionária através de armas que poderiam ser fornecidas na luta de classes, em detrimento de um *corpus* teórico hermético, uma espécie de escrito religioso a ser infinitamente repetido por seus fiéis (KONDER, 2003). Interessava a centelha da ação que emana da última tese marxiana (MARX, 2007) sobre Feuerbach: o imperativo de transformar o mundo. Ao seu marxismo, Benjamin integrou elementos diversos, produzindo um marxismo distinto de tudo o que havia até então (LÖWY, 2005), um materialismo histórico “reinterpretado (...), trata-se de uma versão heterodoxa, herética, idiossincrática, inclassificável” (LÖWY, 2005, p. 59).

Diz Benjamin (1994, p. 225):

A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, [os] dominadores. Isso diz tudo ao materialista histórico. Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. [...] [O materialista histórico] Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo.

Explicitar os aspectos mais ocultos de práticas de EA que se propoem messiânicas e que apenas reproduzem a *barbárie* capitalista é, pensamos, uma forma de *escovar a história a contrapelo*. Tal empatia com os *vencedores* destes tempos nefastos, os quais estão em um *continuum* histórico que liga as classes dominantes de cada época em uma única opressão, uma única vitória que produz o acumular de escombros que alcançam proporções inimagináveis, é marca inexpurgável de uma EA conservadora e alienada. A tarefa de escovar a história a contrapelo significa:

em primeiro lugar, a recusa em se juntar, de uma maneira ou de outra, ao cortejo triunfal que continua, ainda hoje, a marchar sobre daqueles que jazem por terra [...]. Trata-se de ir contra a corrente da versão oficial da história, opondo-lhe a tradição dos oprimidos. Desse ponto de vista, entende-se a continuidade histórica das classes dominantes como um único e enorme cortejo triunfal (LÖWY, 2005, p. 73-74).

Esta dissertação encara o *progresso* e o *desenvolvimento* a partir das lentes benjaminianas.

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados,

sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, *ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés*. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. *Essa tempestade é o que chamamos progresso* (BENJAMIN, 1994, p. 226. Grifos nossos).

Os agentes interessados em impedir a criação desta RESEX para que seus objetivos possam ser alcançados, são herdeiros de todos aqueles que, um dia, venceram. Em nome do progresso e de um miraculoso desenvolvimento, oferecem a destruição da vida. Os homens e mulheres que resistem, por outro lado, são herdeiros de todos os que foram vencidos através da história, este *continuum* perverso referido no texto. A resistência a estas investidas poderosas do capital são pequenos atos de tentativa de explosão deste *continuum* histórico, em alguma medida. Deslegitimar o discurso desenvolvimentista/progressista que anima os ataques à vida é um ato, certamente de alcance limitado, de escovação da história a contrapelo, de negação frontal a legitimar este cortejo maldito.

É necessário que mais pesquisas críticas se debrucem sobre as iniciativas de EA perpetradas por agentes ligados aos empreendimentos desenvolvimentistas. Neste sentido, o trabalho de pesquisa aqui realizado constitui, no âmbito pessoal, enquanto um primeiro esforço neste direcionamento. Deixa-se em aberto, além desta necessidade de aprofundamento de análises críticas acerca de iniciativas de EA ligados aos empreendimentos e outros agentes sociais ligados ao capital, a indicação para a realização de pesquisas que busquem demonstrar, tornar visível atividades, do passado e do presente, produtoras de uma EA crítica e que tenham, como orientação, o enfrentamento do modo de reprodução sócio-metabólico hoje dominante.

## REFERÊNCIAS

**A ONU e o meio ambiente.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em 20/12/2015.

**A sombra de gandhi.** Disponível em: <<http://www.revistaplaneta.com.br/a-sombra-de-gandhi/>>. Acesso em: 19/07/2016.

AB'SABER, Azis Nacib. Impactos ambientais na faixa Carajás - São Luis: uma tentativa de previsão. In: AB'SABER, Azis Nacib. **A Amazônia: do discurso à práxis.** 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

ACSELRAD, Henri. **Ambientalização das lutas sociais** – o caso do movimento por justiça ambiental. Estudos Avançados. São Paulo, v. 24, nº 68, p. 103-119. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142010000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 19/07/2016.

ACSELRAD, Henri. Conflitos Ambientais – A atualidade do objeto. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos Ambientais no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

ADRIANCE, Madeleine Cousineau. **Terra prometida: as Comunidades Eclesiais de Base e os conflitos rurais.** Tradução: José Carlos Martins Barbosa. São paulo: Paulinas, 1996.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (1996). **Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização.** In: Travessia. maio/agosto.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: Almeida, Alfredo Wagner Berno de. Et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo.** Rio de janeiro: Lamparina, 2010.

ALMEIDA, Jalcione. **Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável.** Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/jalcione-almeida/almeida-jalcione-da-ideologia-do-progresso-a-ideia-de-desenvolvimento-rural-sustentavel-in-almeida-jalcione-e-navarro-zander-reconstruindo-a-agricultura-ideias-e-ideais-na-perspectiva-do-desenvolvimento-rural-sustentavel-porto-alegre-editora-da-ufrgs-3a>>. Acesso em: 19/07/2016.

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano. **Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil.** Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100930023420/7alonso.pdf> >. Acesso em: 19/07/2016.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. **O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe.** Lua Nova. São Paulo, nº 80, p. 71-96, 2010.

ALVES, Élio de Jesus Pantoja. **Repertórios e argumentos da mobilização política: um estudo sobre o Movimento Reage São Luís em São Luís-MA.** 2014. Tese (Doutorado em Ciências Humanas/Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2014.

ALVES, Élio de Jesus Pantosa. Desenvolvimento e conflitos socioambientais em São Luís – MA – a contra-face da modernização contemporânea. In: BURITI, Joanildo A.; RODRIGUES, Cibele M., SECUNDINO, Marcondes de (Orgs). **Desigualdade e justiça social: dinâmica Estado-Sociedade**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 6ª ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

ARAÚJO, Marlon Aurélio Tapajós; BELO, Patrícia Sales. **Grandes projetos minerários e comunidades tradicionais na Amazônia: impactos e perspectivas**. Revista de Políticas Públicas. São Luís, v. 13, nº 2, p. 265-277 jul-dez/2009. Disponível em: <[http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/download.php?id\\_publicacao=213](http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/download.php?id_publicacao=213)>. Acesso em: 19/07/2016.

ARAÚJO, Raimundo Nonato Gomes. **A Insustentável Sustentabilidade: história social do termo**. 2010. Monografia (curso de ciências sociais). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010. Mimeo.

AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva; SILVESTRE, Daniel Ribeiro. Implantação do pólo siderúrgico na ilha de São Luís do Maranhão. In: RODRIGUEZ, Maria Elena (org). **Relatorias Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais**. Rio de Janeiro: Plataforma DhESCA, 2006. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/direitos-humanos/revista-relatorias.pdf>>. Acesso em: 19/07/2016.

BARBIERI, José Carlos; SILVA, Dirceu da. **Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios**. RAM – Revista de Administração Mackenzie. São Paulo, v. 12, nº. 3, Edição Especial, p. 51-82, mai-jun/2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ram/v12n3/a04v12n3.pdf>>. Acesso em: 19/07/2016.

BARBOSA, Zulene Muniz. Transformações econômicas, políticas e sociais do Maranhão contemporâneo: cenários de “desenvolvimento” regional. In: LIMA, Terezinha Moreira. **Desenvolvimento, poder e cultura política**. São Luís: UEMA, 2006.

BECKER, Bertha K. **A implantação da rodovia Belém-Brasília e o desenvolvimento regional**. Disponível em: <[http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario\\_1977/vol\\_01\\_32\\_46.pdf](http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_1977/vol_01_32_46.pdf)>. Acesso em: 19/07/2016.

BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de Sustentabilidade: Uma Análise Comparativa**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução: Sergio Paulo Rouanet. 7ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERNARDES, Júlia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e natureza. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antônio José Teixeira (orgs). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.



BEZERRA, Aldenice Alves. **Fragmentos da História da Educação Ambiental (EA)**. Disponível em: <[http://dialogica.ufam.edu.br/PDF/no3/Aldenice\\_Educacao\\_ambiental.pdf](http://dialogica.ufam.edu.br/PDF/no3/Aldenice_Educacao_ambiental.pdf)>. Acesso em: 19/07/2016.

BEZERRA, Gustavo; ACSELRAD, Henri. Desregulação, Deslocalização e Conflito Ambiental: considerações sobre o controle das demandas sociais. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de et al. **Capitalismo Globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da Arte: Gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Lições da Aula**. São Paulo: Ática, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **Os Usos Sociais da Ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. **O Sociólogo e o Historiador**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BRASIL. **A implantação da Educação Ambiental no Brasil**. Brasília, Ministério da Educação e do Desporto, 1998.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>. Acesso em: 19/07/2016.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 1.813, de 24 de Novembro de 1980**. Institui regime especial de incentivos para os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1980-1987/decreto-lei-1813-24-novembro-1980-368300-norma-actualizada-pe.pdf>>. Acesso em: 19/07/2016.

BRASIL. **Educação ambiental**. — Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. Disponível em: <[http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509141/educacao\\_ambiental\\_1ed.pdf?sequence=1](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509141/educacao_ambiental_1ed.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 19/07/2016.

BRASIL. **Lei Nº 6.902, de 27 de abril de 1981**. Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. **Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Trata da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, além de fornecer outras providências.

BRASIL. **Lei Nº 9.985, de 18 de Julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm)>. Acesso em: 19/07/2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação e Cultura. Coordenação Geral de Educação Ambiental. **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA**. 3ª Ed. Brasília, 2005.

BRASIL. **Os diferentes matizes da educação ambiental no Brasil: 1997 – 2007.** 2ª ed. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2009.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** meio ambiente: saúde. 3ª ed. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina.** Disponível em: <  
[http://www.bresserpereira.org.br/papers/2012/12.Do\\_antigo\\_ao\\_novo\\_desenvolvimentismo.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/papers/2012/12.Do_antigo_ao_novo_desenvolvimentismo.pdf)>. Acesso em: 28/08/2016.

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (org). **Desenvolvimento e natureza:** estudos para uma sociedade sustentável. Recife: INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério De Educação, Governo Federal, 1994. Disponível em: <  
[http://www.ufbaecologica.ufba.br/arquivos/livro\\_desenvolvimento\\_natureza.pdf](http://www.ufbaecologica.ufba.br/arquivos/livro_desenvolvimento_natureza.pdf)>. Acesso em: 19/07/2016.

BURSZTYN, Marcel; PESERGAN, Marcelo. **A grande transformação ambiental:** uma cronologia da dialética do homem-natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação brasileira sobre meio ambiente.** 2. Ed. Brasília, 2010.

CARDOSO, Irene. **A geração dos anos 1960:** o peso de uma herança. Tempo Social, revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 17, nº 2. p. 93-107, novembro/2005.

CARLSON, Rachel. **Primavera Silenciosa.** Trad. Raul de Polillo. 2ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **A exploração mineral de Carajás:** um balanço trinta anos depois. Disponível em: <  
<http://www.justicanostrilhos.org/sites/default/files/4%20-%20A%20explora%C3%A7ao%20Mineral%20de%20Carajas.pdf>>. Acesso em: 19/07/2016.

CARVALHO, Fernanda Cunha de; CIDDE, Lúcia Cony Faria. **Conflitos territoriais em São Luís do Maranhão pela implantação da Usina Termelétrica (UTE) Porto do Itaqui.** Disponível em: <  
<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/download/502/489>>. Acesso em: 19/07/2016.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A invenção do sujeito ecológico:** sentido e trajetórias em Educação Ambiental. 2001. 411 f. Alegre. Tese. Doutorado em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (org). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. Disponível em: <  
[http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/arquivos/livro\\_ieab.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/arquivos/livro_ieab.pdf)>. Acesso em: 02/08/2016.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental:** formação do sujeito ecológico. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. O 'ambiental' como valor substantivo: uma reflexão sobre a identidade da educação ambiental. In: Sauvé, L. Orellana, I. Sato, M. **Textos escolhidos em Educa o Ambiental**: de uma América   outra. Montreal, Publications ERE-UQAM, 2002, Tomo I, pp 85-90.

CASCINO, Fábio. **Educa o Ambiental**: princípios, práticas, forma o de professores. São Paulo: SENAC, 1999.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Editora da Funda o Getúlio Vargas, 1991.

COSTA, S lvia Cristina Mineu. **A ALCOA no Maranhão e o desenvolvimento socioecon mico regional**. 2003. 113 f. Disserta o (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Gradua o em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís. 2003.

DA SILVA, Leonardo Oliveira; COSTA, Anna Paula Lima; ARAÚJO-DE-ALMEIDA, Eline . **Educa o ambiental**: o despertar de uma proposta crítica para a forma o do sujeito ecológico. Holos, Natal, v.1, p. 110-123, 2012.

DANTAS, Leda. **Pós Modernidade e Filosofia**. Disponível em: <<http://www.ipv.pt/millenium/Millenium29/25.pdf>>. Acesso em:15/11/2015.

**Declara o de Thessaloniki**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/declthessaloniki.pdf>> acesso 15/12/2015>. Acesso em:19/07/2016.

DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Discurso proferido pelo Deputado COSTA FERREIRA (PFL-MA)**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/289095.pdf>>. Acesso em: 19/07/2016.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educa o ambiental**: princípios e práticas. 9<sup>a</sup> ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DIEGUES, Ant nio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

DINIZ, Juarez Soares. **As Condi es e Contradi es no Espaço Urbano de São Luís (MA)**: Traços Periféricos. Ciências Humanas em Revista. Núcleo de Humanidades, São Luís, v. 5, n  1. p. 167-180, julho/2007.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Tradua o:Elizabeth Barbosa. São Paulo: Jorge Zahar, 1998.

EGLISH, Bárbara Ann. **Alcoa na Ilha**: um documento acerca das implica es sociais, econômicas e ambientais da implanta o de uma indústria de alumínio em São Luis do Maranhão. São Luis: Cáritas Brasileira, 1984.

ESPADARO, Monica. **Encontro de Capacita o sobre Projetos Sociais**. Capacitado, você pode mais! Instituto ALCOA, 2013.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento**. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

FARIAS, Talden Queiroz. **Aspectos gerais da política nacional do meio ambiente**: comentários sobre a Lei n  6.938/81.  mbito Jurídico. Rio Grande, v. IX, n  35, dezembro de

2006. Disponível em: <  
[http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=1544](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1544)>. Acesso em: 19/07/2016.

FEITOSA, Antonio Cordeiro. **O Programa Grande Carajás no contexto da Amazônia Oriental**. Boletim de Geografia. Maringá, v. 6, n° 1, p. 05-18, junho/1988. Disponível em: <  
<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/13509/7374>>. Acesso em: 19/07/2016.

FERREIRA, José Geraldo Ferreira. **A efetividade da Lei nº 9795/99 na educação ambiental formal e legística**: possíveis lacunas e omissões a partir de um estudo de caso. 2009. 161 f. Dissertação (Mestrado profissional) - Programa de Pós-Graduação Meio Ambiente e Sustentabilidade, Centro Universitário de Caratinga. Caratinga.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Trad: Marise Manoel. Editora da Unicamp: Campinas; Imprensa Oficial: São Paulo, 2001.

FOLADORI, Guillermo. **O capitalismo e a crise ambiental**. Raízes. Campina Grande, ano XVIII, n° 19, maio/99. Disponível em: <  
[http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/artigo\\_42.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/artigo_42.pdf)>. Acesso em: 19/07/2016.

FREIRE, Silene de Moraes; BECHER, Maria Nathalia. **A Ideologia persistente do desenvolvimento**. Entrevista com Miriam Limoeiro Cardoso. Em Pauta. Rio de Janeiro, v. 11, n° 3, p. 207-214, 1° semestre/2013. Disponível em: <  
<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/7567/5470>>. Acesso em: 19/07/2016.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli; NÉLSIS, Camila Magalhães; NUNES, Letícia Soares Nunes. **A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável**. Revista Katál, Florianópolis, v. 15, n° 1, p. 41-51, jan./jun. 2012. Disponível em: <  
<http://www.scielo.br/pdf/rk/v15n1/a04v15n1.pdf>>. Acesso em: 19/07/2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. As novas e velhas faces do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (orgs.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. 2ª ed. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2014.

FURTADO, Janine Dorneles. **Os caminhos da educação ambiental nos espaços formais de ensino-aprendizagem**: qual o papel da política nacional de educação ambiental? REMEA - Revista eletrônica do mestrado em Educação Ambiental. Rio Grande, v. 22, p. 337-353, jan-jul.2009. Disponível em: <  
<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/2830>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

GASPAR, Rafael Bezerra. População tradicional: notas sobre a invenção de uma categoria no contexto de criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, São Luís – MA. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes et al. **Ecos dos Conflitos Socioambientais**: A Resex de Tauá-Mirim. São Luís: Edufma, 2009.

GAVARD, François M.P. **Meio ambiente, capitalismo e desenvolvimento sustentável**: a arquitetura de um matrimônio duvidoso. Revista eletrônica dos pós-graduandos em sociologia política da UFSC. Florianópolis, v. 6, n° 3, p. 25-42, jan-jul/2009. Disponível em: <  
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2009v6n3p25>>. Acesso em: 19/07/2016.

GÓMEZ, José Ramon Montenegro. **Crítica ao conceito de desenvolvimento**. Pegada. Presidente Prudente – SP, v. 3, nº 1, p. 1-13, 2002. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewArticle/798>>. Acesso em: 19/07/2016.

GORENDER, Jacob. Apresentação. In: MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. 2ª ed. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

GUIMARÃES, Mauro. Educação Ambiental Crítica. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (org). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/arquivos/livro\\_ieab.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/arquivos/livro_ieab.pdf)>. Acesso em: 02/08/2016.

HAGEMAN, Helmut. **Bancos, incendiários e florestas tropicais: o papel da cooperação para o desenvolvimento na destruição das florestas tropicais brasileiras**. Rio de Janeiro: FASE, IBASE, ISA, 1996.

HARVEY, David. **La condición de la posmodernidad: Investigación sobre los orígenes del cambio cultural**. Tradução: Martha Eguía. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1990.

HELÚ, Wilson Ventureli; MATTAR, Eudes de Oliveira. **Aspectos da Política Ambiental Integrada: Novas Decisões e Desafios Geopolíticos**. São Paulo: Letras Jurídicas, 2009.

IASI, Mauro Luis. O problema da emancipação humana. In: IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre Consciência e Emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Lauda sócio-econômico e biológico para criação da reserva extrativista do Taim**. São Luís, 2006. Mimeo.

INSTITUTO ALCOA. **Curso de Formação de Educadores**. Apostila do Participante. 2014.

KÖB-NOGUEIRA, Elaine; GONZALEZ, Carlos Eduardo Fortes. **Investigando a ocorrência de ações em educação ambiental em três escolas na cidade de Curitiba-PR**. REMEA - Revista eletrônica do mestrado em Educação Ambiental. Rio Grande, v. Especial, p. 47-63, mai/2014. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/4430/2783>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

KONDER, Leandro. **Benjamin e o marxismo**. Revista Alea, Rio de Janeiro, nº 2, v. 5, p. 165-174, julho/dezembro/2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/alea/v5n2/a02v05n2.pdf>>. Acesso em: 15/11/2015.

KONDER, Leandro. **Walter Benjamin: o marxismo da melancolia**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo**. O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília: FUNAG, 2006. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&coobra=167170](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&coobra=167170)>. Acesso em: 19/07/2016.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **A natureza da ideologia e a ideologia da natureza: elementos para uma sociologia da educação ambiental**. 2003. 105 f. Tese. Doutorado em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 2003.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Apresentação: (re)conhecendo a educação ambiental brasileira. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (org). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/\\_arquivos/livro\\_ieab.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/livro_ieab.pdf)>. Acesso em: 02/08/2016.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável**: evolução de um conceito? Proposta. Rio de Janeiro, v. 24, nº 71, p. 1-5, 1997. Disponível em: <<http://www.educacaoambiental.pro.br/victor/biblioteca/layrarguesecodesenvolvimento.pdf>> Acesso em: 19/07/2016.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO R.C. de (orgs). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **As macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira**. Revista Ambiente e Sociedade. São Paulo, v. XVII, nº 1, p. 23-40, jan-mar/2014.

LEFF, Enrique. **La insoportable levedad de la globalización**: la capitalización de la naturaleza y las estrategias fatales de la sustentabilidad. Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, Caracas, vol. 7, nº 1, p. 149-160, jan-abril/2001.

LEITE LOPES, José Sergio. **Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, nº 25, p. 31-64, jan-jun/ 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n25/a03v1225.pdf>>. Acesso em: 19/07/2016.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 4ª ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2015. Disponível em: <<http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/paracompreender.pdf>>. Acesso em: 19/07/2016.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Educação ambiental crítica**: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 35, nº 01, p. 145-163, jan-abril/2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v35n1/a10v35n1.pdf>>. Acesso em: 01/08/2016.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação**. Revista Ambiente e Sociedade. São Paulo, v. VI, nº 2, p. 99-119, jul-dez/2003. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/arqs/gustlima\\_ambsoc.pdf](http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/arqs/gustlima_ambsoc.pdf)>. Acesso em: 19/07/2016.

LOUREIRO, Bernardo Pacheco. **O plano de integração nacional de 1970 e as rodovias na Amazônia**: o caso da região amazônica na política de integração do território nacional. Disponível em: <[http://www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq\\_urbanismo/disciplinas/aup0270/6t-alun/2010/m10/10-loureiro.pdf](http://www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/6t-alun/2010/m10/10-loureiro.pdf)>. Acesso em: 19/07/2016.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica**: perspectivas de aliança contra-hegemônica. Trabalho,

educação e saúde. Rio de Janeiro, v. 11, nº 1, p. 53-71, abril de 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-77462013000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462013000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 19/07/2016.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental e “teorias críticas”. In: GUIMARÃES, Mauro (org.). **Caminhos da educação ambiental: da forma à ação**. Campinas-SP: Papirus, 2006.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; AZAZIEL, Marcus; FRANCA, Nahyda (orgs). **Educação ambiental e gestão participativa em Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro: IBASE, 2003

LÖWY, Michael. **A Filosofia da História de Walter Benjamin**. Estudos Avançados. São Paulo, v. 16, nº 45, maio-ago/2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n45/v16n45a13.pdf>>. Acesso em: 19/07/2016.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista**. 20ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Tradução: Wanda Nogueira Caldeira Brant. Tradução das Teses: Jeanne Marie Gagnebin; Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUCA, Andrea Quirino; LAGAZZI, Suzy Maria; SORRENTINO, Marcos. **Educação Ambiental e análise do discurso: uma proposta de pesquisa**. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/seta/article/download/1292/1489>>. Acesso em: 19/07/2016.

MAIA, Maiãna Roque da Silva. **RESEX DE TAUÁ-MIRIM: uma etnografia dos conflitos ambientais**. 2014. 104 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís. 2014.

MAIMON, Dália. **Ensaio sobre economia do meio ambiente**. Rio de Janeiro: APED, 1992.

MARCATTO, Celso. **Educação Ambiental: conceitos e princípios**. Belo Horizonte: FEAM, 2002.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História Ambiental no Brasil: pesquisa e ensino**. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINS, Marcos Francisco. **Marx, Gramsci e o conhecimento: ruptura ou continuidade?** Campinas-SP: Autores Associados; Americana-SP: Centro Unisal, 2008.

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. 2ª ed. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. **Os Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução: Jesus Raniere. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. Para a Crítica da Economia Política. In: MARX, Karl. **Manuscritos econômico**

**filosóficos e outros textos escolhidos.** 5ª ed. Tradução: José Carlos Bruni et al. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Tradução: Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. Karl Marx -1. Ad Feuerbach (1845). In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Tradução: Rubens Enderle; Nélio Schneider; Lucioano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MCCORMICK, John. **Rumo ao paraíso:** a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MELLO E SOUZA, Nelson. **Educação ambiental:** dilemas da prática contemporânea. Rio de Janeiro: Thex ed. Universidade Estácio de Sá, 2000.

MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. **Em tempo de resistência:** movimentos sociais entre as lutas e os signos hegemônicos. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoJ/ccff81d640759ff2f3e0Bartolomeu.pdf>>. Acesso em: 20/02/2015.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e Economia no Brasil:** Opções de Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MÉSZARÓS, István. **A educação para além do capital.** Tradução: Isa Tavares. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008a.

MÉSZARÓS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico.** Política e Sociedade, Florianópolis, v. 7, nº 13, p. 17-33, outubro/2008b. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2008v7n13p17>>. Acesso em: 19/07/2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação Ambiental:** aprendizes de sustentabilidade. Brasília, 2007. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao2.pdf>>. Acesso em: 19/07/2016.

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE. **Moção sobre licenciamento do Projeto de Pólo Siderúrgico em São Luís/MA.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/9AA67786/mocao81ROpolosiderurgico.pdf>>. Acesso em: 20/02/2015.

MIRANDA, Ana Caroline Pires. Unidades de conservação da natureza x indústrias potencialmente poluidoras: o caso da implantação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes et al. **Ecos dos Conflitos Socioambientais:** A Resex de Tauá-Mirim. São Luís: Edufma, 2009.

MIRANDA, Ana Caroline Pires; MAIA, Maiãna Roque da Silva; GASPAR, Rafael Bererra. Entrevista com Alberto Cantanhede, o Beto do Taim. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes et al. **Ecos dos Conflitos Socioambientais:** A Resex de Tauá-Mirim. São Luís: Edufma, 2009.



MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: conceitos e princípios**. Textos de Economia. Florianópolis, v.4, nº1, p. 131-142, 1993. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/6645/6263>> Acesso em: 19/07/2016.

MOREIRA, Jadeylson Ferreira. **Arenas, repertórios e ações: o processo de tentativa de implantação do Terminal Portuário de São Luís, no povoado Cajueiro**. 2015, 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

MOREIRA, Jadeylson Ferreira. **O Desenvolvimentismo neoliberal de São Luís: discurso e realidade**. Monografia (curso de Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012. Mimeo.

MOREIRA, José Cursino Raposo. **Um Pólo Siderúrgico em São Luís/MA**. Disponível em: <[http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/5A1F626F0680FCA583256F65006B11E2/\\$File/NT000A20CA.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/5A1F626F0680FCA583256F65006B11E2/$File/NT000A20CA.pdf)>. Acesso em: 18/02/2015.

**MPF/MA quer a conclusão de processo que propõe a criação de reserva extrativista do Tauá-Mirim na zona rural de São Luís**. Disponível em: < <http://www.prma.mpf.gov.br/noticia-4739>>. Acesso em: 30/09/2015.

MUNIZ, Lenir Moraes; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. **Desenvolvimento Sustentável: Uma Discussão Crítica Sobre a Proposta de Busca da Sustentabilidade Global**. In: **Ecoss dos Conflitos Socioambientais: A Resex de Tauá-Mirim**. SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; PEREIRA, Madian de Jesus F.; ALVES, Elio de Jesus P.; PEREIRA, Carla Regina A. (orgs.) São Luís: Edufma, 2009.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. **Trajatória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico**. Estudos avançados, São Paulo, v. 26, nº 74, p. 51-64, 2012. Disponível em: < [http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/en\\_a05v26n74.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/en_a05v26n74.pdf)>. Acesso em: 19/07/2016.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOBRE, Marcos. **Desenvolvimento sustentado e problemática ambiental**. Lua Nova. São Paulo, nº 47, p. 137-156, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n47/a08n47.pdf>>. Acesso em: 19/07/2016.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. **A Construção do “Desenvolvimento Sustentável” sob a Égide do Neoliberalismo: Um Estudo sobre a Economia Política da “Crise Ambiental”**. In: 5.º Colóquio Internacional Marx e Engels, 2007, Campinas. Comunicações 5º CEMARX. Campinas: Unicamp, 2007. Disponível em: < [http://www.unicamp.br/cemarx/anais\\_v\\_coloquio\\_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessa\\_o2/Leandro\\_Oliveira.pdf](http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessa_o2/Leandro_Oliveira.pdf)>. Acesso em: 19/07/2016.

ONU. **Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano, 1972**. Disponível em: < <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html>>. Acesso: 19/07/2016.

PAULA ANDRADE, Maristela (org.) **Expropriação de famílias na periferia de São Luís pelo projeto Carajás**. Relatório da SMDDH. São Luís: Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, 1981. Mimeo

PEDRINI, Alexandre de Gusmão. **Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas**. Petrópolis: Rj, Vozes, 2000.

PEREIRA, Alexandre Macedo. **O programa de educação ambiental dos grandes empreendimentos (Vale S/A) na Amazônia e as implicações socioambientais nas comunidades do entorno: o caso da Vila Bom Jesus no município de Canaã dos Carajás**. 2011. 123 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) - Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local, Universidade Federal do Pará. 2011.

PIEA. **Carta de Belgrado: Uma estrutura global para a educação ambiental**. Belgrado: Programa Internacional de Educação Ambiental, 1975.

PIMENTEL, César Pessoa. **Crise ambiental e modernidade: da oposição entre natureza e sociedade à multiplicação dos híbridos**. 2003. 88f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, UFRJ/IP/EICOS, 2003.

PNUMA. **Informe final sobre o Seminário Internacional de Educação Ambiental-1977**. Disponível em: <[Http://unesdoc.unesco.org/images/0002/000276/027608sb.pdf](http://unesdoc.unesco.org/images/0002/000276/027608sb.pdf)>. Acesso em: 19/07/2016.

QUINTANA, Ana Carolina; HACON, Vanessa. **O desenvolvimento do capitalismo e a crise ambiental**. O Social em questão. Rio de Janeiro, n° 25/26, p. 427-444, 2011. Disponível em: <[http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/21\\_osq\\_25\\_26\\_quintana\\_e\\_hacon.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/21_osq_25_26_quintana_e_hacon.pdf)>. Acesso em: 19/07/2016.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. **Desenvolvimento, Pós-estruturalismo e Pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 26, n° 75, p. 149-193, 2011.

RAMOS, Elisabeth Christmann. **Educação Ambiental: evolução histórica, implicações teóricas e sociais. Uma avaliação crítica**. 1996. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Paraná.

RECHENBERG, Fernanda. **Resenha do livro “A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial”**. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 297-300, jan-jun/2006.

REIGOTA, Marcos. **Educação Ambiental: a emergência de um campo científico**. Perspectiva. Florianópolis, v. 30, n° 2, p. 499-520, maio-agosto/2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/2175-795X.2012v30n2p499/23328>>. Acesso em: 02/08/2016.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ROCHA, Paulo Enersto Diaz. **Trajetórias e perspectivas da interdisciplinaridade ambiental na pós-graduação brasileira**. Ambiente e Sociedade. Campinas, v. 6, n° 2, p. 155-182, jul-dez/2003. Disponível em: <

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-753X2003000300010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2003000300010)>.

Acesso em: 19/07/2016.

SAITO, Carlos Hiroo. Política nacional de educação ambiental e construção da cidadania: desafios contemporâneos. In: RUSCHEINSKY, Aloisio (org). **Educação ambiental: abordagens múltiplas**. Porto alegre: Artmed, 2002.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes et. al. A Resex de Tauá-Mirim, Grandes Projetos de Desenvolvimento e Resistência Socioambiental: introduzindo o debate. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes et al. **Ecos dos Conflitos Socioambientais: A Resex de Tauá-Mirim**. São Luís: Edefma, 2009.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. **Amazônia e modernidade**: leitura da invasão, ocupação e incorporação da amazônia no mundo moderno. Muiiraquitã: revista de letras e humanidades, Rio branco, ano 1, nº 1. p. 11-28, 2004.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. **Educação Ambiental e Cidadania na Zona Rural II de São Luís – MA**. Projeto de extensão. Mimeo, 2012. Disponível em: <<http://www.gedmma.ufma.br/wp-content/uploads/2014/04/Projeto-Extensao-Fapema.pdf>>. Acesso em: 19/07/2016.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes.; ALVES, Élio de Jesus Pantoja. **Conflitos Socioambientais no Maranhão: os Povoados de Camboa dos Frades (São Luís – MA) e Salvaterra (Rosário – MA)**. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT2-419-350-20100903205558.pdf>>. Acesso em: 20/02/2015.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; GASPAS, Rafael Bezerra. **Reserva Extrativista do Taim**: conflitos sócio-ambientais e projetos de desenvolvimento. Trabalho apresentado na III Jornada Internacional de Políticas Públicas: Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI, 2007. Disponível em: <[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoI/Horacio\\_Antunes\\_Rafael.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoI/Horacio_Antunes_Rafael.pdf)>. Acesso em: 19/07/2016.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; SILVA, Sislene Costa da. **Grandes Projetos de desenvolvimento, conflito sócio ambiental, Reserva Extrativista e o povoado do Taim**. Revistas de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 40, nº 1, p. 31-41, 2009.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. **Pólo Siderúrgico e Conseqüências Sócio-Ambientais**. VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural: 20-24 nov. 2006, Quito, Equador. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/12/14-GT-Hor%23U00e1cio-Antunes-de-SantAna-J%23U00fanior.doc>>. Acesso em: 20/02/2015.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultura.. São Paulo: Peirópolis, Instituto Socioambiental, Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005. Disponível em: <[http://www.ethno-terroirs.cnrs.fr/gestion/applis/apetit/fichiers/UNIVERSIDADEDEBRASILIA-SANTILLI\\_Juliana-Socioambientalismo-e-novos-direitos.pdf](http://www.ethno-terroirs.cnrs.fr/gestion/applis/apetit/fichiers/UNIVERSIDADEDEBRASILIA-SANTILLI_Juliana-Socioambientalismo-e-novos-direitos.pdf)>. Acesso em: 19/07/2016.

SANTOS, Raimundo Lima dos. **O Projeto Grande Carajás e seus reflexos para a cultura extrativista no Maranhão**. Imperatriz: Ética, 2011.

SAUVÉ, Lucie. **Uma cartografia das correntes em educação ambiental**. Disponível em: <[http://web.unifoa.edu.br/portal\\_ensino/mestrado/mecsmsa/arquivos/sauve-1.pdf](http://web.unifoa.edu.br/portal_ensino/mestrado/mecsmsa/arquivos/sauve-1.pdf)>. Acesso em: 02/08/2016.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vala, onze teses sobre educação e política**. 32ª ed. Campinas, SP: Autores associados, 1999.

SBRANA, Darlan Rodrigo. **Levantamento de conflitos socioambientais no Maranhão no Ministério Público Federal**. Disponível em: <[http://www.gedmma.ufma.br/wp-content/uploads/2014/02/Artigo\\_Darlan-Rodrigo-Sbrana-III-SEDMMA.pdf](http://www.gedmma.ufma.br/wp-content/uploads/2014/02/Artigo_Darlan-Rodrigo-Sbrana-III-SEDMMA.pdf)>. Acesso em: 20/02/2015.

SCANTIMBURGO, André Luis. **Políticas públicas e desenvolvimento sustentável: Os limites impostos pelo capitalismo no gerenciamento e preservação dos recursos hídricos no Brasil**. Revista Aurora, Marília, vol. 4, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/1245/1112>> . Acesso em: 10/11/2014

SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; GUIMARÃES, Leandro Belinaso. **Desenvolvimento Sustentável**. Petrópolis: Vozes, 2007.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. **Educação ambiental e desenvolvimento: documentos oficiais**. São Paulo, 1994. Disponível em: <[http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/EA\\_DocOficiais.pdf](http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/EA_DocOficiais.pdf)>. Acesso em: 19/07/2016.

SHIVA, Vandana. **Recursos Naturais**. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o Conhecimento como Poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, Rosana Louro Ferreira; CAMPINA, Nilva Nunes. **Tipologia de análises de concepções de educação ambiental: possibilidades e limites para o reconhecimento da pluralidade da área**. V EPEA - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, 2009.

**SOBRE O PAC**. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em: 12/07/2016.

SORNBERGER et al. **A consolidação do movimento ambientalista e da educação ambiental no Brasil e no mundo: algumas perspectivas históricas**. REMEA - Revista eletrônica do mestrado em Educação Ambiental. Rio Grande, v. Especial, p. 301-317, mai/2014. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/4452>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

SORRENTINO, Marcos et al. **Educação Ambiental como política pública**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, nº 2, p. 285-299, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf>>. Acesso em: 19/07/2016.

SOUSA, Allan de Andrade. O Ambiente, a política e o espetáculo: a Lei de Zoneamento e o projeto do polo siderúrgico de São Luís. In: SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes et al. **Ecos dos Conflitos Socioambientais: A Resex de Tauá-Mirim**. São Luís: Edufma, 2009.

SOUSA, Michelle Louise; PACHECO, Rafael Araújo. **A influência da rodovia Belém-Brasília no processo de desenvolvimento das cidades do centro-norte de Goiás**. Revista Eletrônica Georaguaiá. Barra do Garças, v.3, nº 2, p 246-262. Agosto-dezembro/2013. Disponível em: <

<http://revistas.cua.ufmt.br/geoaraguaia/index.php/geo/article/view/72>> Acesso em: 19/07/2016.

STEINHORST DAMASCENO, Elena. **Análise de conflitos no processo de criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, São Luís – MA.** Trabalho apresentado no II Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia da Região Norte, 2010. Disponível em: <<http://sbsnorte2010.ufpa.br/site/anais/ARQUIVOS/GT3-243-315-20100831171547.pdf>>. Acesso em: 19/07/2016.

STEINHORST DAMASCENO, Elena. **Valoração Ambiental do Ecossistema Manguezal na Área da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, em Fase de Criação - São Luís – MA.** São Luís, 2009. 136f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ambiente, 2009

STEINHORST DAMASCENO, Elena; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. **Neodesenvolvimentismo e conflitos relacionados ao território na Resex de Tauá-Mirim, São Luís – Ma.** Trabalho apresentado no 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013.

TONET, Ivo. **Modernidade, pós-modernidade e razão.** Disponível em: <[http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/MODERNIDADE POS-MODERNIDADE E RAZAO.pdf](http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/MODERNIDADE_POS-MODERNIDADE_E_RAZAO.pdf)> Acesso em: 19/07/2016.

TRISTÃO, Marta. **A educação ambiental na formação de professores: redes de saberes.** São Paulo: Annablume; Vitória: Facitec, 2004.

TRISTÃO, Marta. **A educação ambiental na formação de professores: redes de saberes.** 2ª ed. São Paulo: Annablume; Vitória: Facitec, 2008.

UNESCO. **Declaração de Tbilisi.** Tbilisi: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1977.

VIDIGAL, Edson. ALCOA, ALUMAR. In: VIDIGAL, Edson. **A coragem de resistir: pensamento político e atuação parlamentar.** Brasília: Coordenação de publicações, 1982.

VIGEVANI, Tullo. **Meio ambiente e relações internacionais.** Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/meio-ambiente-e-relacoes-internacionais-a-questao-dos-financiamentos/view>

VIOLA, Eduardo J. **O movimento ecológico no brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 1, nº 13, p. 1-21, fevereiro/1987. Disponível em: <[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=293&itemid=203](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=293&itemid=203)>. Acesso em: 19/07/2016.

WEBER, Max. **Ciência e Políticas: duas vocações.** Tradução: Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2002.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: Um novo campo de investigação. In: **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (orgs.). Belo Horizonte: UFMG, 2010.